

Universidade Estadual de Londrina

CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES

IR E VIR:

PESSOAS E COISAS, VIRAÇÃO E CIRCULAÇÃO NAS RUAS DE LONDRINA

LONDRINA

2020

CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES

IR E VIR:

PESSOAS E COISAS, VIRAÇÃO E CIRCULAÇÃO NAS RUAS DE LONDRINA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisitopara a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Martha Ramírez-Gálvez
Co-orientadora:Profa. Dra. Leila Jeolás

Londrina
2020

G639 Guimarães, Carlos Alexandre.
Ir e vir : pessoas e coisas, viração e circulação nas ruas de Londrina / Carlos Alexandre Guimarães. - Londrina, 2020. 219 f.

Orientador: Martha Ramírez-Galvez. Coorientador: Leila Jeolás. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Situação de Rua - Tese. 2. Cultura Material - Tese. 3. Socialidade - Tese. 4. Territorialidade - Tese. I. Ramírez-Gálvez, Martha . II. Jeolás, Leila. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDU 3

CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES

IR E VIR:
PESSOAS E COISAS, VIRAÇÃO E CIRCULAÇÃO NAS RUAS DE LONDRINA

Dissertação de MestradoApresentada ao Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora Profa. Dra. Martha Ramírez-Gálvez
Universidade Estadual de Londrina

_____
Co-orientadora Profa. Dra. Leila Jeolás
Universidade Estadual de Londrina

_____
Profa. Dra. Simone Miziara Frangella
Universidade de Lisboa

_____
Profa. Dra. Maria Filomena Gregori
Universidade Estadual de Campinas

_____
Profa. Dra.Flávia Carvalhães
Universidade Estadual de Londrina

_____
Profa. Dra. Maria Carollina de Araújo Antônio
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 21 de Maio de 2020.

Dedico este trabalho a:
Cristina Lima;Dulcino Torres;Edward da Silva Rocha;Ana Beatriz Rodrigues Viana; e Lennon Cauê Paiva

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Martha Ramírez-Gálvez e à Profa. Dra. Leila Jeolás por proporcionarem uma excelente orientação, com muita atenção, dedicação e apoio em todas as etapas da realização desta pesquisa.

À Universidade Estadual de Londrina, especialmente ao departamento de Pós-Graduação de Ciências Sociais.

À Casa do Bom Samaritano e toda a sua equipe, por permitir a realização de trabalhos de campo e entrevistas na instituição. Agradeço especialmente à Vanir Lobato, amiga e companheira de trabalho no abrigo, por ter me ensinado muito sobre os habitantes das ruas, compartilhando a sua admirável experiência de convívio com pessoas em situação de rua; agradeço também aos acolhidos da Casa do Bom Samaritano e outros/as habitantes das ruas que participaram gentilmente da pesquisa.

À minha mãe, Dionisia Concepcion Lopez e ao meu pai, Carlos Roberto Fernandes Guimarães, por todo apoio e formação que me deram. Agradeço também à minha irmã, Adriana Lopez Guimarães por sempre ter me incentivado nos estudos.

À minha amada companheira, Andréa Medeiros Torres, pelo amor, pela admirável gentileza, compreensão e encorajamento antes e durante todo o percurso do mestrado; ao meu filho Yuri de Almeida Francisco pelo amor e compreensão durante todo esse período de estudo; à minha enteada Thainá Torres Provenzano, por ser amiga e solidária durante todo esse processo.

Ao Prof. Dr. Giovanni Cirino, pelas nossas conversas nas quais elaborei as primeiras idéias para o projeto de pesquisa, sendo assim, um dos responsáveis pelo meu impulso de ingressar no curso de mestrado em Ciências Sociais. Agradeço também à Profa. Dra. Simone Miziara Frangella, à Profa. Dra. Maria Filomena Gregori, e à Profa. Dra. Maria Carolina de Araújo Antônio por participarem da minha banca e pelos apontamentos e indicações bibliográficas.

E, por fim, aos amigos que me apioaram, cada um à sua maneira, me incentivando nesta jornada: a Profa. Dra. Andréa Pires Rocha; Cristiano Francisco Gabriel; Christiane Henriques; Leonardo Sampaio; Mikael Bissoni; Valéria Mazzer; Bárbara Maria Baltazar de Jesus; e Carusa Gabriela Dutra Biliatto.

Eu fico assim... Procurando.
Procurando por aquilo que eu não perdi.
E eu encontro,
encontro muita coisa

(A.R.G. em situação de rua)

GUIMARÃES, Carlos Alexandre. **Ir e Vir**: pessoas e coisas, viração e circulação nas ruas de Londrina. 2020. 219 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Esta pesquisa é realizada com pessoas em situação de rua na cidade de Londrina/PR. Nela, busco compreender as práticas de socialidade da população que habita as ruas dessa cidade, analisando especialmente a relação dessas pessoas com as coisas, em seus aspectos materiais e simbólicos, que estão presentes em seu cotidiano. Para este estudo, realizei trabalho de campo em algumas ruas de Londrina e no abrigo Casa do Bom Samaritano, através de observações e entrevistas junto a algumas pessoas maiores de 18 anos, que estavam vivendo nas ruas durante o período da pesquisa.Observo que as coisas estão inseridas nas dinâmicas da "viração" e "circulação" que são as bases do processo de socialidade da população em situação de rua. Assim, as coisas circulam através de *reciclagens*, doações, compartilhamentos, trocas, vendas e descarte, tendo seus siginificados e valores transformados conforme o contexto em que estão presentes.Estas práticas geram interações sociaisjuntamente com os aspectos da corporalidade e territorialidade características do universo de quem habita as ruas. Tais interações ocorrem em duas instâncias quedenominei circuito interno – entre pessoas em situação de rua – e circuito externo – com pessoas que não estão em situação de rua, instituições e órgãos públicos de atendimento socioassistencial. Destaco que, ainda que sejam incontestáveis as situações de vulnerabilidade a que estão sujeitas as populações que habitam as ruas, essas formas de interações sociais, bem como o manejo inventivo das coisas, demonstram que elas não vivem isoladas, como em um universo à parte. Pois, em seus próprios modos de viver ou se virar nas ruas, essas pessoas constroem outras formas de relações sociais.

Palavras-chave: Situação de Rua. Cultura Material. Socialidade. Territorialidade.

GUIMARÃES, Carlos Alexandre. **Go and Come**: peoples and things, viration e circulation on the streets of Londrina. 2020. 219 folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This research is conducted with street situation people in the city of Londrina/PR. In this, I seek to understand the social practices of the population that inhabits the streets of this city, analyzing especially the relationship of these people with things, in their material and symbolic aspects. , which are present in your daily life. For this study, I carried out fieldwork in some streets of Londrina and at the Casa do Bom Samaritano shelter, through observations and interviews with some people over 18, who were living on the streets during the research period. I note that things are inserted in the dynamics of “turning” and “circulation”, which are the basis of the sociality process of the homeless population. Thus, things circulate through recycling, donations, shares, exchanges, sales and disposal, having their meanings and values transformed according to the context in which they are present. These practices generate social interactions together with the aspects of corporeality and territoriality characteristic of the street dwellers' universe. Such interactions occur in two instances that I have called the internal circuit - between homeless people - and the external circuit - with people who are not homeless, institutions and public agencies of social assistance. I point out that, even though the situations of vulnerability to the populations that inhabit the streets are undeniable, these forms of social interactions, as well as the inventive management of things, show that they do not live in isolation, as in a separate universe. For in their own ways of living or turning on the streets, these people build other forms of social relations.

Key words: Street Situation. Material Culture. Sociality. Territoriality

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ÉTICOS DA PESQUISA REFLEXIVA 26

2.1 Percursos teóricos da pesquisa 26

2.1.1 Sobre o ir e vir: o sonho que se sonha buscando realização enquanto se caminha 34

2.1.2 O ir e vir das coisas: doações, trocas, vendas e reciclagens. 39

2.2 O ir e vir entre o educador e o pesquisador: considerações éticas da pesquisa 43

3 CONCEITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTOS 54

3.1 Transformações nas concepções do habitar as ruas 54

3.1.1 Visão Pluralista da Situação de Rua 65

3.2 Políticas públicas para a população em situação de rua.....73

3.2.1 Política pública na cidade de Londrina.....76

3.3. Dados sobre a situação de rua na cidade de Londrina 78

3.3.1 Percursos entre estar e permanecer habitando as ruas.....80

3.3.2 Idade, trabalho e escolaridade 90

3.3.3 Relações sociofamiliares 96

3.3.4 Contextos da dimensão política 104

3.3.5 Perigos e estratégias de habitar as ruas 118

4. VIRAÇÃO E CIRCULAÇÃO NAS PRÁTICAS DE SOCIALIDADE 132

4.1 Viração e Circulação 133

4.2 A lógica inventiva de relação com as coisas entre habitantes da rua 149

4.2.1 Circuito Interno 162

4.2.2 Circuito Externo 172

4.2.3 Práticas de reciclagem 193

5 CONCLUSÃO 206

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 215

1 INTRODUÇÃO

Nas ruas de Londrina, como em qualquer grande cidade, uma diversidade de pessoas se encontra em situação de rua. São trabalhadores migrantes à procura de emprego, *trecheiros* de passagem, *moradores de rua*[1] estabelecidos na cidade e um número crescente de pessoas que ingressam nas ruas devido à dependência química de substâncias psicoativas. Ao viver nas ruas esta população cria uma socialidade e uma territorialidade diversa que se misturam, configurando diferentes maneiras de vivenciar a experiência de estar na rua, ressignificando a cidade com sua própria presença, com suas adaptações do espaço urbano, reciclagem de objetos e criações artesanais.

Em 20 de novembro de 2019, fui até a Praça Dom Pedro I da cidade de Londrina, lugar que se tornou um local de permanência de um grupo de pessoas em situação de rua. Quando os encontrei, estavam em torno de quinze pessoas, deitados em um espaço da praça. Ao chegar me apresentei e comuniquei que estava fazendo uma pesquisa e perguntei quem gostaria de participar. Prontamente, um rapaz que estava encostado em uma árvore apontou para a minha camiseta e gritou: *Legião Urbana!* - Todos os demais me olharam e reconheceram na minha camiseta a banda. Um deles começou a cantar a música Faroeste Caboclo, de autoria do Renato Russo e interpretada por essa banda, sendo seguido por outros que se juntaram entonando a música. Não havia outra coisa que eu pudesse fazer a não ser cantar junto. E assim fomos cantando junto até que já estava chegando na metade da música, a única mulher que estava presente no grupo, L.M.R., levantou a mão e falou: *Tá bom, vamo voltar aqui na pesquisa*.

Minha intenção era convidar alguém para participar da pesquisa através de uma entrevista, mas ocorreu que praticamente o grupo todo queria participar. No entanto, a maioria do grupo participou apenas acompanhando, pois somente três pessoas realmente falaram e contaram sobre como era viver ali na praça. Essas três pessoas foram: L.M.R., a única mulher presente no momento da entrevista; T.D.F., que apontaram como o filósofo da praça; e J.B.A., que diziam que era o profeta da

[1] Trecheiro ou morador de rua são termos utilizados no próprio cotidiano da situação de rua. Embora sejam acompanhados de teor de negativo, ou de preconceito, são expressões utilizadas no discurso comum das pessoas em situação de rua, tornando-se categorias nativas. Todos os termos êmicos na dissertação estão em formato itálico, assim como as declarações dos participantes.

praça. Um homem que estava presente falou: *Tá aí, o filósofo e o profeta juntos, eles vão saber responder tudo o que você perguntar*. Após apresentar as considerações formais da pesquisa, peguei uma folha para fazer anotações, e ao anotar a data nesta folha, a L.M.R., que estava perto de mim, falou: *Hoje é 20 de novembro, dia da Consciência Negra*. Todos nós aplaudimos. Iniciei então a entrevista, da qual transcrevo um longo trecho, nesta introdução, pois ela ilustra todos os assuntos de que tratarei ao longo da dissertação. Iniciei perguntando:

> Carlos: Vocês ficam por aqui ou passam por aqui?
>
> *T.D.F.: - Os dois. Tem hora que tem que ficar aqui e hora que vamos para outro lugar.*
>
> *J.B.A.: - É sazonal, não tem dia e hora marcada para ficar ou sair.*
>
> Carlos: - Qual é o motivo para sair ou ficar?
>
> *L.M.R.: - A polícia vem tirar a gente daqui. Eles não querem que a gente fique aqui porque a gente não tem moradia.*
>
> *J.B.A.: - A gente fica aqui porque a gente gosta. Mas quando a polícia ou a Guarda Municipal vem a gente tem que sair e ir para outro lugar.*
>
> Carlos: - Mas se aqui é uma praça pública, porque não pode ficar aqui*?*
>
> *L.M.R.: - Eles acham que esse espaço não é nosso. A gente pode ficar em qualquer lugar, mas eles não querem a gente nas praças.*
>
> *J.B.A.: - A gente é mais bem acolhido no espaço privado do que no público.*
>
> *T.D.M.: - Às vezes a gente não pode ficar aqui. A gente pede pra ficar ali, naquela farmácia e eles deixam. Claro que tem umas regras, mas a gente fica ali e eles não reclamam.*
>
> *L.M.R.: - Eu já estou aqui há sete anos. E as pessoas daqui gostam da gente, porque a gente respeita. A gente não deixa ninguém roubar ou traficar aqui. Então a gente virou amigo. E tem gente até que virou... a gente virou da família.*
>
> *T.D.M.: - São regras de convivência. Quando chega um novato aqui, se ele não aprender, ele não fica. Mas eu sempre dou um tempo pra ele. A gente fica aqui e todo mundo aqui observa a gente. E a gente observa também. Então elas olham aquele que vai pro sinal: - Ó,*

aquele ali faz uma coisa diferente. - Então está todo mundo sendo individualmente observado.

J.B.A.: - Um exemplo: outro dia eu estava ali sentado e vi um guarda falando pro outro: - É esse aí? - Aí eu já gritei: - O que é que tem eu? Eu não sei de nada. Eu não fiz nada, não. - Aí o outro guarda já gritou: - Ô, não é você não. - E falou para o outro guarda: - Esse aí é da hora. - Então a gente respeita. Se aqui não fosse assim e eu não me sentisse bem aqui, eu ia para um outro lugar, para outro grupo, onde eu me sentisse bem. Aqui eu aprendi muita coisa. O T.D.M. aqui tem muito conhecimento. Então, eu gosto muito de conversar com ele.

Carlos: - E sobre a farmácia, quais são as regras para ficar ali?

T.D.M.: - Tem que deixar tudo limpo.

L.M.R.: - Tem que deixar tudo arrumado e organizado, até porque é uma farmácia, né?

J.B.A.: - É uma questão de ética e moral.

T.D.M.: - A ética é uma decisão diária, uma decisão cotidiana.

(Nesse momento, chega um homem carregando um ventilador de teto e outras coisas em uma sacola plástica).

T.D.M.: - Olha lá, ele veio instalar um ventilador pra gente.

Carlos: - Então vocês combinam com eles e eles deixam vocês ficaram lá, desde que deixem tudo limpo. E os outros comércios?

L.M.R.: - A maioria aqui já conhece a gente. Alguns reclamam, mas a maioria já se acostumou com a gente aqui, porque a gente não mexe, não rouba, não é de bagunça.

T.D.M.: - Aí eles ajudam a gente. Tem um violão arquivado ali.

Carlos: - Ah, então aqui alguém toca?

J.B.A.: - Sim, a rua tem muitos tesouros.

Carlos: - Me fala desses tesouros. Que tipos de tesouros?

J.B.A.: - Cada pessoa tem um tesouro escondido. Às vezes parece que não tem nada, mas cada pessoa tem alguma coisa. As pessoas

me perguntam o que é que eu faço no sinal. Eu não sei dizer, eu já chego e converso. E não é me gabando, não, mas as pessoas vêm falar comigo, que eu sou uma pessoa agradável de conversar e de estar perto. Então eu posso não ter nada para oferecer, mas talvez eu tenha isso de saber conversar e agradar as pessoas. Pode ser um carisma, um conhecimento, uma ideia pra passar. Mas cada pessoa tem um tesouro escondido dentro de si.

Carlos: - Esse jeito de conversar com as pessoas contribui para elas te ajudarem?

J.B.A.: - Assim, tem algumas que não me escutam, que fingem que estão ouvindo, sabe? Às vezes passa um carro aqui e o cara grita de lá de dentro: - Vai trabalhar vagabundo. - O que eu penso dessa pessoa? Que ela tá revoltada com a vida, que ela tem problema em casa, brigou com a mulher, não tá feliz no trabalho... Aí desconta nos outros. Então tem vezes que converso com uma pessoa e depois ela me encontra e: - E aí, como é que você tá? Lembra de mim? -, fica amigo, diminui a distância.

Carlos: - Diminui a distância entre você e uma pessoa que não tá na rua?

J.B.A.: - Isso, isso mesmo. Ao mesmo tempo distante, ao mesmo tempo perto.

(Voltei ao assunto do violão para falar das coisas. Pergunto a T.D.M.:)

Carlos: - Mas você disse que tem um violão arquivado.

T.D.M. - É, tem um violão arquivado. Arquivar é o mesmo que guardar. A gente não fala guardar, porque quem guarda é o que? Tem dois tipos de linguagem: a linguagem culta e a língua dos alienados. Então tem alguns termos e vocabulários que a gente muda. Quando a gente vai falar com uma pessoa a gente fala: - Guarda aí pra mim? - Mas entre a gente, a gente fala arquivar.

*(*Nesse momento, o homem que estava com o ventilador vai embora, levando-o. T.D.M. comenta sobre ele)

T.D.M.: - Ele tem um fogão novinho arquivado, mas como não pode carregar e não pode deixar lá por muito tempo, ele vai vender por cinquenta reais.

Carlos: - E esse ventilador? Como ele conseguiu?

T.D.M.: - Ele vai vender também. Ele ganhou. Às vezes você anda por aí e encontra jogado num terreno ou numa casa da alta. Aí vai lá e pede, e depois, vende.

Carlos: - Quais são as formas de conseguir essas coisas?

J.B.A.: - Tem gente que rouba, tem gente que pede, tem gente que ganha. Às vezes, o cara quer trocar alguma coisa que tem em casa por uma nova.

T.D.M.: - Aí, tem gente que coloca na lixeira e se eu andar por aí nesses bairros da alta e vejo lá na lixeira, eu vou lá e pego e vendo por aí, no ferro velho, por exemplo.

J.B.A.: - A gente não tem uma vida muito programada. Eu comecei a ir pra rua quando os meus pais se separaram. Meu pai vivia passando muito tempo longe de casa. A gente vivia mudando. E quando os meus pais se separaram, eu fui pra casa de alguns parentes e nessa época eu já me envolvi com drogas. Meu primo também era e os pais dele se separaram, mas ele ficou bem. A mesma situação, mas decisões diferentes. Ninguém programa ir para a rua. A pessoa que mora na rua não tem uma vida programada. Eu decidi mesmo, quando comecei a dar problema pros meus parentes. Aí eu ia e ficava um tempo na rua e voltava. Ficava muito na casa da minha irmã. A gente brigava muito. E briga ainda. Nesse momento estávamos brigados. Aí meu cunhado chegava em casa e ele já tava com a cabeça quente comigo e ficava com ela também.

T.D.M.: - É por isso que eu gosto de ler. Mexe com a mente. Os livros salvaram a minha vida. Eu estou na rua, não sou da rua. Eu sou um ser que está em busca constante de evolução. No dia que eu parar de buscar, eu perco os meus sonhos.

(suas falas são interrompidas por um membro do grupo que avisa que, do outro lado da rua, estão levando o colchão do J.B.A. que estava na farmácia. Ele corre pra lá para buscar e volta com o colchão. O grupo fica atento para ver se ele vai conseguir de volta e ficam preparados para ajudá-lo caso a pessoa que o estava levando não quisesse devolvê-lo. Ao ver que ele conseguiu, pergunto para T.D.M. se os outros grupos têm as mesmas regras que eles)

T.D.M.: - Tem umas parecidas, mas cada um tem uma regra própria. Cada um pensa com a própria cabeça. Ali embaixo tem um grupo que não vê com bons olhos a galera da praça Dom Pedro. Eles não gostam muito da gente. Porque aqui, pra ficar aqui, o negócio é doido.

Carlos: - Como vocês fazem para conseguir as coisas que precisam aqui?

T.D.M.: - Cada um faz uma coisa, sai por aí e traz o que conseguiu.

Carlos: - E o que a pessoa traz, fica com ela?

T.D.M.: - Não, põe na roda pra todo mundo.

Carlos: - E se não quiser dividir?

T.D.M.: - Aí, esse é o cara que eu falei que não vai ficar por muito tempo aqui. Porque vem e fica só na aba dos outros, e na hora de dar, passa a mão na cara (trapacear) *de todo mundo. Uma vez um cara da Bratac*[2] *que tava traficando lá, ficou um tempo aqui* (alguém que não dividia nada)*. Quando a gente chegou junto, ele meteu o pé na churrasqueira. A gente pegou ele e falou: - Nunca mais você coloca os pés aqui. - Rapidinho o dono da Bratac ficou sabendo e nunca mais ele apareceu.*

Carlos: - E como é que ele ficou sabendo?

(T.D.M. começou a dar risada. Acho que falou demais)

Carlos: - A gira correu?

(continuou dando risada e começou a cantar uma música:)

T.D.M.: - O homem que sabia demais, não sabia... Não sabia esquecer. Nem voltar atrás, pois sabia mais, muito mais do que podia saber.

Percebi que perguntei demais e era hora de encerrar a entrevista, além de também perceber que todos já estavam se movimentando para sair e buscar recursos para a janta. Foi uma entrevista muito rica e que proporciona um entendimento de como as pessoas vivem nas ruas: as histórias de ingressos na rua, como se organizam, como se relacionam com a população domiciliada e comerciantes à sua volta, os lugares que ocupam, as coisas que conseguem,

[2]Favela localizada no bairro Gaion, na Zona Oeste de Londrina, conhecida pelo nome da fábrica de fiação de seda Bratac, instalada no mesmo bairro.

vendem, dividem, e também, seus *tesouros* escondidos. Analisar estes aspectos, do ponto de vista de quem mora na rua, é um dos objetivos desta pesquisa.

A população em situação de rua tem sido percebida pelo poder público como um problema para a vida urbana, pois é considerada um contraponto às normas estabelecidas para o uso dos espaços públicos e privados, bem como para o modelo do que se considera viver como ser humano. Observa-se que a percepção que se tem de moradores em situação de rua varia: ora são vistos como coitados, ora como bandidos e, especialmente, nas concepções de profissionais especializados na problemática em questão, como sujeitos de direitos. No dia 10 de março de 2019, o jornal *Folha de Londrina* publicou uma reportagem intitulada "Moradores de rua se 'multiplicam em Londrina", na qual aborda o crescente número de pessoas vivendo nessas condições e como a população do centro da cidade tem percebido a sua presença:

> A população de rua em Londrina cresce a olhos vistos. Na região central da cidade, aumentou o número de pessoas dormindo sob as marquises e em praças. (...) Para os moradores da região central, os sem-teto representam um incômodo. A população do entorno das áreas utilizadas como refúgio citam a sujeira, o barulho, o consumo de drogas e o medo da violência como motivos para desejarem a remoção dos moradores de rua. Já os desabrigados têm consciência de que são um problema, mas lembram a sociedade de que a rua não é escolha, mas falta de opção. (SARIS, 2019).

Este trecho da matéria do jornal revela a tensão existente entre as pessoas em situação de rua e a população domiciliada no centro da cidade. Tensão na qual a existência dessa população já não pode mais ser ignorada, mas que, no entanto, reforça os estigmas sobre ela, fomentando ao mesmo tempo, por um lado, ações de caridade e de assistência social e por outro, ações higienistas e repressivas. Outro trecho, na mesma reportagem, revela a visão de dois residentes do bairro central da cidade:

> Ele acredita que falta uma intervenção mais enérgica da Polícia Militar para coibir a permanência dos moradores de rua no centro. "Um tempo atrás, no Zerão, ninguém conseguia tirar esse pessoal de lá. Com algumas visitas da PM, eles sumiram".
> (...)
> "A primeira vez que eles dormiram aqui, fiquei desconfortável e pensei em pedir para saírem, mas refleti e vi que a situação deles era bem pior do que a minha. Conversei e pedi para que tirassem

> papelões, cobertores e outros pertences no horário comercial. Chegamos a um acordo, mas tenho medo do que pode se transformar isso aqui. Medo da violência", comentou. (SARIS, 2019).

A equipe da reportagem também entrevistou Leonardo Aparecido Gomes, coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), que já esteve em situação de rua e expressa a sua perspectiva sobre o olhar da população domiciliada:

> Aqui em Londrina não tem estrutura suficiente para atender essas pessoas e a sociedade discrimina os moradores de rua. Eles são invisíveis para a sociedade. Só quando começam a usar drogas, roubar, é que ficam visíveis. (SARIS, 2019).

Pode-se observar nestes trechos não apenas a proporção que tomou um fenômeno encarado como um problema social, mas também a revelação de uma concepção sobre a normativa considerada adequada para os usos do espaço urbano e os limites do direito de ir, vir e permanecer na rua. Em um grau maior, a situação de rua se apresenta como uma ruptura a uma lógica civilizacional específica no que se refere ao modo de habitar e circular pela cidade.

Com esta pesquisa busco analisar a dinâmica da "viração" e "circulação" no fenômeno da situação de rua de Londrina, acrescentando ao foco da análise a relação dos habitantes das ruas[3] com as coisas, isto é, com os objetos que utilizam em seu cotidiano, que acabam por ser parte das relações sociais vivenciadas na situação de rua. Trata-se, então, de analisar as práticas de socialidade entre a população em situação de rua focando, especialmente, o papel que as coisas – objetos de cunho material e com atribuições simbólicas – têm na relação entre as pessoas, como elas são inseridas na dinâmica de circulação e viração, característica da população em situação de rua.

O conceito socialidade remete a um conjunto de relações humanas abertas a constantes possibilidades de atualização. Através deste conceito é possível analisar que as sociedades ou os grupos humanos não são isolados em si, em territórios fechados de um modo que se possa defini-los com noções ontológicas

[3] Simone Frangella (2004) utiliza o termo *habitante da rua* em alguns momentos de sua etnografia. O termo se complementa com a concepção de habitar como prática de espacialização de hábitos de Kasper (2006, p. 44). Por isso adotei o mesmo termo em vários momentos, ao me referir a pessoas em situação de rua.

e identidades imutáveis. Ao contrário, concebe-os em suas características relacionais capazes de construir mediações entre diversas e distintas organizações e suas elaborações simbólicas. Tais mediações se dão em movimentos que põem em jogo as propriedades inventivas entre individualidades e coletividades distintas, constituindo entre elas relações nas quais se diferenciam ao mesmo tempo em que se integram, atualizando seus valores e práticas sociais. (WAGNER, 2010; STRATHERN, 2006; CASTRO 2002).

Para tal efeito, procuro descrever como a circulação de pessoas e de coisas estabelecem pontos de comunicação entre diversos grupos sociais e seus diferentes códigos e valores, produzindo formas alternativas de interação entre a população em situação de rua e outros grupos. Faz-se necessário descrever os tipos de coisas que predominam neste universo, seus aspectos materiais e simbólicos, bem como as formas de manejo praticadas sobre elas e os tipos de relações nas quais estão inseridas. A respeito disso, procurarei mostrar como as práticas de *fortalecer*, *reciclagem* e *mangueio* fazem parte do processo de viração e circulação nas ruas de Londrina.

Analiso os aspectos de uma cultura material com base em um olhar sobre a rua como espaço de socialização e habitação. Para tanto, descrevo aspectos gerais da situação de rua de Londrina tendo como base o relatório da Pesquisa Pop-Rua, pesquisa amostral, que foi realizada na cidade em outubro do ano de 2018. Tal pesquisa, além de fazer uma estimativa do número de pessoas em situação de rua na cidade no período de sua realização, traz dados quantitativos relacionados às características das condições de vida, da saúde e as relações com as instituições e órgãos públicos de atendimento social.

Analisar as práticas presentes no cotidiano da população de rua permite compreender como são construídos seus modos de vida, interações sociais e estratégias de sobrevivência, tentando superar o imaginário do abandono e da exclusão social que fundamentalmente apresenta suas marcas, mas que não define por completo o fenômeno da vida na rua. Portanto, a proposta desta pesquisa apresenta a importância de reconhecer a diversidade, bem como as familiaridades presentes no fenômeno da situação de rua em relação à sociedade abrangente com suas normas e valores estabelecidos. Tal reconhecimento contribui para a resolução de conflitos, sejam individuais ou coletivos, uma vez que leva em consideração as várias vozes e visões que compreendem um determinado acontecimento ou

fenômeno sócio-histórico, permitindo a diminuição de preconceitos e desmistificação do imaginário da marginalidade que envolve a população estudada.

A investigação possibilitou compreender a dinâmica das relações próprias da cidade de Londrina (PR), revelando formas alternativas e criativas de uso do espaço público e de territorialização de práticas itinerantes na cidade. Tais formas alternativas põem em debate a ideia da exclusão e do isolamento social da população em situação de rua. A análise das dinâmicas da relação entre pessoas e coisas na situação de rua, permite também compreender as manipulações materiais e simbólicas relacionadas a outras formas de uso, valorização e manutenção de bens necessários no cotidiano, que trazem contribuições para as análises antropológicas já realizadas sobre o fenômeno da situação de rua e sobre outros modos pelos quais as relações sociais se constroem a partir das coisas.

A importância de um olhar antropológico para este fenômeno social demonstra a necessidade de compreender formas alternativas e inventivas de viver, bem como compreender diversos discursos e valores que caracterizam uma abordagem plural sobre o assunto. A valorização de tais discursos, sem ignorar os processos históricos, sociais e políticos associados à situação de rua, contraria a visão, geralmente corriqueira, que define esse fenômeno somente pelo prisma da falta, desconsiderando suas potencialidades e capacidades de criação de outros modos de socialidades que possibilitam, dentre outras, as resoluções de alguns de seus problemas pragmáticos. Tal abordagem, ainda, contribui para a análise de como grupos sociais vivem sob condições instáveis, operando códigos de valores e condutas diversas e, por vezes, conflitantes (MELO, 2011, p. 19).

Meu interesse por este tema se desenvolveu a partir de minha convivência com pessoas em situação de rua, atendidas em serviços de acolhimento provisório. Desde 2012, trabalho como educador social no abrigo Casa do Bom Samaritano, localizado no bairro Vila Marísia, na cidade de Londrina. Neste abrigo são atendidas pessoas entre 18 e 60 anos em situação de rua e em residência psiquiátrica.

Durante este tempo de experiência como educador social, sempre registrei coisas que me intrigavam ou chamaram a atenção, mesmo quando ainda não tinha a pretensão de realizar uma pesquisa acadêmica sobre o assunto. Por isso, minhas próprias memórias anteriores ao projeto de pesquisa também estão inseridas no estudo como material de análise, sendo citadas como *registro de*

memórias. Ademais, estas memórias foram muito úteis e fundamentais para a formulação deste projeto, pois são elas que me impulsionaram a realizar a pesquisa. A partir delas, no contexto da pesquisa acadêmica, realizei trabalho de campo no abrigo e em algumas ruas e praças de Londrina, e entrevistas com pessoas em situação de rua. O critério de escolha dos meus interlocutores para a realização das entrevistas é que fossem maiores de 18 anos e que tiveram um tempo de vivência em situação de rua igual ou superior a um ano, ou seja, o tempo suficiente para compreender as práticas de socialidade nesse espaço. As conversas informais que registrei em campo estão diferenciadas das entrevistas, sendo citadas como observações de campo. A seguir, apresento a estrutura do desenvolvimento da dissertação:

No capítulo 2, descrevo como se deu o meu processo de aproximação e distanciamento com o campo, discutindo sobre a minha dupla identidade de pesquisador e educador social. Realizar uma pesquisa nestas condições exige refletir sobre meu lugar de profissional do abrigo e o lugar de pesquisador, pois embora os dois papéis tenham muitas semelhanças, é preciso pensar nas diferenças entre eles e como um influencia o outro. Esses dois lugares se interpenetram, mas se diferenciam na natureza do papel a ser desenvolvido em cada um: enquanto a partir de um deles busco a compreensão desta realidade, no outro participo em função do comprometimento com atendimento socioassistencial. Entretanto, não deixo de ser um pesquisador enquanto exerço o meu trabalho, pois, como cientista social, eu sempre estive analisando questões relacionadas ao fenômeno da rua e ao público atendido no abrigo. Nesta discussão, que diz respeito ao caráter reflexivo e pragmático da minha pesquisa, dialogo com as pesquisadoras Schuch (2002) e Zacher (2007), que trazem suas experiências de atuação em instituições como agentes e pesquisadoras e abordam a temática da postura reflexiva em campo a partir destas condições.

A partir desta discussão, no mesmo capítulo, descrevo algumas das pesquisas antropológicas sobre a população em situação de rua no contexto brasileiro, que utilizo aqui como base para minha análise (GREGORI, 2000; FRANGELLA, 2004; KASPER, 2006; MELO, 2011; SHUCH, 2012; e SILVA, 2012). Tais pesquisas têm procurado evidenciar as diversas expectativas a partir das próprias práticas e discursos manifestos destas populações. Estes/as autores/as realizaram etnografias que proporcionam a compreensão dos aspectos de

socialidade, corporalidade, territorialidade e a relação com as coisas que se inserem nas práticas de “circulação” e “viração”.

Ainda nesse capítulo, abordo as bases teóricas e metodológicas que fundamentam a pesquisa. Em diálogo com autores como Ingold (2012) e Schmidt (2008), discorro sobre uma antropologia de postura reflexiva, isto é, fundamentada em uma prática constante de autoquestionamento que se dá através de movimentos de aproximação e distanciamento do objeto de pesquisa. Nesta postura, o conhecimento resultante da pesquisa é construído juntamente com o pesquisado, reconhecido como um sujeito da investigação, pois compartilha seus conhecimentos sobre a realidade em que vive. Assim, a teoria lança um olhar sobre realidades que nunca estão prontas e acabadas, mas em constantes transformações através dos devires de cada ser presente no ambiente habitado (INGOLD, 2012).

Nesta parte do trabalho também descrevo os procedimentos éticos e metodológicos que utilizei no trabalho de campo, especialmente os cuidados que tive ao pesquisar uma população vulnerável, com características de alta complexidade social.

No capítulo 3 abordo as diversas visões sobre o fenômeno da situação de rua. A complexidade de tal fenômeno o insere em uma série de redes discursivas que envolvem o poder público; instituições de atendimento social, especialmente as entidades religiosas; a própria população em situação de rua; e associações de outros grupos. Cada uma dessas instâncias apresenta uma postura específica diante do assunto, de modo que acabam por produzir conceitos e definições próprias sobre as pessoas em situação de rua. Sobre isso, essas definições bem como as propostas de prestar apoio à população de rua têm ignorado, historicamente, a condição dessas populações de agentes protagonistas de sua própria forma de vida. Esta pesquisa vai de encontro a outros autores que partem de uma noção complexa e plural da situação de rua (MELO, 2011; SCHUCH, 2012). Esta noção representa um avanço originado nas discussões que adotaram o termo “situação”, que longe de inferir uma definição ontológica para as populações que habitam as ruas, confere a elas uma condição provisória no percurso de suas vidas. Além de descrever estas visões, são apresentadas algumas falas de pessoas que vivem esta realidade, que também não a definem por completo, pois não se trata de uma população homogênea, mas oferecem subsídios para pensar suas diversas perspectivas sobre o modo como vivem.

A partir da análise dessas diferentes concepções que se tornam pertinentes no plano científico e político, apresento alguns dados do Relatório final da Pesquisa Pop-Rua para analisar alguns aspectos da realidade da situação de rua na cidade de Londrina, as ações presentes nas políticas públicas, instituições de atendimento social e grupos religiosos, como também, as táticas e estratégias da população estudada diante das experiências de seus percursos.

Por fim, no capítulo 4, abordo a temática da “circulação” e “viração”. As dinâmicas sociais da situação de rua são formadas em “circulação”, termo utilizado por Maria Filomena Gregori (2000), para descrever o movimento gerado pelas diversas passagens que meninos e meninas em situação de rua fazem entre famílias, a rua e instituições de atendimento social. A autora observou como a circulação entre esses espaços, em diferentes momentos, promove relações familiares e institucionais que formulam a identidade da situação de rua. Juntamente com a circulação, Gregori utilizou o termo “viração” para nomear as práticas cotidianas aprendidas nas ruas para saber “se virar” nas situações e condições que elas apresentam. Assim, para a autora, na viração e na circulação está a base da sociabilidade da situação de rua. Destarte, *ir* e *vir* pressupõe movimento entre lugares diferentes, que podem ser as ruas, as cidades, os estados ou os países, sem importar o status da fronteira ou a distância. Mas estas duas ações, quando pensadas na situação de rua, traduzem não apenas uma forma provisória de estar, sair ou retornar a algum lugar, mas também o direito de circular por espaços, ocupá-los ou abandoná-los.

Para analisar estas relações sociais engendradas na rua, postulo que é necessário adicionar outro elemento no estudo desta população: as coisas, que também circulam entre as pessoas em situação de rua e fazem parte da viração. Portanto, insiro a discussão de como as coisas transitam na viração e na circulação pelas ruas. Sobre isto, há uma série de modos de lidar com as coisas tanto nas formas, funções e propriedades que apresentam para diferentes usos, como nas diversas maneiras de fazer as coisas transitarem através de doações, compartilhamentos, trocas, vendas, enfim, maneiras pelas quais as coisas circulam entre as pessoas. Diante disso, pode-se pensar na formação de uma cultura material a partir das relações entre as pessoas e as coisas, para o qual tenho dialogado com os estudos de dois autores que trataram do assunto, Pierre Kasper (2006) e Daniel Miller (2013).

Kasper também realizou uma pesquisa com população em situação de rua, observando os diversos usos de caixotes de feiras e outros materiais, transformados em vários móveis e utensílios diferentes, aproveitando as possibilidades apresentadas pelas suas matérias e formas. Em sua análise, descreveu as potencialidades inventivas de pessoas em situação de rua ao criarem soluções materiais, desviando as funções ou formas originais de objetos adquiridos na rua. Trata-se de um reaproveitamento de materiais descartados com a finalidade de servirem para a construção de outros objetos úteis.

Por sua vez, Miller (2013), propõe a analisar a cultura material pelo prisma do modo que as coisas ou “trecos” transcendem as relações sociais, desprendendo-se de sua natureza de representar as pessoas ou corresponder a funções que restrinjam o seu uso. Nesta visão, embora as coisas possam ser criadas pelos seres humanos através do trabalho, a sua circulação gera relações sociais nas quais não apenas representam as pessoas, mas, também, as pessoas se tornam dependentes delas enquanto elementos que conferem um ordenamento dos espaços sociais. Desta forma, na situação de rua, as pessoas fazem uso de coisas que também circulam formando elos ou, também, gerando discórdias quanto aos modos de se relacionarem, ou antes, de se virarem, na rua.

Nas considerações finais procurei dar visibilidade para certos aspectos das práticas de socialidade que pude encontrar tanto em campo quanto nas etnografias sobre o assunto, mas que ainda não têm alcance nos debates políticos da cidade de Londrina. Não ignoro as limitações desta pesquisa, pois a complexidade do fenômeno requer priorizar algumas questões em detrimento de outras não menos importantes, como as questões de gênero, as implicações da saúde da população em situação de rua e o envolvimento com práticas criminais, que deverão estar presente numa futura pesquisa.

2 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E ÉTICOS DA PESQUISA REFLEXIVA

Neste capítulo descrevo o caminho que percorri para a construção da temática desta pesquisa, partindo da convivência e do diálogo com pessoas em situação de rua, em interlocução com o conhecimento construído em outros estudos realizados sobre o assunto. Diante disso, apresentarei previamente parte das teorias desses estudos, analisarei as implicações da minha participação dentro do cotidiano dos habitantes das ruas e, consequentemente, a minha postura adotada enquanto pesquisador durante o processo de pesquisa.

2.1 Percursos teóricos da pesquisa

Como já mencionei, trabalho como educador social na Casa do Bom Samaritano de Londrina, abrigo de acolhimento institucional para homens adultos em situação de rua. Meu trabalho consiste em acompanhar o período de estadia dos atendidos, realizando o acolhimento, desacolhimento, cadastro de dados pessoais, orientação das regras de convivência interna, providência de roupas e materiais de higiene pessoal, acompanhamentos das atividades de rotina e escuta aos acolhidos. Esta última função diz respeito à atenção dada aos atendidos, quando querem conversar sobre assuntos diversos que podem ser os problemas de suas vidas, propostas para melhorar o atendimento social ou orientações de vários tipos, como procurar o endereço de alguma empresa na qual pretendam pedir emprego.

Exercendo minhas funções desde março do ano 2012 no cotidiano do abrigo, passados seis meses aproximadamente, resolvi registrar em um caderno pessoal de anotações muitas situações e conversas informais que tive através da atividade de escuta a acolhidos. Além disso, diversas observações e ocorrências presenciadas pelos educadores sociais, juntamente com as informações das atividades de rotina, são registradas oficialmente nos relatórios diários da instituição. Entretanto, preferi não fazer uma pesquisa documental destes relatórios, por mais interessante que seja, pois, além de exigir um trabalho e tempo muito extensos, as escutas aos acolhidos, geralmente, não são registradas e, quando o são, constam apenas como uma atividade realizada, sem incluir o conteúdo no registro, por ser um conteúdo confidencial entre o educador e o atendido, a não ser quando este último

solicite ou permita que a conversa seja compartilhada, como é o caso desta pesquisa.

Assim, as escutas revelam muito sobre a história de vida da população em situação de rua. Nos momentos de escuta, podemos perceber não apenas outra realidade, descrita a partir de quem a vive, mas também suas percepções e valores diante das situações que presenciam. As escutas, ainda, permitem-nos desenvolver uma relação mais próxima com os acolhidos, isto é, mais humana, diminuindo as possíveis distâncias que separam realidades distintas e possibilitando perceber razões ou motivações para os comportamentos e ideias que expressam.

Além das escutas, o próprio cadastro dos acolhidos já constitui um banco de dados interessante para conhecer alguns aspectos do público atendido. No cadastro, são registradas as estadias no abrigo, dados de escolaridade, profissão, raça/etnia e, quando possuem, deficiência física e transtornos psiquiátricos. Assim, desde que comecei a trabalhar no abrigo, todas as atividades relacionadas às funções do educador social, proporcionaram-me um conhecimento prévio sobre os atendidos.

Juntamente com estas atividades, o corpo de funcionários do abrigo passa periodicamente por encontros de capacitação organizados pela rede de serviços de atendimento social, através do Centro Pop, órgão da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pelo atendimento da população em situação de rua. Esses encontros têm como objetivo fazer com que os funcionários conheçam melhor os aspectos da situação de rua, abordando os problemas que os/as habitantes das ruas enfrentam nos percursos itinerantes de suas vidas. Assim, através de todas essas experiências, fui passando do estranhamento desse universo a uma inserção no mesmo cada vez maior mediante as capacitações e, principalmente, na convivência que fui adquirindo com os acolhidos do abrigo, através dos procedimentos de trabalho, das escutas e de situações que presenciei, provocando diversos questionamentos e a motivação para compreender mais esta população.

Desde os primeiros anos de contato com os acolhidos do abrigo, três aspectos me interessaram: 1) suas produções artesanais, elaboradas com materiais naturais ou coletados no lixo; 2) as performatividades de seus comportamentos; 3) e seus constantes retornos ao abrigo e à rua. Diante das inquietações que me suscitava a proximidade com esse universo, sempre achei necessária a realização

de uma pesquisa científica sobre a população em situação de rua em Londrina. Não obstante, nos primeiros anos de trabalho no abrigo, pesquisar essa população não se delineava como um objeto possível de pesquisas na pós-graduação, uma vez que minha trajetória de estudos de antropologia e ciências sociais estava ligada a pesquisas sobre a territorialidade e o patrimônio cultural das religiões afro-brasileiras. Embora em alguns momentos eu pudesse perceber algumas relações, as mesmas me pareciam um tanto isoladas ou fragmentadas, insuficientes para formular um objeto de pesquisa sobre esse assunto nesse universo[4]. Todavia, para explicar como cheguei à formulação desta pesquisa acadêmica é necessário descrever algumas experiências que me marcaram, a começar por alguns significados não técnicos sobre a situação de rua.

As primeiras impressões que tive no contato com os acolhidos do abrigo, levaram-me a pensar que estava tendo contato com um *universo à parte*, definido como o *lado B da sociedade* nos pronunciamentos da coordenadora do abrigo, durante uma visita de voluntários que vieram conhecer a instituição. Na ocasião, ela explicava como as pessoas que eram atendidas nos abrigos viviam sob alta complexidade social, como *maiores abandonados* sem proteção, sem trabalho regulamentado e direitos atendidos, construindo suas próprias regras e maneiras de viver na rua (Registro de Memórias, 12/05/2012). Com a expressão *lado B*, ela sugeriu um grupo social que vive sob condições diversas em relação às pessoas que têm um domicílio fixo, mas que, ao mesmo tempo, está ligado ao movimento da sociedade abrangente por níveis de socialidades assistenciais, através dos serviços públicos; de atividades econômicas informais, isto é, trabalhos não regulamentados e sem carteira assinada; e/ou atividades ilícitas em caso de furtos e envolvimento com tráfico de drogas.

Certo dia, durante o trabalho, numa atividade de escuta a um dos acolhidos do abrigo, ele me falou sobre como era viver sem documentos, sem trabalho e sobre a questão da dependência química. Para ilustrar estas condições, ele utilizou o termo *submundo*, indicando com essa expressão um universo avesso aos padrões de normalidade (Registro de Memórias, 04/10/2012). Também ouvi muitas vezes, de pessoas em situação de rua, a expressão *lixo da sociedade* para significar as vulnerabilidades de quem vive nas ruas, o que provocou em mim ainda

[4]Um estudo sobre como a cosmologia — entre os adeptos do candomblé e da umbanda — se insere no universo da situação de rua não deixa de ser um objeto de pesquisa interessante.

mais interesse por buscar compreender seus significados e sentidos. Vale a pena registrar duas declarações que contextualizam a ideia: uma delas expressada por M.G.F., uma mulher habitante da rua, que afirmou: *nós vivemos no lixo, somos o lixo da sociedade* (Observação de campo, 04/09/2018); e a outra, feita por uma profissional da área que disse: *a impressão que tenho é que o abrigo é o lixão da sociedade, aqui eles despejam as pessoas, descartam. Estamos reciclando pessoas* (Registro de Memórias, 09/08/2017). Estas declarações possibilitam pensar como a conotação de lixo e de *reciclagem* fazem parte dessa realidade, assunto que será abordado posteriormente. Mas estas frases tiveram sobre mim um impacto maior e se tornaram mais concretas nas ocasiões em que fiz uma das tarefas atribuídas aos educadores sociais do abrigo: *reciclar* o maleiro, momentos nos quais tive oportunidade de entrar no "lixo", tocar no "lixo" e sentir o seu cheiro.

O maleiro é uma sala reservada para guardar as bagagens dos acolhidos ao serem abrigados. Muitos dos atendidos na instituição perdem suas vagas por não retornarem ao abrigo, sendo as mesmas cedidas para outras pessoas. Uma das regras do abrigo, consentida pelos usuários da instituição, no momento de ingresso, consiste no compromisso de levarem consigo os seus pertences ao se desligarem do abrigo. Porém, quando não retornam sem aviso de desligamento, suas bagagens permanecem guardadas por uma semana no maleiro, esperando que compareçam nos dias seguintes para resgatar seus pertences, o que gera um acúmulo de diversas coisas guardadas nesta sala. O maleiro deve ser *reciclado* semanalmente, o que significa verificar as bagagens que ficaram guardadas por mais de uma semana, abri-las e retirar todo o conteúdo das mesmas, colocando para doação o que puder ser reaproveitado, como roupas em condições de uso; jogando no lixo o que não for reutilizável; e guardando, se houver, dinheiro e documentos do dono da bagagem.

Tais procedimentos são necessários para a economia do espaço e higiene do maleiro, evitando a proliferação de bactérias e a presença de insetos e ratos, pois é o que ocorrerá se essa sala não for limpa por muito tempo. Durante os procedimentos de reciclagem do maleiro, encontrei uma variedade de coisas que podem dizer algo a respeito dos seus recentes donos. Digo recentes, porque nem sempre são os primeiros donos dos objetos encontrados, assim como não serão os últimos, pois, conforme me familiarizava com essa realidade, fui aos poucos percebendo o quanto seus pertences circulam de mão em mão. Sobre essas coisas,

nunca se sabe o que vai ser encontrado quando uma bagagem for aberta. Já encontrei potes de marmita com comida estragada; roupas sujas, molhadas e mofadas, também roupas limpas; colares, pulseiras, CDs, DVDs, aparelhos eletrônicos, pedaços de aparelhos eletrônicos, fios elétricos, ferramentas, talheres, fotografias de família, diários, livros, preservativos embalados ou usados, brinquedos, documentos, laudos médicos, remédios.

Diante dessa variedade de objetos, cabe perguntar as motivações para carregar algumas destas coisas. Por que as deixam para trás? Por que não retornam para buscá-las? Será que também descartaram? Será que eram realmente suas? Por que deixar documentos e fotos da família para trás? Será que não querem mais lembranças da família? Será que não querem mais ser quem são no documento de identidade? As perguntas são tão diversas quanto as variadas motivações para carregar e deixar tais coisas. É possível conjecturar algumas respostas para estas perguntas, mas em relação às coisas, o que me interessa é que elas foram trazidas até ali e, dali serão recicladas para outros usos de outras pessoas. O percurso destas coisas, que acabou sendo um dos focos centrais da pesquisa, será abordado mais adiante.

Voltando aos recorrentes discursos que reproduziam a concepção da rua como um *universo à parte*, *submundo* ou *lado B,* me estimulavam mais a conhecer esse outro mundo, por ele representar um lugar complexo e diferenciado, coexistindo dentro da sociedade abrangente. Assim, o meu interesse pelas coisas, especialmente pelas produções artesanais que eles mesmos fabricam, deu lugar a outro aspecto reiterado das práticas dos habitantes das ruas, observado em duas peças teatrais que presenciei: uma no abrigo e a outra por ocasião da VI Conferencia Municipal de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas. O conteúdo de tais peças trazia mensagens diferentes, porém relacionadas ao contexto no qual as peças foram encenadas.

A primeira peça ocorreu em dezembro de 2013, na confraternização organizada anualmente no abrigo. Nesta ocasião, acolhidos do abrigo e de outras instituições, funcionários e os diretores da Casa do Bom Samaritano com suas famílias e outros convidados comparecem para confraternizar. O que foi significativo nesse ano foi a apresentação de uma peça teatral, organizada por uma educadora social do período noturno juntamente com os acolhidos. Na peça, uma mãe procurava pelo filho que estava em situação de rua por ter ido embora de casa, após

brigar com o pai que não aceitava o uso de drogas. A mãe encontra os companheiros de rua do filho, mas ninguém sabe onde ele está, até ela encontrar outro personagem em tratamento para dependência química, que diz que o seu filho desaparecido está querendo se tratar e voltar para a família. Logo após, a mãe encontra o filho e o leva para casa para conversar com o pai, que o perdoa e o filho entra em tratamento. Finalizado o tratamento, o filho volta para as ruas, porém não para retomar o uso das substâncias psicoativas, mas para convidar os amigos a fazerem também o tratamento (Registro de Memórias, 21/12/2013). Pareceu-me que a peça representou, muito mais, a expectativa da instituição em relação à questão da dependência química. O abandono do consumo de substâncias psicoativas é um desejo declarado por muitos dependentes, embora a sua expressão possa ser mais uma reprodução de expectativas sociais sobre o que se espera do dependente químico. Não obstante, a realidade não é tão simples como na peça teatral, pois o tratamento da dependência química, na maioria dos casos, ocorre por um longo período que oscila entre a abstenção, as crises de abstinência e as *recaídas*, isto é, a volta ao uso, que também pode significar a volta para a situação de rua.

Dois aspectos desta peça me interessaram: a oscilação entre o uso e a abstenção das drogas e o potencial teatral dos participantes. A peça revestiu algo que se pode perceber na maioria dos habitantes das ruas, que é a habilidade de dramatizar no seu cotidiano, ou seja, as capacidades performáticas são acionadas em situações da vida real como em um jogo de representações, no qual o personagem deve convencer aquele com quem está em contato. Tal performance pode ser percebida no ato de *manguear*, descrito por uma assistente social do Centro Pop como o *ato de pedir dinheiro na rua a partir de um discurso* (Observação de campo, 10/02/2019). No ato de *manguear* é preciso representar um personagem para convencer outra pessoa para ajudá-lo. Nestas situações, o habitante da rua, como um ator, troca de personagens conforme a situação, ocorrendo o mesmo em outros momentos, como nos atendimentos sociais, nos quais precisam convencer quem os atende. Isso não significa que estão mentindo, mas apenas utilizando de uma performance para reforçar o convencimento.

A segunda peça ocorreu também em dezembro de 2013, durante a VI Conferencia Municipal de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas. Nessa, usuários atendidos na rede de serviços sociais, dividiram o palco em duas partes, sendo uma

representando um *mocó*[5], e a outra, utilizando uma escrivaninha, que representava diversos locais de atendimento social, pelos quais as pessoas em situação de rua passam buscando ajuda. Um ator caminhava de uma parte à outra buscando informações de como receber ajuda. A cada momento que retornava à escrivaninha, era um atendimento diferente: no Centro Pop, nos abrigos, na prefeitura, no Ministério Público. Por fim, o personagem finalizou retornando ao lado do *mocó* por ter conseguido, do lado da escrivaninha, apenas informações e nenhuma solução. Assim, a peça foi uma crítica ao sistema de atendimento quanto à falta de vagas em abrigos e comunidades terapêuticas, à burocracia, à demora em processos para receber algum auxílio e outras dificuldades apontadas na encenação. Por um momento, pensei que este seria o único momento e espaço que teriam para transmitir uma mensagem, no entanto, o que ocorreu em seguida foi bem diferente. Após a leitura e algumas discussões da pauta relacionada ao evento, foi dado início a propostas de encaminhamento para os programas de políticas públicas, nas quais os usuários da rede de serviços sociais, pessoas em situação de rua, participaram ativamente encaminhando as suas reivindicações, mesmo sem saber se seriam atendidas (Registro de Memórias, 21/12/2013).

Diante disto, percebi que estava ocorrendo uma organização da população em situação de rua em volta dos aparelhos políticos para promover sua participação na formulação de políticas públicas. Esta organização, que ainda está em processo, deu-se através da união de esforços do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e de profissionais atuantes na rede de serviço social. Na medida em que esta população aumentou o seu contato com programas sociais e ações no Ministério Público, fora se apropriando de conhecimentos que fomentaram esta organização política. Portanto, o que me pareceu é que havia um processo em curso, no qual a população de rua estava cada vez mais organizada, o que me levou a pensar nas características de um processo social de ritualização, ou um drama social, nos termos formulados por Victor Turner (2008). Entretanto, é um drama no qual a fase de liminaridade se perpetua, mesmo que esta população imprima suas próprias marcas políticas na estrutura normativa da política pública de assistência social.

[5] Local de permanência de agrupamentos de pessoas em situação de rua.

A partir de então, iniciei um processo gradual de distanciamento da posição de educador social para elaborar uma proposta de estudo acadêmico, a fim de compreender o fenômeno da situação de rua da cidade de Londrina. Seguindo as teorias de Turner a respeito do Drama Social, elaborei, inicialmente, um projeto de pesquisa para o mestrado de Ciências Sociais, procurando compreender como se dava o conflito entre a população em situação de rua com os diversos setores sociais e o poder público. Dentro desta proposta, partindo do pressuposto de que a população de rua se encontrava em um estado de liminaridade, o projeto propunha compreender como se davam as práticas de socialidade entre esta população.

No entanto, no início do meu ingresso no curso de mestrado, após diálogos com as minhas orientadoras, a Profa. Dra. Martha Ramirez-Gálvez e a Profa. Dra. Leila Jeolás, concordamos que havia problemas em pensar esta realidade a partir da obra de Turner (1974; 2008), pois o estado de liminaridade dentro de um processo ritual, em sociedades tradicionais, possuía um caráter de obrigatoriedade e era previsto no próprio curso das práticas ritualísticas. Além disso, no caso das sociedades pós-industriais, o estágio de liminaridade, reelaborado com o termo “liminóide” (TURNER, 2012), ao contrário, apresentava um caráter lúdico e voluntário. Conhecendo mais as histórias de vida de pessoas em situação de rua e relacionando-as com a bibliografia estudada, percebe-se que não há nenhum caráter de obrigatoriedade ou voluntariado na situação de rua. Ademais, ainda que se possa pensar a situação de rua como um estado de liminaridade, no sentido de um espaço entremundos, ou um *universo à parte*, ou, ainda, um *submundo*, como referido pelo acolhido do abrigo, pareceu-nos equivocado supor que as pessoas em situação de rua estejam em um processo linear, pré-definido com etapas próprias dos rituais, no qual percorrem um caminho para chegar a algum lugar previsto.

Uma vez que este entremeio não é entre dois estágios – ou dois mundos, o território fluido da rua se encontra no limiar de diversos processos e entre limites de diversos outros mundos de outros códigos. Ademais, esses limites não estão em uma oposição absoluta, mas permeados de conexões. Se for para pensar em termos de liminaridade, não se trataria de um processo ou uma trajetória linear, mas de potenciais processos, de várias possibilidades imprevistas e de vários percursos para caminhos diversos. Tratar-se-ia de uma liminaridade que permite sua partida, desvios, paradas e retornos; que não se finda, mas que é constantemente reiniciada

e revivida; e, deste modo, uma liminaridade que transpõe sua fronteira, levando sua experiência para outras instâncias, outros mundos e outros códigos normativos.

As noções de ritual e drama, portanto, podem ser pensadas a partir dos aspectos particulares que o contexto próprio do habitar as ruas apresenta. Para tanto, as etnografias brasileiras dão uma grande contribuição para repensar esses conceitos. As pesquisas antropológicas com pessoas em situação de rua revelam encontros e percursos trilhados pelos/as pesquisadores/as entre ruas, abrigos, praças, nos quais, cada lugar constitui um contexto específico para determinadas práticas e discursos que contribuem para o estudo desse fenômeno. Alguns conceitos, propostos em pesquisas antropológicas, sobre a problemática analisada foram chave para as reflexões aqui propostas. Sobre isso, os conceitos de “viração” e “circulação” na dinâmica de habitar as ruas, aqui adotados e propostos por Maria Filomena Gregori (2000) e Simone Frangella (2004), tornaram-se de grande valia para este estudo.

2.1.1 Sobre o ir e vir: o sonho que se sonha buscando realização enquanto se caminha

Gregori (2000) realizou sua pesquisa com meninos e meninas em situação de rua da cidade de São Paulo, nas regiões da Praça da Sé e da Av. Paulista, entre os anos de 1991 a 1995. A investigação teve duas fases, sendo a primeira, de 1991 a 1993, dedicada aos agrupamentos das crianças em situação de rua e a segunda, que perdurou até 1995, dedicada às relações com as instituições de acolhimento e às atividades socioeducativas. Os “meninos” e “meninas de rua”, com os quais Gregori realizou seu trabalho de campo, transitavam entre estadias com a família, estadias na rua e nas instituições de atendimento social. A autora acompanhou a rotina destas crianças tanto na rua quanto dentro das instituições e, além das entrevistas realizadas com estes/as, também entrevistou profissionais da rede de serviços assistenciais e autoridades do governo.

Gregori cunhou o termo “viração” para indicar um conjunto de ações e experiências vividas que, gradualmente, leva crianças e adolescentes em situação de rua a se tornarem de fato “meninos” e “meninas de rua”. Desta forma, a autora destaca que a distância da família e a ida para rua não ocorrem de modo repentino, mas após uma série de contatos com esse universo, que vai se tornando parte de

seu cotidiano. Isto é, a sua situação de rua não é imediata e nem permanente, mas caracterizada por uma constante rotatividade que ela definiu com “circulação”. Nesta, crianças e adolescentes circulam entre a família, a rua e instituições de atendimento social. É nesta circulação que ocorrem gradativamente as rupturas com a família e a escola, desenrolando-se o processo de viração.

Gregori também observou o manejo de códigos distintos ligados a diferentes contextos, correspondentes às relações institucionais e aos agrupamentos da rua pelos trajetos e seus pontos de encontro, nos quais meninos e meninas trafegam “entre mendicância e infração, nas horas certas e com as pessoas certas. O esforço para equacionar essas duas formas de “se virar”, permeia toda a situação de rua dessas crianças, orientando o modo como agem e constroem suas representações de mundo” (GREGORI, 2000, p. 123). Assim, o drama pode ser analisado a partir do conjunto de “práticas e estímulos relacionais” do cotidiano que vão compondo a dinâmica local de viração e circulação. Nas palavras da autora:

> A primeira implicação importante dessa descrição é a de desmistificarmos a noção corrente de que existe um comportamento genérico dos meninos de rua. Comparando esses agrupamentos, foi possível reconhecer que há uma significativa variação em seus modos de se relacionar. E, o que me parece mais intrigante: esta variação está diretamente ligada ao estabelecimento de contatos e de convívio com contexto de interação específico. (GREGORI, 2000, p. 123).

Partindo da ideia de circulação, Simone Frangella (2004) analisou a construção da corporeidade da população em situação de rua na sua interface com o espaço urbano. Sua pesquisa de campo foi realizada junto a pessoas adultas entre 25 a 60 anos, trazendo importantes contribuições ao trabalho com crianças e adolescentes desenvolvido por Gregori. A diferença do estudo de Frangella radica não apenas na idade da população alvo, mas também nas trajetórias de ingresso na vida nas ruas, nas diferentes dinâmicas de movimentação e nas relações de trabalho (FRANGELLA, 2004, p. 14).

Frangella descreve a sua pesquisa, realizada entre 2001 e 2003, na cidade de São Paulo, em três etapas, sendo a primeira delas concentrada na busca de informações gerais e dados quantitativos junto ao poder público e às instituições de atendimento socioassistencial, nas quais realizou entrevistas com agentes que atuam nas mesmas. Esta etapa contribuiu para um mapeamento de categorias e

diferentes perfis das pessoas em situação de rua, bem como para compreender como se deu a formação da rede de atendimento nas três décadas que antecederam a pesquisa.

A etapa seguinte se concentrou nas atividades do refeitório Penaforte Mendes, que servia refeições gratuitas ao público atendido, onde devido à alta rotatividade e encontros fragmentados com as pessoas atendidas, procurou dar ênfase na técnica da observação participante. Nesta etapa, a pesquisadora observou, além da parceria da instituição com o poder público, a heterogeneidade dos atendidos, a interação entre os mesmos, as relações com o ato de comer, as classificações sociais com suas tensões e os aspectos da corporalidade presentes nas posturas de interações e diálogos durante o atendimento. Durante esta etapa, Frangella também acompanhou as ações socioeducativas de agentes da instituição realizadas no período noturno pelas ruas do centro da cidade, nas quais pôde observar as dinâmicas de sociabilidade noturnas nestas áreas urbanas.

A última etapa da pesquisa se concentrou na Praça Benemérito Brás, onde teve contato com pessoas em situação de rua que se fixavam neste local, no qual pôde estabelecer uma maior interação e realizar observações mais sistemáticas. Destas interações, Frangella manteve um acompanhamento maior com um homem e três mulheres que protagonizaram grande parte da pesquisa e são considerados pela autora como sua referência mediadora de circulação pela praça. Destaca-se que a pesquisadora descreveu cenários nos quais a rotatividade destas pessoas é intensa, o que observei de forma semelhante em minha pesquisa, como uma característica do modo de vida itinerante. Este fator, em grande medida, formata as estratégias de estudo entre esta população, as observações participantes e conversas fragmentadas, o que explica o maior contato com poucas pessoas no contexto em que Frangella realizou seu trabalho de campo. Nas palavras da autora:

> Considerei necessário fazer uma breve indicação dos sujeitos com quem estabeleci maior contato durante a pesquisa na rua, a fim de que se possa imaginá-los no espaço estudado e tê-los como referência de minha circulação pela praça. No entanto, para além destes momentos de contato mais denso, criei interações fragmentadas com outros de seus moradores, por meio das quais adicionei observações de suas práticas e enunciações. Muitas destas cenas e conversas pontuais registradas compuseram e complementaram minha análise. No geral, é preciso levar em conta que o cotidiano da pesquisa foi pautado por uma mescla da observação sistemática do refeitório e da praça, conversas regulares

> e ocasionais com os moradores do lugar e pelo registro de fragmentos de cenas e diálogos, enunciações pedestres emergentes em meus momentos de circulação pelo centro da cidade. (FRANGELLA, 2004, p. 18).

Frangella observou o mesmo fenômeno da viração entre os adultos, ainda que, mesmo com características diferentes de adesão à rua, também passam a fazer parte desta socialidade itinerante da rua, adotando suas práticas e ganhando lugar e identidade na rua, agregando assim, as formas de uma territorialidade própria que desafia os anseios das políticas de assistência social e dos projetos urbanísticos, pensados a partir de uma lógica elitista e higienista (FRANGELLA. 2004). A circulação, ou seja, o ciclo de idas e vindas entre instituições e a rua, são indicadores de políticas sociais insuficientes na realização de seus objetivos, na medida em que não dão conta de suprir a complexidade das demandas desta população. Desta forma, as políticas públicas institucionalizam a vida na rua sem apresentar caminhos para a quebra do seu ciclo ou diminuir suas vulnerabilidades, servindo, ao contrário, como mais um ponto de apoio do seu fluxo.

A partir desta percepção, a ritualização das ruas pode ser encontrada nas práticas de socialidade entre os habitantes das ruas e entre eles e outros grupos sociais, de tal forma que as suas fronteiras se revelam com possíveis passagens que não se dão mais em oposições rígidas entre os espaços da casa, da rua, dos órgãos de políticas públicas e das instituições de apoio social. Tal concepção permite visualizar a complexidade da situação de rua de forma dinâmica, desconstruindo as noções de isolamento para evidenciar seu aspecto de movimento.

A ideia de ir e vir que desenvolvo neste trabalho refere-se muito mais à “circulação” em caminhos abertos, em fluxos e percursos caracterizados pelo imprevisto e pelo que se apresenta no contexto cotidiano dos habitantes das ruas. Neste universo, as motivações se reconstroem, assim como os projetos de vida, de modo que muitas vezes, neste ir e vir, quando retornam ao abrigo, os planos podem ser outros, como também, pode não haver planos. Certa vez, em uma atividade de exibição de um filme, quando discutíamos sobre objetivos e projetos de vida, um acolhido declarou: *Precisamos sonhar, porque a nossa realidade é o sonho. É no sonho que a gente vive.* (Registro de Memórias, 07/08/2015). Refletindo sobre esta fala, percebi que os sonhos não são entendidos por ele como uma realização de desejos a ser alcançada no futuro, mas como uma constante reconstrução no

presente; não com coisas ou projetos idealizados, mas como um devir que as próprias circunstâncias apresentam. Um sonho que se sonha buscando realização enquanto se caminha. Neste universo, o sonho e a realidade estão abertos em um constante diálogo entre as expectativas e as possibilidades que se encontram no ambiente, assim como Tim Ingold (2012) observou:

> La diferencia entre planes y proyectos, por un lado y las esperanzas y sueños, por el otro, es que los primeros anticipan resultados finales mientras que los últimos no lo hacen. Los verbos “esperar” (de esperanza) y “soñar” no son transitivos — como “hacer” o “construir” — sino intransitivos — como “habitar” y “crecer”. Ellos denotan procesos que no empiezan aquí y terminan allí, sino procesos que van andando a través [carry on through]. Sugiero que al diseñar ambientes para la vida nosotros debemos usar “diseñar”, también como un verbo intransitivo. Es en este sentido que el diseño tiene un final abierto. (INGOLD, 2012, p. 32).

Destarte, para Ingold (2012), as formas de vida humana devem ser pensadas como um fluxo incessante de autoconstrução junto com o ambiente em que está inserida, o “ambiente de la experiencia vivida” (INGOLD, 2012, p. 22). Não se trata apenas de um olhar sobre o que as pessoas fazem em um determinado espaço, mas pensar o lugar sendo construído com as ações de toda a vida presente, isto é, todos os seres que compõem o ambiente em conjunto. Desta forma, a vida não é uma entidade separada do ambiente, porém, a vida e o ambiente são um todo integrado, como uma malha que está sempre se tecendo. A vida passa então a ser percebida não em um processo linear, mas como um encontro de devires:

> Como las raíces que crecen, los devenires humanos no se mueven por una dura y prefabricada superficie, como lo hacen los actores en un escenario o las piezas de un juego en el tablero. Ellas más bien encuentran o empujan su paso a través del suelo y, al hacerlo, contribuyen a su siempre emergente textura. Este es el tipo de movimiento que he llamado en otro lugar (Ingold, 2007: 81) “vagabundeo” [wayfairing], un movimiento que busca no conectar puntos o territorios predeterminados, sino más bien, en cada momento, seguir andando [keep on going]. Es decir, es un movimiento — o lo que es lo mismo, una relación — que no va entre, sino a lo largo de. Mientras que el movimiento del ser pre-hecho es cruzado y entre dos puntos [across and between], el movimiento del devenir es a través y a lo largo de [through and along]. (INGOLD, 2012, p. 46).

A “viração” e a “circulação”, portanto, se constituem através deste movimento que promove o encontro de pessoas no ambiente da rua, a partir do qual as suas práticas de socialidade são configuradas. Entretanto é preciso observar que na relação entre os/as habitantes das ruas e os lugares por onde passam, todos os componentes do espaço da rua têm cada um, o seu próprio devir. Portanto, as coisas – com seus aspectos materiais e simbólicos – devem ser pensadas como incorporadas nessas relações.

2.1.2 O ir e vir das coisas: doações, trocas, vendas e reciclagens

A partir destas análises, pode-se observar a comunicação que existe entre a população que habita as ruas e a cidade onde se encontra. Tiago Lemões da Silva (2012) analisa as relações familiares não consanguíneas, formadas na convivência na rua e as formas de ajuda mútua que estabelecem formações de agrupamentos protegidos por laços de solidariedade. Ele descreve a sociabilidade da situação de rua em três dimensões: 1) a relação sociofamiliar, permeada pela ruptura ou a fragilidade e reconstruções de laços familiares por parâmetros não consanguíneos; 2) “agentes do espaço público” – outros cidadãos que não estão em situação de rua e agentes do Estado e instituições de atendimento social; 3) e a relação entre os “pares da rua”. (SILVA, 2012, p. 20).

Tomo estas duas últimas dimensões como foco de análise para compreender como estas relações também estão permeadas pela circulação e trocas de objetos que são, ao mesmo tempo, de valor material e simbólico, os quais produzem várias formas de ressignificação das coisas no ato de *reciclar*. Ao compreender tal dimensão nesse universo, o sentido da pesquisa tomou outro caminho, dando início a uma nova fase, voltada para a compreensão das práticas de socialidade entre pessoas em situação de rua, precisando ir a campo para observar essa dinâmica fora do contexto institucional. Todavia, percebi que deveria mudar o foco dos locais de circulação comumente estudados, isto é, a família, a rua, as instituições, para observar, no movimento de ir e vir, o que fazem propriamente na rua que não tem relação com a rede de serviços sociais. Nessa perspectiva, voltei a pensar nos trabalhos que fazem, nas produções artesanais, nas coisas que encontram e vendem. Se antes eu perguntava como se organizam, passei a observar com o que se organizam, com o que se ajudam, encontrando que as coisas

que circulam nesse universo são essenciais para a compreensão das práticas de socialidade: coisas que compartilham, trocam ou vendem e, também coisas que reciclam.

Ao voltar o olhar para a circulação das coisas, observei que as relações dos habitantes das ruas com as mesmas, e também com a população domiciliada são caracterizadas pelo improviso e pela incerteza. Desta forma, a circulação é um movimento sempre aberto ao inesperado, pois os coletores de materiais recicláveis, por exemplo, mesmo quando trabalham sabendo o que estão procurando no lixo, nunca sabem o que vão encontrar junto com o que procuram. O lixo, juntamente com a própria rua, onde se encontra uma série de coisas jogadas, são locais de coisas inesperadas, o que pode ser compreendido na frase de A.R.G.: *Eu fico assim... Procurando. Procurando por aquilo que eu não perdi. E eu encontro, encontro muita coisa* (Registro de campo – 13/06/2018). Tais coisas, quando encontradas, despertam idéias sobre como utilizá-las ou colocá-las em circulação novamente, passando-as para outras pessoas. Portanto, os objetos inesperados se revelam e o improviso abre uma série de possibilidades de usos para essas coisas. Como um relógio que pode ser consertado, ou algum maquinário do qual podem ser retirados os fios ou peças metálicas e de plástico para vender em pontos de coleta de materiais recicláveis.

Da mesma maneira, a habilidade do improviso é acionada nas relações com as pessoas, relações de antecipadas incertezas de sucesso quanto a conseguir vender ou trocar algo, ou receber doação de dinheiro, comida, roupa, ou qualquer outra coisa. Desta forma, o improviso e a incerteza tão constantes levam a uma concepção de vida sempre aberta a possibilidades e soluções inventivas, ou, dito de outro modo, uma vida social em constante atualização. É através destes aspectos que se pode pensar em uma socialidade dos habitantes das ruas.

O conceito de socialidade dialoga com as teorias que consideram a sociedade em seu aspecto relacional e contestam a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade. Portanto, o indivíduo não é visto como um produto absoluto da sociedade, mas se considera a sua autonomia relativa, dotado de capacidade de acionar a “consciência” e “intencionalidade” como mecanismos de comunicação e ação abertas às possibilidades de novas relações e atualização de sua própria realidade. (CASTRO, 2002, p. 314). É o que expressa T.D.M. na entrevista descrita na introdução:

> *A ética é uma decisão diária, uma decisão cotidiana. (...) Eu estou na rua, não sou da rua. Eu sou um ser que está em busca constante de evolução. No dia que eu parar de buscar, eu perco os meus sonhos.* (Entrevista de campo: 20/11/2019)

Pode-se dizer que socialidade é um conceito que concebe as relações sociais em movimento de constantes reconfigurações em resposta às situações cotidianas. Diferentemente das concepções que ao analisar as relações de um grupo social elabora sobre ele uma visão de organização de regras fixas. Tal elaboração, na busca de compreender a coerência para as práticas sociais, acaba por gerar definições ontológicas e essencialistas sobre populações, pensadas como comunidades encerradas em seus territórios. Roy Wagner, ao questionar o conceito tradicional de sociedade e grupos sociais na antropologia, considera o conjunto das relações humanas a partir de situações imanentes que estimulam respostas improvisadas e inventivas (WAGNER, 2010a, p. 143-144). É deste modo que indivíduos pensados como pertencentes a circuitos sociais distintos constituem relações improváveis fora de suas fronteiras territoriais. Portanto, para o autor, a socialidade é "algo que 'se torna', não que 'se tornou' (...) as pessoas traçam fronteiras, impelem e eliciam, e as relações tomam conta de si mesmas" (WAGNER, 2010b, p. 250). Portanto, é na eliciação que, neste contexto, é a provocação de uma resposta, que as pessoas abrem espaços de comunicação para gerar possíveis relações.

Marilyn Strathern, ao analisar as trocas entre comunidades do Massim, na Melanésia, observou que a socialidade pode ser percebida como uma "espécie de impulso interior a constituir relações e manter a coesão entre povos que, de outra forma, permanecem estranhos uns aos outros" (STRATHERN, 2006, p. 288). A partir disto, o estranho sugere a existência de identidades distintas. Viveiros de Castro, ao analisar a socialidade amazônica, observa que há nesta uma hierarquia de afinidades que possibilitam as relações graduais no interior e exterior de coletivos. Deste modo, aquelas relações que estão no exterior e que estabelecem a distinção em relação aos que estão no interior, ocorrem através das possibilidades que definem estes últimos como "afins potenciais", aqueles que podem apresentar possibilidades de relações que os integram no sistema interno em uma "incorporação do fora" (CASTRO, 2002, 146).

Inspirando-me nestas ideias e transpondo-as para o contexto desta pesquisa, pode-se perceber que as relações dos habitantes das ruas também ocorrem na transposição de fronteiras no movimento de circulação, tanto entre as pessoas de agrupamentos de rua, quanto com pessoas domiciliadas. É isso que diminui as distâncias entre universos sociais distintos, tornando-os o que expressou J.B.A. na entrevista mencionada acima: *Ao mesmo tempo distante, ao mesmo tempo perto.*

Além das pesquisas até agora mencionadas, que contribuíram de forma consistente para abordar o objeto estudado, a análise de Pierre Kasper (2006) sobre as práticas de habitar as ruas, contribuiu para pensar as coisas que circulam entre as pessoas em situação de rua. A pesquisa de Kasper também foi realizada em São Paulo (SP), junto a pessoas em situação de rua que se fixaram na ilha de uma via urbana, do bairro Parque Dom Pedro II, que dá acesso ao viaduto 25 de Março e que o autor chamou de “ilha dos caixotes”. Foram vinte meses de trabalho de campo nos quais o pesquisador iniciou suas observações andando pelas ruas da região da Estação da Luz até focar o seu estudo nas práticas da ilha. Nesta, o autor estabeleceu contato direto com as pessoas ali fixadas e descreveu as suas práticas inventivas de manejo de coisas encontradas no lixo e caixotes de feira usados. Kasper observou como este manejo das coisas, as quais são modificadas e/ou desviadas de suas funções originais, podem ser entendidas como práticas inventivas de bricolagem. Diante disso, para o autor, a bricolagem é um dos componentes do habitar na rua, pois, na medida em que “os moradores de rua, não tendo acesso aos meios comuns para criar e manter uma casa, inventavam, através da bricolagem, outros modos de habitar”, compreendendo o termo habitar na perspectiva de práticas de espacialização de hábitos, “por fornecer um elo entre o corpo e o ambiente material”. (KASPER, 2006, p. 44)

Nesta relação, portanto, o corpo se habitua ao ambiente e às coisas presentes na sua composição (KASPER, 2006, p. 26). Esta percepção possibilita o diálogo com as pesquisas citadas, no que diz respeito aos aspectos da viração, circulação, territorialidade, corporalidade e à manipulação de códigos de distintos contextos de fronteiras físicas e simbólicas. Tais aspectos permeiam a minha análise junto às pessoas em situação de rua da cidade de Londrina, com a que busco contribuir para a compreensão deste fenômeno, adicionando uma análise de como esses processos de reciclagem e manejo das coisas são incorporadas nas práticas

de socialidade da população em situação de rua inserindo-as na dinâmica da viração e circulação.

A compreensão da situação de rua não se restringe aos sujeitos que vivem a/na rua. Houve situações nas quais presenciei pessoas doando, trocando ou vendendo coisas entre elas e entre outras pessoas que não estão em situação de rua. Em outros momentos, em entrevistas e atividades de escuta, ouvi relatos de outras situações em que pude observar as mesmas características de doações, trocas e vendas de pertences e objetos que circulam entre os indivíduos. Estes aspectos revelaram potencialidades sobre as formas de viver e se relacionar no ambiente da rua. As práticas de socialidade e de produções materiais por meio de objetos recicláveis coexistem, permitindo pensar na capacidade que esta população tem de recriar suas vidas e suas coisas a partir de um lugar socialmente representado de forma preconceituosa: o nada, isto é, a rua como lugar das pessoas que não têm nada, ou que perderam tudo, o lugar da indigência, ou da negação de humanidade. Porém, nas palavras de J.B.A. - *A rua tem muitos tesouros* - , encontra-se outra percepção, ou seja, o ponto de vista de quem aprendeu a viver e *se virar* na rua.

2.2 O ir e vir entre o educador e o pesquisador: considerações éticas da pesquisa

A análise realizada nos tópicos anteriores nos leva a outra questão relevante da pesquisa antropológica relacionada à ética e às próprias formulações teóricas da pesquisa. Pensar à luz de abordagens teóricas e posturas éticas significa não apenas encontrar uma teoria correta, mas sim um processo de construção e compreensão do fenômeno a partir do próprio trabalho de campo. Isto é, considerando o que de fato os participantes comunicam em palavras e práticas cotidianas, na interação entre pesquisador/a e pesquisados/as, colaborando assim com o processo de realização da pesquisa. Desta forma, tal postura concebe o/a participante como um/a portador/a de saber que compartilha seu conhecimento, construindo assim, junto com o/a pesquisador/a, o saber científico. À semelhança de Ingold, Schmidt observa que:

> A colaboração e/ou interlocução como atmosfera de muitos exemplos de investigações participativas supõe, do pesquisador, uma constante atividade auto-reflexiva, bem como a elaboração da problemática do outro, não mais como “objeto”, mas como parceiro intelectual no exame do fenômeno que se quer conhecer. São exemplos de pesquisa em que não está em jogo estudar ou compreender o outro, mas sim estudar ou compreender um fenômeno, ou acontecimento com o outro. Nesse sentido, a experiência deste outro é a referência para a abertura de perspectivas e pontos de vista que confrontam e dialogam com os pontos de vista do pesquisador. A pesquisa desdobra-se no diálogo e na confrontação de lugares sociais e culturas e na interrogação sobre diferenças e convergências que circulam o fenômeno estudado. (SCHIMIDT, 2008, p 47).

A etnografia realizada por meio do trabalho de campo, com suas diversas técnicas de investigação e registro de dados, resulta do encontro e acompanhamento do cotidiano ou prática social de uma população, analisando como as pessoas se relacionam em um determinado tempo e espaço. É o diálogo deste encontro que ocorre entre pesquisador/a e pesquisado/a que promove em todos os momentos a construção do conhecimento antropológico. Esta interação se torna mais complexa quando inserida em projetos de intervenção social, como nos casos em que antropólogos/as atuam diretamente nas ações de alguma instituição. Nesses casos, o/a pesquisador/a torna-se um/a participante que também convive e vivencia experiências com a população em campo. Patrice Schuch (2002), ao relatar a sua dupla identidade dentro de um departamento de pesquisa da FEBEM em Porto Alegre (RS), discorre sobre a posição de estrangeiro do/a antropólogo/a inserido no contexto de instituições. A dupla identidade a que ela se refere, corresponde ao seu cargo dentro da instituição e à sua formação acadêmica em antropologia. A autora discute a diferença entre o lugar da universidade e o lugar da instituição (SCHUCH 2003, p. 87), na qual, no primeiro, o saber é utilizado de forma indireta e no segundo de forma direta, ou seja, aplicado diretamente na realidade.

> Tais fatores tornam a inserção de antropólogos em instituições de intervenção social particularmente complexa, na medida em que tais profissionais estão colocados na intersecção entre modos de atuação estruturados de maneira diversa, e acabam vivenciando uma condição sui generis de, nos dois espaços – na academia e nos órgãos de intervenção social – estarem, ao mesmo tempo, próximos e distantes. (SCHUCH, 2002, p. 80)

A antropóloga argumenta que essas diferenças não devem ser negadas, mas que devem ser continuamente objetos de discussão para que se possa contextualizar a natureza das ações, “acionando a lógica da aproximação e distanciamento” (SCHUCH, 2002, p. 88), quando o instante se tratar de uma investigação científica, ou de uma intervenção social. Em consonância, Laura Zacher (2007) comenta sobre a “antropologia da ação”, seguindo Roberto Cardoso de Oliveira (2004, apud ZACHER, 2007), definindo-a como uma antropologia “fundamentada em princípios éticos e morais, a partir de uma prática reflexiva com preocupações epistemológicas” (ZACHER, 2007, p. 67-68), engajada na atuação e defesa em benefício da população com quem estuda. Ainda, sobre esses diversos papéis de pesquisador/a na universidade, pesquisador/a em campo ou agente de instituição, em concordância com Schuch (2002) e Jardim (2001, apud Zacher, 2007), Zacher argumenta que:

> Cabe, portanto, a nós não apenas ressaltar essa diversidade, mas antes de tudo salientar que é essa diversidade que garante a reflexividade da antropologia, no momento em que permite a cada um de nós, questionarmos sobre nossos pressupostos a partir de outras perspectivas (ZACHER, 2007, p. 63).

Discutir a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a, no caso da minha pesquisa, levanta a questão da minha condição de funcionário do abrigo. Minha pesquisa também se caracteriza por um constante ir e vir, isto é, um processo no qual percorro por lugares entre as teorias e pesquisas antropológicas, o campo e o meu posicionamento neste, que se caracteriza por duas instâncias: a de pesquisador e a de educador profissional de um abrigo. A partir disso, outra relação antecede à de pesquisador e pesquisado, que é entre educador social e acolhido da instituição. Esta relação, junto com a relação com outros profissionais, configura uma interação ambivalente, que oscila entre uma relação impessoal profissional e outra humanizada e afetiva. O modo como tais relações se constroem não se dá de forma homogênea ou padronizada, pois podem ser relações de cooperação ou de conflito, no entanto, isto depende muito da postura de cada profissional atuante na área em relação à alteridade para com o outro:

> Auto-reflexão e autêntico respeito pela alteridade formam como que um território no qual a pesquisa se instala e acontece. São elementos, por isso, que sugerem e suscitam o conceito de ética como morada

> ou modo de habitar o mundo e, mais particularmente, o mundo da produção do conhecimento. (SCHIMIDT, 2008, p. 48).

Ao longo desta pesquisa procurei seguir constantemente uma postura auto-reflexiva para que os limites destas instâncias não se tornem fluidos demais, a ponto de enviesar a análise e nem fechadas demais a ponto de obscurecer a relação que existe entre elas. Ademais, utilizo relatos de minhas experiências no abrigo como parte do material de análise de campo, pois além de terem proporcionado as motivações para realizar uma pesquisa acadêmica, são registros de situações que presenciei que me permitiam refletir sobre esta realidade, mesmo quando não havia a pretensão de fazer uma pesquisa sistematizada.

Entretanto, o fato de eu ter uma formação antropológica, contribuiu muito na minha relação com os acolhidos do abrigo, mais precisamente no que compete à relação de alteridade. O trabalho do educador social possui algumas semelhanças com a postura de um/a antropólogo/a, pois exige um constante exercício de compreensão, empatia e alteridade ao atender pessoas em situação de rua, devido aos seus hábitos e formas específicas de pensar o mundo com códigos formados nas experiências de rua. Além disso, a conduta esperada de qualquer agente institucional segue as diretrizes dos órgãos de políticas públicas para o atendimento desta população, considerada sob os parâmetros de vulnerabilidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como de média e alta complexidade. Portanto, de acordo com estas orientações, é necessário ter um conhecimento do público atendido buscando, dentro das possibilidades oferecidas pelo atendimento, reduzir tais vulnerabilidades.

Aprendemos nas capacitações os valores da empatia e a postura de não julgar o outro pela sua forma de vida, mas na prática é muito difícil se desligar de valores pré-concebidos que formulam conceitos do que é certo e errado na vida social. Penso que a formação em antropologia contribuiu para a adoção de uma postura de respeito da minha parte. Mas, percebo a dificuldade e o tempo que leva para outros funcionários compreender o direito do outro a ter seus próprios valores e seu modo de vida, pois geralmente o que esperam de um acolhido do abrigo é que ele pare de beber e de usar drogas, arranje um emprego, alugue uma casa, seja, na medida do possível, feliz e, consequentemente, não volte nunca mais à rua e ao abrigo.

Contudo, a minha formação tem seus limites na minha função de educador social, na qual, além de zelar pelo acolhimento dos atendidos, devo também zelar pelas regras da instituição, fato que resulta em administrar alguns momentos de tensão, como é o caso de ter que desabrigar alguém por infringir uma regra, embora isso ocorra apenas em casos graves de brigas com agressão física e ameaças de morte. O uso de substâncias psicoativas dentro do abrigo também é passível de desabrigamento, conforme as regras da instituição, mas há uma flexibilidade maior para avaliar o estado da pessoa e decidir se deve ser desabrigada ou não. Assim, a lógica da regra é que o desabrigamento deve ocorrer em situações em que o comportamento de uma pessoa coloca em risco as outras, como é o caso da agressão física. O desabrigamento é feito verbalmente, mas se a pessoa se recusa a sair, a polícia deve ser acionada, o que só aumenta a tensão. Estas situações ilustram esses momentos de conflito, no qual meu papel não é mais acolher e nem fazer uma análise antropológica da situação, mas sim exercer uma autoridade que compete à função de educador.

Ainda assim, penso que ser educador social contribuiu para a pesquisa devido ao convívio que tenho com os habitantes das ruas, que permitiu conhecer de maneira muito mais próxima a sua linguagem, suas práticas e formas de pensar. Por mais que ocorram situações conflituosas neste convívio, elas não são suficientes para fazer com que as relações sejam sempre tensas. Cabe mencionar que as regras do abrigo são constantemente reavaliadas em assembleia com os acolhidos, fazendo com que eles façam parte das mudanças e avaliação das normas da instituição.

Portanto, no estranhamento e na curiosidade que me instigaram a formação antropológica, que me impulsionaram a realizar esta pesquisa; e na impossibilidade de ignorar a minha presença enquanto funcionário da instituição convivendo com a realidade da situação de rua de Londrina, não há como pensar as instâncias de pesquisador e educador como estanques, mas ao contrário, problematizar analiticamente o intercruzamento entre elas. Todavia, é necessário compreender as aproximações e distanciamentos necessários neste movimento de ir e vir do pesquisador.

Diante disso, analisei vários aspectos da temática da situação de rua, correlacionando novas observações de campo e entrevistas não dirigidas, bem como conversas informais que surgiram nas atividades de escuta aos acolhidos, que se

tornaram pertinentes e fundamentais para a compreensão da socialidade dos/as habitantes das ruas. As conversas informais foram necessárias não apenas enquanto registro de informações que se apresentaram sem qualquer intervenção de minha parte como pesquisador, mas também, pelo fato de que uma investigação do fenômeno da situação de rua ocorre de modo fragmentado. Isso ocorre devido à dificuldade de fazer longas entrevistas ou várias entrevistas com um mesmo participante, que pode não ser encontrado no mesmo lugar para novas informações a serem compartilhadas. Esses padrões de práticas sociais, portanto, podem ser repetidos e explicados por várias pessoas diferentes que vão revelando novos aspectos da mesma prática.

Destarte, à medida que pessoas experienciam pela primeira vez a situação de rua, aprendem estas práticas conforme vão convivendo com outras pessoas na mesma condição. Por isso, como mencionado anteriormente, escolhi para participar da pesquisa pessoas que tivessem um ano ou tempo maior de situação de rua para estarem familiarizadas com suas práticas. Foram realizadas oito entrevistas abertas que tiveram como tema as relações de circulação das coisas, sendo que uma ocorreu na rua próxima ao abrigo, outras duas na Praça Dom Pedro I, três no abrigo, uma nas imediações do Centro Pop e uma na Praça Sete de Setembro. Tanto nas entrevistas quanto nas conversas informais observei alguns padrões em relação à circulação das coisas, que serão desenvolvidos no capítulo *As Pessoas e as Coisas*.

Sobre as entrevistas, elaborei um roteiro de perguntas relacionadas às questões que pretendi abordar. Entretanto, meu procedimento consistiu em deixar a pessoa falar o que ela queria, após aceitar o convite de participação na pesquisa, sem interrompê-la com perguntas pré-formatadas, mas dialogando com elas para aprofundar melhor os tópicos surgidos em sua própria fala. Procedendo dessa maneira, os relatos se apresentaram muito mais ricos, revelando muito mais questões que ultrapassaram os limites do roteiro de perguntas. Além disso, dessa forma foi possível avaliar as diferentes formas de cada participante construir seu discurso. Cabe mencionar que é dessa forma também que procuro agir enquanto educador social nas atividades de escuta durante meu trabalho no abrigo, com a diferença de que nestes momentos o convite e a intenção da conversa parte do acolhido.

Quanto à análise de todo material, procurei interpretar não apenas os relatos dos participantes, mas também o contexto no qual ocorreu a conversa. Na entrevista realizada na Praça Dom Pedro I, descrita na introdução, enquanto eu conversava com participantes da pesquisa, apareceu um homem com um ventilador de teto comentando como o havia encontrado e como ia vendê-lo, fazendo referência, também, a um fogão que ganhou e deixou *arquivado* (guardado) na casa de um conhecido. Ele não podia ficar para participar da pesquisa porque já estava saindo para vender o ventilador, mas sua passagem deu oportunidade para que as pessoas com quem eu conversava no momento, falassem mais sobre situações como essa. Em outra entrevista, que ocorreu na calçada de uma rua próxima ao abrigo, foi necessário que focássemos apenas na questão das trocas de coisas, pois o participante havia marcado um horário para visitar um conhecido. Apesar disso, a conversa foi muito boa e pude encontrá-lo em outros momentos nos quais ele me contou outras coisas falando para eu adicionar na pesquisa.

Houve uma tentativa de trabalho de campo na rua que foi totalmente frustrada, pois um rapaz que estava presente no local abordado estava sob efeito de drogas e teve uma briga com pessoas próximas a um carrinho de lanche. A polícia foi acionada e apareceu no meio da confusão. Eles liberaram o rapaz, mas tivemos que sair com ele do local. As entrevistas no abrigo já foram mais tranquilas, pois não havia uma preocupação com horário nos momentos em que ocorreram. Ainda assim, mesmo realizando as entrevistas fora do meu turno de trabalho, tive receio de que minha função de educador acabasse por influenciar a conversa, mas os participantes se mostraram bem à vontade e falaram muito mais coisas do que eu esperava, sendo tão proveitosas quanto as outras entrevistas. Portanto, o que ocorre no momento, quem está presente, que coisas estão presentes e como tudo está distribuído no lugar onde ocorre o trabalho de campo, proporciona muitas possibilidades de interpretações do contexto.

Assim sendo, pensar o ambiente da rua a partir das formas de vida itinerante implica desenvolver uma postura auto-reflexiva no olhar antropológico, a partir destes afastamentos e reaproximações que também é um ir e vir entre a observação e a análise do campo. Tal postura, segundo Ingold, implica em repensar constantemente as teorias com as quais a investigação dialoga. Em suas palavras: “Es un proceso en el cual estamos continuamente interrogándonos los conceptos que utilizamos o aparecen en nuestros debates” (INGOLD, 2012, p. 55). A análise

antropológica das pessoas que vivem a realidade estudada é construída em diálogo com as mesmas, no contexto em que vivem, e com as teorias da antropologia. De acordo com o autor:

> Cuando hacemos antropología, estudiamos con otra gente y con el mundo, de la misma manera. (...) Así que la clave de la antropología es que tratamos el mundo no como un depósito de datos, del cual extraemos información a analizar para poneren nuestros libros, sino que ciertamente tratamos el mundo como el lugar donde se ha de encontrar la sabiduría, si solo supiéramos cómo buscarla. (INGOLD, 2012, p. 54).

A Postura reflexiva na pesquisa com a população em situação de rua, portanto, requer o reconhecimento de que os/as habitantes das ruas são portadores de saberes construídos em seus percursos de vida, que procura-se compreender, ampliando assim, de forma colaborativa junto a esta população, a percepção sobre os possíveis modos de existência humana.

Essa discussão também se estende para procedimentos no trabalho de campo que correspondem à postura ética. O Conselho Nacional de Saúde (CNS), através de várias resoluções orientadas por documentos internacionais que representam convenções a respeito de posturas éticas em pesquisas com seres humanos, informa as diretrizes seguidas por comitês de ética (CEPs) ligados a cada instituição de pesquisa, que devem avaliar e aprovar os projetos de pesquisa em conformidade com as mesmas diretrizes.[6] A Resolução N°510/2016 do CNS é uma revisão da Resolução N°196/1996, sintetizada por Barbosa e Souza nos seguintes princípios básicos.

> De modo geral, preconiza-se que na pesquisa em que um ser humano é seu participante, deve-se atentar para os seguintes preceitos éticos: 1) consentimento do sujeito; 2) manutenção da privacidade das informações dos envolvidos; 3) aprovação pelos pares e pela comunidade, geralmente a partir de comitês de Ética nas instituições (...). (BARBOSA; SOUZA, 2008, p. 241).

[6] Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, sob o parecer de número: 3.665.039; número de CAAE: 21617219.0.0000.5231; e data de aprovação em 28/10/2019.

No estudo da população em situação de rua existem muitos pontos necessários a serem observados sobre as questões de ética em pesquisas. Trata-se de uma população considerada em situação de média e alta complexidade, pelas orientações do Sistema Único de Assistência Social. Sendo assim, devem ser considerados todos os cuidados relativos a riscos e constrangimentos que possam afetar, ainda mais, as condições destes sujeitos como participantes da pesquisa. Por isso aqui discutirei algumas estratégias usadas nesta pesquisa relacionadas às questões éticas.

Primeiramente, segui o critério de respeitar as condições que podem impossibilitar a abordagem ou qualquer forma de continuidade de uma entrevista ou mesmo de uma conversa informal. Tais condições dizem respeito ao momento da abordagem, no qual a pessoa pode estar executando alguma tarefa e não quer ser incomodada ou que exige um esforço e atenção que dificultam a comunicação. Nessas situações podem ser elencados momentos nos quais a pessoa pode se encontrar sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas, a ponto de impedir ou invalidar as informações fornecidas; também pode estar exercendo algum trabalho, como cuidar de carros; pode estar pedindo dinheiro no semáforo e seria prejudicado pelo tempo de uma entrevista. Além de outras situações, existe a possibilidade de simplesmente a pessoa não querer ser incomodada, o que sempre respeitei com prontidão. Para isso, como pesquisador estive atento, o tempo todo, a estas situações e não insisti ou forcei qualquer contato ou comunicação, para a qual a outra parte não demonstrasse interesse. Outrossim, é preciso compreender que entrevistar uma pessoa em situação de rua pode trazer alguns constrangimentos na medida em que a mesma, ao relatar suas experiências, pode vir a se sentir desconfortável diante de certas lembranças. Como pesquisador busquei ser sensível a estes constrangimentos de forma a não forçar a comunicação. Como Ramos, Junqueira e Puplaksis observaram:

> (...) a fim de compreender o significado de um fenômeno, de modo geral, a coleta de dados é feita utilizando-se entrevistas abertas ou semi-estruturadas. Essas entrevistas devem prever a possibilidade de danos e desconfortos às diversas dimensões do ser humano (social psicológica, espiritual, física). Dessa maneira, o pesquisador deve estar preparado para prever estes riscos a fim de reduzi-los ao mínimo, sobretudo se a pesquisa prevê que o participante faça um relato de uma experiência de vida que lhe foi desconfortável, traumática, ou que lhe remeta a lembranças de fatos que lhe

> trouxeram desconfortos no passado. (JUNQUEIRA; PUPLAKSIS; RAMOS, 2008, p. 202)

No entanto, apesar das dificuldades apresentadas nestas situações, não é difícil conversar com uma pessoa em situação de rua, pois muitas gostam de falar bastante, contam muitas histórias e têm muito a ensinar. Vale notar que gostam muito de falar de suas qualificações profissionais e habilidades artísticas, quando as praticam.

Em relação ao preceito de manutenção da privacidade das informações dos envolvidos/as, segui a estratégia de atribuir iniciais de nomes fictícios, negociados com os/as participantes, como forma de preservar o anonimato dos/as mesmos/as. Sobre isto, é importante compreender que o anonimato assegura tanto a confiança, quanto a confidencialidade da pessoa. A própria situação de rua, em si, já prevê uma forma de anonimato, uma vez que é muito comum, mesmo não sendo uma regra, atribuir apelidos às pessoas, não apenas como forma de relação pessoal informal, mas também como preservação do nome de registro de identidade. Assim, busca-se o anonimato ou um apelido como forma de identificação nas relações da rua. Os nomes fictícios adotados neste estudo não correspondem aos apelidos de rua, pois utilizá-los comprometeria a postura de não identificação do/a participante da pesquisa, já que seus apelidos e suas identidades são conhecidas pelas instituições e órgãos públicos de atendimento social.

Por essa mesma razão, é preciso negociar com cuidado o termo de consentimento livre e esclarecido, previsto nas orientações da Resolução N°510/2016 do CNS, elaborado especificamente para as Ciências Humanas, pois o termo pode quebrar a confiança do/a participante, que poderá entender como uma exigência de responsabilidade sobre as informações declaradas – o que, de fato é. Além disso, numa entrevista muitas coisas são ditas pelos participantes que estão além do que é perguntado. Desta forma, neste contexto de pesquisa, assinar termos de consentimento pode ser entendido pelo/a participante como documento de confissão de participação em atividades ilícitas. A decisão de realizar uma entrevista formal que contemple o consentimento livre e esclarecido por escrito ou de forma oral, foi sempre tomada em negociação com o participante. Neste caso, é preciso explicar de uma forma que o/a participante entenda – e cada indivíduo terá uma forma própria de entender – que o termo é exatamente o que garante o sigilo de sua identidade, sendo apenas uma forma de compromisso entre ele/a e o pesquisador/a,

pois este/a último/a será autorizado apenas a fazer uso de suas palavras sem, no entanto, divulgar sua identidade. Por esse mesmo motivo optei por não utilizar gravadores para as entrevistas, a fim de evitar possíveis constrangimentos às pessoas que participaram da pesquisa. Nestas apenas fiz anotações que transcrevi para o caderno de campo posteriormente.

O fenômeno da situação de rua envolve uma diversidade de questões relacionadas aos aspectos presentes no cotidiano dos habitantes das ruas, de forma que a sua complexidade deve ser considerada tanto pelas políticas públicas, quanto pelas pesquisas que procuram compreender tal realidade. O capítulo seguinte procura analisar as conceitualizações do habitar as ruas, dados desta realidade na cidade de Londrina e as estratégias das políticas públicas e dos/as habitantes das ruas frente aos problemas que os afetam.

3 CONCEITOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTOS

A problematização sobre a situação de rua, como em outros campos de estudo, apresenta diversas concepções. Sua discussão conceitual é complexa e está em constante reconstrução por este ser um fenômeno com características muito dinâmicas. O perfil da população em situação de rua é entrelaçado tanto pelas diferentes características de cada momento dos processos históricos da sociedade, como pelas diversas visões de mundo dos indivíduos que vivenciam experiências na rua.

Neste capítulo discorro sobre algumas abordagens conceituais que, a partir de Schuch (2012), Silva (2014) e Melo (2011), podem ser caracterizadas como essencialistas, institucionais e plurais. Construo minha pesquisa através desta última perspectiva, pois ela compreende a situação de rua como uma questão de diversos discursos e concepções dinâmicas delineadas pelos contextos que se entrecruzam. Para compreender como tais conceitos foram construídos, menciono alguns marcos históricos relacionados ao processo de visibilidade da questão social da situação de rua até seu reconhecimento no âmbito das políticas públicas. Na sequência, descrevo alguns aspectos da política de assistência social para a população em situação de rua na cidade de Londrina, relacionando-os com alguns dados do Relatório Final da Pesquisa Pop-Rua (2019), um estudo amostral, realizado no ano de 2018, sobre os habitantes das ruas nessa cidade.

3.1 Transformações nas concepções do habitar as ruas

Para Patrice Schuch (2012), as formas de conceituar a situação de rua foram caracterizadas sob duas concepções, a saber: a vida na rua como um problema a ser solucionado pelas políticas públicas e como um problema observado pela perspectiva da falta, expressão da exclusão, e efeito de processos macroestruturais da sociedade capitalista ocidental.

> Nossa hipótese é que certa tendência à essencialização dessa problemática está associada a uma correlação entre dinâmicas que conjugam duas fortes perspectivas sobre o assunto: aquela pautada pela visão de que estar na rua é um problema que requer intervenções e práticas de governo determinadas a suprimir tal fenômeno a partir da simples retirada das pessoas da rua e aquela

> pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como os sujeitos da "falta". (SCHUCH, 2012, p. 12).

Melo (2011) descreve o movimento histórico de mudanças de posturas em relação aos habitantes das ruas, observando que ele é caracterizado pela passagem da criminalização às políticas de atenção aos direitos da população em situação de rua. Este movimento tem seus marcos iniciais na lei brasileira desde as Leis Criminais do Império até o código penal de 1890, pelo que foi chamado de crime de vadiagem (MELO, 2011, p. 13). A vadiagem e a indigência se igualavam por tornar os indivíduos inaptos ao exercício da cidadania, posto que não cumpriam com o dever do trabalho e, portanto, não contribuíam com o bem social comum. Assim, pessoas condenadas por este crime se tornavam, praticamente, seres banidos da sociedade, pois perdiam seus direitos civis e políticos, não podendo trabalhar, votar nem serem votados (MELO, 2011, p. 99). Melo observa que:

> Desta forma, se reforçam alguns critérios sob os quais o indivíduo se torna a tal ponto indesejável e signo de fracasso social, individual e principalmente moral. A ponto de sua existência se tornar uma verdadeira afronta. Tanto a mendicidade, a vadiagem e a indigência, indistintas mediante os constituintes, o Código Penal e o Catecismo Republicano de Alberto Sales, constituem-se como estados infratores do dever, pela negação do trabalho que todos deveriam cumprir. Sendo assim, tais situações são entendidas como um estado anti-social, plausível de repressão, denúncia e intolerância (MELO, 2011, p. 99).

A constituição de 1934, lembra o mesmo autor, apresentou uma nova característica sobre o crime de vadiagem, ao considerar criminosos os vadios voluntários, isto é, aqueles que viviam nas ruas e se afastavam do trabalho por livre e espontânea vontade. Quanto aos chamados "mendigos válidos", que eram aptos para o trabalho, mas estavam em condições de desemprego involuntário, seriam amparados pelo Estado:

> No tocante aos direitos e garantias individuais assegura-se, ainda que com ressalvas, o direito do provimento à família, sendo que, no caso de indigência, o poder público passa a ter o dever de amparar estes sujeitos. Isto acontece devido a uma nova leitura sobre a contravenção de vadiagem e mendicância, pois, o que se torna objeto de punição é a ociosidade voluntária e não a falta de emprego. Na circunstância desta falta, cabe ao Estado prover a manutenção da

> vida do desempregado e de sua família, não podendo nestes casos haver processo pelo crime de vadiagem (MELO, 2011, p. 99).

Lemões da Silva, dialogando com Melo, observa que à visão que criminalizava as pessoas que viviam nas ruas estavam associadas práticas higienistas de urbanização, que reconstruíam o ambiente urbano planejando racionalmente os espaços adequados para a circulação e fixação. Tais práticas imputaram aos que viviam nas ruas mais um estigma moral, sob a alegação de que estas populações colocavam em risco a saúde pública por promoverem focos de infestações de doenças:

> Em nome da "desinfecção social" de espaços obstruídos pela aglomeração humana, assentou-se uma lógica asséptica de urbanismo legitimada por uma noção moderna de cidade. Escopos de controle disciplinar de determinadas categorias sociais ocultavam-se sob o manto da higienização dos espaços, dos planos de saneamento, do melhoramento e adaptação da morfologia urbana às necessidades da sociedade industrial. Ao mesmo tempo, o "nômade urbano" pobre que insistia em exercer sociabilidades e atualizar vínculos, fundamentais à existência social, era visto como foco de doenças e ameaça ao valor do trabalho, da família e da vida sedentária. (SILVA, 2014, p. 4).

Os esforços e práticas repressivas às populações em situação de rua foram legitimadas pelo discurso higienista, e pelas acusações de contravenções aos princípios de valores sociais do trabalho e da família. Tais práticas, não buscaram compreender e apresentar uma explicação sobre a situação de rua, mas sim promoveram a produção de sua criminalização, cujos resquícios permanecem até os dias atuais (SILVA, 2014, p. 5).

Silva ainda observa que em relação às visões sobre a situação de rua como expressão dos processos históricos, característicos do desenvolvimento da sociedade capitalista, pesquisadores marxistas procuraram analisar no Brasil tais fatores na perspectiva da desigualdade de classes. Nesta concepção, os habitantes das ruas poderiam ser caracterizados dentro do grupo de lupemproletariado, isto é, aqueles desprovidos de consciência de classe, sem trabalho e, portanto, sem potencial revolucionário por estarem excluídos do movimento das forças produtivas (SILVA, 2014, p. 6).

Esta visão, embora permita compreender os processos de produção de desigualdades presente na sociedade capitalista ocidental, ainda reproduz uma

concepção essencialista na medida em que perde de vista o potencial dos habitantes de rua enquanto produtores de uma socialidade própria. Desta forma, ignora os vínculos que se constroem durante a vivência nas ruas, “os mecanismos que os mantêm e a potência política que guardam as diferentes articulações engendradas no espaço público rumo à construção de territórios existenciais possíveis" (SILVA, 2014, p. 7). Ignora também, que as pessoas que habitam as ruas têm as suas próprias formas de resistir a processos autoritários e repressores característicos dos diferentes momentos históricos do país.

Na mesma linha, Schuch também apresenta uma análise de como estas posturas correspondem a dois momentos históricos, nos quais as finalidades de intervenção social traduziam as concepções sobre as pessoas em situação de rua. Assim, as primeiras ações sociais voltadas para estas populações estavam motivadas pelo viés da caridade cristã, sendo “marcadamente filantrópicas e religiosas – os quais atendiam os que ficaram conhecidos como os ‘sofredores das ruas’ (...)” (SCHUCH, 2012, p. 16).

Sobre isso, Aldaíza Sposati (2010) comenta que nas décadas de 1950, 1960 e 1970, a Organização de Auxílio Fraterno (OAF), formada pelas irmãs Oblatas de São Bento, realizava trabalhos de atendimento à população em situação de rua da cidade de São Paulo. A partir destes trabalhos, em 1977, Dom Paulo Evaristo Arns criou a Pastoral do Povo da Rua, anteriormente chamada de Comunidade dos Sofredores da Rua. Diante disso, essas entidades, juntamente com outras, como a Pastoral do Migrante, que formou em 1974 a Associação dos Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIN); a Central de Encaminhamentos (CETREN); e a Hospedaria dos Migrantes, foram associações que marcaram o início da organização da população em situação de rua, enquanto movimento social, em busca de direitos e formulações de políticas públicas para atendê-los (SPOSATI, 2010, p 200).

Contudo, as definições essencialistas da situação de rua não são estanques e fechadas. Elas contribuem e coexistem enquanto motivações para as ações assistenciais do poder público, ou de caridade de grupos. Cabe ressaltar que uma das características destas visões é a tentativa de definir a população de rua através de um olhar de fora, isto é, uma perspectiva de quem não vive esta realidade, identificando a população que habita as ruas como expressões da miséria social.

> Embora trabalhem com perspectivas de causalidades diferenciadas – a primeira através da individualização da questão e a segunda através de seu deslocamento para a esfera macroestrutural, ambas as abordagens retiram a complexidade da agência dos sujeitos, tornando a rua um espaço ontológico da exclusão por excelência e/ou entendido unicamente a partir da lógica das necessidades de sobrevivência. (SCHUCH, 2012, p. 12)

Da convergência da visão política com a visão religiosa surgiram movimentos que se mobilizaram na esfera pública para um debate mais amplo, a fim de compreender mais a questão e formular um conceito que norteasse melhor as políticas públicas voltadas para os habitantes das ruas. A partir de então, no fim da década de 1980, de acordo com Schuch e com outros pesquisadores que contribuíram para pesquisas sobre a situação de rua (BRASIL, 2009), o poder público passou a articular discussões sobre o tema, juntamente com as organizações e representantes dessa população, aprimorando de forma progressiva os debates conceituais e as propostas de intervenções de assistência social. Neste momento, ocorreu uma importante "ruptura" com a visão dos habitantes das ruas como sofredores, passando a se desenvolver uma noção da "experiência da rua tomada como um risco" (De Lucca, 2007, apud SCHUCH, 2012, p, 16). Desta nova concepção, contrapondo à ideia de "sofredores de rua", surge a expressão "moradores de rua". Esta noção se origina como um olhar sobre a vida na rua como um problema a ser solucionado pelas políticas públicas.

No entanto, o surgimento de movimentos e outras organizações como a Rede Rua, em 1991; o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), em 1999 e; posteriormente, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em 2004, bem como suas participações em encontros e congressos, contribuíram para aprofundar os debates e propostas de políticas públicas. Os novos debates apresentaram com maior amplitude a diversidade de modos de vivenciar e estar nas ruas. De acordo com Schuch:

> Como efeitos desse processo, percebeu-se que mesmo a própria terminologia "povo de rua" ou "morador de rua" escondia uma heterogeneidade importante de formas e estilos de vida e que havia várias "situações" diferentes em relação à permanência na rua as quais precisavam ser dimensionadas, como as quais àquelas [SIC] classificadas por Vieira, Bezerra e Rosa (1992): *ficar*, *estar* e *ser* da rua. (SCHUCH, 2012, p, 17).

Desta forma, a organização do movimento na luta por direitos da população em situação de rua, que procura combater os estigmas conferidos a ela, buscando afirmar sua posição como sujeitos de seu modo de vida, representa um marco importante que trouxe uma ruptura com a conceptualização anterior do fenômeno da vida na rua. Tal inflexão trouxe mudanças da noção de “moradores de rua” para a noção de “situação de rua”.

> A ruptura entre a terminologia “morador de rua” e “pessoas em situação de rua” e/ou “população em situação de rua” foi, portanto, significativa de toda uma mobilização política que visou, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível, e não através de uma falta ou uma carência – de casa ou local de moradia fixa (MAGNI, 1994 e 2006; SCHUCH, 2007 e SCHUCH et alli, 2008, apud SCHUCH, 2012, p. 17).

O termo população em situação de rua foi introduzido para contrapor a noção que anteriormente denominava esta população como *moradora de rua, mendigos, andarilhos e indigentes*, termos que a encerravam dentro de um estado de *ser*, de existência estigmatizada, repleto de preconceitos e sem perspectiva de superação de suas vulnerabilidades. O termo “situação de rua” sugere uma condição de *estar*, transitório, destituído de uma condenação à permanência, independente dos períodos, longos ou não, de estadia na rua.

É nessa perspectiva que, na década de 1990, o poder público e as organizações representantes da população em situação de rua se nortearam para realizar os primeiros encontros e pesquisas censitárias, em cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Essas cidades, portanto, são reconhecidas como as primeiras a formularem políticas públicas a partir do levantamento de dados, mediante pesquisas realizadas em seus territórios. Tais fatos contribuíram para promover o Primeiro Encontro Nacional Sobre População em Situação de Rua, ocorrido no ano de 2005, e o Primeiro Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, realizado entre outubro de 2007 e janeiro de 2008.

Após discussões do Primeiro Encontro Nacional de 2005, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), a população em situação de rua foi caracterizada sob vários aspectos, com o intuito de formular um conceito

que a descrevesse melhor, observando as diversas formas de estar na rua e levando em consideração o que há de comum entre elas. Assim, foi elaborada a seguinte definição que consta no Decreto 7053/2009, art. 1o, Parágrafo Único:

> Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Esta elaboração pode ser entendida como institucional por ter um status de decreto a fundamentar as ações do poder público voltadas para a situação de rua. Apesar de ser enunciada no ano de 2009, esta caracterização é baseada em outra análise, elaborada no Segundo Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População — Belo Horizonte, publicada em 2006 (BRASIL, 2006, p. 24, apud, BRASIL, 2009, p. 19). Portanto, é importante considerar que ela é resultado de amplas discussões envolvendo o poder público, pesquisadores/as e as lideranças de organizações e movimentos formados por estas populações. No entanto, cabe anotar que tal definição não abarca por completo o fenômeno, embora contemple as orientações e os programas das políticas públicas de assistência social. Isso porque há casos, por exemplo, de indivíduos que, embora estejam em situação de rua, não estão em condições de extrema pobreza ou possuem moradia regular, porém se encontram com seus vínculos familiares e sociais comprometidos por algum motivo, que os torna vulnerável em seu próprio convívio.

A partir deste ponto, penso que a conceituação adotada pelo MDS para a situação de rua ainda está orientada pelas motivações de seu próprio papel frente a uma questão social. Ainda nos primeiros contatos com os acolhidos do abrigo, pude observar que havia duas perspectivas de resultado por parte da instituição a partir do atendimento social: o caminho esperado da ressocialização, também chamada de conquista de autonomia, que consiste no alcance de metas como o início de tratamento contra a dependência química, inserção no trabalho regulamentado e a locação de uma casa para morar. O outro caminho é o retorno do indivíduo para a vida na rua, considerado pela maioria dos profissionais da área como um resultado

negativo, isto é, um fracasso diante de todos os esforços mobilizados por uma rede de serviços acionada para prestar assistência ao atendido.

Desta forma, nota-se um desejo de que o indivíduo saia da situação de rua em que se encontra, porque a vida na rua não é *boa*, *é miserável, perigosa, insalubre, amoral e degradante*, ou seja, geralmente, são usados adjetivos que estigmatizam o fenômeno enquanto uma situação de marginalidade. Não obstante, o significado que estes adjetivos têm, em termos de preocupação com a cidadania desassistida e privada de muitos direitos fundamentais, é preciso considerar, além dos aspectos macro-sociais, a perspectiva do próprio indivíduo que experiência esta realidade que, em alguns casos, além da possibilidade da escolha pela vida na rua, sua motivação pode estar relacionada ao tipo de situação de rua em que se encontra.

Com isso não estou ignorando que os habitantes das ruas tenham problemas específicos que demandam o apoio das políticas públicas. É necessário dar atenção a tais problemas, porém é necessário incluir a visão do atendido, respeitando as suas potencialidades e possibilidades de novos caminhos. Esta não é uma tarefa fácil, pois a circularidade presente no fenômeno é compreendida com várias mudanças imprevisíveis de planos e eventos inesperados que alteram os rumos no percurso de uma pessoa. Ademais, é preciso desconstruir a ideia de isolamento social e considerar os vínculos tecidos nas redes de relacionamentos com os diversos grupos sociais de contextos específicos.

O fato de existirem políticas públicas por parte do governo não significa o desaparecimento das organizações religiosas nos processos que se seguiram. Tanto a iniciativa religiosa, quanto a política pública coexistem atualmente. Em relação à cidade de Londrina, podemos observar uma convergência entre a política pública e ações de grupos religiosos, na qual as primeiras têm por finalidade a inclusão social por meio dos serviços assistenciais, enquanto que as atividades de cunho religioso se mobilizam a partir da intenção de praticar a caridade e propagar valores religiosos, ou seja, *ajudar ao próximo e levar a palavra de Deus*[7]. Esta convergência de visões pode ser constatada nos serviços de acolhimento, fundados e administrados por associações cuja diretoria é formada por pessoas ou grupos religiosos, que também realizam seus projetos mediante convênios de parceria com o poder público, através

[7] Expressões comumente presentes no discurso de pessoas que participam de grupos religiosos.

da Secretaria de Assistência Social. A exemplo disso, os nomes de alguns abrigos em Londrina já sugerem o enunciado: Casa do Bom Samaritano; Morada de Deus; Pão da Vida (extinto 2017).

Em relação ao abrigo Casa do Bom Samaritano, fundado em 1983por um grupo de casais da igreja católica, a natureza dos serviços prestados é, em sua maior parte, voltada para as orientações da política pública de assistência social, pois seu projeto é realizado através de um convênio com o poder público. Além dos leitos, da higiene e da alimentação, o abrigo presta atendimento de assistência social e psicológica aos acolhidos. Entretanto, atividades religiosas nesse abrigo, também ocorrem em alguns momentos, organizadas pela própria diretoria ou pelas visitas de grupos de oração que realizam palestras e distribuem doações com momentos de oração.

O exemplo mais ilustrativo em relação à atividade da diretoria é a confraternização anual do abrigo, na qual participam os diretores, o corpo de funcionários da instituição, os acolhidos – incluindo os de outros abrigos – e demais convidados, que podem ser autoridades políticas ou religiosas, profissionais da rede de serviços assistenciais e voluntários que auxiliam a instituição de alguma forma. O dia da confraternização segue um roteiro cerimonial que tem início com uma missa rezada por um padre convidado. Apesar de essa missa ocorrer uma vez por ano, ela é realizada próxima às comemorações de ação de graças e do natal e marca a herança da tradição católica da instituição.

Já os grupos de oração são mais rotineiros e podem advir de outros segmentos religiosos além do católico, como os grupos espíritas e grupos evangélicos. Geralmente, as orações são acompanhadas de músicas, conversas e a distribuição de roupas ou alimentos que são consumidos no momento, após a oração. A participação dos acolhidos nessas orações, assim como na missa anual, ocorre de forma voluntária e são poucos os que não participam, seja pela identificação religiosa ou pela espera dos alimentos compartilhados.

Esta coexistência da política pública com ações religiosas não ocorre sem algumas tensões. As políticas públicas de assistência social são orientadas pelo combate à pobreza e às desigualdades, através do apoio e proteção integral aos indivíduos e seus vínculos sociais; enquanto que as ações religiosas não fazem grandes questionamentos às desigualdades sociais e acabam por reforçar as esperanças na moralização do indivíduo quanto aos seus hábitos e na providência

divina. A política pública também não dá conta de assegurar a proteção integral das pessoas que vivem nas ruas e parece mais distantes de compreender suas motivações devido ao fato de que a eficácia de seus programas acabam, por vezes, impondo ao/à atendido/a uma série de condicionamentos que derrubam por terra toda a ideia de seu protagonismo, acabando por – novamente - recair sobre o indivíduo o peso da culpa e responsabilidade pela sua situação.

Enquanto isso, os grupos religiosos parecem não estar orientados por um planejamento racionalizado que elabore um projeto de reintegração de um indivíduo. Suas ações, muitas das vezes, resolvem mais problemas de ordem pragmática, como alimentação, roupa, trabalho e, também, o conforto espiritual. Estes grupos mobilizam suas próprias redes de apoio e promovem relações menos burocratizadas, que acabam por ter certa eficácia devido à correspondência religiosa ou afetiva por parte das pessoas com quem têm contato nas ruas.

Diante disso, uma das ações que merece atenção são as chamadas *bocas de rango*[8], realizadas em algumas ruas da cidade, onde esses grupos distribuem refeições. Das *bocas de rango*, a mais conhecida é a da Concha Acústica, localizada no centro da cidade, no cruzamento da Rua Piauí com a Rua Senador Souza Naves. Ela é conhecida por que viabiliza um grande encontro de pessoas em situação de rua, proporcionando não apenas refeições, mas também um espaço e tempo para interações sociais e religiosas. Ela também é conhecida por ser alvo de notícias em jornais e de vários comentários que refletem as diversas concepções que se têm sobre a vida na rua. Neste local, a boca de rango ocorre quase todos os dias servindo janta e, aos domingos, café da manhã.

Acompanhei uma vez, em uma manhã de domingo, um café da manhã na *boca de rango* da Concha Acústica. Algumas pessoas já haviam passado a noite de sábado nas imediações, com alguns dormindo na própria Concha Acústica, na calçada da Rua Senador Souza Naves e embaixo da marquise de uma loja próxima. Outras pessoas em situação de rua foram chegando de outros lugares. Pelas sete horas e trinta minutos, os carros vão estacionando na rua, e as pessoas que dormiram na calçada permanecem sentadas aguardando a distribuição. Enquanto os/as doadores/as vão se organizando com o alimento que será distribuído, um homem chama a atenção de todos os presentes na calçada e discursa sobre um

[8] Locais de encontro para refeições servidas mediante doações.

sofrimento que teve na vida, por causa de *escolhas erradas*, e que, finalmente, seu ingresso na igreja mudou toda a sua vida para melhor. A seguir, ele anuncia: *E como Deus operou um milagre na minha vida, ele vai operar na de vocês também*. (Observação de campo 07/10/2018).

Após o discurso, foi feita uma oração e a refeição foi distribuída entre todos os presentes. A recepção por parte dos/as que recebem a doação é sempre acolhedora, mesmo que por algum motivo alguém presente não concorde com o discurso religioso. A atividade da *boca de rango* movimenta uma boa parte da população em situação de rua de Londrina, que se organiza para estar no local no momento das refeições, interagindo entre si e com estes grupos. Pode-se constatar isso pelo fato de que, mesmo estando abrigadas, todos os domingos, as pessoas se levantam mais cedo para ir até a Concha Acústica para tomar o café da manhã. Mesmo tendo a refeição da manhã no abrigo, deslocam-se até o centro da cidade para também encontrar os amigos, resolver assuntos, combinar trabalhos ou, simplesmente, dar um passeio pela cidade.

Esses grupos religiosos que fornecem ajuda a essa população são frequentemente acusados de contribuir para a permanência da situação, ao distribuírem alimentação de forma gratuita, diminuindo a necessidade das pessoas de procurarem trabalho para sustentar a própria alimentação. Um trecho do jornal "Folha de Londrina", do dia 10/03/2019, revela o sentimento de incômodo dos moradores do centro da cidade em relação à presença das pessoas em situação de rua e defendem o fim da *boca de rango*:

> Sou contra a presença deles aqui [na Concha Acústica]. Se eles viessem, comessem e fossem embora, mas ficam por aqui, ficam gritando de madrugada, tomam banho pelados no Bosque. Esse é um ponto turístico da cidade, mas virou uma cacrolândia.
> (...)
> O engenheiro (...) [outro morador do centro] entende que eles são necessitados, mas diz que a presença deles constrange os moradores do entorno. "Deveriam criar um espaço apropriado que tivesse mais conforto, banheiro, pia para lavarem as mãos. Todos os dias eles recebem alimentação, a comida é garantida. As igrejas deveriam encontrar um local estratégico para distribuir as refeições" (SARIS, 2019)

A *boca de rango*, portanto, oferece muito mais do que a saciedade da fome. Ela permite uma interação na qual ocorre uma aproximação social de grupos

distintos, juntamente com a troca de elementos materiais e simbólicos, através do alimento e das orações, dos conselhos, das conversas e a construção de grupos de afinidades. Este aspecto de troca será abordado mais adiante, mas pode-se perceber esse cruzamento de universos singulares da rua, de religiões e projetos assistenciais, cada um com sua própria diversidade de perspectivas, condutas e possibilidades referentes à questão da situação de rua.

3.1.1 *Visão Pluralista da Situação de Rua*

Ao analisar as diferentes tendências de concepções sobre a situação de rua, Schuch propõe uma perspectiva complexa sobre o fenômeno, que não ignore os fatores de processos sociais macroestruturais e históricos, mas que também passe a considerar, a partir das próprias práticas, valores e discursos dos sujeitos envolvidos, a rua em suas características de espaço, no qual são engendrados modos específicos e dinâmicos – ou instáveis - de sociabilidade. Em suas palavras: “um espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento.” (SCHUCH, 2012, p. 13).

Diante da perspectiva presente na definição do MDS, Schuch apresenta outra dimensão ao fenômeno a partir do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, dando destaque e protagonismo ao mesmo:

> O Movimento Nacional da População de Rua é formado por homens e mulheres em situação ou trajetória de rua, comprometidos com a luta por uma sociedade mais justa que garanta direitos e a dignidade humana para todos. Esses homens e mulheres, protagonistas de suas histórias, unidos na solidariedade e lealdade, se organizam e mobilizam para conquistas de políticas públicas e transformação social (SCHUCH, 2012, p. 20).

A conceptualização sugerida por Schuch, embora enfatize a condição de sujeitos de direitos, também está inserida num engajamento político orientado à participação ativa dos mesmos na elaboração de políticas públicas. Tal posicionamento é democraticamente legítimo, mas os encaminhamentos voltados para o público parecem ainda atender uma demanda institucional. Assim, nem todas as pessoas vinculadas à rua participam do movimento, porque a rede institucional parece permanecer alheia às perspectivas e potencialidades específicas que as

práticas da rua apresentam para a construção de uma nova forma de conceber a integração social, ou o que quer que se entenda por uma sociedade mais justa.

Melo (2011), em concordância com Schuch, quanto à ideia de um olhar plural, argumenta que na medida em que a população de rua cresce em número e sua presença se torna mais evidente, entendida como um incômodo ou como uma preocupação social, também cresce o número de agências comprometidas a atender esta população. Como efeito, também cresce o número de definições ou modos de conceber a situação de rua, em consonância com os próprios valores e significados que orientam cada uma dessas agências, sejam associações da sociedade civil, o Movimento Nacional da População de Rua, ou o Estado.

> O cerne da discussão é justamente os efeitos sobre as ideias em torno da situação de rua quando ela se torna uma preocupação crescente, produzindo uma pluralidade de opiniões, um intenso debate sobre formas diferentes de trabalho, demandas e respostas Estatais, debates sobre formas mais ou menos corretas de resolver a questão, ou mesmo o questionamento sobre se é possível resolve-la. (MELO, 2011, p. 19)

Destarte, os discursos sobre a situação de rua são diversos, com significados multivocais que respondem a contextos e lugares transitórios como o próprio fenômeno. Sendo assim, ainda que sejam necessárias as intervenções de políticas públicas e outras ações sociais de auxílio às demandas desta população, estes sujeitos representam muito mais do que uma falta. Pelo contrário, são sujeitos de potenciais criativos quanto às suas formas de socialidade e práticas de sobrevivência, tanto nas suas relações entre si como na relação com outros agentes com quem têm contato, sejam profissionais de atendimento socioassistencial, sejam outros cidadãos que não vivem ou nunca experienciaram a situação de rua.

> A especificidade que pretendo salientar, em consonância com Costa (2007), versa sobre a existência de uma série de redes discursivas no contexto urbano, nas quais diversas narrativas e ações se entrecruzam, criando discursividades múltiplas, por vezes conflitantes e que competem entre si pela versão mais acertada sobre fatos, leituras e entendimentos da realidade. Em um contexto como este ninguém detém exclusivamente uma leitura mais legítima dos fatos. Mesmo que, obviamente, existem formas de legitimação mais ou menos aceitas. Tal especificidade trata de um contexto em que nenhum dos agentes está, em verdade, mais autorizado a falar sobre os fatos do que qualquer outro. A esta heterogeneidade de discursos me refiro como “questão população em situação de rua”.

> Termo arbitrário para as diversas formas cambiantes utilizadas para se referir a esta rede [de] desenvolvimento com a luta por direitos e políticas públicas para a população de rua. (MELO, 2011, p. 19).

Para então pensar a "questão população em situação de rua", no lugar de buscar uma definição conclusiva e essencialista, deve-se observar que existem tantas perspectivas quanto a própria complexidade de nossa sociedade. Cada concepção procura cumprir o papel que lhe cabe na questão. Diante disso, destaca-se a necessidade de adotar uma visão plural sobre o assunto, que também conserve a complexidade a ser compreendida e, no caso, leve em consideração a transitoriedade e instabilidade do fenômeno. A definição do conceito, como a própria característica do fenômeno da rua, é transitória e aberta ao estar condicionada pelas diferentes experiências que envolvem a vida itinerante. As diversas visões, assim, estão em constante circulação como os próprios indivíduos em situação de rua.

Porque então, é importante realizar esta discussão? Exatamente porque esta multiplicidade de visões entra em conflito quando se parte para a ação social. Exemplo disso é a concepção que se tem dos abrigos ou dos acolhimentos provisórios. O abrigo pode ser um espaço de apoio e auxílio à população em situação de rua, mas também pode ser entendido como uma instituição que deve retirar definitivamente o acolhido da situação de rua, ou ainda, pode acabar sendo percebido como um espaço para o processo de higienização da cidade, a partir de políticas públicas de urbanização ou de segurança pública. Portanto, rever este ponto é necessário para considerar como os mais interessados nesse processo dialogam com estas visões e são afetados por elas.

Sobre isso, Ingold observa que há uma brecha entre o ambiente experimentado e o ambiente projetado no discurso científico e nas ações políticas, brecha que se estende para a formação de uma hierarquia entre o conhecimento construído por aqueles que vivem o ambiente (*in-habitantes*) e o conhecimento construído pela metodologia científica, que acaba por se posicionar acima dos primeiros (INGOLD, 2012, p. 21-22). O problema que surge a partir desta brecha é que aqueles que habitam um ambiente em particular são subjugados às definições de quem os observa de fora e, consequentemente, submetidos aos projetos políticos impostos sobre eles (INGOLD, 2012, p. 26). Por isso, Ingold considera ser preciso repensar o ambiente em conexão com a vida que nele reside. Para tanto, é necessário reconsiderar o conhecimento de seus "in-habitantes", tão válido quanto o

conhecimento científico e, ainda, que estes sejam construídos em conjunto (INGOLD, 2012, p. 22).

Por isso, penso a situação de rua nos termos de “habitar”, proposto por Kasper (2006), isto é uma “espacialização dos hábitos”. As ruas, como ambientes experimentados, são espaços de percursos nos quais as pessoas encontram e vivem coisas físicas e simbólicas. Para pensar a vida na rua a partir do que as pessoas que passam a habitá-las dizem, requer aprofundar muito mais as respostas dadas à pergunta óbvia “*o que é a situação rua para você?*”. É possível compreender muito mais sobre o sentido de habitar as ruas pelo que as pessoas dizem e fazem espontaneamente, do que pelas respostas suscitadas por uma pergunta direta. Então não existe resposta direta, certa, única e definitiva, mas sim, uma variedade de discursos em constante reconstrução, que revela pensamentos elaborados, sobre contextos e situações, por pessoas que vivenciam a situação de rua. Trago aqui algumas destas vivencias, tanto fruto de escutas como de entrevistas.

Certa vez, encontrei na rua do bairro João Paz, onde eu morava, um homem que passou pelo abrigo e eu perguntei como ele estava, ao que ele me respondeu:

> *Voltei para a casa da minha família, mas vou acabar voltando pra rua de novo... Ás vezes você se sente menos sozinho com pessoas que convive na rua do que com pessoas da sua própria casa* (Registro de Memórias, 09/05/2016).

Semelhante a esta fala, foi a de G.E., um rapaz que durante uma atividade de escuta no abrigo confidenciou a mim e a uma educadora que não conseguia morar em uma casa sozinho:

> *Eu trabalho, eu trabalho pra caramba, e ganho dinheiro, eu trabalho bem. Eu estava morando em uma casa que eu aluguei, mas não consegui ficar... Não consigo ficar sozinho, então eu venho pra cá* (Registro de Memórias, 03/10/2015).

Esses são dois exemplos de pessoas que não estão falando de falta de trabalho ou de dependência química ou dos fatores antes mencionados – embora eles estejam em operação em seus percursos - para habitar a rua.

Na Concha Acústica, local antes mencionado ao me referir à *boca de rango*, entrevistei F.B., um rapaz que estava em situação de rua porque não queria, segundo ele, *dar trabalho para a mãe*.

Perguntei a ele: *Mas e você, como é que fica?*Ele respondeu:

> *Para mim tá bom. Eu fico andando pela cidade, eu ando bastante, eu gosto de ficar olhando os prédios, o céu, fico olhando para essas coisas, eu gosto de ficar olhando* (Registro de campo, 07/10/2018).

O discurso de F.B., expressa a satisfação de caminhar pela cidade e olhar a paisagem urbana. Enquanto falava, olhava para todos os lados, como se estivesse contemplando tudo ao redor, a concha, a praça, a rua, os prédios, o céu, as pessoas, os carros. Apesar de toda a sua situação social e familiar, na qual ele pode ser percebido como um sem lugar, ao contrário, a cidade é o seu refúgio, o local para o hábito que lhe é agradável, o hábito de caminhar e observar.

Pode-se encontrar alguma positividade nestes discursos, mas há outros nos quais não se verifica a mesma tônica:

> *Você acha que alguém vai querer me dar emprego? Eu sou dependente químico. Ninguém confia em dependente químico. Eu não tenho mais jeito, não. Eu já nem gosto mais de mim* (Registro de Memórias, 06/06/2016).
>
> *Na rua não tem amigo não. Você só tem amigo enquanto tiver dinheiro e droga. Acabou dinheiro, acabou a droga, acabou a amizade, é cada um por si* (Observação de campo, 22/03/2019).

Cada pessoa tem seu próprio percurso, a sua *caminhada*, como se diz na rua e, por conseguinte, a sua própria visão do que a situação de rua lhe permite, dentre várias possibilidades. No entanto, estas perspectivas podem mudar dependendo do contexto e conforme as experiências vão sendo vividas. Portanto, é preciso dar atenção para estas múltiplas perspectivas que revelam os fragmentos de uma realidade multifacetada e suas possíveis intermediações que compõem o cenário dinâmico da situação de rua.

Sarah Escorel (1999) realizou, na cidade do Rio de Janeiro, um estudo sobre pobreza, exclusão e desigualdades sociais, apresentado uma reflexão

envolvendo vários autores que contribuíram para este campo de estudo. Um dos autores que dão base para esta reflexão é Robert Castel (1991, 1995, 1996, apud ESCOREL, 1999), que abordou a exclusão a partir de uma noção de desvinculação social. Castel analisou as características das desigualdades sociais em diversos momentos históricos, especialmente no que tange aos aspectos da sociedade moderna capitalista, observando que a especificidade das classes pobres está no fato de elas se formarem dentro de um processo de exclusão, no qual os indivíduos vão da fragilização até a ruptura com os vínculos que os ligam à estrutura social.

Deste modo, para esse autor, tais vínculos se ancoram em dois eixos fundamentais: o do mundo do trabalho e do vínculo sócio-familiar. Conforme tais vínculos se fragilizam, os indivíduos são envolvidos em zonas de vulnerabilidades podendo rompê-los por completo, tornando-se supérfluos para a produção no mercado de trabalho. Diante deste processo, os indivíduos gradualmente perdem a sua base de proteção que possibilita manter plenamente sua vida familiar, econômica e sua cidadania, levando-os a uma situação de isolamento e abandono social. Nesta, passam a viver em situação de sobrevivência e de dependência dos recursos proporcionados por ações assistenciais, isto é, que não são provenientes do próprio trabalho (CASTEL, 1991, 1995, 1996, apud ESCOREL, 1999).

Escorel analisa a especificidade deste processo de exclusão no fenômeno da situação de rua. Entretanto, apresenta uma série de outras nuances que caracterizam o fenômeno, possibilitando uma visão mais ampla que permite pensar o tema da exclusão e as relações da população em situação de rua no Brasil. Desse modo, o caráter processual da desvinculação presente em Castel permanece pertinente, porém devido à sua ênfase no processo de exclusão a partir da ótica da fragilidade e ruptura com o trabalho assalariado, necessita de complementos para compreender o movimento em seus interstícios. Escorel comenta que a partir dos anos 1990 as abordagens da inclusão observaram outras dimensões da vida:

> Incorpora um viés cultural em que são enfatizados o isolamento dos indivíduos, o abalo do sentimento de pertencimento social, a existência de uma anomia, a questão dos vínculos sociais e da coesão social, a crise identitária. A noção atual de exclusão acentua as formas de segregação – cultural, espacial, étnica, as desigualdades econômicas e, um certo sentimento de vazio de existência, em grande medida associada ao grande colapso de propostas alternativas de futuro. (FONTES, 1997, apud ESCOREL, 1999, p. 55)

Escorel comenta que, de acordo com Virgínia Fontes, o processo de desvinculação chega ao ponto de criar uma separação dos excluídos, ou uma exclusão por exterioridade, que pode ocorrer pela forma da indiferença ou do extermínio. Assim, na indiferença, como ocorre na relação entre colonizadores e populações indígenas, a exclusão isola a população tomada pela sua diferença, de modo que a sua desintegração e seus problemas são ignorados, deixando-a perecendo no abandono. Já a exclusão por extermínio ocorre pela eliminação da existência do outro, como ocorreu no holocausto judeu no regime nazista. (ESCOREL, 1999, p. 55).

Sobre a exclusão total nesse processo, Escorel observa que para Paugan (1994, apud ESCOREL, 1999), ela representa uma desqualificação social, ou dessocialização, que gera uma existência dependente dos programas de assistência social, gerando mudanças na identidade social dos indivíduos que passam de trabalhadores a assistidos. Na medida em que se perpetua esta relação de dependência, ocorre uma perda de sentido da vida, o último estágio da exclusão, isto é, a ruptura total dos vínculos sociais. Diante disso, as pessoas são tomadas por um sentimento de inutilidade que pode levá-las a uma reação de rejeição do mundo, reivindicando “a liberdade de viver à margem da sociedade”. (ESCOREL. 1999, p. 56-57).

Escorel comenta sobre a perspectiva de outros autores, como Emanuel Didier (1996, apud ESCOREL, 1999) e Martine Xisberras (1993, apud ESCOREL, 1999). O primeiro analisa os diferentes discursos sobre a exclusão social que ressaltaram diferentes aspectos, como a fragilidade da solidariedade entre o indivíduo e a sociedade, os limites entre grupos culturais que geram rejeição e desigualdades, e a formação de grupos de monopólios do poder que acarretam uma cisão na sociedade entre os incluídos e os excluídos. (ESCOREL, 1999, p. 57-58).

Já Xisberras, analisa a questão da alteridade na dimensão simbólica da exclusão social. Assim, a exclusão ocorre em variados processos que afetam as interações macro e microssociais nas quais os excluídos sofrem a rejeição no âmbito espacial, material, mas também em âmbitos simbólicos. A exclusão no âmbito simbólico significa que os valores são estigmatizados a partir de uma percepção negativa dos mesmos. Portanto, aos excluídos são negadas, não apenas a participação econômica e política, mas também o próprio reconhecimento que legitimaria seu lugar e pertencimento na sociedade – negação que confere seu

status de estrangeiro. Diante disso, a indiferença, a desconfiança e o ódio podem ser resultados desses processos (ESCOREL, 1999, p. 59-60). Escorel comenta sobre Xisberras:

> O fenômeno da exclusão, assim como o seu problema corolário de integração, abrangem os vínculos sociais em três níveis: entre indivíduos e grupos sociais, entre grupos intermediários, e entre os grupos e a sociedade global. A natureza e as formas dos vínculos sociais conferem (ou não) para cada ser humano um lugar na sociedade. Todos os vínculos nas diversas dimensões ou esferas da vida social são ao mesmo tempo materiais e simbólicos. Através dos vínculos sociais o indivíduo encontra (ou não) um 'lugar social', uma 'identidade social positiva', 'o espaço de cada um no mundo em comum'. (ESCOREL, 1999, p. 63).

Para Escorel, o que há de comum nestes estudos é que eles tendem a pensar a exclusão na formação de uma sociedade dual, ou seja, separando a sociedade em dois mundos, o dos incluídos e dos excluídos. A partir disso, Escorel questiona se é possível – e como é possível – aplicar o termo da exclusão no contexto brasileiro. A autora observa que as desigualdades no Brasil tiveram uma grande evidência na década de 1990, a partir do aumento da violência e do fenômeno da situação de rua. No Brasil, o fenômeno se intensificou a partir dos processos de migração e do aumento de pobreza na classe trabalhadora a tal ponto que, analisando a evolução das desigualdades juntamente com os diferentes momentos históricos do país, pode-se encontrar semelhanças dessas condições com os processos de exclusão social.

No entanto, em concordância com Da Matta (1990, 1993, apud ESCOREL, 1999), a autora considera que o Brasil apresenta especificidades, que tornam mais complexa a análise, quando se leva em consideração a ideia de sociedade dualizada presente no conceito de exclusão social. Sobre isso, há uma flexibilidade no contexto brasileiro a partir de uma "hierarquia de relações complementares", composta de "articulações entre extremos" que proporcionam mediações que "são não somente possíveis, mas também essenciais para a dinâmica do sistema" (ESCOREL, 1999, p. 73). Tais mediações estão presentes nas formas alternativas de vínculos e interações sociais, isto é, a própria sociabilidade entre os grupos. Assim, a sociedade brasileira se apresenta como relacional e fragmentada, em contraposição a uma sociedade dual.

> A exclusão social pode ser uma categoria de análise – em uma sociedade que se pensa relacional e inclusiva – quando é abordada como um processo e não apenas em oposição à integração social, pois as múltiplas formas em que se expressa, revelam precisamente que seus elementos integrantes 'não estão polarizados, mas contraditoriamente combinados' (Martins, J. S., 1993). A 'combinação paradoxal' de formação e ruptura de vínculos sociais possibilita compreender uma realidade que se apresenta fragmentada (e não dualizada) envolvendo diversas modalidades de processos de integração/exclusão social. (MARTINS, 1993, apud ESCOREL, 1999, p. 74).

Para Escorel, o que caracteriza a exclusão no Brasil é a situação de pobreza nas suas variadas formas, que se apresentam com diversas categorias de vulnerabilidades, vivenciadas dentro de uma cidadania hierarquizada e fragmentada, diferente de uma relação absolutamente oposta. Tais vulnerabilidades em conjunto ocorrem processualmente em um estado provisório de relativas exclusões e inclusões (ESCOREL, 1999, p. 74).

Para analisar este processo no fenômeno da situação de rua no Brasil, Escorel elaborou um esquema analítico de múltiplas dimensões, que não somente revelam processos de cruzamentos de vulnerabilidades, mas também apontam modos de relações alternativas de vinculações. Na proposta da autora, pode-se compreender: 1) as interações entre as pessoas que habitam as ruas; 2) entre elas e outros grupos populacionais domiciliados; 3) e entre elas e os órgãos de políticas públicas.

Antes de relacionar tais dimensões analíticas aos dados da realidade da população de rua da cidade de Londrina, cumpre descrever como está previsto e o que de fato ocorre nos planos de políticas públicas para a população em situação de rua no Brasil e em Londrina.

3.2 Políticas públicas para a população em situação de rua

As discussões das pesquisas, encontros e congressos que resultaram no Decreto 7053/2009, não apenas determinaram a definição institucional da população em situação de rua, mas também iniciaram as elaborações para projetos de políticas públicas para essa população. Tais projetos não ignoram toda a discussão feita acima, como também a incorpora em seu discurso, o que se evidencia desde o início

pelo seu título: Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua (PNPR), cujos objetivos são assim explicitados:

> As propostas contempladas por esta Política Nacional têm por objetivo abarcar questões essenciais concernentes à parcela da população que faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades. Estas pessoas relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados, vis-a-vis os vínculos familiares, comunitários ou institucionais presentes e ausentes. Em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como 'população em situação de rua'. (BRASIL, 2008, p. 3).

Destarte, destaca-se a referência à presença ou ausência de vínculos familiares, comunitários e identitários, e que a noção da situação de rua não concebe esta apenas como espaço de sobrevivência, mas como um ordenamento – ou reordenamento – de identidades. No entanto, os conceitos de marginalidade, estigmas, exclusões ou desvinculações são reconhecidos no projeto, assumindo que a política pública é responsável por trabalhar esses processos a fim de buscar uma integração desta população a uma cidadania plena.

> A população em situação de rua encerra em si o trinômio exprimido pelo termo exclusão: expulsão, desenraizamento e privação. Segundo a definição de cientistas sociais como Alcock (1997) e Castel (1998), exclusão social relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva. Assim, pessoas em situação de rua podem se caracterizar como vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes (MARTINS, 1994, apud BRASIL, 2008, p. 3).

No texto da PNPR, observa-se que o fenômeno da situação de rua ocorre sob múltiplas causas, que proporcionam múltiplas realidades, não podendo ser compreendido através de uma visão “unívoca” e “monocausal”. Desse modo, posturas assistencialistas, paternalistas, autoritárias e higienistas — presentes tradicionalmente na sociedade civil e no Estado — não poderiam orientar processos de resoluções dos problemas e vulnerabilidades complexos destas populações. Ao contrário, uma nova postura deveria:

> desconstruir a bipolaridade ontológica entre normal e anormal colocada para as pessoas em situação de rua, considerando a

> produção e reprodução de identidades sociais dentro mesmo do que Gregori (2000) conceitua como circulação entre espaços e papéis sociais. (BRASIL, 2008, p. 4).

Ao incorporar uma visão plural e não unívoca, e ao reconhecer a população que habita as ruas como uma população produtora de identidades e realidades múltiplas a partir da vivência na rua, o PNPR não poderia deixar de abranger a participação de vários ministérios. Assim, tal política pública foi elaborada pelo grupo interministerial composto pelos seguintes órgãos: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Defensoria Pública da União; bem como pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), a Pastoral do Povo da Rua e o Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada. Diante disso e do reconhecimento da existência de processos de desvinculação social, a política se propõe reatar e fortalecer os vínculos que conferem os lugares de cada indivíduo nos processos de construção da cidadania plena:

> A presente Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo. (BRASIL, 2008, p. 4)

Portanto a partir da parceria destes ministérios, a PNPR conjuga propostas estratégicas para a população de rua nos âmbitos dos direitos humanos, do acesso ao trabalho regularizado, do desenvolvimento urbano e habitação, assistência social, educação, segurança alimentar, saúde e cultura. Em cada uma destas instâncias estão definidas diretrizes de estratégias a serem implementadas pelos Estados e Municípios brasileiros.

3.2.1 *Política pública na cidade de Londrina*

Em Londrina, as políticas públicas são realizadas em consonância com as diretrizes do pacto estadual e da PNPR, mediante o decreto municipal 1385 de 2014, com o qual foi instituído um comitê intersetorial, composto por órgãos da prefeitura e membros da sociedade civil, incluindo instituições e o MNPR do núcleo de Londrina. O comitê tem como função discutir e propor programas de política municipal de atenção à população em situação de rua e tem realizado esforços para aglutinar os serviços públicos de várias secretarias e órgãos municipais, sendo que as ações mais concretas envolvem as secretarias municipais de assistência social e de saúde.

Para os serviços londrinenses de assistência social, a situação de rua está classificada de acordo com os parâmetros de média e alta complexidade. A média complexidade está relacionada a situações de violações de direitos, cujo atendimento é voltado para a proteção destes direitos, incluindo orientação e apoio ao fortalecimento dos vínculos com a família e com a comunidade, podendo incluir encaminhamentos a abrigos. Já a alta complexidade corresponde a situações que necessitam a garantia de proteção integral, ou seja, moradia, alimentação, higienização e trabalho. São casos nos quais estão caracterizadas situações de ameaça em casa ou na comunidade, portanto situações agravadas pela ruptura ou fragilização de vínculos sócio-familiares. Nesse sentido, situações de alta complexidade são sempre casos de encaminhamentos para instituições de acolhimento. Os casos de média e alta complexidade são atendidos pelo Centro Pop, setor da assistência social responsável pelo atendimento destes casos e que encaminha as pessoas para os abrigos conforme a avaliação constatar essa necessidade.

A população em situação de rua pode procurar atendimento diretamente no Centro Pop ou acionar o serviço de abordagem do órgão. Neste órgão, o/a atendido/a é cadastrado/a no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e são realizadas as avaliações sociais de cada caso e os encaminhamentos necessários, o que pode incluir variados serviços como busca de familiares, auxílio para complementar a documentação, solicitação de recursos assistenciais, benefícios eventuais ou de prestação continuada (bolsa família, bolsa auxílio morador de rua), encaminhamentos para higiene pessoal, alimentação, solicitação de matrícula escolar, bem como oficinas de terapia ocupacional.

O Centro Pop também conta com o serviço de abordagem de rua, responsável por se aproximar das pessoas que estão vivendo na rua, fazer uma triagem para a inclusão no SUAS e prestar um pré-atendimento antes de realizar os encaminhamentos necessários, que somente serão feitos por assistente social no Centro Pop ou em instituições de acolhimento, caso seja necessário enviar o/a atendido/a para um abrigo. Assim, o serviço de abordagem avalia o grau de vulnerabilidade em que se encontra o atendido. Os profissionais deste serviço transitam com um carro pela cidade, percorrendo especialmente locais de permanência e circulação de pessoas em situação de rua e transportando-as para os abrigos. A equipe carrega consigo um celular para qualquer pessoa ligar a cobrar e acionar o serviço, que é amplamente divulgado na rodoviária, na rede de saúde e em reconhecidos locais de contato com pessoas em situação de rua. A maioria das pessoas que habitam as ruas de Londrina já conhece o número e se encarregam de informá-lo às pessoas recém chegadas.

O Centro Pop ainda possui uma interface com os serviços de saúde, através dos encaminhamentos para acompanhamento psicossocial, em casos de tratamentos para a dependência química e transtornos psicológicos e psiquiátricos. Além disso, o município conta com o serviço do Consultório na Rua, que realiza atendimentos e avaliações na rua e faz encaminhamentos para tratamentos de saúde e acompanhamentos das pessoas atendidas no Centro Pop e nos abrigos da cidade.

As instituições de acolhimento funcionam através de convênios entre a Secretaria de Assistência Social e entidades não governamentais, que disponibilizam leitos, alimentação, higiene pessoal e atendimentos sociais e psicológicos. Há também o projeto de República, voltado para pessoas em fase de superação da situação de rua e da dependência química, mas que ainda não se encontram com independência financeira. Atualmente o Município conta com três entidades que, juntas, disponibilizam 124 vagas para pessoas em situação de rua.

No ano de 2018 se deu início ao projeto Brisa, na área da cultura, que surgiu com a proposta de realizar oficinas com pessoas em situação de rua a fim de que possam aprimorar os talentos artísticos que já possuem, bem como desenvolver outros. O Brisa realiza apresentações em locais abertos do município, como a Concha Acústica, praças e espaços culturais, promovendo encontros entre os habitantes da rua e a população domiciliada. Este projeto também promove a

interação cultural dos participantes, acompanhando-os/as em outros espetáculos artísticos que ocorrem na cidade de Londrina e outras cidades próximas.

No entanto a demanda cresce em velocidade maior do que a oferta de serviços. O serviço de abordagem de rua possui dois carros para transportar os atendidos até os abrigos e, embora consiga preencher as vagas oferecidas, a oferta é muito menor do que a quantidade de pessoas que as solicitam. Ademais, com relação ao público feminino, há somente 24 vagas disponibilizadas em apenas um dos abrigos da cidade. Consequentemente, todos os dias uma grande parcela desta população não consegue acessar as vagas e procura outras alternativas para dormir, alimentar-se e cuidar da higiene pessoal. Portanto, constata-se que a estrutura é insuficiente para atender a grande demanda, cada vez mais crescente.

3.3 Dados sobre a situação de rua na cidade de Londrina

Face à descrição da política local, das instituições envolvidas e dos equipamentos disponíveis para o atendimento das pessoas em situação de rua em Londrina, passo a analisar alguns dados da Pesquisa Pop-Rua, pesquisa amostral, realizada em 2018, na cidade de Londrina, com relatório publicado em abril de 2019. A Pesquisa Pop-Rua é fruto de uma parceria entre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), o Ministério Público (MP), a Defensoria Pública do Estado do Paraná de Londrina, o Centro Pop da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina, a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) e o laboratório de pesquisa Práxis itinerante, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Integrei a equipe de pesquisa, participando como entrevistador nas visitas realizadas no campo em locais definidos como pontos estratégicos da cidade: pontos de encontro, de circulação ou de permanência, como as praças, *mocós*[9]e *bocas de rango*. Integrei também a equipe de interpretação e análise dos dados recolhidos, que visam fornecer novos subsídios para pensar as especificidades dessa cidade. Assim, a pesquisa foi desenhada para produzir dados sobre a complexidade desta população, de modo que se compreenda a inadequação de uma visão homogênea sobre a situação de rua, na medida em que se constata que

[9]Local de permanência de agrupamentos de rua.

as condições e períodos de vivência na rua ocorrem de modos e intensidades diversos. As observações que foram elaboradas em diálogo com pesquisadores sobre o assunto e complementadas com palavras de pessoas que entrevistei na minha própria pesquisa, estando, como mencionei anteriormente, diferenciadas na citação como observações ou entrevistas de campo.

A pesquisa Pop-Rua apontou uma estimativa de aproximadamente 1000 pessoas em situação de rua na cidade de Londrina, no período em que foi realizada. Esse número foi levantado a partir de 927 pessoas em situação de rua convidadas a participarem da pesquisa, dentre as quais 102 não aceitaram participar ou participaram parcialmente, respondendo algumas poucas perguntas. Sendo assim, embora estes casos tenham sido computados para gerar uma estimativa da quantidade desta população na cidade, foram consideradas para análise 825 entrevistas completas. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 17). Também houve casos de pessoas que, sendo conhecidas pelos serviços de atendimento social da cidade, não foram encontradas nos locais mapeados para a realização das entrevistas. Dentre estas, também há aquelas que, embora não utilizem efetivamente os serviços dos órgãos de assistência social, vivem nas ruas e são conhecidas pelos participantes entrevistados, mas também não foram encontradas.

A pesquisa forneceu indicadores sociais de problemas enfrentados pela população em situação de rua, uma vez que o desenho da mesma foi elaborado juntamente com integrantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), pessoas em situação de rua que não são integrantes do MNPR e profissionais que trabalham nos serviços públicos e instituições de atendimento social. Ou seja, pessoas que já conhecem o público e estão familiarizados com as características de quem esteja vivendo nestas condições, o que contribuiu para as análises qualitativas a partir dos dados gerados.

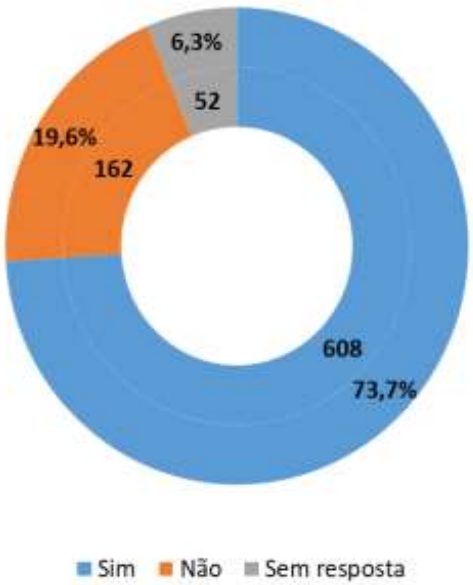
Portanto, procuro descrever neste tópico algumas práticas elaboradas pelos habitantes das ruas para lidar com os problemas que enfrentam na vida itinerante. Desta forma, parto do princípio de que a vida política não é uma via de mão única e que, por isso, as pessoas não são conduzidas passivamente pelos processos sociais ou por medidas políticas a partir de um centro de poder governamental. Ainda que as forças em conflito com este poder que, no caso brasileiro, se constrói de forma extremamente elitista e hierarquizada, não se desenvolvam com a mesma força ou eficácia, outros códigos de construção de

mundo são elaborados no plano das micro-relações. Além do mais, os movimentos sociais emergentes, em busca de uma sociedade mais igualitária de reconhecimento das diversidades, colocam-se como forças em conflito, ainda que de potência desigual, a partir de suas bases, em contraponto a uma centralidade que se pretende homogênea.

3.3.1 Percursos entre estar e permanecer habitando as ruas

Entre as questões levantadas, uma delas levou em consideração a auto declaração do/a participante entrevistado/a, isto é, se considera ou não que está em situação de rua. Tal questão não foi pautada como um critério de exclusão, caso a resposta fosse negativa, mas como uma estimativa do quanto uma pessoa se auto avalia dentro da situação de rua.

Gráfico1 Você está em situação de rua?



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 19)

De acordo com Rosa, é preciso considerar a diversidade de formas de estar na rua. Com relação ao tempo de permanência, uma pessoa pode estar na rua de forma circunstancial, ou seja, por uma breve passagem, ou pode estar habitando as ruas por muitos anos (ROSA, 2005, apud LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 19). Para explicitar melhor esta questão, a pesquisa apresentou a seguinte descrição:

> Na realidade de Londrina, levamos esses fatores em consideração e nos preocupamos em distinguir as pessoas que moram, e estavam em situação de rua, das pessoas que ficam circunstancialmente em situação de rua, como, por exemplo, usuários de substâncias psicoativas que ficam na rua somente nos momentos de uso, e pessoas que estavam de passagem por Londrina, ou, ainda, que vieram para trabalhar na cidade, mas perderam o emprego, e estavam acolhidas, e que responderam tratar-se de uma situação provisória. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 20).

As pessoas que estão em situação circunstancial de rua podem não se considerar nesta condição por estarem acolhidas em um abrigo ou residindo temporariamente em local alugado. Lembro-me de um acolhido, que me disse durante sua estadia no abrigo, que toda pessoa que vive de aluguel está sempre em situação de rua por não ter uma casa própria ou por estar sempre na condição de ter que procurar outra casa para alugar (Registro de Memórias, 18/09/2014). Ocorre que muitas pessoas em situação de rua, quando encontram um trabalho, alugam algum lugar para morar podendo ser uma casa ou um quarto de pensão. Porém, são muitos os casos de perdas ou abandono de emprego ou falta de pagamento de aluguel que fazem com que estas pessoas voltem para as ruas ou para os abrigos.

Além disso, pode-se encontrar pessoas que negam a situação de rua pelo fato compreensível de não aceitarem a situação, o que corrobora com a postura de pensar a condição de estar vivendo na rua a partir de uma perspectiva sempre provisória, não importando o tempo de permanência nela. Existem os casos de pessoas que ainda que passem a residir em uma casa, continuam com os hábitos da rua, frequentando *mocós, biqueiras, bocas de rango*, seja pelos vínculos afetivos ou pela necessidade de obter os recursos através das práticas aprendidas na rua, fator que configura o processo de viração caracterizado por Gregori (2000), que será tratado mais adiante. Deste modo, a situação de rua não abarca apenas uma questão de moradia, mas também o vínculo que se estabelece com os hábitos da rua. Pode-se observar este aspecto em algumas declarações que anotei em conversas informais e entrevistas que realizei no abrigo:

> *Eu trabalho, estou morando numa casa, mas a minha galera, meu círculo continua sendo este aqui, não dá para virar as costas* (C.R - observação de campo 17/05/2018);
>
> *Minha mãe mora aqui, de vez em quando eu fico lá, mas passa uns dias eu saio. É sinal que ainda tem muita lenha para queimar* (PNF - observação de campo 26/07/2017).

> *Eu tenho a minha casa, é minha, eu posso ir lá a qualquer hora e ficar lá, mas eu fico na rua, é um problema meu*. (Registro de Memórias 14/04/2017).

Cabe mencionar que o universo da situação de rua pode não ser tão estranho em determinadas condições. A exemplo disso, Escorel (1999) observa como famílias vivem, devido às suas vulnerabilidades, em habitações precárias tanto pelas condições dos seus aspectos materiais, como pelo tempo de permanência de moradia nos mesmos:

> As histórias dos moradores de rua evidenciaram uma vulnerabilidade habitacional prévia à sua condição de ter as ruas por moradia, incluindo favelas, casas abandonadas (mocós), hospedarias, internato de menores, albergues, casas de ex-patrões ou alojamentos de empresas (Martins, A. L., 1993). A precariedade do acolhimento, a falta de higiene e o padrão alimentar em certos alojamentos da construção civil (Sousa, 1994) guardam semelhanças com as condições de vida nas ruas, indicando ser estreita a fronteira que separa a vulnerabilidade habitacional do peão de obra empregado e desempregado (ESCOREL, 1999, p. 123).

Além disso, é preciso considerar entre as situações circunstanciais, as estadias nas ruas por tempo determinado, como é o caso de pessoas que, devido ao trabalho que exercem e/ou a distância dos mesmos de suas casas, passam por períodos de tempo previstos nas ruas ou em abrigos, retornando para o local de moradia quando encerram seus trabalhos.

Portanto, o que relativiza a existência ou não de moradia como parâmetro para caracterizar a situação de rua é a atenção para os hábitos e vínculos que possibilitam a passagem de uma situação circunstancial para uma permanente. Nas casas, como nos abrigos, a expressão *bater a nave* significa que a pessoa foi para a rua fazer uso de substâncias psicoativas. Em muitas destas situações, o indivíduo gasta todo o seu dinheiro ou troca tudo o que tem pelas drogas ao ponto de ser despejado de hotel, pensão, casa alugada ou da família e, quando estão acolhidos em abrigos, perdem sua vaga por não retornarem aos mesmos ou por serem desabrigados devido ao efeito de tais substâncias.

Com o objetivo de compreender os detalhes entre ser da rua e estar na rua, os hábitos e vínculos na situação de rua por muito tempo foram associados a variadas formas de ocupar esse espaço, que possibilitaram a percepção de perfis de pessoas nessa situação. Há, portanto várias formas de estar na rua, que se

formularam a partir de categorias nativas de identificação ou são categorias descritivas utilizadas por profissionais da área de assistência social para classificar o tipo de experiência que os indivíduos têm com a rua:

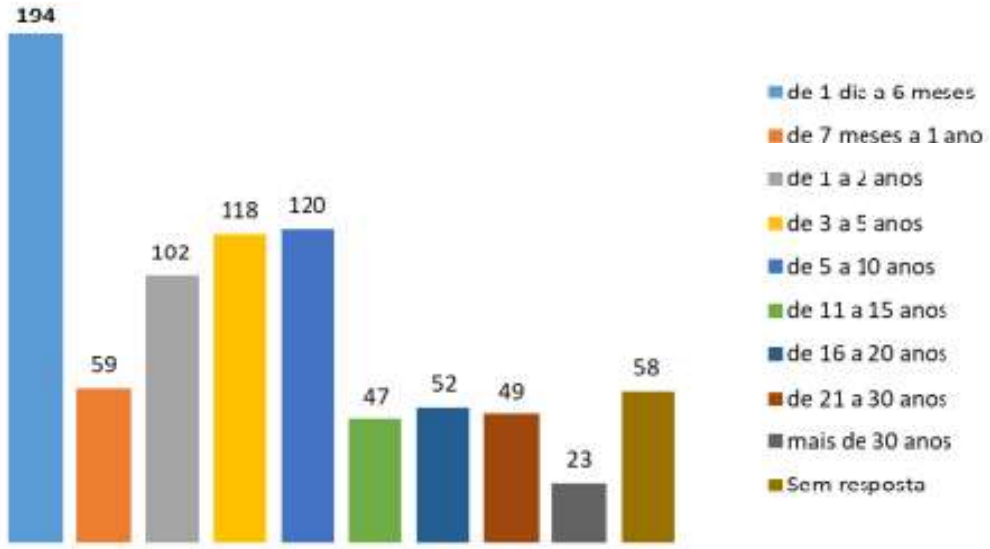
- *Morador da rua* – pessoas estabelecidas na cidade, geralmente a cidade de origem, que fazem da rua seu espaço de moradia e de socialidade;
- Migrante – trabalhadores que viajam em busca de trabalho e melhores condições de vida. Podem transitar por várias cidades, de acordo com as oportunidades, mas também podem fixar-se em alguma, conforme as experiências que vivem em lugares específicos.
- Dependente químico – dependentes químicos de álcool ou outras substâncias psicoativas que, devido à dependência, comprometem sua vida social e passam a viver na rua.
- *Trecheiro* – vivem viajando de cidade em cidade, a pé, de carona, ou de ônibus, conforme conseguem recursos para passagem.

Embora estas categorias possam auxiliar a análise das variadas formas de habitar a rua, elas não esgotam as possibilidades dos indivíduos, pois uma pessoa pode vivenciar mais de uma dessas experiências em seu percurso de vida. Além do mais, muitas das pessoas em situação de rua não se identificam com estas categorias pelos efeitos estigmatizantes que elas carregam. Desta forma, exemplificando, geralmente os chamados de *moradores de rua*, também fazem uso de álcool ou outras drogas; assim como os dependentes químicos também podem passar a ser identificados como estabelecidos *moradores de rua,* conforme o seu tempo de permanência nestas condições; ou, ainda, um trabalhador migrante pode passar a ser identificado como um *trecheiro* ou um permanente *morador de rua* da cidade.

Diante disso, muito antes de encaixar pessoas em perfis, é necessário compreender a complexidade da situação na rua, presente em cada pessoa que vive neste universo. A insistência em tentar alcançar um significado conclusivo, sem levar em conta os múltiplos valores e discursos dos próprios atores envolvidos nesta realidade, torna recorrente a construção de uma imagem objetificada e passiva dos mesmos, persistindo uma tendência a retirar destes a condição de sujeitos de sua própria dinâmica espacial e temporal.

A partir destas considerações a Pesquisa Pop-Rua abordou a faixa de tempo que os/as participantes declararam estar em situação de rua:

Gráfico 2- Tempo de permanência em situação de rua



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 20)

De acordo com os dados, observa-se que o maior número de pessoas, 23,5% (194 participantes), estavam em situação de rua durante um período de até seis meses. Para efeito de análise, o período de tempo foi agrupado em três blocos, sendo o primeiro integrado pelos que responderam de um dia a seis meses, sete meses a um ano e de um a dois anos, chegando a um total de 43% (355 pessoas). O segundo bloco estabeleceu um tempo médio, isto é, dos grupos que responderam de três a cinco anos e o de cinco a dez anos, somando 28,8% (238 pessoas); e por fim, o bloco de pessoas em situação de rua há mais de dez anos correspondendo à quantidade de 20,7% (171 pessoas). A partir destes três blocos, foi apresentada a seguinte observação:

> Uma análise possível é que quanto mais tempo uma pessoa vive em situação de rua, maior será o desafio para que políticas públicas voltadas para a superação da situação de rua efetivamente atinjam seus objetivos. Fica cada vez mais difícil restabelecer vínculos familiares e comunitários quando existentes, ou, em alguns casos, simplesmente a pessoa pode não querer sair dessa condição por não se adaptar novamente a viver domiciliado. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 21).

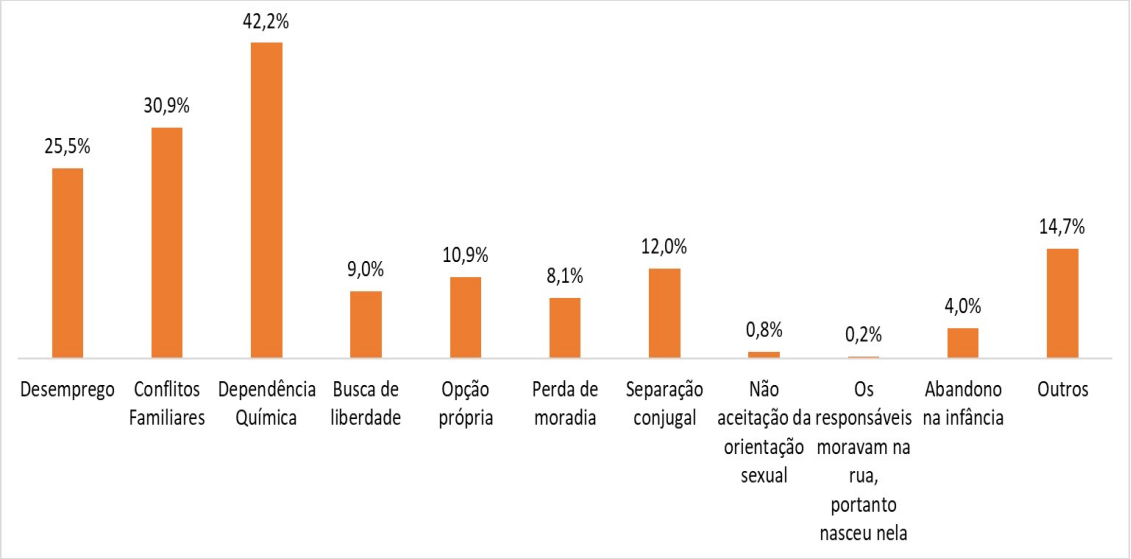
Em relação ao primeiro bloco, o que essa quantidade de tempo pode indicar também é o fenômeno crescente da situação de rua, como foi divulgado pela já citada matéria do jornal local A Folha de Londrina (SARIS, 2019). Parte desta

população se habitua às práticas da vida na rua e passa a ser absorvida por ela numa relação complexa entre o desejo de sair desta situação – desejo que não é uma regra geral – e a familiaridade com os costumes aprendidos. Tal complexidade se dá pelos percursos entre a rua e abrigos, casas, pensões, hotéis, alojamento de trabalhos, mocós e outras possibilidades que possam existir. É neste sentido que se pode compreender a fala de L.H.M., de que alguém que está em um abrigo, ou alugou uma casa, ainda está em situação de rua, pois os pontos destes percursos tendem a ser provisórios, num movimento de idas e vindas, de circulação.

Além disso, apresenta-se uma continuidade de utilização dos serviços dos órgãos públicos de assistência social, seja com alimentação, ou acompanhamento a tratamentos para a dependência química. Isso significa que por mais que alguém passe a viver em algum domicílio, continua na zona de dependência e vulnerabilidade, o que torna frágil a sua situação de moradia provisória, podendo ser transferido novamente para a rua. Exemplo marcante deste aspecto são os projetos de república, que abrigam poucas pessoas em casas cedidas pela prefeitura. Nestas casas, os moradores convivem contribuindo com os custos de alimentação e as tarefas domésticas. Diferente dos abrigos, as repúblicas são realmente configuradas como casas, pois não há funcionários de instituição monitorando a convivência interna e controlando horários. Neste caso, são os próprios moradores que estabelecem as regras de convívio e responsabilidades. Com isso, busca-se um caminho para o desenvolvimento de hábitos independentes, porém ainda com um mínimo de acompanhamento do serviço social, que realiza visitas regulares à república.

A questão que se segue, enfoca as razões para viver e permanecer nas ruas. Elas são diversas e tendem a estar inter-relacionadas na maioria dos casos. Cada indivíduo pode apresentar mais de uma razão para a sua estadia na rua, como ilustra o seguinte gráfico:

Gráfico 3 - Razões para estar em situação de rua



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 50)

Devido às possibilidades não serem excludentes, a pesquisa obteve 1316 respostas. De acordo com o relatório:

> (...) embora uma pessoa em situação de rua apresente características de dependência química de substâncias psicoativas, o desemprego ou conflitos familiares podem, juntamente, ser motivos para a sua estadia na rua.
> A razão declarada pode não corresponder ao motivo do ingresso à situação de rua, ou, dito de outro modo, um motivo pode demarcar o início do percurso na situação de rua, mas outras razões, advindas das diversas circunstâncias vivenciadas, podem tornar-se preponderantes para o prolongamento da estadia na rua. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 51).

Como pode se observar no gráfico 3, a dependência química foi o motivo com maior número de respostas (42,2%). O uso abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas é uma característica marcante da situação de rua, sendo raros os casos de pessoas que não fazem o uso de algumas dessas substâncias. Entretanto, alguns participantes que declararam fazer uso de drogas, não se consideraram dependentes químicos. Com relação a este ponto, em outra subseção da pesquisa foram elencados os tipos de substâncias e o percentual para seu uso:

Tabela 1 - Uso de produtos/ substâncias psicoativas ilícitas ou licitas

Produtos	Todos os dias		Às vezes		Não faz uso	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Crack (pedra)	191	23,2	160	19,4	355	43,0
Bebida Alcoólica	252	30,5	225	27,3	226	27,4
Cigarro	442	53,6	99	12,0	181	21,9
Cocaína (pó)	46	5,6	125	15,2	497	60,2
Maconha (baseado, beck)	151	18,3	139	16,8	397	48,1
Inalantes (Loló, benzina, gasolina, cola de sapateiro)	8	1,0	48	5,8	606	73,5
Oxi	5	0,6	26	3,2	613	74,3
Etanol	19	2,3	53	6,4	558	67,6
Outros	9	1,1	16	1,9	244	29,6

Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 65)

As substâncias psicoativas estão entre os elementos mais presentes na situação de rua. Elas são utilizadas, ao mesmo tempo, como uma forma de prazer e estratégia de sobrevivência: *é uma forma de fuga, os problemas desaparecem. Na rua não dá pra dormir de cara* (sóbrio) (Registro de Memórias, 13/09/2015). Ao mesmo tempo, quando é desenvolvida a dependência química, o/a usuário/a se sente como um/a escravo/a da substância fazendo de tudo para suprir a necessidade da utilização da mesma. Frente a isso, quando o/a usuário/a procura ajuda nos serviços sociais para realizar um tratamento, são encaminhados/as para o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), onde são atendidos/as e acompanhados/as por psicólogos/as e psiquiatras para avaliarem o tratamento, que pode incluir terapia psicológica, uso de medicamentos psiquiátricos e até internações em clínicas de tratamento para dependência química e/ou comunidade terapêutica.

Os conflitos familiares são a segunda maior razão para a situação de rua que, quando somada à separação conjugal, resultam em 42,9%, igualando, portanto, ao item da dependência química (42,2%). S.C.J. e B.T.G., participantes da minha pesquisa, são exemplos de trajetórias tanto de separação conjugal, como de conflitos com outros familiares, que apresentarei com mais detalhes em outro tópico. As outras opções apresentadas, como o desemprego, já tratado acima, a busca de liberdade, a falta de aceitação da sexualidade também têm relação com os problemas nas relações com a família. Sobre isto, consta no relatório que:

> A busca pela liberdade, assim como a opção própria, os menores indicadores, pode significar o desejo de uma vida itinerante pelas as ruas ou entre as cidades de passagem, como também pode representar o incômodo com a vida dentro de um imóvel ou a vida em família, que pode ser considerado um modo de vida opressivo ou aprisionador. O ambiente da casa pode ser inseguro e opressivo, apresentando casos de abuso sexual, violência doméstica, exploração de trabalho e, ainda, exposição a riscos e exploração por práticas ilegais. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 52)

O primeiro censo nacional em relação à população em situação de rua, realizado entre os anos 2007 e 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Social, apontou alguns motivos para viver em situação de rua a partir de entrevistas realizadas junto a essa população em várias cidades do Brasil: 35,5% estava relacionado ao uso de drogas e alcoolismo; 29,8% ao desemprego; 29,1% por desentendimentos familiares (BRASIL, 2009, p. 87).

Não obstante, no mesmo censo do MDS, ainda constam casos peculiares (5,6%), nos quais os laços familiares e com a comunidade não estão fragilizados, porém o indivíduo é atraído pelos aspectos que a vida na rua apresenta, como a liberdade, as companhias, a itinerância, o desprendimento de regras e de compromissos com horários marcados e o fácil acesso às drogas. O que torna estes dados interessantes é que, nestes casos, a atração pela rua parece maior do que a avaliação dos riscos que ela apresenta, sendo que a dependência química é um fator de grande expressividade.

Penso que pode ser possível haver outras motivações para a situação de rua, alheios à lógica normalizadora que padroniza estilos de vida para toda a população, pelo que os aspectos emotivos e sensoriais também devem ser avaliados. Muitos já nasceram em situação de miséria e abandono, criados em abrigos ou familiarizados com as práticas da rua desde a infância. Sobre os indícios desta característica peculiar de preferência pela vida na rua, tem-se que:

> Apesar de não aparecer como razão principal da saída de casa, esta questão deve ser considerada na medida em que, mesmo quando as razões explicitadas envolvem desentendimentos familiares ou as ameaças e violências sofridas dentro do ambiente familiar, há um grau de escolha própria para ir para a rua. Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua, e acaba sendo um fator fundamental para explicar não apenas a saída de casa, mas também as razões da permanência na rua. Após vivenciar a situação de “liberdade” que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico,

> considerado, muitas vezes, perigoso e opressor. (BRASIL, 2009. p. 87)

As razões para estar em situação de rua podem ser entendidas no interior de um processo que Escorel (1999, p. 75) classificou em cinco dimensões nas quais se desenvolvem “trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até a ruptura dos vínculos” da vida social. A autora parte das noções de vinculação/desvinculação de Robert Castel (1991; 1995, apud ESCOREL, 1999), sobre as quais as condições de empobrecimento da classe trabalhadora se articulam em quebras de vínculos, dentro de “zonas de vulnerabilidade”, que acarretam não apenas desequilíbrios na vida econômica, mas em diversos aspectos que levam gradualmente a uma condição de exclusão dos indivíduos das relações sociais. Para Escorel, as vulnerabilidades ocorridas em cada uma destas dimensões, no seu estado mais extremo, colocam as pessoas em situação de isolamento e perda da humanidade. Os dados gerados na pesquisa Pop-Rua, como veremos a seguir, apresentam as características destas dimensões, a saber: mundo do trabalho, dimensão sociofamiliar, dimensão política, âmbito cultural e a dimensão humana.

Diante dessas observações sobre os motivos para a estadia na rua, duas coisas precisam ser observadas. A primeira é que a razão indicada para estar em situação de rua não deve ser pensada de forma isolada, mas na sua relação com outras possíveis razões que culminem para o seu escopo. A segunda questão é que os motivos que levam uma pessoa a passar a viver nas ruas não são necessariamente os mesmos que motivarão a sua permanência ou a saída das mesmas. Dito isto, a título de exemplo, como já foi abordado acima com relação à família, em casos de desentendimentos familiares, não é sempre que a pessoa retorna para a casa com a resolução de seus problemas com parentes. Da mesma forma, não é sempre que um dependente químico retorna para a casa no caso de parar de utilizar as substâncias psicoativas. Ou, ainda, o fato de conseguir um emprego não determina que uma pessoa deixe de viver nas ruas imediatamente ou de forma permanente.

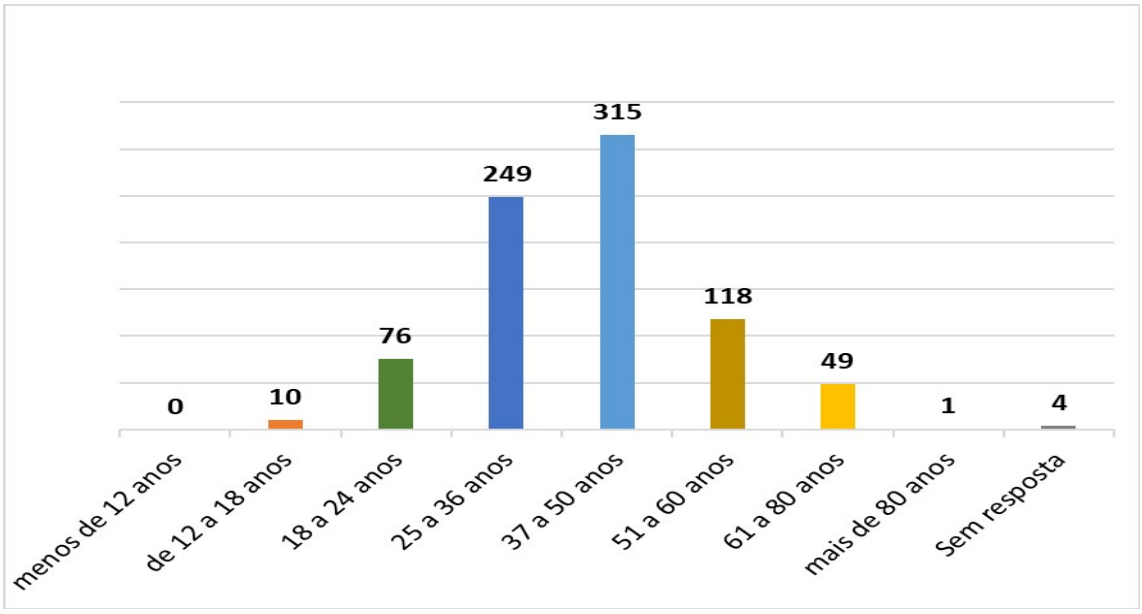
Destaca-se que a autora, como dito acima, utilizou a noção de isolamento e perda de humanidade nos casos extremos de vulnerabilidades, pois como veremos mais adiante, também demonstra como a sociabilidade entre os habitantes das ruas, constroem novos vínculos de forma positiva nos agrupamentos que

formam. Em continuidade, Tiago Lemões da Silva, em diálogo com Escorel (1999), Cláudia Fonseca (1999, apud SILVA, 2012) e Maria Gregori (2000), relativiza a ideia de ruptura, analisando as continuidades de vínculos através de diferentes instâncias de sociabilidade, considerando que a circularidade e a transitoriedade são características da dinâmica do universo da situação de rua.

3.3.2 Idade, trabalho e escolaridade

Quanto à idade dos participantes na pesquisa, observou-se um número expressivo de pessoas entre 25 e 50 anos (564 pessoas), idade considerada a mais produtiva em relação ao trabalho. Este dado permite pensar a relação da situação de rua com o desemprego, uma vez que as pessoas nesta faixa de idade não estão integradas no mercado de trabalho formal.

Gráfico 4- Idade



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 21)

A questão sobre trabalho e fonte de renda também foi de múltiplas respostas, assim o/a participante poderia assinalar mais do que uma alternativa, totalizando 1208 respostas. Como mostra o gráfico 5, com relação a este tópico, apenas 8,2% (68 respostas) alegaram ter um trabalho formal como fonte de renda, enquanto a grande maioria busca recursos em atividades informais, através da

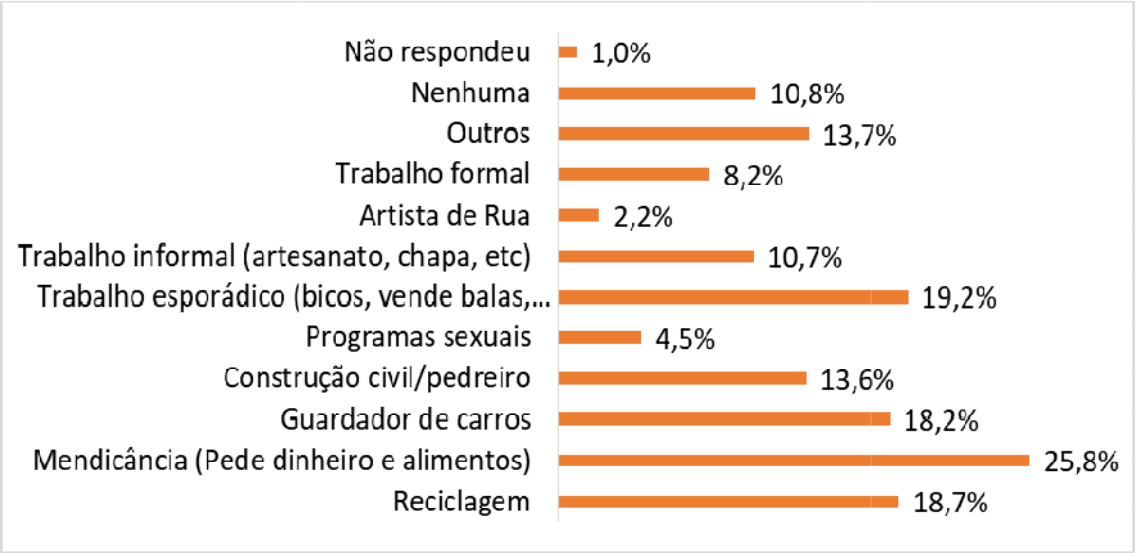
mendicância, do ato de *manguear*, de serviços de bicos como carga e descarga de mercadorias, construção civil e *reciclagem*.

Segundo Escorel, sobre a dimensão do mundo do trabalho:

> As trajetórias dos vínculos com o mundo do trabalho envolvem a diminuição dos postos de trabalho, a precarização composta por empregos de tempo parcial ou de duração limitada, a não absorção da força de trabalho jovem, a instabilidade e irregularidade ocupacional, o desemprego recorrente e duradouro, as dificuldades crescentes de inserção da mão-de-obra não-qualificada e os rendimentos decrescentes das 'ocupações pauperizadas'. Nesse âmbito a caracterização principal do fenômeno de exclusão consiste em que contingentes populacionais cada vez maiores são economicamente desnecessários e supérfluos conformando, além do denominado desemprego estrutural, uma situação em que não há, sequer como potencialidade, postos de trabalho que poderiam ser ocupados no processo de produção de bens e serviços. (ESCOREL, 1999, p. 75).

A informalidade no trabalho acompanha a situação de rua, senão como causa, como agravante, pois ao trabalhador nestas condições estão negados os seus direitos trabalhistas e condições adequadas de trabalho. Além disso, para quem quer sair da situação de rua, sem a renda fixa do trabalho formal não há uma possibilidade de encontrar um local de moradia permanente, no qual poderá assinar um contrato de aluguel e terá a segurança de poder pagar por um determinado tempo. As pensões se tornam uma alternativa, mas as pessoas que optam por elas, sem um emprego formal, ficam sujeitas a retornarem para a vida na rua, quando faltar recurso para o pagamento do aluguel. Junto a isso, como já foi dito, o fato de alguém estar morando em uma pensão, não significa que saiu da situação de rua, pois seus vínculos com a rua tendem a permanecer com os hábitos adquiridos nela e o contato com as pessoas com quem conviveu.

Gráfico 5 - Como obtém sua renda



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 45)

Por outro lado, se o trabalho informal inviabiliza a locação de uma casa, a situação de rua dificulta a contratação em regime formal com carteira assinada. Juntamente com os casos em que o trabalhador não possui toda a documentação necessária para o registro de trabalho, segundo relatos de pessoas em situação de rua, as empresas não contratam por insegurança, preconceito ou desconfiança. As seguintes transcrições expressam essa questão:

> *Aí me pergunta se eu quero trabalhar. Cara, eu sou dependente químico, ninguém quer me contratar pra trabalhar. Quem vai confiar em dependente químico?* (A.R.G., Observação de campo, 03/06/2018);
>
> *Como é que a empresa vai contratar uma pessoa que nem endereço tem?* (C.J.P., Observação de campo, 15/06/2018);
>
> *Não levo mais ninguém para trabalhar comigo. Esses dias eu levei um que foi direitinho por uma semana. Assim que pegou o pagamento, foi direto pra biqueira e não apareceu mais. E ainda levou umas ferramentas do barracão.* (J.F., Observação de campo 13/09/2017).

É perceptível nestas falas uma auto responsabilização pela própria situação de desemprego, quando o que ocorre é uma relação mais ampla com as mudanças no processo produtivo do mundo do trabalho que não disponibiliza lugar para estas pessoas, relegando para elas os trabalhos informais temporários e de condições precárias. Além disso, ainda não há alguma política pública voltada para a

questão do trabalho. Para Escorel, esta situação representa uma dimensão fundamental da zona de vulnerabilidade, na medida em que a falta de trabalho e renda inviabiliza toda a vida econômica de uma pessoa apta para trabalhar, acarretando um desequilíbrio em todos os aspectos de sua vida. Pois o trabalho assalariado é o que garante a sustentação da vida social de um indivíduo na sociedade capitalista e o grande número de pessoas em situação de rua demonstra uma face da crise paradoxal desta sociedade.

> A inserção social através do vínculo com o trabalho é imposta, mas é também sistematicamente negada simplesmente porque não existe mais. A crise do emprego transformou-se em crise social porque, além da superprodução de uma mão-de-obra desqualificada, as perspectivas de trabalho não oferecem nenhuma garantia de estabilidade, de salário e de condições de trabalho que permitam uma integração completa e durável em uma comunidade de pertencimento. É neste processo de risco crescente de marginalização e déficit de integração que está posta a questão da exclusão social (MINGIONE, 1998, apud, ESCOREL, 1999, p. 76).

No entanto, para B.T.G., o trabalho, mesmo que na informalidade, não é apenas uma forma de obter recursos e poder de consumo, mas também um meio de *se manter dentro da sociedade* (Entrevista de campo, 28/10/2019). Como em certas práticas da rua, nas quais ocorre um contato com pessoas que não estão na mesma situação, BTG relatou que por vezes se oferecia para trabalhar, algumas dessas somente por um prato de comida, como uma forma de ser conhecido e se manter inserido na sociedade. Para além da renda, o trabalho, seja formal ou informal, continua sendo uma forma de inclusão social que, até mesmo no nível das micro-relações proporciona a possibilidade de socialidades com outras pessoas e uma autoconstrução de identidade positiva. Escorel observa esta identidade que, por vezes, ancorada em profissões exercidas anteriormente à situação de rua, é construída como forma de negação aos atributos negativos recebidos pelos/as habitantes das ruas:

> A identidade do trabalhador que se depreende da realização de certas atividades qualificadas como indignas, humilhantes e degradantes pode ter como contrapartida que seu exercício possibilita, ainda que precariamente, cumprir o papel de chefe provedor e com isso readquirir os atributos de dignidade, legitimidade, autoridade e respeito.
> As trajetórias ocupacionais anteriores dos moradores de rua constituem, em sua maioria, modalidades de inserções marginalizadas em relação aos setores dinâmicos da economia,

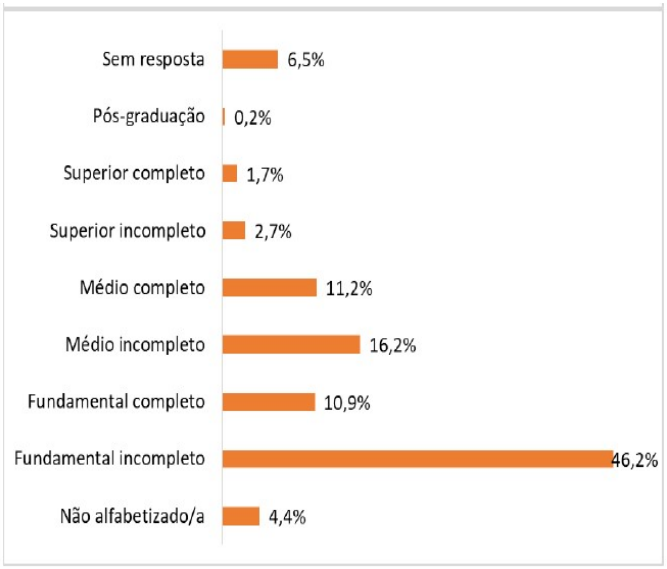
> assim como em relação às posições ocupadas no mercado de trabalho – ausência de regularidade, formalização e proteção social. Essas modalidades de inserção marginais garantem a sobrevivência física em níveis de pobreza e de indigência mas, principalmente, garantem a 'sobrevivência social, pela criação e recriação da identidade social de trabalhador' (NEVES, 1995, apud ESCOREL, 1999, p. 198-199).

Escorel (1999, p. 196) observa que esta reconstrução da identidade de trabalhador se dê absorvendo os valores das representações sociais dominantes e que, no universo da rua, apresenta-se como uma forma de diferenciação à "identidade de mendigo". Entretanto, penso que pode ser também uma autoafirmação, para além da absorção destes valores, pois ainda que exista uma explícita hierarquia entre profissões, saber fazer algo, ter habilidades físicas e intelectuais para realizar algo, especialmente quando se trata de *fazer bem feito*, estende uma relativa distância dessa noção de trabalho marginalizado. De acordo com Aldeia, o trabalho é uma das formas de subjetivação subalterna, mesmo que se verifique uma valorização desqualificada sobre ele, acompanhada por baixos rendimentos. Apesar de esses trabalhos informais não permitirem a saída da rua, têm como efeito a possibilidade de suportar melhor o modo de existência na mesma.

> E mesmo quando não executam uma atividade profissional num momento específico, terem-no feito no passado tende a apresentar-se como uma componente central para a autoconstrução identitária de muitos atuais sem-abrigo, que continuam a identificar-se como "profissional da atividade *x*" mesmo que, de forma objetiva, não realizem essa atividade há vários anos (ALDEIA, 2011, 2014b).
> Na vida na rua, o trabalho tende a surgir como um meio de responder à desqualificação político-ontológica que os sem-abrigo experienciam. (ALDEIA, 2019, p. 318)

Pode-se perceber na fala de muitas pessoas em situação de rua a relação direta da baixa escolaridade com o trabalho, pois a baixa escolarização impede o ingresso a trabalhos regulares ou que exijam a escolaridade do ensino médio. O gráfico abaixo apresenta o grau de escolaridade dos/as participantes:

Gráfico 6 - Escolaridade



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 40)

O gráfico mostra que a maioria (46,2%) não concluiu o ensino fundamental e apenas 16,2%, concluiu o ensino médio, evidenciando que um passado de evasão escolar é uma característica presente na situação de rua. Entre os motivos apontados para o abandono dos estudos, 36,9%, estão relacionados à necessidade de trabalhar; 15,3% alegaram não gostar de estudar; 9,5% deixaram a escola devido à dificuldade de acesso; 3,2% não se sentiam aceitos na escola; 35,1% indicaram outros motivos não especificados (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 42). Portanto a afirmação presente de que a necessidade pelo trabalho acarreta o abandono escolar, juntamente com outros motivos que precisam ser aprofundados, demonstra que essas condições sociais desencadeiam o processo de evasão imputando a estas pessoas um atraso em relação àquelas que completaram o ensino médio.

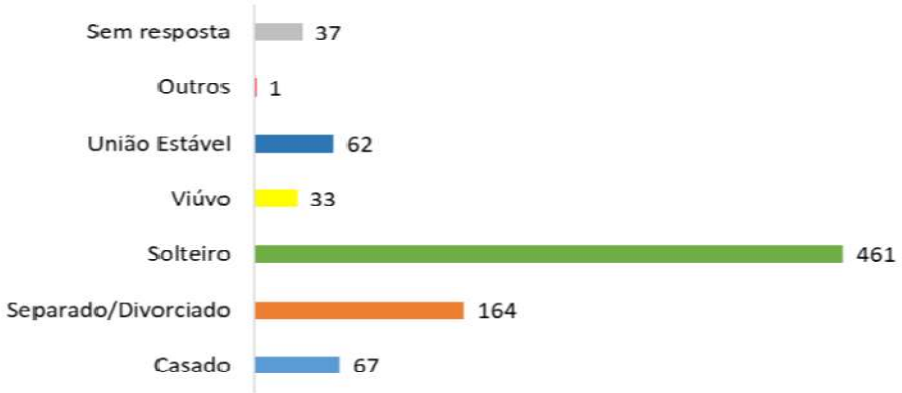
> O trabalho precoce tem interferências diretas sobre o processo educacional: na associação trabalho-estudo surge o cansaço, a dificuldade de concentração e de aprendizado, a repetência e o abandono da escola. As taxas de escolaridade e os níveis de instrução revelam suas consequências perversas nas condições desvantajosas de acesso e posicionamento no mercado de trabalho. Entretanto, essa é apenas uma das faces (mensurável, por certo) de acesso e participação no processo cultural que envolve informação e conhecimento. (ESCOREL, 1999, p. 192)

Devido à heterogeneidade de percursos da população em situação de rua, não se pode dizer que a baixa escolaridade acarreta a situação de rua, mas o fato é que ela torna a vida na rua ainda mais problemática. Junto a isso, temos um modelo de ambiente escolar avesso ao ambiente da rua. A cultura e a arquitetura escolar respondem a uma necessidade de proteger os/as estudantes das ruas. Muitas propostas de atividades extracurriculares ou projetos de escola integral, têm como um dos objetivos proporcionar um local seguro para crianças e adolescentes, já que seu tempo, na maioria das vezes, é escasso para com a família que, por sua vez, encara a escola como um local seguro para deixar os filhos enquanto os adultos trabalham.

3.3.3 Relações sociofamiliares

Como discutido acima, a situação de rua apresenta muitas correlações com os vínculos da dimensão sociofamiliar. Muitas pessoas passam a viver nas ruas ou vão para os abrigos após uma ruptura conjugal, o que não significa que seja uma causa única, pois separações podem ocorrer devido a outros fatores envolvendo problemas que a família enfrenta, como o desemprego, as migrações em busca de trabalho, a dependência química ou conflitos envolvendo a relação com outros familiares ou parentes dos cônjuges. Diante disso, como foi observado na pesquisa Pop-Rua, a questão não passa apenas pela causa da ruptura dos laços conjugais ou familiares, mas também, o quanto a situação de rua pode dificultar que os vínculos perdurem (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 24).

Gráfico 7- Estado civil



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 24)

Em relação ao vínculo com os filhos, observa-se que a dificuldade se agrava ainda mais, uma vez que 61,3% dos/as participantes declararam que possuem filhos. Dentre estes/as, apenas 2,4% detém a guarda dos filhos. A pesquisa indagou sobre contato com os mesmos, encontrando-se uma expressiva quantidade (42,1%) que não respondeu. Dentre os/as respondentes se tem que apenas 9,2% afirmaram ter contato com os filhos semanalmente; 13,8% têm contato com os filhos ocasionalmente; 13,1% raramente vêm os filhos; 13% nunca mais viram os filhos, mas sabem onde estão; e 6,4% manifestaram que nunca mais viram os filhos e não sabem o paradeiro deles (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 31-34).

Diante desses dados, tem-se que a complexidade que envolve as características da situação de rua é um fator complicador para os vínculos familiares: desemprego, o uso abusivo das substâncias psicoativas, atividades ilícitas, brigas familiares, a distância de cidades ou estados, entre outros. A respeito disso, o reforço dos vínculos familiares é um dos aspectos trabalhados pelos órgãos de atendimento social. Sobre este aspecto o relatório da pesquisa censitária observou:

> O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP de Londrina, além de suprir as necessidades imediatas da pessoa em situação de rua, como higiene e alimentação, busca também – por meio do atendimento e acompanhamento prestados pelos profissionais do serviço - respeitando a particularidade de cada usuário e sua história, restabelecer os vínculos familiares, quando essa providência é possível e desejada pelo usuário. A pessoa em situação de rua, porém, às vezes, recusa-se a fazer contato com os familiares por vergonha da condição em que se encontra, ou por não concordar com as regras impostas pela família para permanecerem domiciliados. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 37).

Escorel observou que no contexto brasileiro a família é o laço social de maior sustentação do indivíduo. Ainda que o desemprego torne as vidas vulneráveis, a família é o eixo de sustentação de identidade e pertencimento. A perda de seus vínculos, de acordo com a autora, torna o indivíduo solitário e sem lugar no mundo. Neste sentido, se a relação com o trabalho é uma dimensão fundamental para o vínculo da classe trabalhadora com a vida econômica, a família é considerada como a base que sustenta toda a relação social. A autora classificou este aspecto dentro da dimensão sociofamiliar, estendendo a relação da família às relações com a comunidade na qual homens e mulheres estão inseridos.

> Na sociabilidade brasileira, as relações primárias familiares, locais e comunais mantiveram-se como a principal referência para o indivíduo reconhecer-se como tal (unidade de pertencimento), e como suporte mais estável frente às frequentes 'adversidades' oriundas do mercado de trabalho e da precariedade de proteções sociais. Desvinculações neste âmbito configuram situações de isolamento parcial e completo e de solidão nas quais os indivíduos não compartilham nenhum lugar social, e não estão ancorados em nenhuma 'unidade de pertencimento' familiar ou comunitária. (ESCOREL, 1999, p. 77).

Todavia, ainda é preciso considerar que em muitos casos, a referência familiar ou comunitária se apresenta de forma negativa. Das vezes que B.T.G. saiu de casa, uma delas foi devido a seu padrasto ter agredido a sua mãe. Nesta ocasião, ele, sua mãe e os dois irmãos saíram da casa em que moravam. Em um outro momento, alegou que seus irmãos o exploravam, pois enquanto podiam trabalhar como ele, não queriam fazer nada, deixando sobre sua responsabilidade, o sustento da casa. Também E.N.J., conta que seu pai espancava ele, sua mãe e seu irmão. Quando a mãe faleceu, ele fugiu de casa e, posteriormente, seu irmão fez o mesmo (Registro de Memórias: 09/04/2013). C.H.V. diz não querer voltar para casa da mãe por causa de seu padrasto, que além de maltratar a sua mãe, abusou de suas irmãs mais novas: *ele pôs medo nelas para elas não falarem nada e eu não pude fazer nada porque minha mãe gosta dele e, o coração cega. Depois eu ia passar por ruim*. (Observação de campo: 29/09/2019). Como afirma Escorel, a "vulnerabilidade à violência doméstica e de vizinhança, o perigo da casa, que relativiza o perigo das ruas para crianças e adolescentes pobres, inclui também o abuso sexual e os castigos físicos" (ESCOREL, 1999, p. 128).

No entanto, as pessoas em situação de rua não estão isentas de relações conjugais e familiares, porém, na maioria das vezes, seguem a mesma tendência provisória entre rupturas, durabilidade e transitoriedade. Embora eu não tenha me aprofundado nesta questão, presenciei histórias de relacionamentos e muitas destas relações me foram relatadas em escutas a acolhidos no abrigo. A exemplo, C.M.R., que passou muitas vezes pelo abrigo e contava sobre seus relacionamentos, dentre eles, houve duas pessoas com as quais ficou por mais tempo, mais acabaram por terminarem a relação, sendo que, com a última, chegou a morar em uma casa que alugaram juntos. R.J.L., é um rapaz que está sempre alternando entre estadias nas ruas, nos abrigos e em casas que aluga junto com uma mulher com a qual está se relacionando.

Também existem relacionamentos duradouros como ocorreu com um casal que entrevistei durante as pesquisas de campo da Pesquisa POP-Rua. Era um casal de jovens que estavam juntos há pelo menos cinco anos, que declararam que gostavam de estar sempre andando pelos trechos de rodovias entre cidades de praia, hora andando, hora pegando carona ou ônibus, quando conseguiam dinheiro para passagem. Outro exemplo é o de O.C.J. e M.T.E., um casal que se conheceu no abrigo, em uma época em que o acolhimento era disponibilizado para homens e mulheres. Ficaram por um tempo morando no abrigo até que alugaram uma casa, mas ainda eram atendidos no abrigo para fazerem suas refeições, até que foram embora para morar com uma filha de M.T.E.

Desta forma, os relacionamentos mais estáveis podem ocasionar mudanças na trajetória de vida das pessoas que estão vivendo nas ruas. Diante das dificuldades que enfrentam, o medo em relação às situações de perigo e violência, juntamente com a necessidade de cuidar um do outro, acabam por buscar os acolhimentos em abrigos até alcançar a possibilidade de alugar uma casa juntos. Além disso, relacionamentos amorosos podem ocorrer, também, com pessoas que não estão em situação de rua. Portanto, os relacionamentos afetivos geram compromissos e planejamentos, nem sempre alcançados, mas estabelecidos dentro de uma relação de afeto e apoio mútuo, observando-se, em alguns casos, uma reconstrução de relação familiar nas relações da rua.

Ainda sobre as relações conjugais, há casos que apresentam uma característica comum entre muitas famílias brasileiras, que são os filhos ou filhas de criação. Em algumas ocasiões no abrigo em que certos acolhidos me contaram sobre seus filhos, depois de um tempo de conversa, revelaram que em realidade, eles/as eram filhos ou filhas biológicos/as apenas de suas esposas ou companheiras, que criaram quando passaram a se relacionar com elas.

Como a maioria das pesquisas sobre a população em situação de rua, a Pesquisa Pop-Rua em Londrina, também identificou que, ao viver nas ruas, as pessoas encontram segurança e afeto com outras com as quais estabelecem outros vínculos estendendo para elas, ou para agrupamentos da rua, o sentido de família (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 36). Assim, nos agrupamentos se tecem redes de solidariedade e apoio, construindo assim, a socialidade das ruas.

Sobre isso, nas entrevistas que fiz ou conversas informais que tive no trabalho de campo para a minha pesquisa, presenciei algumas pessoas se referindo

ao agrupamento da rua como uma família: *minha família tá na rua. Querendo ou não a gente acaba sendo uma família*. (M.G.F., observação de campo 23/09/2017). Em raros momentos presenciei, entre as pessoas com quem conversei ou entrevistei, uma atribuição parental para comas outras com quem se têm vínculo na rua, como chamar alguém pai, mãe, ou outras denominações parentais. Quanto a isso, observei algumas pessoas pronunciando a palavra mãe ou tia quando chamavam alguma educadora ou assistente social que têm muitos anos de trabalho com os habitantes das ruas. Esses casos são muito comuns entre aqueles que já têm histórico de atendimento em instituições desde a infância, cabendo observar que em algumas instituições, a educadora ou o educador são chamados respectivamente de mãe social e pai social. Apesar das palavras irmã e irmão serem correntemente utilizadas ao iniciar-se uma conversa com qualquer pessoa, assim como a palavra tio ou tia, para falar com pessoas mais velhas, elas também são empregadas para indicar alguma pessoa, um amigo ou amiga, para quem se tem uma consideração maior. O que é relevante nessas observações é que o caráter da relação se apresenta semelhante à configuração familiar, pois, nestes casos, as relações afetivas de amizade acabam por alcançar o mesmo status de consideração que o da família. Sobre isso, Escorel observa:

> Os agrupamentos não constituem unidades familiares. (...) Entretanto, os relacionamentos estabelecidos têm como referência a unidade familiar. Nas observações de Silva e Milito, na rua “há uma recomposição da família, ou pelo menos da ideia de família, mediante articulação dos estilhaços” (Silva & Milito, 1995). Parte dessa *bricolage* é a familiarização das relações, entre si e com transeuntes, que pode ser observada nos ‘parentescos’ criados e, particularmente na linguagem adotada. Um companheiro eventual pode tornar-se um marido, um conhecido a poucos dias é apresentado como irmão e Joyce, quando seu bebê tinha menos de um mês, já havia determinado qual integrante do grupo seria considerado como padrinho. (ESCOREL. 1999, p. 155).

Ainda que Escorel não considere os agrupamentos constituídos na rua como unidades familiares, mas sim unidades de pertencimento, é notório que quando os laços da família enfraquecem ou se rompem, outros são estabelecidos a partir da convivência com os agrupamentos da rua. Tais laços não são exatamente substitutos, pois podem coexistir paralelamente ou ainda, podem permanecer no mesmo espaço no caso de parentes que passam juntos pela situação de rua. Portanto, essas relações sempre estão abertas para novas possíveis configurações.

Em diálogo com Escorel (1999), Silva (2012) analisa estes aspectos observando que há uma continuidade “temporal, espacial e afetiva” da relação familiar, pois tudo parece se referenciar a ela envolvendo conflitos, rupturas, reconciliações e possibilidades de recompor a família ou construir uma nova (SILVA, 2012, p. 44). Além disso, Silva observa a conexão espacial com a família, referenciada pela casa, e também, com a comunidade, referenciada pelo bairro. Tais referências se tornam lugares que acabam por fazer parte do fluxo da circulação dos habitantes das ruas (SILVA, 2012, p. 45). Estas análises são fundamentais para compreender a importância das relações familiares e, sobretudo desconstruir a ideia de oposição entre a família (casa) e a rua, posto que ela está conectada ao movimento de circulação presente na dinâmica da situação de rua.

> Poderíamos tomar, assim, a ida para as ruas, não em sua ruptura com o universo doméstico e sedentário, mas como continuidade acentuada das relações e dos valores apreendidos neste meio, ao lançarmos mão dos deslocamentos possíveis e das diferentes vias de vinculação em grupos de ajuda e apoio, formados pelos sujeitos antes da saída anunciada de casa.
>
> A permanência das relações de ordem primária (familiar e comunitária), embora muitas vezes conflituosa e problemática, ressalta o trânsito entre domínios, bem como valores e visões de mundo que se misturam e se somam entre a casa e a rua que, longe de oporem-se, acabam por se amalgamar num fluxo contínuo de interações, afetividades, reciprocidades, conflitos, aproximações e distanciamentos relacionais. (SILVA, 2012, p. 57).

As análises da dimensão familiar também permitiram compreender a diferença da quantidade constatada entre homens e mulheres em situação de rua. A Pesquisa Pop-Rua demonstrou um percentual de 12,7% de mulheres, em grande contraste com os homens, que constituiu 84% dos entrevistados, sendo que a proporção restante estão relacionadas à população LGBT (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 23). Este resultado é muito semelhante se comparado aos dados obtidos no I Censo Nacional Sobre a População em Situação de Rua, cuja porcentagem da população de mulheres alcançou 18%, enquanto a dos homens atingiu 82%. Escorel analisa que esta diferença se explica pela maior proteção proporcionada à mulher pela família. Esta proteção se relaciona com o valor moral da identidade feminina ligada à casa e às tarefas domésticas. Diante disso as mulheres dispõem de algumas estratégias para manter a moradia em uma casa, como a relação de

apadrinhamento com pessoas que prestam ajuda financeira e a prestação de serviços domésticos (ESCOREL, 1999, p. 153).

Marina Novo e Júnia Quiroga (2009), analisando o primeiro censo nacional, explicam que a vida na rua representa a última opção para as mulheres, que em alguns casos optam por suportar hostilidades e abusos no ambiente doméstico diante das vulnerabilidades a que estariam sujeitas nas ruas. Sobre isso, as autoras observam que o ambiente da rua é extremamente masculinizado e repleto de preconceitos contra as mulheres e perigos envolvendo abusos sexuais, frente aos quais, as mulheres que habitam as ruas, muitas vezes passam a se travestir a fim de evitar a violência sexual. Além disso, de acordo com os dados do censo, as autoras constatam que as oportunidades de trabalho revelaram-se menores para as mulheres, as quais, 26,4% afirmaram já ter trabalhado com carteira assinada, enquanto o percentual da mesma questão para os homens alcançou 52,2% (NOVO; QUIROGA, 2009, p. 157-158).

A Pesquisa Pop-Rua não aprofundou as questões relacionadas às diferenças entre homens e mulheres em situação de rua em Londrina e, na minha pesquisa, durante os trabalhos de campo, tive contato apenas com cinco mulheres, dentre as quais, uma não quis participar da pesquisa; outra estava indo para um semáforo para manguear, dizendo que estava precisando juntar um dinheiro urgentemente; quanto às outras, não deram muitas declarações específicas sobre as condições das mulheres no contexto da rua. Mesmo assim, pude analisar alguns aspectos sobre essa questão.

Conversei com L.M.J., uma moça que estava acompanhada de seu namorado, H.C.R., nas proximidades do Centro POP, na avenida Celso Garcia. Na ocasião eu havia entrevistado os dois no trabalho de campo da Pesquisa Pop-Rua e ao final, o rapaz fez alguns comentários sobre a discriminação e a violência na rua, que foi complementado pela namorada com as seguintes palavras: *e o preconceito é maior com quem é mulher, porque a gente tá na rua, acham que a gente é puta. Pra piorar tem cara que fica chapado e quer mexer com a gente.* (Observação de campo, 15/10/2018).

L.M.R. é uma mulher que vive com o marido e os amigos do agrupamento em uma praça. Ela disse que vive ali com o marido há muito tempo e que as pessoas já se acostumaram com eles. Na ocasião que conversei com ela, eu entrevistava outros dois integrantes do grupo que estavam presentes. Enquanto eles

falavam sobre como se organizavam na praça, ela acrescentou: *nós aqui já somos como uma família, até as pessoas que moram envolta já nos conhecem de ver todos os dias. Porque aqui, a gente não deixa ninguém mexer em nada.* (Observação de campo, 20/11/2019). Seu comportamento, juntamente com o do grupo, demonstrou que ela é considerada, respeitada e tem voz ativa dentro do agrupamento, confirmando a noção de unidade de pertencimento com configurações de referência familiar.

A noção de família da rua foi mencionada pela primeira vez na fala de M.G.F., uma moça, com quem conversei na rodoviária, como já foi mencionado anteriormente. Certa vez presenciei uma discussão dela com um rapaz com quem teve um desentendimento. A impressão que se tinha é que, a qualquer momento, ele avançaria nela para agredi-la. Havia vários outros homens envolta e nenhum se intrometeu na discussão, como se estivessem alheios ao que estava ocorrendo. O rapaz, transtornado, andava de um lado para o outro com o punho fechado e mesmo assim, a moça permanecia parada olhando para ele sem demonstrar medo. Aos poucos, fui percebendo que os outros que presenciavam a cena não faziam nada, mas estavam preparados para fazer se ele avançasse nela. Observei que o rapaz sabia disso e acabou por se retirar do local. Tais situações ocorrem de forma semelhante no abrigo, quando tem algum acolhido mais exaltado querendo agredir alguém.

O que está implícito nessas descrições pode ser constatado na fala de B.T.G. No momento que eu o entrevistei, ele revelou que sua namorada foi internada numa clínica pela mãe quando voltou para casa, após ter passado um tempo na rua. Então perguntei sobre como as mulheres vivem na rua, ao que ele respondeu:

> *Ela acha alguém que gosta dela, sempre acha. Gostar no sentido da amizade. Aí vai pegando amizade e um ajuda o outro. Porque os caras* (que não estão na rua) *vê uma mulher assim na rua, já acha que pode mexer com ela, acha que ela não vai se defender. É a hora que os caras que não tão na rua apanham dos que tão. Porque a gente cuida.* (Entrevista de campo 28/10/2019).

BTG, assim como vários outros acolhidos que conheci no abrigo, em algumas ocasiões foi embora ao saber que a namorada não havia conseguido vaga em instituição de acolhimento. Como dito anteriormente, na cidade existe apenas um

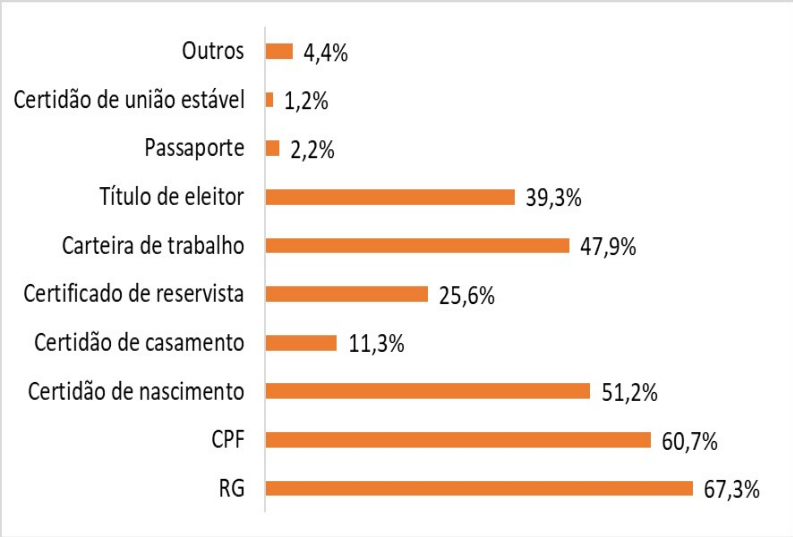
abrigo que disponibiliza 25 vagas para mulheres, o que não é o suficiente para atender a demanda existente. Assim, a importância do agrupamento para a mulher corresponde tanto à criação de laços afetivos, quanto à garantia de proteção diante da violência que pode sofrer tanto de quem convive na rua, como da população domiciliada. Novamente, uma frase de B.T.G. ficou marcada para pensar a regra do agrupamento de rua: *um cuida do outro* (entrevista de campo 28/10/2019). Tal é a regra do grupo que expressa a relação de amizade, proteção e compartilhamento dos recursos básicos de sobrevivência.

Esta breve análise não dá conta da complexidade que envolve a questão da violência contra as mulheres e contra a população LGBT+. Tangenciar o assunto de maneira superficial, a partir do pouco que pude presenciar em campo, não implica que violências específicas, direcionadas às mulheres e à população LGTB+ em função do gênero e da sexualidade não aconteçam. O tema, apenas, não emergiu de maneira significativa nas conversas sobre a socialidade dos habitantes das ruas, meu foco de pesquisa.

3.3.4 Contextos da dimensão política

Outro aspecto que traz a discussão sobre a situação de rua diz respeito à documentação. A maioria das pessoas que habitam a rua tem documento de identidade e CPF, porém a falta de outros documentos dificulta que parte desta população tenha acesso a muitos recursos importantes para as suas vidas. As pessoas que conheci sem documentos, dizem ter perdido, ter sido roubadas ou que deixaram seus documentos em algum *ponto de droga* como garantia de pagamento. Ainda que os hospitais já fazem atendimento sem documentação, os abrigos exigem o boletim de ocorrência de perda ou extravio de documentos, quando o acolhido não tem documentação. Mas sem carteira de trabalho e título de eleitor, não há possibilidades de exercer uma profissão regularizada e estável, pois tais documentos são exigidos no processo de contratação.

Gráfico 8 - Quais documentos possui

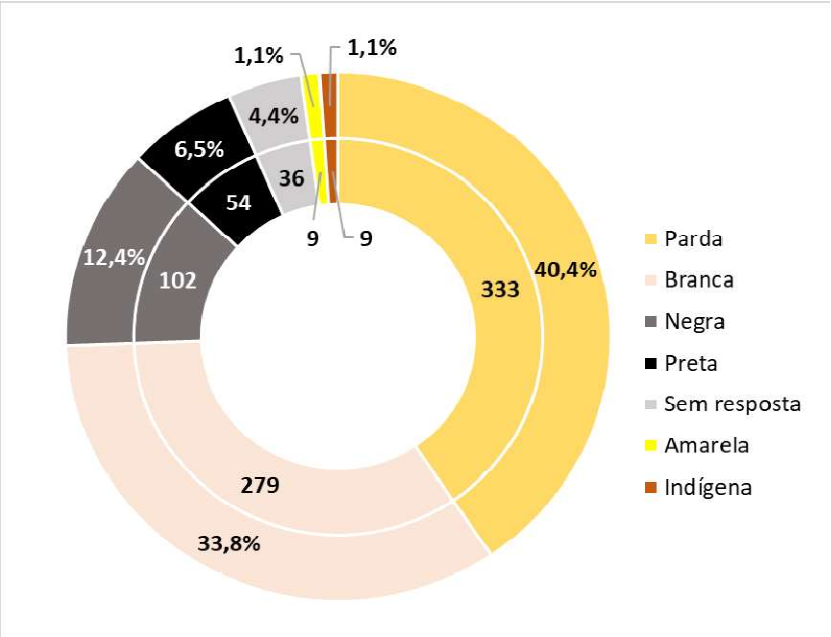


Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 25)

A falta de documentação completa, portanto, inviabiliza o acesso a uma série de direitos e obtenção de recursos para satisfação de necessidade básica, de modo que a impressão que se tem é de que o indivíduo vive temporariamente no anonimato, sobrevivendo dos recursos da rua e do trabalho informal, até conseguir reaver toda a sua documentação necessária. Em muitos casos, quando a pessoa aprende a *se virar* nas ruas apenas com tais recursos, a falta da documentação perde a importância e a sua identificação transita por outros códigos que não os juridicamente estabelecidos pela sociedade. Tal condição parece estar de acordo com o que Escorel (1999, p. 77) definiu como a dimensão política do processo de desvinculação social, isto é, a dimensão em que a cidadania se apresenta de forma precária ou desigual, pois a primeira coisa que é preciso para conseguir uma vaga de emprego ou estar inscrito nos programas de assistências sociais é a regularização dos documentos. Mas, para abordar melhor a questão da dimensão política em sua conjuntura, os próximos dados apresentam maiores subsídios na abordagem de raça/cor/etnia, migração e violência.

Quanto à questão da cor/etnia, a pesquisa revelou que a maioria, 40,4 % se declararam parda. Somando as opções parda, negra e preta, chega-se a um percentual de 59,3%, em contraste a 33,8%que se autodeclararam brancos;1,1% se declararam de origem indígena; e a mesma quantidade ocorreu para a opção amarela.

Gráfico 9 - Cor/etnia



Fonte: LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 22

A história da situação de rua no Brasil está relacionada com a história da abolição do regime escravocrata e com a urbanização das grandes cidades brasileiras, na qual consta um processo de marginalização da população negra e pobre a partir da condição de trabalhadores livres. Sobre essa questão, Abdias do Nascimento (1978) aponta como de exclusiva responsabilidade das elites dirigentes do país, ao largar os ex-escravizados “à sua própria sorte”, numa falsa integração da população negra na sociedade:

> Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de "africanos livres". Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassínio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem lhes conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888 se repetiria o mesmo ato 'liberador' que a História do Brasil registrada com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos africanos livres. (NASCIMENTO. 1978. P. 65)

À procura de estudos sobre a história da população em situação de rua no Brasil, encontrei conexão com este período na pesquisa de Amarantha Sá Teles de Cerqueira (2011), em trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, da Universidade de Brasília. Com base nos trabalhos de Ermínia Maricato e Lícia Valladares, Cerqueira descreve a relação do histórico da formação da população de rua com o período que segue à abolição da escravidão no Brasil.

> (...) a abolição da escravatura lançou às ruas milhares de ex-escravos. Estes, sem emprego, sem moradia e nem condições para prover sua sobrevivência, vagavam pelas cidades praticando a mendicância, cometendo pequenos furtos ou submetendo-se a condições deploráveis de trabalho; oferecendo sua força de trabalho, agora livre, mas concorrendo em desigualdade de condições com os brancos pobres e os imigrantes que chegavam ao país (MARICATO, 1997). O fim da escravidão, portanto, refletiu de forma significativa nos primeiros movimentos das pessoas em direção às ruas no Brasil. (MARICATO, 1997, apud CERQUEIRA. 2011. p. 69).

É desta forma que ocorreu o processo de exclusão da população negra em território brasileiro, processo que fazia parte do plano de construir o Brasil como uma nação branca. Anteriormente, durante o regime escravocrata, trabalhadores escravizados não eram considerados cidadãos, mas sim um bem relacionado à produção pertencente aos senhores das fazendas. Após a abolição do regime escravocrata, a população negra se tornaria um problema em termos de cidadania, integrada de forma subalterna e sofrendo processos sociais de afastamento e isolamento que, na impossibilidade de afastamento completo das zonas urbanas, gerou um número de populações indigentes ou moradores de cortiços que dividiam o espaço junto a trabalhadores brancos desempregados (CERQUEIRA, 2011). Diante disso, Escorel observa que a integração social do Brasil republicano nunca se universalizou plenamente e, diante de uma lógica elitista e oligárquica, na qual essas populações não possuíam poder de representação, tem-se a construção de uma cidadania excludente que se aplica de forma hierarquizada, conforme as condições sociais, econômicas e políticas desiguais (ESCOREL, 1999, p. 71).

Neste ponto é que se desenvolve uma exclusão social na dimensão política, ou seja, uma exclusão que sob a pretensão de igualdade de direitos, mascara as condições sociais que impedem o acesso aos mesmos, anulando as possibilidades de agir e ter voz diante dos processos políticos em desenvolvimento no país. Tal exclusão é política porque interfere diretamente no princípio que rege a

vida política moderna segundo Hannah Arendt, isto é, o “direito a ter direitos” (ARENDIT, 1989, apud ESCOREL, 1999). Sobre esta dimensão, Escorel analisa:

> Na dimensão política a experiência dos mais pobres revela a existência – em contextos democráticos – de situações não apreendidas pelos direitos ou nas quais o exercício dos direitos não é igual para todos. (...) As trajetórias no âmbito da cidadania são de precariedade no acesso e no exercício dos direitos formalmente constituídos, e de incapacidade de se fazer representar na esfera pública. Assim, configura-se um espaço de não-cidadania onde a destituição dos direitos se associa com a privação de um poder de ação e representação (Teles, 1990, 1992ª). Há uma fragmentação intensa, gerando uma estratificação da cidadania, que inclui o estatuto de ‘não-cidadão’ ou de um ‘território de infra-cidadania’. Há exclusão de atividade política porque estão privados de recursos de poder e, também, pelo desencanto com a política, pela descrença de que esta contenha as potencialidades de ação na construção de um mundo comum, de uma esfera pública de igualdade. (ESCOREL, 1999, p. 77)

Ademais, o processo de urbanização no Brasil buscou construir a cidade com suas ruas e casas, à imagem das cidades europeias[10], consideradas como o modelo referencial da civilização e da evolução humanas. Nesse processo, as populações negras representaram um empecilho para tal empreendimento, sendo afastados através de vários mecanismos de segregação, um dos quais consistiu na própria vulnerabilidade econômica, restando-lhes apenas os espaços mais desvalorizados e longínquos dos centros urbanos. O imaginário do continente europeu passou a ser símbolo de status, pela concepção de ser um continente gerador de modernidade, de cultura científica, onde o cálculo racionalizado abrangia todas as esferas da vida como a do planejamento urbano. Agregando as influências humanistas de cunho ainda positivista, construiu-se o imaginário de uma civilização avançada a ordenar as terras, traçando os limites, dentro dos quais não haveria lugar para as populações africanas e afrodescendentes. Sobre o imaginário civilizador centralizado no continente europeu, Sodré observa que:

---

10 Londrina é uma cidade cujo imaginário ideológico é profundamente marcado por esta idealização dos modelos europeus: no dia 10 de dezembro de 2009, quando, com a presença do ministro Edson Santos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), o prefeito Homero Barbosa Neto, diante dos principais representantes dos movimentos negros da cidade, sancionou a lei que instituía o 20 de novembro como feriado municipal. Porém, na mesma data, como uma “compensação ideológica”, seguiu-se a instalação, no calçadão do centro, de várias cabines telefônicas vermelhas, semelhantes às da Inglaterra, para marcar os laços da cidade com os fundadores ingleses.

> O triunfo da doutrina da humanidade absoluta deu-se a partir de uma ordenação espacial centrada na Europa. Desta maneira, o 'humano universal', criado por um conceito de cultura que espelhava as realidades do universo burguês europeu, gerava necessariamente um 'inumano universal', outra face de uma mesma moeda, capaz de abrigar todas as qualidades atinentes ao 'não-homem': selvagens, bárbaros, negros. Considerar os índios como seres 'hors de l'humanité', fora da humanidade, 'proscritos pela própria Natureza', era atitude perfeitamente coerente num humanista como Francis Bacon. A vitória do humanismo e do conceito de cultura a partir do século dezoito aprofunda e essencializa miticamente as posições discriminatórias (e escravagistas), fundadas numa concepção de espaço destinada a reprimir toda e qualquer manifestação dita 'primitiva' ou primária. (SODRÉ: 1988, p. 28-29).

Em Londrina, a população negra esteve presente, desde os primeiros anos de sua fundação, entre os trabalhadores da ferrovia da Companhia de Terras Norte do Paraná e das fazendas de café, mas também como médicos, professores e advogados que exerceram suas profissões na cidade (ALMEIDA: 2004). Mas o seu lugar, no que se refere à identidade e à história londrinense, foi relegada ao espaço da invisibilidade. Ainda hoje Londrina se vende como uma cidade colonizada por ingleses e que teve descendentes da Europa entre a sua população da classe trabalhadora. No livro Presença Negra em Londrina: História da Caminhada de um Povo*,* Idalto José de Almeida confirma uma tendência à segregação espacial, cultural, inclusive no centro da cidade, onde hoje é o calçadão.

> No auge dos anos 50, a Avenida Paraná tornara-se a principal avenida de Londrina. O movimento de carros, ônibus, pessoas e o aumento de estabelecimentos comerciais, financeiros e tantos outros, demonstram o desenvolvimento urbano. (…) Acontecimentos marcam época neste local: comícios políticos, grandes desfiles escolares e também o 'footing', especialmente nos finais de semana. (…) Os espaços eram aos poucos disputados e demarcados com a formação de pequenos guetos. Na época, era possível perceber a presença de negros e negras de um lado da avenida e os brancos do outro lado da avenida. (ALMEIDA, 2004, p. 81)

Londrina foi, na sua fundação, uma cidade planejada para controlar seu espaço para o limite populacional de 30 mil pessoas. A propaganda e a especulação imobiliária que vendia a imagem de uma cidade destinada ao progresso, que comportaria as esperanças de todos, ocasionou uma alta concentração de migrantes de variadas origens, gerando a perda do controle sobre o aumento demográfico e, consequentemente, um desequilíbrio espacial e social. O mapeamento da população

de Londrina sempre seguiu um formato “higiênico”, respondendo ao imaginário de uma cidade civilizada nos moldes ingleses se opondo, por definição, a qualquer visibilidade da população negra ou indígena que constituía, na realidade, a base da ocupação da terra.A cada surto de desenvolvimento a população mais pobre foi sendo afastada dos espaços mais valorizados.

Edson Holtz Leme conta a história de Londrina com foco na sua relação com a prostituição, que acompanhou todo o desenvolvimento da cidade, ainda que percebida como um “avesso” da cidade oficial. Leme parte da constatação de que a história oficial de Londrina está marcada por um discurso glorificador das elites – fazendeiros de café, os donos da Companhia de Terra Norte do Paraná (CTNP) – que relega às classes populares um “espaço discreto de coadjuvantes”, e procura apagar a memória dos grupos denominados marginais. (LEME: 2005, p. 5)

Tomando como referência o estudo realizado por Marcos Fagundes Barnabé, Leme descreve como a cidade de Londrina foi construída expulsando os grupos oriundos das camadas populares para os espaços afastados do centro da cidade; e como a perda do controle do crescimento populacional e o aumento das periferias ultrapassou os limites do planejamento urbano gerando problemas sociais, por não haver oferta de trabalho para a quantidade de pessoas que chegavam em Londrina em busca da terra prometida, desenvolvendo territórios periféricos e marginais atendidos de forma insuficiente pelas políticas públicas, e repreendidos fisicamente e moralmente através de ações de higienização da cidade.

> Segundo essa concepção, o excedente populacional seria deslocado para um novo centro, o qual também deveria ter o seu entorno rural como uma barreira que imporia limites a seu excessivo crescimento. Era clara a preocupação de Howard[11] com a questão higiênica da cidade. Tais núcleos urbanos seriam interligados por uma ferrovia que garantiria o abastecimento e o transporte de seus habitantes. (LEME, 2005, p. 18).

O crescimento populacional desenfreado gerou problemas demográficos e sociais que colocaram em risco o mito da terra prometida. O aparecimento de lotes clandestinos nas adjacências da cidade, formando novas zonas de moradia e novas periferias, fizeram com que o crescimento urbano ultrapassasse violentamente do

[11]Ebenezer Howard – autor do livro Cidades-Jardins de Amanhã, de 1898, no qual idealizou uma cidade utópica com a sociedade convivendo em harmonia com a natureza. O urbanista Jorge Macedo Vieira planejou o traçado de Londrina segundo a idealização de Howard.

limite planejado, que no início, era de 30.000 habitantes. “Em 1934, nos primeiros anos da colonização, eram 7.500 habitantes. Em oito anos, ou seja, 1940, saltou para 75.296” (LEME, 2005, p. 30). O crescimento se deu de forma desordenada, pois segundo esse autor, na década de 1970 este número atingiu 228.832 habitantes. Frente a isso, houve projetos de lei que iniciaram processos de higienização social da cidade na sua área central, afastando os grupos sociais que davam evidência de suas contradições. A lei nº 133 de 07 de dezembro de 1951 veio para estabelecer juridicamente os limites do zoneamento urbano. Leme aponta como a lei está marcada de características segregadoras e de interesses que dizem respeito à especulação imobiliária:

> Mesmo com a discordância em alguns pontos, era consenso, para as elites citadinas a necessidade de se ordenar e distribuir os espaços, alocando a 'pobreza' em áreas distantes daquelas consideradas 'nobres'. Examinando a Lei, especialmente na descrição da zona residencial, que fora dividida em nove sub-zonas, fica claro a intenção de separar, espacialmente, as diferentes classes sociais conforme a conclusão que chega Arias Neto: resguardando às classes dominantes os melhores espaços da cidade, bem como prescrevendo para estas o maior número de benfeitorias urbanísticas. (LEME, 2005, p. 36-37).

É este contexto que formou a configuração espacial de Londrina, que se percebe pela formação de um eixo de centralidade que demarca a hierarquia social tendo como medida a sua proximidade com o Centro da cidade. Sobre a história da população negra de Londrina, Maria Nilza da Silva (2014) denuncia como esta população, como em todas as regiões do país, sofreu as diversas formas de discriminação e violência decorrentes do racismo, como a invisibilidade histórica e a segregação urbana.

> Hoje, os negros representam mais de 1/4 do total da população da cidade, contudo, é o contingente mais vulnerável, pois a maioria habita as franjas da cidade e é o que mais sofre a violência policial. Com aspectos semelhantes a de outras regiões do país, vive as consequências do racismo que se expressam nas desigualdades de oportunidades em todos os aspectos sociais. (SILVA; PANTA. 2014. p. 18)

Frente a estas práticas discriminatórias orientadas pelo racismo, a visibilidade da população negra na cidade, juntamente com a mobilização do movimento negro e os autores citados que registram a sua história na cidade,dá-se

de várias formas com sua própria presença. O desenvolvimento do processo de cotas raciais na Universidade Estadual de Londrina é uma das formas, pois o estudante negro da universidade demarca a sua diferença ao ocupar e circular por um lugar no qual, antes, era um estranho. O mesmo ocorre com as pessoas negras em situação de rua que circulam pela cidade. O que quero dizer com isso, é que esta presença se faz com o próprio corpo que habita o ambiente urbano e modifica este nas suas relações com a cidade.

Toda essa descrição que dá ênfase à presença da população negra em situação de rua não ignora a porcentagem de pessoas provenientes de outras etnias/raças – no sentido social e político do termo – como os orientais e indígenas, por exemplo. Porém, na relação do fenômeno da vida na rua e as questões raciais, ainda será preciso um estudo mais aprofundado sobre as especificidades da população negra neste contexto. O que parece colocar numa mesma situação homens e mulheres brancos/as e negros/as diante dos problemas enfrentados pelas pessoas que habitam a rua, em realidade, tornam-se mais graves para a população negra. Sobre isto, apenas posso sugerir, baseado nas observações que tive no convívio no ambiente do abrigo, que na tentativa de inserir o morador da rua em projetos que quebrem o ciclo da vida itinerante, as diferenças entre indivíduos brancos e negros voltam à tona, sendo mais possível aos primeiros alcançarem algum êxito. Isto pode ser percebido no histórico das diversas passagens – idas e vindas – destas pessoas em tais instituições. Quanto a isto, o negro em situação de rua que pretende conquistar sua autonomia fora da rua, encontrará todas as barreiras que caracterizam as práticas do racismo e da discriminação, o que nos remete a pensar em outra dimensão da exclusão social: o âmbito cultural:

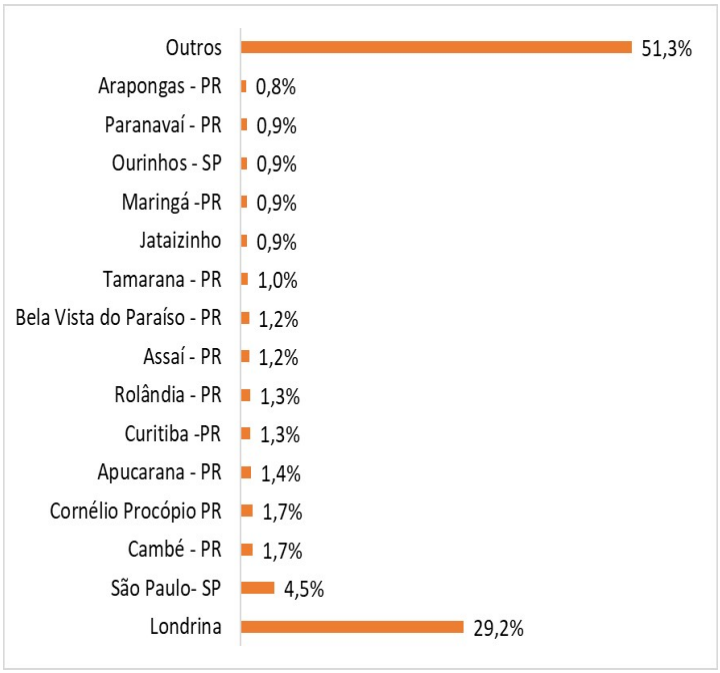
> O obscurecimento e a invisibilidade característicos da pobreza e a estigmatização característica da discriminação são acrescidos da indiferença, do conformismo e da fatalidade. Trajetórias de desvinculação dos valores simbólicos podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais. Certas formas de representação coletiva situam as pessoas tão distantes de nosso universo mental, tão fora do nosso pensamento, que “é como se elas não existissem” (Xiberras, 1993). São caminhos de não-reconhecimento, de indiferença, de negação da identidade, ou de identidade negativa, de estigmatização e de criminalização da diferença. (ESCOREL, 1999. p. 79)

Trata-se, pois, de um problema de alteridade, que diz respeito à intensidade que se dispõe para o reconhecimento do outro, ou seja, o reconhecimento do direito do outro de ter direitos e existir legitimando sua humanidade. Os problemas de alteridade no Brasil levam à anulação deste reconhecimento, hierarquizando a legitimidade humana entre grupos tão diversos em suas características étnicas, culturais, econômicas e sociais. Portanto, no plano das representações sociais, a dimensão da cultura aglutina todas as outras dimensões hora estigmatizando o outro pelo ódio, ou invisibilizando-o pela indiferença (ESCOREL, 1999, p. 80).

Desta forma, esta dimensão da exclusão não se aplica apenas na noção de raça ou etnia, e sua eficácia torna estranha a existência de qualquer cidadão que passar pelas condições de vulnerabilidade do processo de exclusão. Tem-se assim, o cidadão estranho, “nacionais politicamente, estrangeiros socialmente” (BUARQUE, 1994, apud ESCOREL, 1999, p. 80). Cada cidadão em situação de rua torna-se assim, um estrangeiro no próprio país. Suas fases de migração, em busca de condições melhores de vida, efetivam seu status de estrangeiro. Quanto a isso, o status de estrangeiro é um dos aspectos da situação de rua quando relacionada ao fenômeno da migração.

Processos migratórios, como foi mencionado anteriormente, estão fortemente presentes na história da cidade de Londrina, bem como no fenômeno da situação de rua. Quando perguntadas sobre os locais de nascimento, 29,2%das pessoas pesquisadas apontaram que nasceram em Londrina, enquanto 51,3% nasceram e vieram de muitas outras cidades. As cidades mencionadas que alcançaram percentuais maiores do que 0,8%, com as exceções de São Paulo (SP) e Ourinhos (SP), são cidades do Estado do Paraná, evidenciando vários fluxos de migração para Londrina.

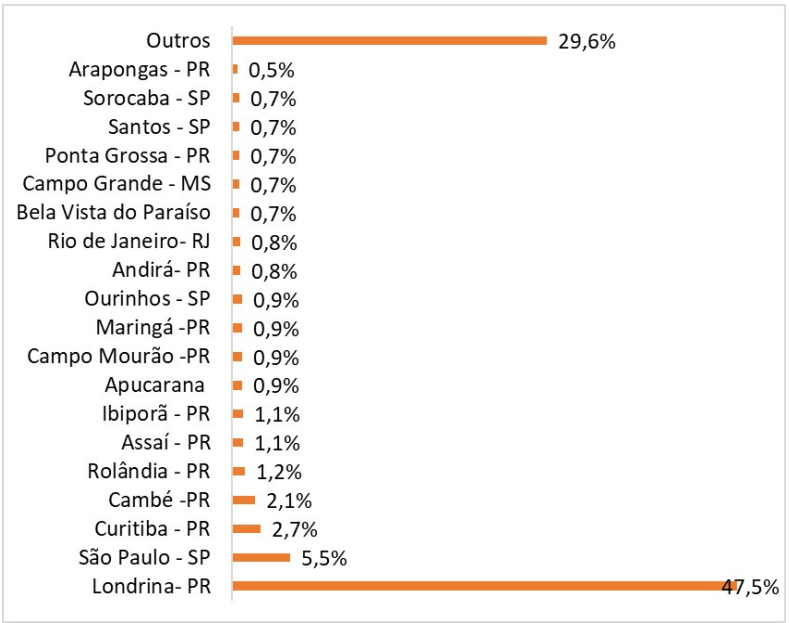
Gráfico 10 - Em que cidade nasceu



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 26)

Quanto à questão sobre a cidade em que morou por mais tempo, cidades de outros estados surgiram, como Rio de Janeiro (RJ) e Mato Grosso do Sul (MS), sendo que 47,5 responderam que Londrina é a cidade com maior tempo de permanência.

Gráfico 11 - Cidade que morou por mais tempo



Fonte: LANZA; MIANI; ROCHA (2019, p. 27)

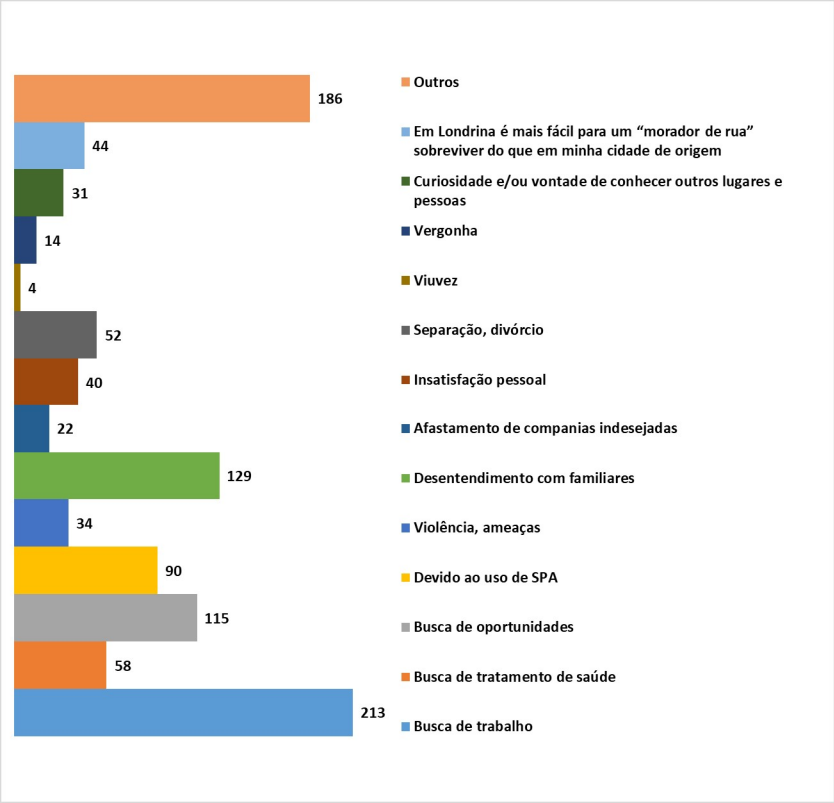
Diante desse dado, pode-se cogitar que, possivelmente, um grande número de participantes vieram para Londrina e por variados motivos permaneceram na mesma, o que não exclui a possibilidade de períodos em outras cidades com o retorno posterior. Também ocorre entre os que nasceram em Londrina, migrarem para outras cidades, ficarem em situação de rua nestas e retornarem para o local de nascimento.

A exemplo destes casos, dois homens que entrevistei em minha pesquisa me contaram um pouco de seus percursos:B.T.G. nasceu em Londrina, ficou em situação de rua nesta cidade, migrou para outro estado, no qual viveu por um bom tempo e, após alguns anos, retornou. Após um período deste retorno, migrou para um terceiro estado e retornou novamente. Suas migrações são motivadas pelas oportunidades de trabalho, mas também pelo desejo de se distanciar de pessoas e locais que remetem a lembranças desagradáveis em sua vida.

Já S.C.J., também nasceu em Londrina, mas foi criado em uma cidade próxima, onde ficou em situação de rua e, por vergonha diante de sua comunidade foi embora para outro estado e depois retornou, vindo para Londrina, onde havia um familiar. Passado um tempo, migrou novamente para um terceiro Estado, inclusive passando por várias cidades até chegar à cidade de outro familiar que não aceitou acolhê-lo e o mandou de volta para Londrina, onde iniciou seus atendimentos na rede de serviços sociais e permaneceu. Suas motivações estão mais ligadas à dependência química e a desentendimentos familiares.

Várias motivações impulsionaram as pessoas a migrarem para Londrina. São tantas as motivações que a questão sobre este aspecto permitiu múltiplas respostas, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 12 - Por que veio para Londrina



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 29)

Altiva Pilatti Balhana (1996), historiadora paranaense, observa que o continente americano, é um continente de imigrantes, ainda que a expressão imigrante só passou a ser utilizada, no caso brasileiro, após a independência. Todo o processo de colonização, foi um processo de imigração tanto dos colonos portugueses, quanto dos africanos escravizados (BALHANA, 1996). Até mesmo com a crise do regime escravocrata, trabalhadores em regime de escravidão migravam pelo país para suprir a necessidade de mão de obra dentro de um tráfico de escravos internos:

> Ao mesmo tempo era promovida intensa mobilização da escravaria existente em várias regiões do Brasil a fim de atender à carência de braços na lavoura do café em São Paulo. Grande foi o número de escravos recrutados nesse comércio interno de escravos do Paraná. A saída de escravos do Paraná com tal finalidade, ficou registrada inclusive nos mapas de arrecadação da Receita Ordinária da Província, conforme relatórios da Tesouraria Provincial, nos quais o imposto arrecadado pela Província sobre escravos "era quase igual ao imposto sobre animais". (BALHANA, 1996,p. 43)

Partindo da perspectiva de que nesta época o escravo não era um cidadão, este tipo de imigrante, de uma imigração forçada, já inicia o processo na condição de *Outro*, isto é, o outro imigrante posicionado no papel subalterno da história do Brasil. Posteriormente, o fim do sistema escravocrata impulsionou outra onda de imigração, porém, do ponto de vista da elite, de cunho positivo, como não foi o caso dos africanos que, a partir de então, passariam a ser uma presença incômoda para a elite branca, na formação da identidade brasileira. Esta onda de imigração consistia tanto de colonos quanto de trabalhadores europeus. (BALHANA, 1996, p. 44).

Quanto aos núcleos coloniais do Paraná, segundo Balhana, “mais de cem núcleos coloniais foram fundados no Paraná, e cerca de cem mil imigrantes localizados no seu território.” (BALHANA, 1996, p. 50). O impacto da imigração movimentou vários setores de economia e serviços, bem como desenvolveu cidades novas.

> Em consequência, nos anos de 1885 e 1886, foram criadas sociedades de imigração em onze localidades da Província. Essas associações atuaram eficientemente de modo variado na produção de serviços de imigração, inclusive na propaganda das terras do Paraná para a colonização. Em virtude, aliás, da intensificação da publicidade, realizada também pelas companhias concessionárias das construções de ferrovias, que foram, por sua vez, também companhias de colonização, intensificou-se, a partir dessa época, a entrada de imigrantes no Paraná. No Brasil, igualmente com a abolição da escravatura e a proclamação da República, são atingidas as quotas anuais mais elevadas do movimento imigratório, com mais de duzentos mil imigrantes por ano. (BALHANA, 1996, p. 50)

Londrina posteriormente reproduziu o mesmo processo em seu próprio contexto, porém com um alto fluxo migratório interno promovido pelas campanhas da Companhia de Terras Norte do Paraná, com o intuito de vender loteamentos de terra. A população em situação de rua entra nessa história com migrantes de outros estados que vieram para Londrina procurando melhores oportunidades de vida, mas acabaram por ficar na rua. Na história do abrigo Casa do Bom Samaritano, consta que o objetivo de sua fundação, em 1983, era proporcionar abrigo a pessoas que vinham procurar emprego na cidade, porém não obtiveram sucesso, ficando em situação de rua. Ainda que atualmente a instituição atenda não somente trabalhadores migrantes, ainda existe muitos casos de pessoas que chegam na cidade à procura de emprego sem ter onde ficar e, geralmente, dormem na

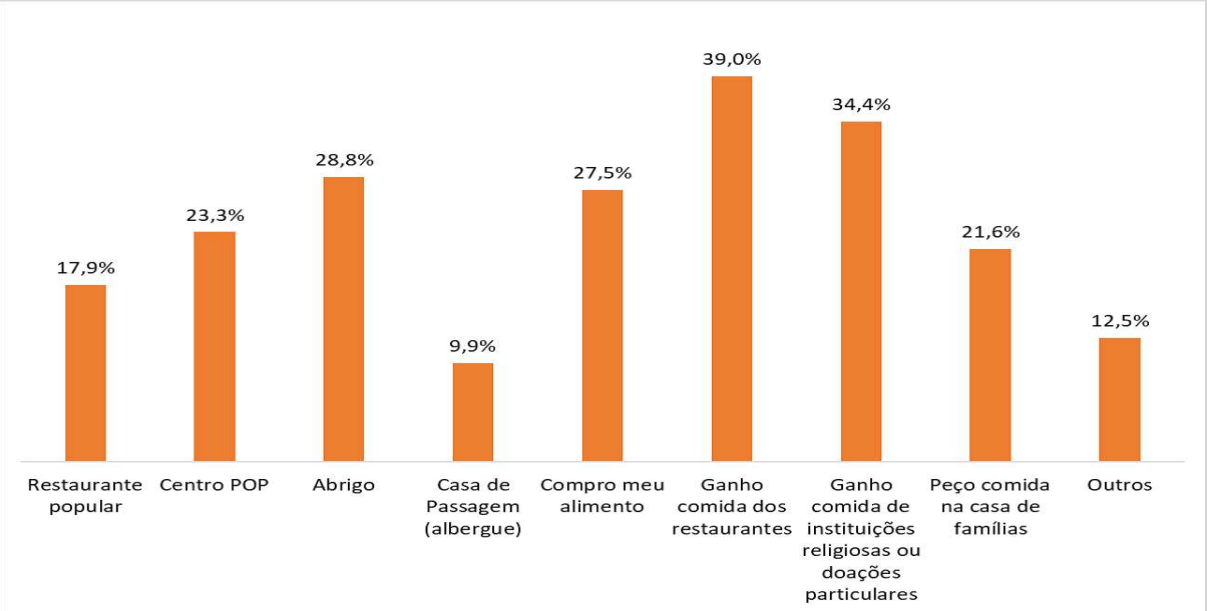
rodoviária até saberem da existência do abrigo. Em outras circunstâncias, a pessoa já vem com um trabalho combinado, do qual é despedida, podendo ficar temporariamente em pensões até o tempo de conseguir pagar a estadia. E então, quando não conseguem mais pagar a estadia da pensão por não conseguirem emprego, ficam na rua ou vão para os abrigos.

O abrigo será também um ponto de encontro onde o trabalhador migrante entra em contato com pessoas que vivenciam outras formas de situação de rua. Na convivência, grupos de perfis diferentes se misturam, formando a massa da população de rua da cidade. À medida que uns chegam, outros vão embora, mas retornam periodicamente, gerando uma rotatividade de atendimentos que enraízam cada vez mais o indivíduo na situação de rua. O que possivelmente está na origem de todos estes percursos e suas motivações é a mobilidade da busca de um novo trajeto em suas vidas, que mesmo em situação de rua, podem apresentar novas possibilidades.

3.3.5 Perigos e estratégias de habitar as ruas

O gráfico a seguir ilustra as formas de obtenção de alimento:

Gráfico 13 - Como consegue alimentação



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 54)

As formas de obter alimentação foram agrupadas no relatório da Pesquisa Pop-Rua para melhor analisá-las em duas fontes: os serviços públicos, contando com o Centro-Pop e os serviços de acolhimento; e as doações pedidas nas casas, em restaurantes e de grupos que em ação conjunta constituem as *bocas de rango*, isto é, locais em que estes grupos se reúnem para distribuir alimentos nos horários de refeição.

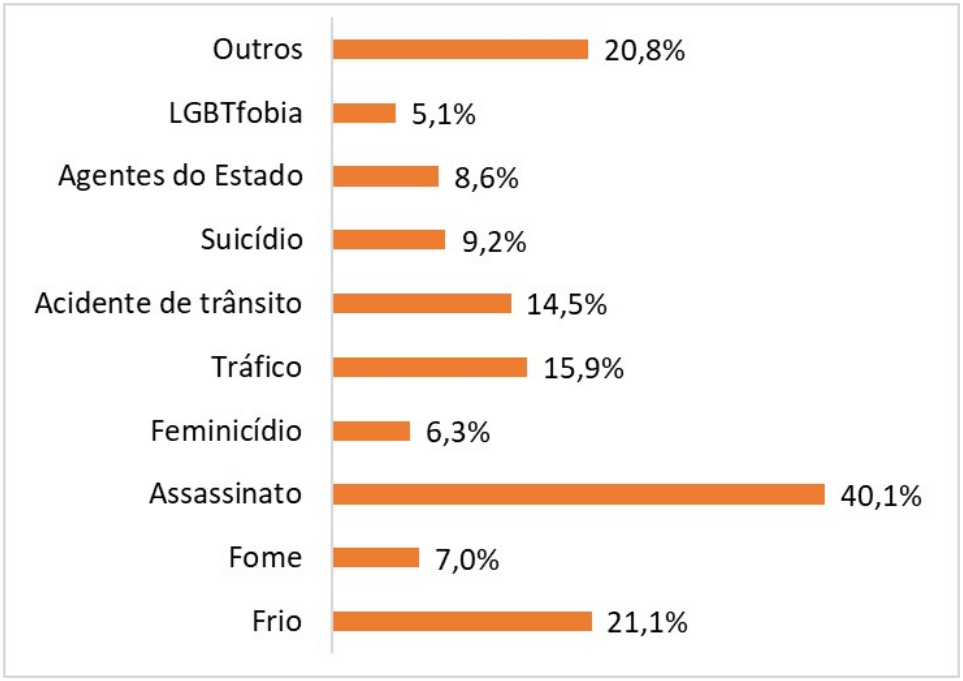
> (...) das 1.774 respostas, 660 indicam o serviço público como meio de conseguir alimento: Restaurante Popular; Centro Pop; Abrigo; Casa de Passagem/Albergue, ao passo que 784 respostas associam a obtenção de comida pelo viés da caridade: Ganho comida dos restaurantes; Ganho comida de instituições religiosas ou doações particulares; Peço comida na casa de familiares. A compra do alimento com recursos próprios aparece 227 vezes nas respostas e 103 respostas indicaram que os entrevistados obtêm alimento de outras formas, as quais não estavam no rol de alternativas a serem selecionadas.(LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 54).

Constata-se que a maior parte das respostas estão entre os serviços públicos e a doação de alimentos. Diante disso, a necessidade de alimentação atinge diretamente o nível de sobrevivência a que estão expostas as pessoas que vivem nas ruas. Neste ponto pode-se analisar o patamar do processo de exclusão definido por Escorel propriamente como a dimensão humana que, por consequência, diz respeito à vida em si. Nesta dimensão, os indivíduos que estão passando por uma situação de exclusão, estão condicionados a uma existência na qual a própria vida está em risco.

Para se ter uma ideia da exposição e dos riscos que correm as pessoas que vivem nas ruas, a pesquisa Pop-Rua apresenta dados relacionados às causas da morte de pessoas em situação de rua que entrevistados/as conheciam.

> Considerando que 63,9 % do(a)s entrevistado(a)s ou 527 pessoas conheceram pessoas em situação de rua que morreram nessa trajetória. Dessas, 40,1% ou 331 pessoas foram assassinadas, 21,1% ou 174 pessoas morreram de frio e 15,9% ou 131 pessoas morreram em função de problemas relacionados ao tráfico de drogas. Verifica-se, portanto, a desproteção social a que está submetida a população em situação de rua e o quanto a naturalização das violências destinadas a esse público reflete na sua invisibilidade social e contribui significativamente para a manutenção e a reprodução de mais violência. (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 73-74).

Gráfico 14 – Causas da morte da pessoa em situação de rua que morreu na rua



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 73)

Um destaque para esta questão é a naturalização da violência sobre estas pessoas, pois quando os/as entrevistadores/as questionavam se os/as participantes já sofreram algum tipo de violência, precisaram ser mais específicos, pois certos tipos de violência estavam tão presentes no cotidiano que já não eram mais consideradas como tal. A exemplo disto, um dos participantes da pesquisa, após ter respondido que nunca sofreu violência por parte de guardas municipais, deu a seguinte declaração: *Direto eu tomo umas pancadas deles, mas isso aí já é normal*. O participante fez uma expressão de perplexidade quando foi esclarecido sobre isso ser um tipo de violência.

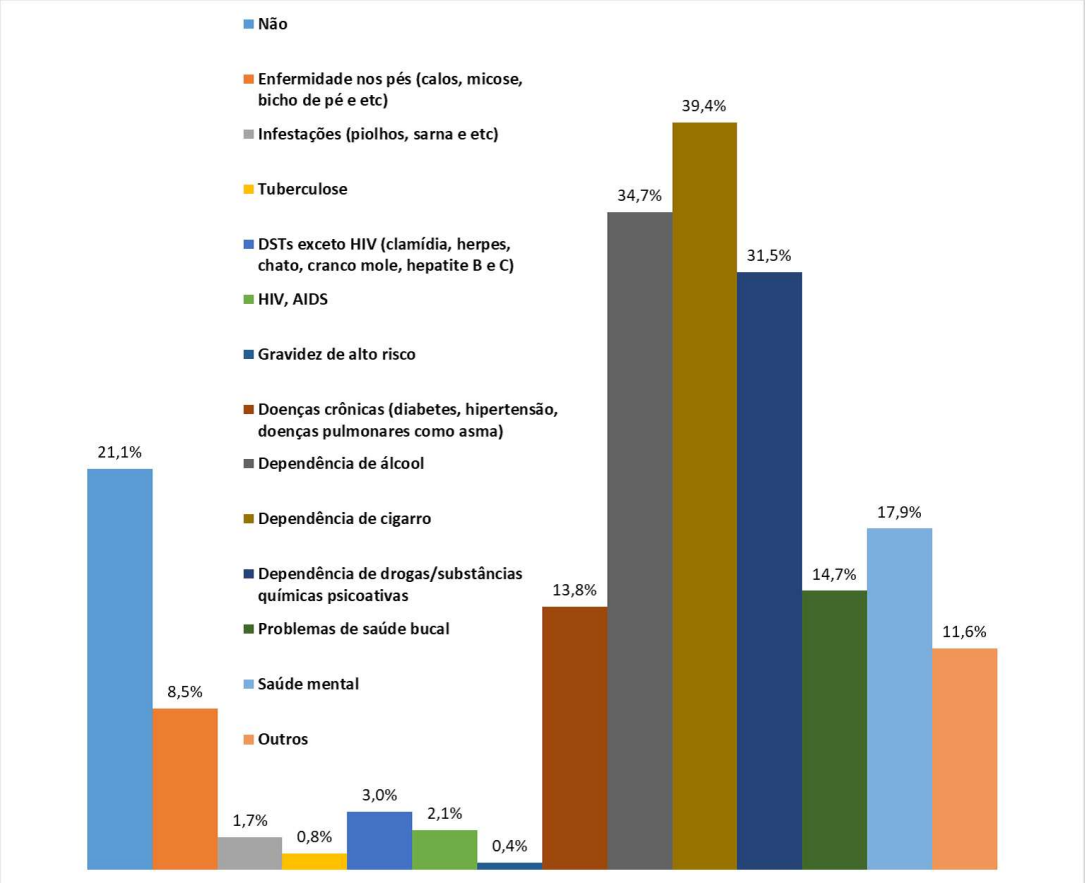
Percebi também que em muitos casos a violência é desconsiderada quando a pessoa a sofre diante de uma infração que comete. Frases do tipo, *Ah, mas eu tava errado e o cara só tava fazendo o trabalho dele*-, são comuns para justificar algum ato de violência que sofrem nestas ocasiões. Sobre este aspecto, Escorel observa que: “A naturalização da violência envolve a sua aceitação passiva como as ‘regras do jogo’ vigentes” (ESCOREL, 1999, p. 128). Desta forma, a violência está presente no cotidiano, naturalizada de uma forma que passa a ser mais um elemento da linguagem que utilizam em suas relações.

Isso não significa que no código de comportamento das pessoas em situação de rua não estejam presentes as formas de gentileza ou um senso de boas maneiras de comunicação em suas relações interpessoais. A linguagem da violência é uma resposta às próprias maneiras com as quais são tratados/as em diversas ocasiões em suas vidas. Assim, ela se torna uma linguagem transmitida e aprendida nos percursos vivenciados dentro de uma realidade caracterizada pela vulnerabilidade. Além disso, diante das dificuldades que enfrentam na rua – e existem os dias nos quais as dificuldades são mais intensas – não se pode esperar que alguém mantenha a calma e a serenidade o tempo todo.

Diante do exposto, é possível analisar os perigos que a situação de rua oferece às pessoas que vivem nestas condições sendo submetidos aos riscos da alimentação precária, das baixas temperaturas do inverno, dos altos índices de violência registrados como causa de mortes e outras ameaças à saúde integral, que precisam ser consideradas, na medida em que todas as vulnerabilidades enfrentadas por esta população afetam a sua integridade física e mental. Sobre as condições de saúde no momento da pesquisa, foram obtidos os seguintes resultados:

Desconsiderando a portabilidade do vírus HIV e outras doenças que o indivíduo pode sofrer por um longo tempo ou pelo resto da vida, pode-se afirmar que as pessoas que responderam que não têm nenhum problema de saúde, já passaram em algum momento de sua vida por alguma enfermidade ocasionada ou agravada pelo fato de estar em situação de rua. É muito frequente observar casos de tuberculose, pneumonia, infecções bacterianas, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras enfermidades que preenchem uma longa lista. O ponto desta questão é que é difícil viver saudável na rua, devido a toda exposição sem segurança nos diversos ambientes de circulação: contato com insetos e bactérias, períodos curtos de sono ou ao relento, trabalhos exercidos em ambiente aberto exposto ao frio e ao calor, juntamente sem as medidas necessárias de segurança,

Gráfico 15 – Você tem algum problema de saúde?



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 60)

Sobre as trajetórias de vulnerabilidades nas dimensões de exclusão, parte da análise de Escorel tem por base as teorias de Hannah Arendt (1991, apud ESCOREL, 1999) sobre a qual, a condição humana, ou os aspectos necessários para definir um ser como humano, em distinção a outros seres vivos, constrói-se em três níveis.

Destarte, o primeiro nível, o *animal laborans*, é a condição humana definida pela manutenção dos imperativos biológicos. Nesta condição, o ser humano age para satisfazer as necessidades vitais do seu organismo. O resultado de sua ação é o consumo imediato, no qual não há um produto que marque o seu trabalho no mundo de forma material ou simbólica. Deste modo, o ser humano está condicionado pela natureza e muito próximo das mesmas condições dos outros animais; no segundo nível, o *homo faber*, a ação do ser humano se dá como trabalho qualificado, que constrói coisas e constrói o mundo marcado pelas coisas que constrói. Nesta condição, o ser humano não está mais condicionado pela natureza, mas a domina a seu favor; o terceiro nível, o *biospolitikos*, corresponde ao

nível das relações entre os seres humanos, nas quais é construída a esfera pública, onde o ser exerce a sua capacidade de falar – comunicação – e agir – costumes, normas e leis – no mundo, efetivando a sua condição mais elevada de ser político (ARENDIT, 1991, apud ESCOREL, 1999).

É a partir destas noções que Escorel analisa as diferenças entre o trabalho marginalizado, ou desqualificado, do trabalho valorizado pela sociedade. Portanto, quando seres humanos se encontram limitados a exercerem trabalhos marginalizados, que não lhes proporcionam uma existência digna de ser humano, se veem na condição de *animal laborans*, desumanizados e, portanto, vivendo como animais. Segundo esta visão, pessoas vivendo nas ruas, se encontram no ponto mais extremo da miséria, em busca de alimento e proteção das suas vidas. Sua existência passa a ser percebida como desnecessária e supérflua, de forma que a sua vida não interessa para o mundo e, consequentemente, sua vida se torna descartável.

Assim, sua relação com o trabalho e com suas relações sócio-familiares são indicadores de suas vulnerabilidades, que pelas suas características os distanciam do acesso aos direitos, dificultando o exercício de sua cidadania. As representações sociais que se tem sobre esta população, os responsabilizam pelos seus infortúnios, estigmatizando-os com as marcas da deficiência, incapacidade, imoralidade e delinquência, criminalizando as suas estratégias de sobrevivência e socialidade.

Diante disso, as exposições aos riscos de morte têm como reação a indiferença e desprezo. Escorel relembra o caso em Brasília (DF) do indígena pataxó Galdino Jesus dos Santos, que foi queimado em 1997 por cinco jovens, um dos quais, no depoimento,alegou terem pensado se tratar de um mendigo, como se isso diminuísse o teor do crime. Ou seja, atear fogo em pessoas em situação de rua, pelo que ficou entendido em seu discurso, não teria sido uma atitude tão reprovável ou criminosa.

> O homicídio desencadeou um debate nacional sobre o assunto e ocupou as manchetes nos jornais por uma semana. A partir de então voltaram a cair no mesmo esquecimento em que estavam antes da morte do índio pataxó. No entanto, um hospital de referência para tratamento de queimados em São Paulo registrava a morte de um mendigo por mês! (ESCOREL, 1999, p. 161).

Estar em situação de rua é estar exposto à morte por incêndio enquanto se dorme. Crimes contra o Galdino não são uma exceção.Fiz uma breve pesquisa em manchetes de jornais e encontrei casos semelhantes no Estado Paraná. Separei três notícias, a título de exemplo devido ao grande número de casos. As matérias apresentaram as seguintes enquetes: “Morador de rua é incendiado em Londrina” (VITULSKIS, 2013); “Morador de rua queimado por jovens é transferido para o HU de Londrina” (G1; RPC, 2015); “Morador de rua é queimado em Curitiba enquanto dormia ao lado da esposa” (RIC-MAIS, 2018).

Certamente, as agressões por incêndio não são a única forma de tentativa de homicídio contra pessoas em situação de rua. Frequentemente são encaminhadas para os abrigos pessoas que sofreram violência de variadas formas, motivações e agressores. Muitos desses casos não são noticiados pelo SINAN, pela falta de procura de ajuda dos hospitais, o que somente ocorre nos casos mais graves.

Ainda assim, cumpre observar os índices divulgados pelo SINAN em junho de 2019, quando apresentaram os dados de notificações por violências motivadas pela situação de rua no país, entre os anos de 2015 e 2017. Nesse período foram registrados 777.904casos entre os quais, a maioria, 38,1%, foi notificada entre pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos. A população negra se apresenta nos índices com 54,8% dos casos e, embora a população de rua seja majoritariamente masculina, no relatório do SINAN, o índice de mulheres em situação de rua que sofreram violências chegou a 50,8%, o que comprova maiores agravantes de vulnerabilidades entre as mulheres e a população negra. A maior parte dos autores das agressões são pessoas desconhecidas, apresentando um percentual de 37% dos casos, os conhecidos aparecem com a porcentagem de 33,7%, já policiais ou agentes da lei são indicados em 4,2% dos casos (BRASIL-MDS, 2019). Tais dados podem indicar que a maioria dos casos, como os citados nas matérias de jornais, são cometidos por civis motivados pelo ódio e indiferença às pessoas em situação de rua, sem que seja preciso algum desentendimento pessoal com a vítima. Esses casos podem indicar também homicídios encomendados por cidadãos domiciliados ou integrantes de quadrilhas criminosas.

Ainda sobre isso, existem casos de morte que ninguém fica sabendo pelo fato de o corpo de alguma pessoa em situação de rua ser escondido após o

homicídio, o que é agravado pelo código do silêncio diante das autoridades policiais, ou não se sabe de quem é o corpo por não serem encontrados os documentos. Assim, algumas pessoas em situação de rua fatalmente desaparecem. São mortes causadas por doença, frio, overdose, estupro, suicídio, violência policial, violência dos traficantes e dos próprios pares da rua. Sem família, sem documentos, geralmente são enterradas como indigentes sem direito a velório, sem ninguém saber onde foram sepultadas tornando-se fantasmas na memória das ruas. A morte e a vida são tão fluidas nesse universo que no abrigo, comumente, somos informados de boatos da morte de alguém que tempos depois aparece pedindo atendimento social. Assim, o boato circula e a morte ninguém viu, como nunca é vista; o enterro também não foi visto e, como nunca ocorrem os ritos de sepultamento, o boato se torna real, sendo quebrado apenas quando a pessoa é encontrada.

João Aldeia (2011) comenta, a partir de Agamben (2007) a relação dos sem-abrigo com o "*homo sacer".*Agamben utiliza o termo o "*homo sacer"* como definido no antigo direito romano para alguém que, devido a um delito, era banido da sociedade, não podendo ser sacrificado, ou morto, mas caso alguém o matasse, não seria punido. Agamben associa a vida do "*homo sacer"* à vida daqueles que vivem em estado de exceção, os excluídos ou desfiliados de Castel (1998, apud ESCOREL, 1999). O estado de exceção, sendo um fenômeno que está fora do ordenamento jurídico, só pode ser controlado pelo poder soberano, definido assim, por ser "aquele no qual o ordenamento jurídico reconhece o poder de proclamar o estado de exceção e de suspender, deste modo, a validade do ordenamento" (AGAMBEN, 2007, p. 23). O autor analisa que a especificidade do poder nas democracias modernas é que o poder da soberania, atribuído aos monarcas no antigo regime,está diluída na cidadania nacional, tornando o cidadão, ao mesmo tempo, sujeito soberano e "*homo sacer"* (AGAMBEN, 2007, p. 134-135).

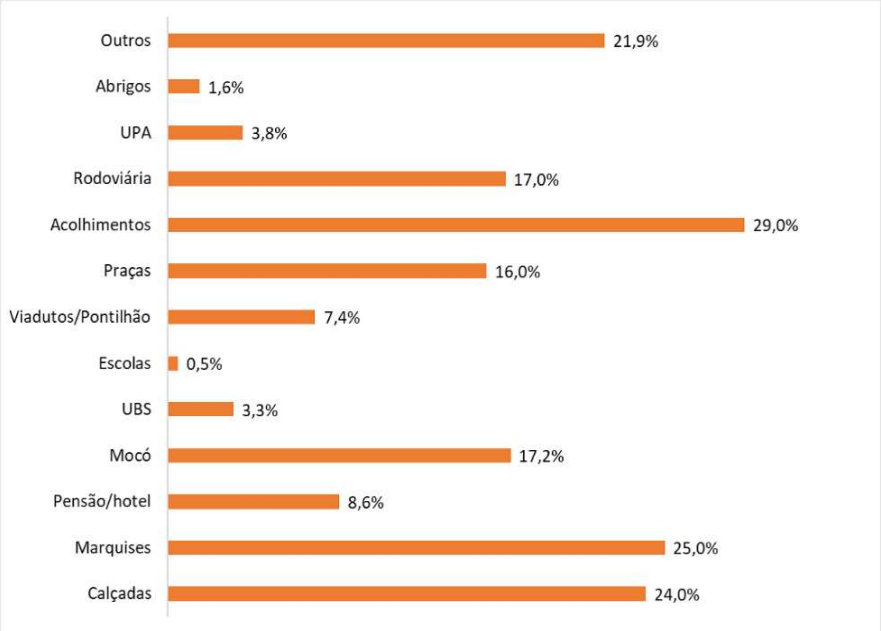
A partir da proposta de Agamben, Aldeia comenta que o que faz dos sem-abrigo "*homo sacer"*, é o fato de que eles, em estado de exceção, não são soberanos em relação a ninguém, porém, todos são soberanos em relação a eles/as, exercendo sobre os/as mesmos/as o poder da vida e da morte.

> Agamben identifica uma relação dialéctica entre estas duas figuras de excepção: por um lado, face ao soberano, todos são potenciais homini sacri, dado que o soberano sobre todos pode exercer o seu

> direito de matar ou deixar viver; por outro lado, face ao homo sacer, todos são potenciais soberanos na medida em que todos podem sobre ele exercer um direito de matar ou deixar viver (1998: 85). Assim sendo, o que caracteriza a figura do homo sacer é, sobretudo, a sua dupla posição negativa face à soberania: simultaneamente, o homo sacer está sujeito a actos de soberania que podem provir de qualquer indivíduo (todos se podem comportar como soberanos em relação a ele), e não pode comportar-se como soberano face a ninguém (é, deste modo, o único indivíduo inteiramente incapaz do exercício do direito de soberania). (ALDEIA, 2011, p. 21).

As práticas de habitação das ruas, portanto exigem estratégias de proteção diante dos perigos existentes. Como já foi mencionado, os agrupamentos são uma forma de garantir a proteção. Mas outra estratégia relacionada a este aspecto é a escolha dos locais para dormir. O Gráfico 16 exibe o percentual de respostas relacionadas a esses locais. Destaca-se que esta questão permitiu múltiplas escolhas devido à constatação de que uma mesma pessoa pode utilizar diferentes locais.

Gráfico 16 - Locais utilizados para dormir



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 48)

De acordo com o gráfico, observa-se que os serviços de acolhimento obtiveram o maior percentual de respostas, ou seja, 29%, atingindo30,6% se somados com os abrigos. No entanto, no relatório da pesquisa consta que, além de

haverem muitos casos de pessoas que não utilizam os serviços de acolhimento, o número de vagas em abrigos não é suficiente para atender a quantidade de pessoas em situação de rua (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 49). Diante disso, se somarmos os percentuais de respostas para as calçadas, praças, viadutos e marquises para pensar os locais públicos da malha urbana da cidade, chegaremos a um total de 72,4%.

A mesma tendência segue quando observados outros espaços para dormir, como os mocós, as rodoviárias e outros locais que não constam no questionário, mas que apresentaram um expressivo número de respostas (21,9%). Quando somadas as respostas para estes locais, o percentual chega a 56,1%. A Pesquisa Pop-Rua observa que os locais para dormir são selecionados de forma estratégica buscando segurança e praticidade no acesso a comida, drogas e espaços nos quais podem realizar algum trabalho, como cuidar de carros ou coletar produtos recicláveis. Além disso, como observa Kasper (2006), a relação com o espaço habitado é construída através dos hábitos das pessoas que o ocupam, portanto, estes espaços, especialmente os mocós, são ocupados e ressignificados com base em afinidades e nas práticas de socialidade dos agrupamentos da rua.

> Vale destacar que o número de pessoas que optam por dormir em espaços públicos em detrimento do acolhimento é relativamente grande. As principais razões para essa preferência são a falta de liberdade e as rígidas regras de entrada e saída dos acolhimentos; o acesso de substâncias psicoativas dentro dos acolhimentos e ainda a dificuldade em dormir em ambiente com muitas pessoas.
> Destacamos, ainda, que a escolha de alguns espaços não se justifica apenas por serem adequados para dormir, mas também porque servem para venda e consumo de SPA (mocós) e para a prática de exploração sexual, não obstante, há alguns mocós que são especialmente para moradia, e já encontramos mocós com móveis e cuidados de uma residência nas quais é possível perceber o sinal da vassoura no chão de terra que foi varrido, ou seja, há uma relação de cuidado com o local de permanência.(LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 49).

A ocupação e as práticas nestes espaços estabelecem formas de territorialidades da população em situação de rua, que abordarei mais adiante.Contudo, cumpre observar que a adoção de alguns procedimentos de manutenção do espaço é uma forma de ocupá-lo e torná-lo habitável dentro das limitações encontradas. Em uma das conversas com B.T.G., ele me informou que em um mocó que ajudou a organizar, seu grupo encontrou um galpão desativado que

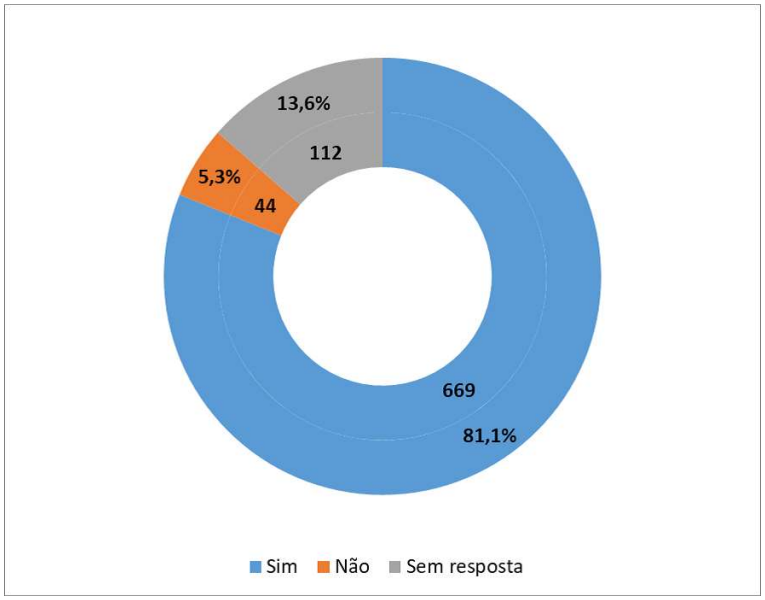
possuía uma marquise na fachada, sob a qual eles apoiaram um tapume junto ao muro, formando um abrigo para ficarem. Neste espaço, conseguiram colocar colchões e cobertores mediante doações,compartilhando tudo o que conseguiam para o consumo e permanecer no local por um tempo. Este tipo de prática proporciona a formação de vínculos entre os ocupantes do espaço, nos quais constroem relações afetivas, desenvolvem confiança um no outro e elaboram regras para os usos do espaço e os limites para quem chega no grupo como visitante ou possível integrante novo. João Aldeia (2011) analisa estas características ao visitar a barraca de Rui, um participante de sua pesquisa. Ao entrevistá-lo, Rui conta como foi convidado pelo amigo Pedro a passar a noite no mesmo local. A partir do seu relato, Aldeia observa como o espaço compartilhado de pernoite a é uma forma de fortalecimento dos laços de solidariedade e de apoio material e emocional.

> Tomar conhecimento do espaço de pernoita e obter a possibilidade de aí ficar apresenta as quatro formas que os fluxos de ajuda podem assumir: informação, apoio emocional, material e camaradagem (Lemieux, 2000: 48). Esta ajuda multidimensional está presente quando Pedro propõe a Rui que este permaneça no local onde dorme. A informação indica um sentimento de solidariedade que, com a interacção continuada, se traduz em apoio emocional e camaradagem recíprocas. Também a ajuda material está presente, ainda que marcada pela pobreza e vulnerabilidade. O espaço é em si materialidade, importante num contexto em que outras formas de apoio material estão indisponíveis – dinheiro, bens, habitação. Segundo uma lógica de reciprocidade, mesmo após a saída de Pedro do local, Rui continua hoje a disponibilizar um colchão e protecção contra o frio a quem lhe peça para dormir junto dele por umas noites. Para quem vive na rua, a possibilidade de utilizar uma parte dela para dormir, comer ou conviver é fundamental para a sobrevivência quotidiana. Os laços entre «pares» são cruciais para concretizar o acesso ao espaço de pernoita. (ALDEIA, 2011, p. 62-63).

Diante da análise de todos esses dados, compreende-se as estratégias formadas em situação de rua para lidar e se adaptar com seus problemas, limitações e possibilidades. Aldeia observa ainda, que estas estratégias não são suficientes para a mobilidade social, no sentido de criar possibilidades de deixar de viver na rua, mas são fundamentais para a sobrevivência e minimização das múltiplas dificuldades vivenciadas. Mesmo assim, cada um permanece em percursos individuais de melhoria de suas condições, mas é preciso considerar que nas

histórias de vida dessas pessoas estão presentes processos de adaptações no espaço da rua que podem levá-las a tornar a vida nas ruas, de uma situação provisória, a uma permanente. São percursos que envolvem todas as dimensões de afiliações e desfiliações, bem como seus desejos e intenções. Nesse sentido, a Pesquisa Pop-Rua indagou aos/às participantes sobre o desejo de sair da situação de rua, obtendo o seguinte resultado:

Gráfico 17- Você deseja sair da situação de rua?



Fonte: (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 57)

Por tudo o que foi exposto acima, essa é uma das questões que envolve a complexidade da situação de rua, pois os serviços de atendimento social, especialmente os direcionados para as pessoas adultas, são construídos a partir dos objetivos do/a atendido/a e das possibilidades do serviço social. Assim, o que se percebe é que uma grande parte desta população não tem êxito nos seus desejos quanto a deixar de habitar as ruas e viver em uma casa. Isso ocorre porque assim como as razões para estar em situação de rua podem envolver vários fatores relacionados, os meios para atingir o objetivo de sair dela, não podem ser trabalhados isoladamente. Desta forma, esta população enfrenta os obstáculos do desemprego ou da precariedade do trabalho informal, a dependência química, a dificuldade de obter apoio familiar, a baixa escolaridade, os transtornos psíquicos, a discriminação social e racial e tantos outros fatores complicadores que perpassam

por seus percursos de vida. Diante disso, a socialidade da rua se torna um modo alternativo de existência para essas pessoas, no qual podem acabar por permanecer ou também, desejar permanecer.

O relatório da pesquisa Pop-Rua também apresenta uma breve análise para as situações na quais as pessoas não querem deixar de habitar as ruas:

> Quanto aos casos que declararam não querer sair da rua, observa-se algumas características em seus discursos que levam a compreender a permanência na rua, o gosto pela liberdade, acompanhado com o incômodo de viver em uma casa; a escolha pela vida itinerante, como é o caso de muitos trecheiros; o desânimo diante das tentativas frustradas de sair da rua que o levam a desistir por já saber como viver na rua (LANZA; MIANI; ROCHA, 2019, p. 58).

Escorel argumenta que é preciso considerar as formas de autonomia dos sujeitos, pois “no ato de ir morar nas ruas, há um elemento de deliberação individual, que não pode ser confiscado na análise do fenômeno” (ESCOREL, 1999, p. 131). Desta forma, como já foi observado na análise das razões para estar na rua, é preciso ter a compreensão crítica de que as vulnerabilidades presentes na vida de uma pessoa, não determinam que ela estará inexoravelmente condenada a permanecer vivendo nas ruas. Entretanto, a socialidade desenvolvida nas práticas de habitação das ruas, bem como as formas de resolver os problemas enfrentados neste contexto, podem ser compreendidas dentro de uma possibilidade de existência no mundo, ainda que pese sobre ela os estigmas, preconceitos e a noção de que os habitantes das ruas estão sem lugar – ou estão no lugar errado – como marginais ou indivíduos excluídos e isolados da sociedade.

Os dados da Pesquisa Pop-Rua aqui descritos e analisados podem ser divididos em três tipos: os indicadores sociais que incidem sobre a população em situação de rua, que são, de acordo com as abordagens utilizadas, as vulnerabilidades de uma população em estado de exclusão ou desfiliação humana; o segundo são as estratégias presentes nas políticas públicas para a população em situação de rua; e o terceiro tipo de dado, diz respeito ao que o fazem na ruas, isto é, às práticas das pessoas que vivem nesse espaço, pensado como inadequado para a moradia. Assim como Escorel (1999) e Aldeia (2011; 2019), penso que é preciso pensar esta população para além da identidade “morador de rua”, pois, assim como já foi dito, a situação de rua não é definida por determinações fixas e permanentes. Cada ser humano vivendo na rua não pode ser visto apenas pela sua condição de

exclusão social, mas também pelas possibilidades presentes em suas histórias de vida e pelo que de fato constroem enquanto sociedade humana na rua.

Penso que as teorias sobre exclusão/desfiliação apontam um fenômeno pertinente para pensar as crises do mundo moderno. Se estão desfiliados do estatuto humano, pergunto-me que humanidade há no ser humano que integrado no mundo do trabalho e usufruindo dos direitos de cidadania, ignora ou despreza a situação de rua, sendo que uma das origens do fenômeno está no cerne da contradição do sistema social e no paradoxo da estrutura política?No entanto, o mundo dos habitantes das ruas reconstrói seu próprio modo de existência a ponto de muitas das vezes, estarem totalmente aquém da cidadania do estado nacional. Os códigos de valores desse mundo apresentam uma outra concepção de vida um tanto diversa daquela que separa o humano da animalidade (*animal laborans*), do humano produtor (*homo faber*) e o humano político (*biospolitikos*). Tais instâncias perdem suas fronteiras e se apresentam a todo momento colocando em movimento os corpos, os trabalhos, as relações sociais e as coisas que circundam este mundo.

Desta forma, torna-se um mundo em contraste com a vida social normativa, permeado por tensões com as políticas públicas. No entanto, este mundo tece em seus meandros, com uma relativa autonomia, uma forma própria de vida que, de um modo ambíguo, abre diversas possibilidades a partir da limitação, como se quem não tivesse nada a perder, do contrário, tem muito a construir. As interações sociais, as coisas que os circundam, inclusive a própria cidade são reconstruídas nessa relativa, temporária e provisória autonomia. As fronteiras dessas instâncias de relações são eventualmente quebradas quando as interações que envolvem coisas, prestações de serviços, atividades religiosas,formas de *mangueio*, bem como atendimentos em serviços de políticas públicas, constroem elos de comunicação abrindo a possibilidade – ainda que improvável - de outra forma de reconhecimento que supere a visão desumanizada sobre as pessoas que habitam as ruas,tanto para aquelas que não querem mais viver nessas condições, quanto para aquelas que decidiram optar por uma vida itinerante. A compreensão dessas interações e os elos que nelas são construídos é o assunto analisado no próximo capítulo.

4. VIRAÇÃO E CIRCULAÇÃO NAS PRÁTICAS DE SOCIALIDADE

Nos capítulos anteriores, descrevi o percurso que fiz nesta pesquisa, partindo da minha convivência com pessoas em situação de rua acolhidas na Casa do Bom Samaritano, até formular uma proposta de estudos através das teorias antropológicas, que deram subsídios para pensar as condições, percursos e dinâmicas dos processos de socialidade dos habitantes das ruas, no contexto da cidade de Londrina. Este percurso foi orientado por uma postura reflexiva na minha relação com os participantes da pesquisa, problematizando meus lugares de pesquisador e educador social.

Discorri sobre como as concepções sobre os habitantes das ruas se transformaram em diferentes contextos históricos, até se considerar o termo situação de rua com uma noção de vida transitória, isto é, passageira. A partir dos autores que analisaram esta temática, foi possível perceber este movimento transitório, desconstruindo a ideia de isolamento social das pessoas que vivem nas ruas, mas que, pelo contrário, mantém ou reformulam relações sócio-familiares, relações com órgãos de atendimento das políticas públicas juntamente com as instituições de apoio social e por fim, a relação com a população domiciliada.

Através dos dados da Pesquisa Pop-Rua, analisei alguns aspectos do contexto da situação de rua em Londrina, observando como os habitantes das ruas elaboram suas práticas de habitar as ruas, como também suas relações com as políticas públicas da cidade. Sobre isso descrevi como estas políticas e as instituições de atendimento social são insuficientes para atender a demanda crescente desta população.

Neste capítulo analiso as práticas de socialidade dos habitantes das ruas de Londrina, incluindo nessa dinâmica as coisas que circulam pelas ruas entre eles e outros grupos. Para tanto, aprofundarei aqui os conceitos de viração, circulação (GREGORI, 2000; FRANGELLA, 2004), de habitar (INGOLD, 2012) e do habitar das ruas (KASPER, 2006); evidenciando as coisas que circulam nessas práticas e como elas fazem parte dos elos sociais construídos nesse contexto.

4.1 Viração e Circulação

Considerando que a proposta aqui parte da noção de uma socialidade das pessoas que habitam as ruas, inicio com uma análise do momento de ingresso do indivíduo no agrupamento de rua. Para isso segue a descrição de um trecho da entrevista realizada junto com B.T.G. na Casa do Bom Samaritano, no qual perguntei como foi a primeira vez que ficou em situação de rua:

> *- Eu tinha de seis para sete anos. Ficou eu, minha mãe e meus irmãos. Foi quando eu passei aqui. Eu ficava lá na casa das crianças, lá atrás*[12]*. Conheci uma menina aqui. A gente fugia direto por aí e depois voltava. A minha mãe tinha brigado com o meu padrasto. Ele bebia e queria bater nela. Um dia, quase matei ele. Foi nesse dia que viemos para o abrigo. Eu falei que ia matar ele. Falei pra minha mãe que se quisesse, voltava com ele, mas uma hora eu ia matar ele. Mas ela disse que não queria voltar mais. Aí ela começou a trabalhar e fomos morar numa casinha lá em cima* (aponta para o bairro que fica na região acima da Vila Marísia) *e depois ali atrás* (aponta para o bairro da Vila Recreio, direção oposta)*. Depois fui para a rua denovo, depois casei, separei e fui pra rua denovo até hoje. E agora estou tentando sair e construir uma vida nova.*
>
> - E como foi a segunda vez que você foi para a rua?
>
> *- Perdi o contato. Mãe, irmãos... Ah, cansei de sofrer. Eu tinha que trabalhar, trazer as coisas pra casa e meus irmãos não queriam nada com nada. E eles eram os mais velhos hein.*
>
> - Quantos anos você tinha?
>
> *- Dez pra onze anos. Aí eu conheci a Casa do Caminho, fiquei aqui na casa de passagem do Samaritano* (casa das crianças)*, o ferro velho ali em cima, e o barracão da Duque* (Av. Duque de Caxias)*.*
>
> - Quando você ficava na rua você ia para onde?
>
> *- Ficava no ferro velho aqui em cima. Lá tinha uns caminhão e eu ficava lá. Dormia dentro do caminhão. Eu e outras crianças.*
>
> - O que vocês faziam lá?
>
> *- A gente comia, dormia, cheirava cola. De manhã a gente falava o que precisava e cada um ia para um canto. Quando voltava todo mundo dividia o que tinha conseguido.*

[12] A Casa do Bom Samaritano, anteriormente atendeu famílias com crianças. A casa das crianças ficava nos fundos do abrigo onde atualmente funciona uma creche que atende as crianças da comunidade do entorno.

> - E como vocês conseguiam as coisas?
>
> *- A gente pedia, às vezes roubava, às vezes vendia droga. Depois de um tempo eu comecei a trabalhar e tava morando numa casinha. Aí com dezessete anos eu conheci uma menina e nós começamos a namorar. Aí a gente quis casar e fomos embora pra Santa Catarina. Lá eu trabalhava e não ficava mais na rua. Aí voltei para Londrina. Com vinte anos reencontrei a minha mãe e fiquei cuidando dela porque ela estava com câncer. Depois que ela faleceu, eu voltei com a minha mulher em Santa Catarina e há três anos atrás a gente se separou e eu vim para Londrina denovo. (Entrevista de campo: 28/10/2019)*

Este trecho da entrevista possibilita analisar alguns aspectos que relacionarei aqui. O primeiro deles é o contato com a situação de rua através de um abrigo e da convivência com outras crianças na rua. B.T.G. fugia do abrigo com uma criança e com outras aprendeu pedir, roubar, vender droga, encontrar um local para dormir e cheirar cola. A presença de outras crianças em seu relato demonstra que há de comum na sua história com a de outras pessoas que habitam as ruas, que é o fato de entrarem em contato com a vida na rua desde a infância. No abrigo tive contato com pessoas já adultas, mas que tiveram o mesmo histórico de B.T.G. Alguns perderam os pais muito cedo, outros nem os conheceram - B.T.G. não falou em nenhum momento sobre seu pai. Também há casos dos/as que foram criados com outros parentes, mas mesmo assim, tiveram que passar algum tempo em alguma instituição de acolhimento para crianças. Essas crianças se enturmam, brincam juntas e aprendem a se virar nas ruas.

A convivência das crianças e suas práticas na rua constituem o processo de “viração” que, como já foi mencionado, a partir de Gregori (2000), envolve o conjunto de ações e experiências vividas pelas crianças e adolescentes em situação de rua na qual, gradualmente, desenvolvem uma identidade de “meninos” e “meninas de rua”. O distanciamento da família e a ida para rua, juntamente com o trabalho precoce, não ocorrem de modo repentino através de uma ruptura, mas por uma inserção gradual no universo da rua. Desta maneira, crianças e adolescentes vão aprendendo os mecanismos de sobrevivência na rua, bem como se inserindo nos circuitos de socialidade. É desse modo que crianças e adolescentes aprendem a *ser correria*, termo muito bem explicado nas palavras de M.C.B., outro participante

da pesquisa: *que corre atrás das coisas*. A ideia parece descrever o mesmo ato da viração, como definido por Gregori:

> Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego, etc. Os meninos de rua se viram, o que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes ou ladrões ou prostitutos ou "biscateiros" ou, ainda, se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social. Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento (GREGORI, 2000, p. 31).

Entretanto, nesse desenrolar, é preciso que a criança ou a/o adolescente incorpore os modos de comportamento da rua, o estilo de ser e agir da rua que opere um reconhecimento por parte de seus pares, dos transeuntes com quem entra em contato, e das instituições assistenciais. Portanto, para ingressar na rua é preciso convencer os outros de sua situação e da necessidade de corresponder às suas demandas.

> Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e "identificatórios" para designar, comunicar e se posicionar, o que explica a adoção de várias posições de forma não excludente: comportar-se como trombadinha, como "avião" (passador de drogas), como "menor carente", como "sobrevivente", como adulto e como criança. Nesse sentido, é uma noção que sugere, mais do que movimento – que é dinâmico e constante –, uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens (GREGORI, 2000, p. 31).

Nessa comunicação, portanto, desenvolve-se um jogo de postura, ou prática performática do modo de ser e estar na rua que se evidencia a todo momento entre crianças, adolescentes e adultos. Uma dessas práticas mais corriqueiras é o ato de *manguear*, isto é, conseguir algo de alguém por doação, que pode ser comida, dinheiro, roupas, calçados, cigarros; ou seja, qualquer coisa que possa ser utilizada, vendida ou trocada. O *mangueio* não é o único recurso da "viração", mas opera todos os seus mecanismos materiais e simbólicos. S.C.J., explica que é como um *instinto* que o morador de rua desenvolve. Pois o ato de pedir não é tão simples como chegar a alguém ou grupo de pessoas e dizer o que precisa, pedindo ajuda ou socorro. Ao contrário, é necessário todo um comportamento que é performático para convencer e conseguir o que se quer. Entretanto, este comportamento não depende

apenas de quem *mangueia*, pois é preciso *ganhar, isto, é,* intuir *o jeito* da pessoa abordada para orientar um modo correto de pedir algo. Nas palavras de S.C.J.:

> *- Não sei explicar. Eu chamo de instinto. O morador de rua desenvolve um instinto de sobrevivência. É com isso que ele trabalha. Manguear em dois é melhor do que manguear sozinho. É melhor pra argumentar. Se a pessoa tiver desacreditando, o outro já entra na conversa e desvia o foco, dá mais credibilidade.*
>
> - Você sempre fala a mesma coisa para todos?
>
> *- Não, você pode falar alguma coisa para puxar assunto, depois você continua. O segredo é tirar um sorriso do rosto da pessoa. Eu faço uma piada, se a pessoa rir, ela já se abre. Florzinha... Aquelas florzinhas que faço com folha de palmeira. Quando chega um casal, eu ofereço uma pra ele. Ele não quer: – Mas você quer dar uma pra moça -. Aí ele compra. Toda vez que viram eu fazendo florzinha já colavam comigo, porque dá super certo. Latinha, você chega numa mesa e* [disse]*: - Dá licença, posso pegar a latinha? - Se a pessoa te der atenção, já era. Ela pode te oferecer: - Quer comer alguma coisa? – aí você fala: Olha, eu até queria, mas eu to querendo mesmo um dinheiro para eu comprar passagem para eu voltar pra minha cidade. Não é pra crack não! – Quanto é a passagem? – É tanto – Eu não tenho tudo não, mas eu tenho deizão, ajuda? – Ajuda - . Pega o troco e vai. Quando a pessoa ta bêbada na mesa então, é mais fácil ainda.* (Entrevista de campo, 09/11/2019)

S.C.J., revelou só neste trecho da entrevista, três formas diferentes de manguear, através do sorriso, da venda de flor artesanal e do disfarce de catador de latinha. Já L.R.C., uma vez explicou no abrigo o recurso das chamadas *histórias tristes*.

> *Eu vejo uma mulher ou senhorinha passando e falo: - Ô tia, acabei de sair da cadeia e estou tentando ir pra casa da minha mãe, que mora lá em Cascavel. A passagem custa tanto e eu tenho esse dinheiro que é pra comer, mas tô juntando dinheiro para ir prá lá. A senhora pode me dar uma ajuda para inteirar? - Eu ganho o dinheiro e ela ainda me dá um lanche. Se for cheia da grana, me dá o valor inteiro da passagem mais o lanche.* (Registro de Memórias, 04/09/2015)

L.R.C., nunca esteve na cadeia, mas ao utilizar a palavra, esta soa ameaçadora para quem escuta. Logo após, utiliza a figura da mãe como um apelo afetivo para reforçar a necessidade de ajudá-lo. E, em seguida, deixa implícito que está com fome e pede o dinheiro, informando o valor que precisa alcançar,

conseguindo desta forma, o dinheiro e o alimento. Juntamente com as palavras cadeia, mãe, Cascavel e comida, está implícita a série de significados que englobam a correspondência com ex-presidiário, filho, distância e necessitado, convencendo a pessoa a ir do medo e do preconceito à compaixão.

Nestas ocasiões, portanto, ocorre uma performance de interatividade improvisada, na qual vários figurinos de rua podem ser simulados, ou vestidos: o fracassado que perdeu tudo; o malandro; o artista talentoso mas despercebido; o simpático e engraçado; o dependente químico; o marginal perigoso que transmite medo; o andarilho que precisa inteirar passagem; o que joga com a sinceridade pedindo dinheiro para bebida ou outras drogas; e mais um sem-número de performatividades. Todas estas figurações identitárias associadas a quem habita as ruas são efetivamente decorrentes dos dramas da rua, no entanto, embora o pedinte possa ter vivido apenas uma ou nenhuma delas em realidade, necessita aprender a performá-las no momento certo e diante das pessoas certas. Sobre este aspecto, Gregori observa uma implicação que constitui a própria “viração”:

> Nesse sentido, são tipos construídos segundo os referenciais simbólicos tramadas no interior das relações sociais legitimadas, ainda que sejam aparentemente tão esquisitos. O sentido dessas simulações parece ser claro: de um lado, propiciam a definição de um lugar no qual o relacionamento e a comunicação com a sociedade em geral são possíveis; de outro, exprimem a necessidade de experimentação própria à constituição de uma identidade, fenômeno de passagem para a vida adulta. Só que, no caso dos meninos de rua, virar esses tipos traz uma implicação importante: os tipos começam a ter efeitos reais. Ou seja, a experimentação tende a trazer consequências mais sérias, sobretudo pela notoriedade que alguns desses meninos começam a adquirir. (GREGORI. 2000, p. 53-54).

As performatividades de personagens reais sobrepõem-se à história de vida real do ator, abandonada num passado relativamente distante. Destarte, as encenações passam a ser, gradativamente, assumidas de fato, como identidades reais, na medida em que as ações têm um correlato material e feitos reais como a lábia, o roubo, a agressão sofrida ou exercida, a humilhação e a prostituição. Nas palavras da autora:

> Para além das dificuldades de adaptação, suas narrativas e vidas indicam que eles tomam a experiência, o “jogo em si” com que constroem seus tipos, como *locus* de onde extraem o sentido e o

> prazer de suas vidas. Contudo, processo paradoxal, esse jogo é tomado como real, e não só por eles: os vários atores sociais com os quais convivem acabam por tirar a qualidade viradora de suas ações. Há um momento em que os tipos tomam conotações concretas, trazendo efeitos bastante reais. É quando a menina de chupeta, jogando com a sedução, é levada à prostituição; ou quando a menina convence que é "machão", estupra e é espancada; quando o "laranja" consegue convencer como malandro ou quando o menino de rua não consegue largar as ruas, por ter sido tolerado e notabilizado nelas. (GREGORI, p. 55).

Voltando à entrevista de B.T.G., o segundo aspecto a identificar em sua história é a ida para o abrigo a partir de um caso de violência doméstica envolvendo seu padrasto, situação presente também em muitos casos. O aspecto da violência já foi trabalhado em capítulo anterior, mas cabe lembrar que, mesmo não sendo o único fator de ingresso na situação de rua, tem forte peso no afastamento das pessoas de suas casas. Com relação a isso, salta aos olhos a vontade de matar o padrasto, estando com apenas sete anos de idade, o que revela a tensão no relacionamento familiar. Gregori também analisa esta questão, na qual o conflito com algum familiar de convivência pode acarretar uma "perda de lugar desse menino ou menina no contexto familiar" (GREGORI. 2000. p. 69-70). Neste tipo de situação, a rua passa a ser ainda mais sedutora, ou menos hostil, apesar de seus perigos.

> Parto da hipótese de que, deslocados de seus núcleos familiares e do universo escolar, esses meninos transpõem para algo genérico como a "rua" muitas de suas aspirações infantis: necessidade de proteção, cuidado, atenção, ensinamentos, brincadeiras. E mais: nas "ruas" essas aspirações são atendidas, ou seja, em alguma medida elas são – concreta e simbolicamente – satisfeitas. O que significa dizer que, nesse outro universo, mais do que a pura "evitação" (Silvia e Milito, 1995), a mera "sobrevivência" (Ferreira, 1979), ou apenas pelo "prazer de fruir da liberdade", eles encontram acolhida. (GREGORI. 2000. p. 71)

Outro aspecto presente no relato de B.T.G., é seu histórico de idas e vindas para a rua, para uma casa ou para alguma instituição de acolhimento. Quanto a isto, podemos notar na sua fala, sempre a presença de um familiar no enredo como afastamento da casa ou como aproximação: o padrasto, os irmãos, a mãe, a esposa. Como já foi visto, mas cabe relembrar aqui, a referência afetiva familiar presente em todas estas histórias, envolvendo conflitos, rupturas, reconciliações e possibilidades de recomposição ou construção de uma nova família adquire

preponderância sobre todas as outras dimensões da vida social no contexto brasileiro (SILVA, 2012; ESCOREL, 1999).

Nesse aspecto também se configura outra característica dos habitantes das ruas que são os deslocamentos recorrentes entre a casa, a rua e os abrigos, característica que Gregori definiu com o termo “circulação”. O processo de “viração” também é composto por estes deslocamentos, pois é na “circulação” que ocorre gradativamente a ruptura ou distanciamento com a família. Em sua pesquisa, a autora observou que as famílias de meninos e meninas “de rua” já tinham um contato com a rua como local de trabalho ou de acesso a recursos de subsistência. No entanto, são famílias em constante mudança devido a separações, novas uniões, nascimento de novos filhos ou acolhimento de crianças de outras famílias. É nestas mudanças também que a criança sofre a perda de lugar, sendo transferida aos cuidados de parentes ou instituições de internação. Ainda, segundo a autora:

> Na história de vida familiar dos meninos estudados, esse padrão de circulação já se verifica com nitidez. Em primeiro lugar, são famílias em que a “circulação de crianças” é procedimento frequente. Parte considerável desses meninos passou um tempo prolongado morando sem seus genitores. A própria estrutura familiar é recortada por uma dinâmica instável: pais que saem de casa, vinda de diferentes padrastos, novos filhos, crianças de outros parentes sendo criadas juntas etc. Em segundo lugar, são famílias para as quais a renda para o sustento nunca foi estável: há momentos em que os provedores estão empregados, outros tantos em que estão desempregados, realizando “bicos”; há momentos em que os filhos estão apenas estudando, muitos outros em que trabalham e estudam. São também famílias que se mudam frequentemente, passando pelos bairros mais precários da cidade ou por outros municípios da Grande São Paulo, alterando a rotina de seus membros. (GREGORI, 2000, p. 72-73).

Paralelo à circulação entre famílias e instituições, o tempo de permanência na rua vai aumentando e passando a fugas e estadias na rua por tempos maiores. As crianças ou adolescentes vão se tornando, cada vez mais, habitantes da rua, alargando seu contato com suas redes de socialidade que os acolhe e preenche os lugares e sentidos perdidos na família e na escola.

Esses deslocamentos também ocorrem entre as ruas da cidade e entre cidades e estados. Das ruas de Londrina, B.T.G. viaja ao Estado de Santa Catarina e retorna em dois momentos específicos de sua vida, e no momento da entrevista, estava se preparando para recomeçar novamente. Assim, dois dias após a nossa

conversa, foi para uma cidade do Estado do Mato Grosso onde teve uma proposta de emprego, mas voltou ao abrigo uma semana depois porque a proposta de trabalho não deu certo. Começou a trabalhar novamente em Londrina e alugou uma casa onde ficou por três meses; voltou mais uma vez para a rua e para o abrigo, onde ficou por uma semana e retornou para a rua. Essa série de deslocamentos ilustra o fator da circulação na vida dos habitantes das ruas, que se dá sempre de forma inconclusa e aberta a novas possibilidades de percursos.

Mas, não são todos os habitantes das ruas que vivem nelas desde criança. Frangella (2004) analisou o fenômeno da viração entre os adultos, observando que suas formas de ingresso nas ruas se dá em diferentes processos. Não obstante, também passam a se inserir nesta socialidade itinerante, adotando suas práticas e ganhando lugar e identidade na rua. Do mesmo modo, outros participantes desta pesquisa revelaram características semelhantes em seus percursos. Segue um trecho da entrevista de P.S.I., na qual descreve seu ingresso na rua, após uma briga que teve com a ex-esposa, bem como seu deslocamento até chegar em Londrina:

> *Ia pra rua, ficava uns dias e depois voltava. Eu já era da bagunça quando era solteiro. Depois que casei, continuei. É impressionante, você passa a noite inteira no rolê. Amanhece o dia, passa rapidinho* (o efeito da droga)*, aí você vai atrás de mais. Aí por causa das brigas com a mulher eu saí de casa e fui pra São Paulo. Fiquei na Cracolândia. Depois fui pra Santos. Morei cinco anos lá. Eu ficava na "boca do lixo", perto do mercado municipal. Eu queria conhecer o Paraná, queria conhecer a cidade em que eu nasci. Peguei a balsa, fui para Guarujá porque Santos não dava passagem para o Paraná e fui pra Campo Mourão; Conheci a cidade que nasci; Peguei o trecho e de lá fui vindo até chegar em Londrina.*
>
> *Cheguei aqui, fiquei perdidinho na rodoviária. Não conseguia sair de lá (risos) porque o baguio é redondo* (refere-se ao formato arquitetônico da rodoviária)*. - Como é que eu saio daqui? – Peguei informação e fiquei sabendo do Samaritano* (abrigo)*, do Centro-Pop e tudo. Quando eu estava no caminho do abrigo vieram dois moleque com uma lata* (para uso de crack) *na mão e me pararam:*
>
> *- Você tem um dragão* (isqueiro) *aí?*
>
> *- Eu tenho – e dei pra ele. Olhei para a lata na mão dele e perguntei:*
>
> *- Aonde você pegou isso aí?*
>
> *- Ali ó, se você pegar essa rua aqui vai sair lá.*
>
> *Fui parar lá no Pindorama* (bairro)*. Fiquei uma semana lá. Depois é que fui parar no abrigo.* (Entrevista de campo, 27/11/2019)

Os deslocamentos de P.S.I. não marcam apenas a saída de casa para a rua e as cidades por onde passou, mas também pontos específicos da cidade como a cracolândia em São Paulo, a boca do lixo, em Santos e a *biqueira* do bairro Pindorama em Londrina. São pontos reconhecidos como venda de drogas, mas também locais a partir dos quais podem ser formados os *mocós*. Nota-se a mesma característica nos percursos de S.C.J., cujo trecho da entrevista descrevo abaixo:

> *Eu já estava meio desandado* (fazendo uso de drogas) *e minha mãe estava fazendo tratamento para câncer e eu não fiquei. Acho que era até melhor pra ela, melhor pra todo mundo. Então, tinha essa oficina que eu tinha com meu primo, a gente era sócio. Foi meu primo que me ensinou a fumar crack. A gente começou a fumar muito e fumar tudo o que tinha na oficina, até não ter mais nada. Foi quando eu quis ir embora de Tamarana porque eu já estava desconsiderado de todo mundo da cidade por causa do uso de droga. Eu tava morando de favor e chegou uma galera:*
>
> *- Vamo pra praia?*
>
> *- Vamos.*
>
> *E fomos na bota* (andando)*, fumando maconha pra caralho. Aí quando chegou no meio do caminho, parou uma caminhonete e o motorista tirou uma arma e perguntou:*
>
> *- Pra onde que vocês estão indo?*
>
> *- Vamos pra Pontal.*
>
> *- Sobe aí que eu deixo vocês lá, mas se tentar alguma coisa, isso aqui é pra vocês.*
>
> *Aí ele deixou a gente lá em Curitiba e seguimos na bota pela BR. Andava por um tempo e pegava uma carona com um caminhoneiro. O caminhoneiro:*
>
> *- Vocês enrolam um?*
>
> *Enrolamo, fumamo maconha junto com o caminhoneiro. Deixou a gente perto de pontal e fomos andando até lá. Passamos uns dias em Pontal, na praia, bebendo e fumando maconha. Daí, voltei com passagem da assistência. Lá em Pontal você consegue passagem para onde você quiser. Eles não querem que você fique lá. Quando eu voltei em Tamarana, eu não queria mais ficar e fui embora para São Paulo porque eu queria parar de usar, já não estava gostando mais. Tava ficando com medo, achava que todo mundo tava de maldade comigo. Minha irmã morava lá e eu queria ficar lá para parar de usar.*
>
> *Mas em São Paulo eu desandei, conheci a Cacrolândia. Nem cheguei a ir para a casa da minha irmã. Lá em Mogi, eu conheci uma sapata e um moleque. A sapata curtia cachaça e o moleque gostava de maconha. Eu não sabia muito bem como era a assistência, mas eles conheciam e fiquei andando com eles. Fui pegando passagem*

> *até Aparecida do Norte. Lá a gente brigou e de Aparecida eu segui sozinho. Aí, em São Paulo, eu fui parar no abrigo no Centro que era só para dormir. De lá, eu saí e fui pra cracolândia. Voltei para o abrigo. Aí lá, a assistente social localizou o meu cunhado. Aí, ele me mandou de volta. Ainda me deu cem conto e eu vim embora para Londrina. Com cem conto na mão, às quatro horas da manhã eu tava lá no Pindorama* (bairro onde tem um ponto de venda de drogas) *aqui em Londrina. Daí, fui pra casa do meu irmão que morava aqui em Londrina. Comecei a trampar numa funilaria, mas aí desandei denovo, fui para a rua e aí que conheci a Casa do Bom Samaritano.*
>
> *Quando eu voltei, eu não encontrei minha mãe. Meus irmãos disseram que ela tinha morrido. Mas, depois, eles contaram para mim que estavam escondendo ela de mim. Eu soube que ela estava internada numa clínica e fui encontrar ela. Ela desenvolveu alzheimer, não lembrava de nada, mas ela sabia quem era eu, reconheceu, mas não lembrava de nada. Aí, um dia fui falar com meus irmãos e fiquei sabendo que ela morreu no final do ano passado. Eu sabia que eles estavam escondendo ela de mim, mas hoje eu não tenho raiva deles. Era até melhor pra ela.* (Entrevista de campo: 09/11/2019)

S.C.J. foi para a rua já adulto, mas como P.S.I., já tinha contato com o universo da rua através do uso de substâncias psicoativas, motivo pelo qual foi se distanciando da família e da sua comunidade. Mais uma vez, a presença de deslocamentos no discurso revela a constante rotatividade entre lugares que se constituem pontos de passagem, ou temporária permanência, configurando o aspecto da circulação. Sobre estes pontos de passagem, não é coincidência que tanto P.S.I., quanto S.C.J., mencionam locais pelos quais os dois passaram, ou seja, a cracolândia de São Paulo, o bairro Pindorama de Londrina, bem como os abrigos. Estes locais passam a ser lugares de referência onde têm contato com outros habitantes das ruas, acesso a agrupamentos e mocós.

Os mocós muitas vezes são associados ao uso de drogas, mas o uso de drogas é apenas mais uns dos hábitos praticados nesses espaços. Nos mocós também se pode fazer refeições, as fogueiras de confraternizações, também podem ser espaços de produção de trabalhos artesanais, conserto de objetos, separação de materiais recicláveis e, por fim, são utilizados para dormir. Mas nem todos os mocós são iguais como foi explicado por B.T.G.:

> *- Tem mocó que é mais limpo, tem uns mais bagunçados; tem mocó que é só pra vender ou usar droga. O mocó da Duque era mais para dormir, mas o povo aparecia lá pra comprar droga.*
>
> - E tinha alguém que mandava?
>
> *- Não, ninguém é dono de nada.*
>
> - Mas tem regras?
>
> *- Sim, que nem o mocó que eu administrei lá na chácara abandonada, perto da UEL. A pessoa chegava lá e falava comigo que queria ficar lá e eu explicava: Olha, você quer dormir, tem canto pra dormir; você quer usar* (droga)*, pode usar, mas se der trabalho, vai ter que ir embora, senão a gente te mói no pau. Se o cara chegar com B.O. de roubo, tipo celular, rádio, essas coisas, não pode ficar porque suja pra todo mundo se a polícia chegar. Se o cara chega de outro mocó, a gente quer saber por que ele saiu do outro mocó. Se ele aprontou lá, ele não vai poder ficar.*
>
> - E se ele esconder que aprontou lá?
>
> *- A gente vai saber. Porque vai alguém lá para saber do cara. E se ele mentir a gente mói no pau.* (Entrevista de campo, 28/10/2019)

O barracão da Duque foi um mocó formado em um galpão de uma antiga loja que fechou e ficou abandonado. A entrevista de B.T.G. acaba por revelar uma parte da história dos mocós de Londrina, pois o *mocó da seringueira* (onde hoje é a praça Tomi Nakagawa) e o barracão da Duque são reconhecidos como os primeiros mocós de Londrina. Pude confirmar isso com vários acolhidos do abrigo que são *das antigas*, como eles dizem sobre os mais velhos da rua. Todos eles conheceram ou ficaram neste barracão, como B.T.G. e P.S.I. Este último, me contou que lá chegou a ficar mais de um agrupamento dividindo espaços para cada um dentro do barracão. B.T.G. conta sobre o fim do mocó da Duque:

> *Muita confusão, vinha muita gente comprar droga lá. Aí a polícia ia direto lá e saia batendo em todo mundo. Aí teve uma vez que dois começaram a brigar lá e o cara meteu a faca no outro. Não pudemos fazer nada. Aí veio a polícia e bateu em todo mundo, mas o cara mesmo* (autor da agressão) *já tinha corrido. Aí derrubaram o barracão e tivemos que ir embora de lá. Aí fomos lá pro mocó da seringueira onde é a praça Tomi Nakagawa.* (Entrevista de campo, 28/10/2019)

Da praça Tomi Nakagawa, os agrupamentos foram se dividindo e indo para outras regiões. O mocó pode ser pensado como um local de habitação temporária em meio à circularidade, um local selecionado e organizado para uma

permanência temporária e pronto para se desfazer quando a saída for necessária. O mocó, portanto, surge a partir de um espaço não utilizado, um não-lugar, como o lado de baixo de um viaduto que passa a ser reconfigurado como local de habitação. Por efeito, o/a habitante das ruas, com sua própria imagem andante e com estes locais marcam a presença na paisagem urbana. Frangella (2004, p. 33-34) analisa o processo de viração e a circulação, essencial para a identidade dos habitantes das ruas, como uma forma de desenvolvimento de territorialidade própria que cria "cidades nômades dentro da Cidade" e desafia os anseios das políticas de assistência social e dos projetos urbanísticos, pensados a partir de uma lógica elitista e higienista. Nas palavras da autora:

> Os moradores de rua buscam espaços ociosos, brechas na cidade. Acampam em locais destinados restritamente à passagem de pessoas e carros; dormem em calçadas, sob viadutos e marquises. Fazem de locais abertos suas instalações domésticas, provisórias em função de possíveis expulsões ou abandono por interesses próprios. Eles os tornam territórios "que 'dominam' e conhecem, mas não possuem". Constituem um lugar próprio, ainda que temporário, violando os sentidos projetados nestes espaços pela perspectiva funcionalista do olhar urbanístico unificador. As táticas de uso e permanência nos espaços da cidade interferem na lógica sedentária de domesticação do meio, do espaço e do tempo. (FRANGELLA, 2004, p. 33)

A partir destas considerações, para compreender a construção da identidade do morador de rua é fundamental observar o corpo como o locus de todo o processo de viração. É no corpo que se manifesta toda a subjetivação das experiências vividas na situação de rua. O "corpo abjeto", é o corpo que mimetiza a paisagem urbana em seu aspecto sujo, pueril e mal cheiroso (FRANGELLA, 2004, p. 64). É o corpo do abandono e da exclusão e, por isso, o corpo invisibilizado. Mas, também é o corpo que denuncia a exploração e os abusos físicos e psicológicos, que estão escondidos na malha das relações sociais. Assim, como imagem que incomoda e desagrada, este corpo se torna um território do avesso que se move diante dos olhares de toda a cidade, arrastando consigo o que não tem lugar; paradoxal como um fantasma que amedronta, embora a sua existência seja anulada:

> O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como locus de produção e enunciação dessa experiência. Privados de qualquer

> outro suporte material e simbólico em suas andanças que não o seu corpo, é neste que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento. Mas é também através do corpo – e, sobretudo, através dele – que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão. Com reelaborações dos limites e potencialidades do corpo, eles concebem outros parâmetros de funcionalidade e de uso do espaço urbano, assim como agenciam novas representações a respeito de sua experiência social. (FRANGELLA, 2004, p. 13).

O corpo, portanto, expressa as marcas das experiências vividas na rua, carrega consigo as coisas que transporta por todos os lugares por onde passa. Seja em um carrinho com caçamba puxado por uma pessoa ou dentro de uma mochila cheia de reparos e remendos, as coisas passam a fazer parte da imagem dos habitantes das ruas. Juntamente a elas, estes espaços rearranjados, como um lugar de parada por um tempo indeterminado, fazem parte da composição do território itinerante. Neste sentido, essa identidade e a corporalidade encontra seu lugar em uma forma de territorialidade movente, construída na própria rede de socialidade da rua. O corpo é, assim, o próprio território, no qual estão marcados todos os indicadores das práticas da rua:

> Desta forma, este se caracteriza como um segmento que produz "território em movimento" e que, ao fazê-lo, constitui territorialidades moventes, marcadas tanto pela transgressão espacial e simbólica da ordem urbana, quanto pela imagem estigmatizada de estarem "fora do lugar". Molda-se na rua uma territorialidade "delinqüente" no sentido de que, diferentemente de se colocar à margem, o morador de rua vive nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca. A adaptação à vida na rua é, simultaneamente, o revés e o continum dos códigos oficializados, constituída em contínua movimentação; é o privilégio do percurso sobre o estado. A prática itinerante dota a vida na rua de um sentido cotidiano para seus habitantes, ajustando-se paulatinamente à sua visão de mundo. (FRANGELLA. 2004. p. 35)

O corpo, então, pode marcar vários aspectos das pessoas que vivem em situação de rua. J.M., um senhor com idade por volta de cinquenta e poucos anos, chegou certa vez no abrigo com deficiência nas pernas, andando com a ajuda de uma muleta. Dizia ter sofrido um acidente e ficado com sequelas em uma das pernas. Estava viajando por várias cidades, de abrigo em abrigo, e tinha a mão cheia de anéis, cada um com um significado.

> *- Esse anel é da minha primeira faculdade, sou professor universitário; esse anel é da maçonaria. Eles nem podem saber que estou aqui. Estou afastado. Depois que eu sofri acidente não pude fazer mais nada na vida... Caí no mundo.* (Registro de Memórias, 02/02/2015)

Os aspectos corporais também são utilizados para manguear. Para exemplificar, utilizo aqui as palavras de A.R.G. sobre o uso da representação do corpo na rua:

> *Eu não posso lavar o meu pé. Se você visse o meu pé limpinho e calçado com tênis, você ia me dar dinheiro? Se eu tiver com o pé limpo e calçado, a pessoa vai pensar: Ih!, esse cara não é morador de rua não. Às vezes eu ando com um saquinho de latinha e chego e falo:*
>
> *- Ô senhor, você não pode dar um trocado para ajudar um catador de latinha? Eu vou ser sincero, eu catei lata o dia inteiro, pra comida eu tenho, mas eu tô com uma vontade de tomar uma pinguinha, meu... O senhor pode me dar uma ajudinha?* (Observação de campo, 13/06/2018).

A partir desta fala podemos perceber não apenas a utilização do aspecto corpo, mas também a utilização de um aparato material para representar a situação de rua. Em contraponto a esta fala, S.C.J. diz: *Manguear bem vestido dá mais dinheiro que manguear mal vestido. Você conta uma história triste e a pessoa acredita em você, sem saber que você é da rua* (Entrevista de campo: 09/11/2018). Neste caso, a vestimenta é o aparato material que agrega a representatividade do corpo.

Este corpo em circulação entre as instituições e a rua, move seu território por todos os pontos por onde passa, de forma a reconhecer e ser reconhecido na sua imagem “abjeta” e seu status social (FRANGELLA, 2004). Esta corporalidade, também se traduz nas várias formas performáticas de se comportar em todos os locais por onde circula, semelhante ao que diz Gregori (2000) sobre os meninos e meninas de rua. É dessa forma que as pessoas em situação de rua vão construindo relações por onde passam, marcando aos seus próprios modos a sua presença.

Quanto às instituições e órgãos públicos de atendimento social, complementam a identidade da situação de rua ao atestá-la de forma institucional. Ademais, como já foi visto em capítulo anterior, não dão conta das implicações do

retorno familiar, em vista de que a própria família está no processo da circulação; tão pouco são suficientes quanto a encaminhamentos que possam quebrar o ciclo da circulação, diante da falta de estrutura frente à grande demanda. E já que todo o processo de viração proporciona a construção de uma identidade que acaba sendo reforçada pela própria instituição, na medida em que os habitantes das ruas se sentem acolhidos na condição de serem pessoas em situação de rua. Ao saírem desta condição, o trabalho das instituições perde sentido, e com ele, o sentido e o reconhecimento da identidade da rua. Como afirma Gregori:

> O reconhecimento público aprisiona o porta-voz na imagem que ele relata, por torná-lo o "exemplar" de sua condição, uma condição – a pobreza – que é em si desqualificadora. Ou seja, o próprio porta-voz intenta, com seu depoimento, uma mobilidade social que jamais conquista. O reconhecimento leva-o a uma espécie de limbo social, a um não-lugar, ou melhor, a uma esfera na qual ele não mais será um porta-voz de sua miséria, já que saiu dela com notoriedade. Mas ele permanece sem um aparato adequado que permita a sua adaptação ao novo meio social, não tendo garantida a constância da posição de notoriedade. (GREGORI, 2000, p. 54-55).

Gregori observa a ausência de mecanismos adequados que quebrem com o ciclo da circulação e permitam que adolescentes em ascensão para a vida adulta possam concretizar outros projetos de vida. Cumpre atentar para o fato de que o processo viração é a referência de ser e estar no mundo que, neste caso, é o mundo da rua, referência que os aprisiona à "barreira da menoridade", como define Gregori, ou, em suas palavras, "o núcleo ordenador de um mundo com o qual eles aprendem a lidar na viração e na circulação" (GREGORI, 2000, p. 221). É um processo marcado pelo nomadismo e a inconstância de relações. Compromissos, rotinas, metas e projetos de longo prazo, embora possam ser visualizados, como sonhos ou imaginação de uma vida adulta, não possuem esteio neste ciclo.

Em referência às teorias de Bourdieu (1996, apud GREGORI, 2000), sobre os ritos de instituições, no qual a identidade se consolida na medida em que se institucionaliza afirmando as suas distinções, Gregori aponta o fato de que juntamente à menoridade, que é ritualizada e institucionalizada, há ausência de rituais que marquem sua passagem para a maioridade, tornando esta última uma situação imposta e problemática, como se observa a seguir:

> Assim, os meninos pobres com menos de dezoito anos podem passar por rituais que os instituem como menores, e eles reconhecem essa identidade, que representam para si mesmos, agindo conforme a sua definição. Os meninos de rua, além de serem casos desse tipo, estão inscritos no interior de um conjunto de relações sociais no qual às suas experiências de vida se imiscuem os próprios rituais de instituição da menoridade. Em certo sentido, a própria viração que operam, e que é singular se comparada à que praticam outros segmentos sociais, parte justamente dessa condição de serem menores. E aí a passagem, ou transposição de um limite – da menoridade para a maioridade -, se converte em uma difícil transposição identitária. Os meninos aprendem a viver na viração e circulam no interior de um circuito enredado pela menoridade. Nele, pouco os habilita para a vivência fora de suas fronteiras, como se elas fossem, num sentido meio trágico, aquela cerca viva porém oculta que condiciona seus passos, apesar da aparência de liberdade. (GREGORI, 2000, p.223-224).

Para Frangella, à semelhança de Gregori, a circulação, ou seja, o ciclo de idas e vindas entre instituições e a rua são indicadores de políticas sociais insuficientes na realização de seus objetivos, na medida em que não dão conta de suprir a complexidade das demandas desta população (FRANGELLA, 2004, p. 71). Desta forma, as políticas públicas institucionalizam a vida na rua sem apresentar caminhos para a quebra do seu ciclo ou diminuir suas vulnerabilidades, servindo, ao contrário, como mais um ponto de apoio do seu fluxo. Assim, ainda que se encare a situação de rua como uma forma de vida possível, tal situação contém em si os diversos problemas sociais da nossa sociedade. Portanto, tirar um indivíduo da vida na rua seria tirá-lo de um ciclo e colocá-lo em outro relativamente desconhecido, no qual os sujeitos perderiam toda a rede de socialidade e apoio institucional de outrora, para assumir o status de uma autonomia imposta e estranha de uma sociedade excludente. Diante disso, ressalta-se a necessidade de compreender a população em situação de rua a partir de seus próprios parâmetros.

Do ponto de vista das políticas públicas, os abrigos seriam os locais de acolhimento em contraposição à rua, às biqueiras e os mocós. No entanto, a socialidade da rua tem continuidade dentro dos abrigos, que se tornam mais um local de referência de passagem e permanência temporária, proporcionando assim, a possibilidade de continuidade da circulação com a rua. Ter emprego e casa alugada podem diminuir as vulnerabilidades, mas não determinam a ruptura com os vínculos construídos na situação de rua. B.T.G. e S.C.J. são dois entre vários exemplos que passaram por períodos morando dentro de uma casa, mantendo suas

relações com os pares da rua. A rua, com suas práticas de socialidade, permanecem abertas para estadias, passagens ou visitas, de uma forma que seja quase impossível ignorá-la quando se fecha a porta por dentro de uma casa. E aqueles que tentam ignorar, por uma negação da vida na rua, são vistos como aqueles que viram as costas para os *parças* da rua, que estiveram com eles na mesma situação.

A partir destas análises que compreendem a formação de uma identidade e territorialidade no processo de viração e circulação, resta entender como as coisas fazem parte de todo esse processo. Já foi mencionado como as coisas estão presentes no cotidiano das pessoas em situação e rua. O que será descrito a seguir será como elas, também, se tornam agentes de construção de socialidade.

4.2 A lógica inventiva de relação com as coisas entre habitantes da rua

O círculo de relações das pessoas em situação de rua, como descrito por Silva -- família, população domiciliada, agentes do estado e seus pares, constitui um referencial importante para minha pesquisa enquanto análise da socialidade dos habitantes das ruas. Junto a este referencial, retorno à idéia de Gregori, mencionada no tópico anterior, de que a “circulação” se constitui através um “circuito enredado pela menoridade” (GREGORI, 2000, p. 224), o qual associo à própria socialidade dos habitantes das ruas. Diante disso, ao focar na análise das coisas no processo de viração, observei as manipulações e trocas de objetos inseridas em circuitos que nomeei como interno, entre os pares da rua; e externo, com a população domiciliada. Tais circuitos serão analisados mais adiante, mas antes cabe inserir algumas considerações sobre as coisas.

As coisas podem ter caráter material e/ou valores simbólicos que, também, podem ser monetários. Isso significa que o portador de algumas coisas materiais, para além de sua função, pode atribuir a elas significados ligados aos seus valores ou memórias. Para compreender estas afirmações relaciono aqui algumas destas coisas que encontrei em campo, a começar pelas coisas mais genéricas, isto é, coisas que a maioria das pessoas em situação de rua carregam consigo. Durante o meu trabalho de campo registrei algumas destas coisas nas ruas e no abrigo, tanto no momento do acolhimento, quando são registrados os pertences que o atendido traz em sua bagagem; como também em outros espaços do abrigo, no caso do maleiro e dos quartos.

Mochilas, malas, bolsas e sacolas, genericamente chamadas de *galos,* são objetos essenciais para as pessoas que habitam as ruas. Elas são utilizadas para guardar, carregar, mas também para esconder outras coisas, pois, como já mencionei, nunca se sabe o que pode se encontrar em uma mochila. As coisas, bem como a quantidade delas que podem ser carregadas dependem do tamanho do *galo*. As pessoas dobram suas roupas e depois as enrolam para aproveitar todo o espaço da bagagem. Deste modo, é possível identificar que quem tem muitas coisas na bagagem ou que tem mais de um *galo*, está há pouco tempo na rua ou está se preparando para uma nova moradia em uma casa. Por conseguinte, quanto maior é o tempo que as pessoas habitam as ruas e se adaptam a elas, acabam por perceber que não podem carregar muita coisa por muito tempo. Quando é preciso se movimentar pela cidade, carregar quantidade grande de pertences dificulta mais o movimento e, ao mesmo tempo, corre-se o risco de outras pessoas roubarem as coisas. Por isso, quando não se tem um lugar para *arquivar* as coisas, é melhor vender, doar ou descartar os pertences que estão em excesso. Portanto, poucas roupas, documentos e materiais de higiene ou cosméticos são o necessário. Ainda assim, outros objetos mais específicos geralmente são encontrados entre “as coisas da rua”, tais como bebidas, fumo, cachimbos — no caso de pessoas que fumam crack —, bebidas, livros, facas e ferramentas.

Facas são objetos que a maioria dos habitantes das ruas carrega. As facas podem ser utilizadas para muitas atividades como cortar algum alimento, substituir uma chave de fenda ou para a defesa contra outras pessoas em situações de violência. Entretanto, pensando na autodefesa, alguém que não consegue uma faca a substitui por qualquer objeto perfurocortante que possa dar conta desta função. Quando uma pessoa é acolhida no abrigo, solicita-se a ela que deixe a faca para ser guardada em local apropriado, ao qual não tenham acesso, para evitar que a utilizem em momentos de brigas que possam ocorrer. Geralmente, não opõem resistência à entrega de suas facas no momento do acolhimento, mas já ocorreu de alguns entrarem com elas escondidas, ou mesmo escondê-las em locais do abrigo. Já encontramos muitas facas escondidas atrás da coluna de alguma pia do banheiro, atrás dos armários dos quartos e também enterradas no gramado do abrigo. Assim, se o dono precisar, sabe onde encontrá-la. Muitas destas facas entregues durante o abrigamento acabam por permanecer no abrigo, pois o dono não as pede quando vão embora. No entanto, elas não podem ser depositadas no lixo para a segurança

dos profissionais da limpeza pública e das pessoas em situação de rua que trabalham com *reciclagem*.

A Bíblia também é um objeto muito encontrado entre os habitantes das ruas. Algumas pessoas atribuem a ela um contraponto à faca como arma – *minha arma está aqui, a Bíblia*. Mas geralmente, as pessoas carregam os dois objetos, pois o fato de alguém ler um livro considerado sagrado não significa que não vá se precaver, ou simplesmente não vá cortar uma fruta para comer. Alguns as compram, mas a maioria ganha de algum familiar, amigo, ou pessoas ligadas a grupos religiosos. A orientação pela fé cristã é muito presente neste universo, que pode ter origem na família ou na própria situação de rua no contato com grupos religiosos. Através da religiosidade, essas pessoas tentam compreender as experiências pelas quais passam nas suas vidas. Muitos dependentes químicos recorrem ao cristianismo como apoio à sua motivação para cessarem o uso de substâncias psicoativas. No abrigo, presenciei muitos acolhidos deixarem uma bíblia sobre o travesseiro da cama utilizada, algumas vezes aberta e virada para cima. Perguntei para um rapaz porque ele deixava a bíblia desta forma e ele me respondeu com a seguinte frase:

> *- É para me proteger quando eu saio e me abençoar no trabalho.* (Caderno de Memórias de Campo – 04/05/2013).

Outros colocam no meio da bíblia fotos ou cartas de familiares por acreditarem que estarão protegidos por Deus; terços, escapulários e colares com crucifixos são utilizados como marcadores das páginas preferidas ou que estão sendo lidas. No abrigo há uma bíblia sobre uma mesa cantoneira, que sempre tem alguém que a lê e a deixa aberta na página que leu; outros têm a prática de abrir a bíblia aleatoriamente em qualquer página acreditando que assim Deus lhes enviará alguma mensagem. Assim, a Bíblia é um objeto que carrega uma dimensão sagrada à qual, em função de um sentimento de fé, transfere-se o valor de ser um veículo de poder divino.

O portador da bíblia, quando seguidor da fé cristã, acredita que ela é sua ligação com deus. Além disso, através de sua leitura, as pessoas buscam inspirações para os seus valores, procurando aplicá-los em seus hábitos. Para essas pessoas, a bíblia, em função de sua dimensão sagrada, é uma das coisas que

jamais podem ser vendidas, trocadas por outras coisas ou descartadas, embora eu tenha presenciado alguns casos em que alguém perdeu sua bíblia, fato gerador de um sentimento de vergonha. Perguntei a B.T.G., se havia algo que ele sempre carregou consigo e que não vendia ou trocava por outra coisa e sua resposta foi a seguinte:

> *- É minha bíblia. Sempre carreguei comigo, mas agora ela está com minha filha. Essa bíblia eu não vendo e nem troco por nada.* (Entrevista de campo: 28/10/2019)

Outro entrevistado, M.C.B., respondeu que era seu crucifixo e o comparou à bíblia:

> *- Essas coisas você não vende. É igual à bíblia. Você iria vender uma bíblia? Eu já encontrei uma. Eu não vendi, dei para uma pessoa.* (Entrevista de campo: 01/12/2019)

Certa vez, um jovem que fora atendido no abrigo retornou, após três semanas de haver deixado o acolhimento, em busca de seus pertences. Mas, seus pertences haviam sido guardados no maleiro até o momento de reciclagem do mesmo, que já havia passado, e suas coisas foram colocadas para doação. Lamentando o ocorrido, ele disse que apenas queria a sua bíblia e complementou que era uma bíblia com capa de jeans. Diante disso, lembrei que havia passado uma bíblia com a mesma característica para outra pessoa que estava acolhida no abrigo. Então propus que conversássemos com o receptor e, no caso dele concordar em devolver, eu conseguiria outra para ele. O rapaz a quem eu havia entregado a bíblia concordou gentilmente e dei outra para ele, enquanto o outro agradeceu e disse que era a coisa mais importante e que o resto ele conseguiria novamente (Observação de campo: 23/06/2019).

Pode se observar neste episódio a ligação entre sagrado e o profano atribuída a um bem material, pois ele não queria outra bíblia a não ser aquela que ele havia deixado e que levou sempre consigo. Além do valor atribuído em função de sua orientação religiosa, havia ganhado o livro de uma pessoa que considerava especial para ele. As pessoas com quem conversei sobre o mesmo objeto, geralmente se lembravam das pessoas de quem e da ocasião em que a ganharam,

ainda que não fossem parentes ou amigos. Portanto, os objetos considerados sagrados que não podem ser vendidos ou trocados, não interligam as pessoas apenas a deus, mas também a outras pessoas e a outras memórias.

O mesmo ocorre com os terços, colares, fios de conta de orixás, e até anéis que façam alguma referência ao sagrado. M.C.B., acolhido em outros momentos no abrigo, já havia conversado comigo várias vezes antes de eu entrevista-lo sobre seu colar com um crucifixo. Quando o entrevistei, ele havia perdido seu colar, que chamava de *cordão*. Ao perguntar sobre o pertence que ele sempre mantinha consigo ele levou a mão ao pescoço e respondeu:

> *- Meu cordão, com o crucifixo, aquele cordão que te mostrei. Mas eu perdi. O cordão arrebentou e caiu sem eu perceber. Procurei muito por ele, mas não encontrei. Me arrependo de ter perdido. Sinto muita falta dele.* (Entrevista de campo: 01/12/2019)

A expressão em seu rosto era de aflição, como se tivesse acabado de perder. E foi o que eu pensei que havia ocorrido quando ele tocou o pescoço como se estivesse procurando. Mas, ao esclarecer que já havia procurado sem encontrá-lo, entendi que ainda considerava o colar como seu e que era como se ele ainda estivesse ali em seu pescoço, mesmo que estivesse circulando em algum outro lugar, com outra pessoa, ou ainda caído em algum canto despercebido. O que pareceu um susto foi, no entanto, um desapontamento por ter perdido um objeto que para ele é importante.

Em um dos meus trabalhos de campo, encontrei S.C.J., que eu já havia entrevistado. Estava extremamente alterado sob efeito de bebida alcoólica e cocaína. Sempre esteve com um colar com um pingente de uma santa. Neste dia ele tirou o colar do pescoço, me entregou e disse:

> *- Guarda pra mim pra eu não perder. É o colar da minha mãe. Se alguma coisa acontecer comigo coloca no túmulo dela.* (Observação de Campo 04/12/2019).

Lembrei que no dia que o entrevistei, embora eu não tenha perguntado o porquê, enquanto falava sobre a sua mãe falecida, remexia o colar no pescoço.

Além dos objetos ligados ao sagrado, podem-se encontrar ferramentas entre os pertences das pessoas em situação de rua. Presenciei muitas pessoas, no

abrigo e na rua, portando ferramentas de construção civil, de pintura e de jardinagem. Também encontrei pessoas que portavam ferramentas específicas, como máquinas de tatuagem, chaves para aparelhos eletrônicos e ferramentas de artesanato. Tais ferramentas revelam as profissões e habilidades de seus portadores, sendo utilizadas quando não conseguem um trabalho, mas encontram serviços por conta própria.

Telefones celulares são cada vez mais comuns entre as “coisas da rua”. No abrigo, durante o meu primeiro ano de trabalho (2012), não havia nenhum destes aparelhos entre as pessoas que eram acolhidas no abrigo. Porém, a partir de meados do ano seguinte, com a difusão dos smartphones, aparelhos mais antigos foram sendo descartados no lixo ou passaram a ser vendidos informalmente, chegando às ruas. Não demorou muito para os smartphones também serem utilizados pelos habitantes das ruas.

Geralmente, quando as pessoas pediam vaga no abrigo, eu entregava a elas um papel com o número do serviço de abordagem impresso. Meu primeiro espanto com os celulares neste universo foi quando numa situação dessas o solicitante da vaga dispensou o papel e pediu apenas para que eu falasse o número para ele anotar na agenda do celular. A primeira impressão que se tem é a de que estes aparelhos são extremamente contrastantes com a situação de rua, pois manter um celular em situação de rua requer uma série de dificuldades como encontrar um local para carregar a bateria, colocar crédito, escondê-lo para não ser roubado e evitar trocá-lo por drogas quando acaba o dinheiro.

No entanto, é preciso considerar o potencial de inclusão digital que os smartphones oferecem. Os telefones celulares, para além da sua função de entrar em contato com a família e com empregadores de serviços, possibilitaram substituição dos rádios portáteis. Com estes aparelhos tenho visto os habitantes das ruas acessarem a internet, acompanharem notícias e anúncios de emprego, localizarem endereços pelo aplicativo de mapas, além de gravarem músicas e fotos de família em cartões de memória. É muito significativa a observação feita no abrigo de alguns acolhidos conseguirem trabalhos fazendo anúncios pelas redes sociais.

Certa vez, no abrigo, em uma reunião de grupo com os acolhidos, o assistente social colocou em questão o uso do dinheiro que eles conseguiam trabalhando. Um acolhido havia feito uma tatuagem no braço, enquanto outro havia comprado um telefone celular de última geração e bebeu com o resto do dinheiro.

Diante disto, as justificativas dadas em resposta a esses usos do dinheiro, passaram tanto por uma questão de satisfação de desejos pessoais, como pela praticidade que produtos consumidos oferecem. No caso dos telefones celulares, além de todos os recursos que atualmente oferecem, ainda correspondem à necessidade de ter um número para receber ligações de possíveis oportunidades de emprego, pois informar um número próprio para receber ligações é melhor que dar o número do abrigo, porque além de entrar em contato diretamente com o empregador, evita a dispensa do trabalho ao se descobrir que a pessoa está acolhida em um abrigo, como ocorre inúmeras vezes. No caso da justificativa para comprar roupas novas, pode significar o gosto de andar bem vestido, como também estar mais apresentável para procurar emprego, disfarçar a situação de rua, ou também, a roupa nova pode ser um acessório importante nos casos de pessoas que vivem da prostituição.

Diante disso, é preciso antes compreender que as pessoas em situação de rua não são apenas definidas por suas necessidades básicas ou estão destituídas de desejos de consumos materiais devido às suas condições. É possível encontrar uma grande variedade de pertences neste universo, como rádio, televisão, relógios e, já dito, telefones celulares. Entretanto, é comum observar mal-entendidos ancorados no preconceito de que pessoas vivendo nas ruas estão obrigadas a seguir uma espécie de condicionamento da miséria, preocupando-se apenas com necessidades básicas de sobrevivência. Essa avaliação moral também está presente nos profissionais da rede de serviços assistenciais, ao se espantarem com indivíduos que conseguem um trabalho e, após o pagamento que recebem, comprarem produtos considerados desnecessários, ou gastarem com bebidas ou drogas, enfim, coisas consideradas supérfluas por quem espera que estas pessoas economizem o dinheiro para sair da situação de rua.

Sobre a relação das pessoas com as coisas, Daniel Miller (2013) propõe uma abordagem da cultura material, a partir de uma noção diferente das teorias nas quais as coisas estão subordinadas às relações sociais unicamente com base nas funções que exercem, isto é, na sua utilidade. O autor não nega a utilidade ou a função das coisas, mas chama a atenção para o fato de que, apesar dos seres humanos construí-las, podemos também pensar as coisas construindo as pessoas (MILLER, 2013, p. 66). Miller analisa a relação dialética entre os humanos e as coisas, ou “trecos”, como ele identifica. Nessa relação, os objetos que construímos e que nos envolvem nos ensinam os modos adequados de manipulá-los e de nos

comportarmos em um espaço ou contexto específico. Do mesmo modo, somos transformados por elas, num processo de autoalienação ou objetificação, como ele se refere no trecho abaixo:

> A intenção aqui é substituir a teoria dos trecos como representação por trecos como parte do processo de objetificação e autoalienação. Trata-se da teoria que dará forma à ideia de que os objetos nos fazem como parte do processo pelo qual os fazemos. Da teoria de que, em última análise, não há separação entre sujeitos e objetos. (MILLER, 2013, p. 92).

No processo de objetificação proposto pelo autor, as coisas criadas pelas pessoas acabam condicionando-as a um modo de manipulação que, ao ser assimilado por elas, transformam-nas em pessoas com conhecimento e habilidades para utilizar essas coisas. Assim, aquele/a que aprende manipular uma máquina de tatuagem, torna-se um/a tatuador/a. Do mesmo modo, o/a artesão/ã é um/a artesão/ã porque aprendeu a habilidade de manipular as ferramentas e os materiais de artesanato. Porém, os desdobramentos das criações humanas geram problemas e desafios nos quais os indivíduos se encontram condicionados ou limitados pelas coisas, um estado de autoalienação como efeito de suas relações com as coisas. Diante disso, a humanidade busca resolver os problemas e superar os desafios da autoalienação na qual se encontram e aperfeiçoam ou criam novas coisas, recomeçando todo esse processo dialético. É dessa forma que um artesão habitante da rua recebe, por exemplo, o apelido de *Bambu* devido às suas variadas técnicas artesanais utilizando pedaços de tronco da árvore com o mesmo nome.

Entretanto, ao me referir à máquina de tatuagem e a ferramentas de artesanato, acabo por relacionar as coisas às suas funções e às pessoas, às suas habilidades, o que pode também levar a uma linha de pensamento que relaciona forma, função e necessidades. Mas, esse processo não exclui uma relação entre as pessoas e as coisas, nas quais tanto uma quanto a outra se tornam seres distintos de sua suposta natureza e de sua função original. É dessa forma que Kasper (2006) observou caixotes de feira que foram transformados em vários tipos de objetos e as facas se tornando armas ou uma chave de fenda improvisada para desparafusar; um pedreiro ganhou o apelido de “mochila” por ser sempre visto com a sua mochila quando passava pela favela; a bíblia se torna um objeto mágico mediador de deus; e as fotos, mediadores de parentes para os quais se reza pedindo proteção. Da

mesma forma, uma moeda antiga de outro país, um artesanato e um cachimbo se tornam para o pesquisador coisas de lembrança das pessoas de quem as ganhou.

Miller constrói a sua análise a partir do conceito de habitus de Pierre Bourdieu, para o qual as coisas preenchem um sistema de disposições que inculcam nos indivíduos os seus valores, pensamentos e comportamentos. No entanto, para Kasper, em relação às pessoas que habitam as ruas, a noção de habitus bourdieusiana pressupõe a ideia de uma identidade ou ethos, que o autor considera estranha para este universo, caracterizado pela transitoriedade, no qual percorrem tantas pessoas de diferentes origens, motivações e disposições, de modo que seria ambíguo pressupor uma identidade ou um ethos da rua.

> Critiquei o conceito de habitus elaborado por Bourdieu, pois sua lógica levaria a definir algo como um "ethos do morador de rua". Ora, se uma tal coisa existe, é na forma da "identidade de mendigo" endossada por certos moradores de rua, aqueles justamente que não mantêm um território no sentido aqui definido. Não havia como conciliar uma teoria concebida para dar conta da continuidade, da reprodução e da adaptação com a observação de práticas cujo interesse residia precisamente na singularização que produziam. (KASPER, 2006, p. 44).

Para Kasper, a noção de gênero de vida é mais adequada para caracterizar estas práticas que sigularizam a situação de rua. Tal noção está vinculada a práticas desenvolvidas em relação ao meio, em uma situação social específica, "Diferentemente das formas mais instituídas, os gêneros de vida evidenciam o momento de invenção de novas práticas e de novas relações sociais." (KASPER, 2006, p. 9). Neste sentido, o autor se baseia em conceitos geográficos para caracterizar o que seriam uma série de práticas em adaptação com o meio, ligadas a práticas de sobrevivência, técnicas próprias e um modo específico de ocupar o espaço (KASPER, 2006, p. 10).

Para Kasper, a identidade ligada aos hábitos está contida em uma série de tensões. Ao se transpor hábitos para o ambiente da rua, encontra-se uma série de obstáculos que denunciam a inadequabilidade do espaço para determinadas práticas, tais como tomar banho, dormir, ter relações sexuais e estar em um lugar relativamente seguro como a tranqüilidade proporcionada por uma casa. Transpor hábitos domésticos para a rua, de acordo com Kasper, seria muito mais uma forma de resistência diante das inadequações da rua, do que uma adaptação passiva às suas constrições (KASPER, 2006, p. 214). Por mais que seja possível fazer a

transposição de hábitos domésticos para a rua e que os habitantes das ruas realmente se adaptem às tensões do espaço, o fato de se tratar de locais públicos acarreta uma gama de constrangimentos ligados às práticas das ruas, como também foi notado por Frangella (2004) e Aldeia (2019). Deste modo, se pensarmos como Kasper, em uma identidade que engloba a família, a casa e os hábitos domésticos, temos que o habitar a rua se dá mediante a uma situação social específica de perda de espaço e, por conseguinte de identidade.

> Ora, tanto a casa quanto a família são – com o trabalho – os pilares que sustentam, em nossa sociedade, a identidade pessoal. O morador de rua "perdeu" os três. Perdeu ou libertou-se? Se a identidade é o suporte indispensável de uma certa normalidade, não se pode esquecer que há casos em que se tornou vital fugir dela. Haveria, assim, situações em que a rua propicia as condições de uma recomposição subjetiva, fora dos moldes, uma criação de novos modos de existência (...). (KASPER, 2006, p. 213 - 214)

É preciso observar, entretanto, que Kasper se concentrou nas técnicas de manipulação e transformação das coisas no ambiente da rua. Porém a sua perspectiva sobre a sociabilidade dos habitantes das ruas está fundamentada na noção de ruptura. Além disso, é preciso considerar a sua preocupação em não cair em noções essencialistas de identidade ou àquelas que acabam por estigmatizar a imagem das pessoas em situação de rua. No entanto, retomando a análise de Silva (2012), em diálogo com Fonseca (1999, apud SILVA, 2012), na qual observa que a autora analisou que a circulação de crianças nas famílias com as quais estudou em sua pesquisa, "não reduz a identidade familiar, mas, ao contrário, o 'circulante' parece acirrar ainda mais o laço consanguíneo através do tempo, mesmo transferido para um novo grupo conjugal" (SILVA, 2012, p. 51). Deste modo, o autor verifica uma continuidade de valores identitários da família para o espaço rua. Ainda, em concordância com Gregori (2000), para a qual a circulação está presente tanto nas ruas quanto nas relações familiares de meninos e meninas de rua, o autor comenta:

> A discussão amplia-se para uma dinâmica que, ao invés de excluir, abarca as relações familiares em termos de uma história de vida marcada por deslocamentos e variações constantes no que tange às vinculações sociais estabelecidas. O êxito da noção de circulação, desenvolvida por Gregori, consiste em pensá-la como dinâmica pré-existente e adquirida antes do ingresso efetivo às ruas, num meio de sociabilidade aberta às inúmeras redes de relações existentes no espaço público. (SILVA, 2012, p. 52)

Desde então, esta heterogeneidade de pessoas e suas origens diversas não excluem as identidades formadas nas suas histórias de vida anteriores à situação de rua. Ademais, como já foi dito, suas relações sociofamiliares não estão definidas apenas pela ruptura. Portanto, primeiramente, é preciso considerar que a situação de rua permite um encontro de várias identidades, sendo que estas incorporam na socialidade da rua elementos presentes do processo de viração. Além disso, também é preciso considerar que algumas formas de identidade não se constroem a partir do ambiente doméstico, o que podemos relacionar à fala de J.B.A. descrita no início desta dissertação: *A rua tem muitos tesouros. (...) Cada pessoa tem um tesouro escondido*. Diante disso, em concordância com Silva, pode-se pensar na identidade dos habitantes das ruas a partir da própria socialidade construída na situação de rua.

> Assim, "pessoa" e grupo não se excluem e podem, inclusive, alimentar um ao outro: a própria relação com os "iguais" permite que se estabeleça uma sociabilidade positiva na qual sobressaem talentos específicos que promovem admiração e conduzem o sujeito à "condição de humano", com qualidades e valores que serão reconhecidos pelo grupo, constituindo, assim, uma identidade baseada nos talentos – o sujeito que desenha muito bem, o que toca violão, aquele que canta, que compõe letras e paródias, que dança, tatua e faz imitações (ESCOREL, 1999, apud SILVA, 2012, p. 128).

Com base na expressão "vagabundeo" de Ingold (2012), penso a circulação na rua como um movimento de experimentação do ambiente vivido, nos quais seus habitantes se constroem juntamente com o universo da rua em seus percursos. Assim, "Mientras se mueven en el tiempo y se encuentran uno al otro, sus sendas se entrelazan para formar un inmenso tapiz que está continuamente en evolución" (INGOLD, 2012, p. 46). Então, pode-se pensar a idéia de identidade de acordo com Frangella (2012, p. 36), para a qual tornar-se um habitante da rua "significa alterar o espaço urbano e ser alterado por ele. Não implica, naturalmente, uma identidade fixa, estanque e irredutível". Deste modo, evita-se as identidades essencialistas para considerar uma forma de identidade aberta, que se constrói pela própria característica nômade de uma territorialidade movente. Nas palavras da autora:

> Ocorre que a rua se constitui como um modo de operar e praticar o lugar, sobre o qual o morador de rua simultaneamente condensa e complexifica os limites entre sua vida privada e sua vida pública, uma vez que é ali que criam algumas alternativas, temporárias ou perenes, de sobrevivência e/ou permanência na cidade. É ela ainda que fornece elementos para a formulação de identidades possíveis, mesmo que transitórias. A prática e a vivência na rua por estes sujeitos em uma situação-limite reafirma a ausência da univocidade deste espaço, propriedade usualmente reivindicada pela racionalidade imposta pelo olhar urbanístico. O não-reconhecimento da pluralidade semântica da rua traduzida na prática heterogênea dos segmentos que dela se apropriam implica uma relação conflituosa entre o sujeito que assegura a rua como lugar de uso e os agentes, que têm um olhar urbanizador. (FRANGELLA, 2004, p. 115).

Por fim, qual é a relação das coisas com esta discussão? Ao experimentar o ambiente da rua habitando-o, as pessoas entram em uma relação com a paisagem urbana e as coisas que a compõem, sendo assim condicionadas por elas no constante processo de objetificação e autoalienação conforme observa Miller. O autor fala sobre a “humildade das coisas” comparando-as a molduras de quadros que, embora não tomamos consciência delas, existem para possibilitar o foco de nosso olhar para o que ela cerca, e que é de fato importante (MILLER, 2013. p. 77-78). Assim, as molduras têm o poder de direcionar o nosso olhar de forma imperceptível. Para Miller, é assim que as coisas agem sobre nós, em um processo cotidiano no qual aprendemos a naturalizar as coisas que nos cercam e geram nosso sistema de disposições simbólicas ao que damos sentido.

> Objetos materiais são um cenário. Eles nos conscientizam do que é apropriado e inapropriado. Nos dizem que isso é um casamento, aquilo é uma atividade impura. Mas funcionam de modo mais efetivo quando não olhamos para eles, quando apenas os aceitamos (...). A conclusão surpreendente é que os objetos são importantes não porque sejam evidentes e fisicamente restrinjam ou habilitem, mas justo o contrário. Muitas vezes, é precisamente porque nós não os vemos. Quanto menos tivermos consciência deles, mais conseguem determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos. (MILLER, 2013, p. 78)

Os habitantes das ruas, portanto, se encontram diante de uma série de elementos no espaço da rua e aprendem a se adaptar a ele em seu processo de subjetivação. Mas também, dentro desta relação que comporta limitações e

adaptações, encontram uma série de possibilidades inventando maneiras próprias de se conformar ao espaço e suas coisas, mas modificando-os. Kasper visualiza um potencial libertador nas práticas das pessoas, através de desvios de funções das coisas, diante de tensões que levam a um processo que o autor analisa através das seguintes etapas: apropriação, isto é, delimitar, marcar e tomar posse de um espaço; instalação, que corresponde ao ato de adaptar-se à estrutura e adequar o espaço para o uso e para as coisas. Neste momento “objetos e comportamentos são situados, há entre eles distâncias e proximidades, umas escolhidas, outras impostas pela configuração do local”; e incorporação, etapa na qual “habitua-se ao ambiente, à disposição das coisas”, ou seja, é a apreensão do ambiente e suas coisas nos hábitos motores através da relação corporal com o espaço e as coisas (KASPER, 2006, p. 25-26).

É desta forma que as pessoas em situação de rua aprendem a ocupar, adaptar-se e transformar o espaço que ocupam, como por exemplo, ocorre com os mocós. É possível considerar, então, que não se trata apenas de moldar o habitus de acordo com o espaço, mas sim de se adaptar ao espaço transpondo a ele o habitus de uma forma singularmente subjetiva. Para dar mais um exemplo, frente ao abrigo, há uma lixeira que já foi utilizada como armário para guardar pertences e como estrutura para uma barraca onde pessoas que não estavam abrigadas dormiram por vários dias. Também as grades da estrutura da lixeira foram utilizadas para prender uma garrafa pet com vários furos e cheia de água para utilizá-la como chuveiro (Registro de Memórias, 20/03/2015).

Portanto, habitar as ruas é considerado uma situação fora das noções tradicionais do que se considera habitação, pois as coisas são forçadas a se transformarem em outros objetos, desviando-as de suas funções originais e colocando-as em outro contexto para o qual não foram desenhadas. Desta forma, o espaço, essa coisa maior que emoldura todas as outras coisas, é subvertido com formas, funções e significados distintos de seu planejamento original. Estar em situação de rua requer esta lógica inventiva de relação com as coisas, dialogando com suas formas e limitações. A questão que coloco como reflexão nesta parte do trabalho é: como é que estas coisas compõem parte importante no processo de “viração”?. Assim, o que descrevo a seguir são as práticas da situação de rua que envolvem as relações entre as pessoas e as coisas, bem como as relações entre estas pessoas e outros grupos, mediadas pelas coisas.

As coisas estão inseridas na própria especificidade de relacionamento interpessoal da situação de rua, isto é, a sua forma de socialidade. Os objetos que são necessários no cotidiano desta população, também estão em circulação e fazem parte das práticas da viração. Desta forma, as coisas também adquirem seu próprio caráter transitório em suas formas, seus usos, seus valores e a quem pertencem, diferentemente da noção de propriedade privada, determinada pela exclusividade do direito de uso de um produto.

Assim como Silva (2012), observei que as práticas de socialidade entre os habitantes das ruas, são permeadas de relações de dádivas. Entre as pessoas em situação de rua, objetos podem ser compartilhados, doados, trocados, vendidos e também descartados, ainda que preservem suas condições de uso. Deste modo, às coisas são atribuídos valores circunstanciais, ou seja, de acordo com o contexto no qual são manipuladas. Em situação de rua, na qual os recursos são limitados e a sobrevivência depende do auxílio mútuo e de resoluções imprevisíveis, o contexto define em qual circunstância um objeto é transferido de posse e como é negociado o seu valor. Para melhor compreender em termos analíticos essa dinâmica, como já foi dito, inspiro-me na observação de Gregori, ao considerar que a viração, no caso dos meninos e meninas de rua, é aprendida na circulação que ocorre em um “circuito” da “menoridade” (2000, p. 224). Portanto, proponho descrever estas relações em duas esferas, a do circuito interno e do externo, divisão que implica em saber com quem e em quais termos se pode trocar.

4.2.1 Circuito Interno

O circuito interno está relacionado às relações de troca entre os pares, isto é, entre as pessoas que estão habitando a rua. Algumas coisas são quase sempre compartilhadas, como comida e bebida. Outros pertences também podem ser compartilhados conforme o vínculo e o grau de confiança entre as pessoas, como mochilas, rádios, carregadores de aparelhos celulares, e até roupas. A divisão implica em saber com quem se pode contar. A divisão ou o compartilhamento de coisas é uma das formas de dar início aos vínculos na rua. Silva (2012), por exemplo, apontou o cigarro como uma forma de se agrupar às pessoas em situação de rua. A exemplo disso, B.T.G. me descreveu como começou a se enturmar com um pessoal que estava próximo da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Jd do Sol:

> *Numa das vezes que eu fui pra rua quando voltei para Londrina, não falava com ninguém. Eu ficava lá no pontilhão da UEL, mas andava pela cidade. Fiquei um dia, dois dias, aí no terceiro dia eu já tava meio revoltado e comprei um fumo e um caderno. Aí, um cara chegou perto de mim e me pediu um pouco de fumo e eu dei:*
>
> *- Você tá com fome?*
>
> *- Eu tô*
>
> *Ele tinha comida e bebida e me deu.*
>
> *- Mas você é meio diferente, né?*
>
> *Aí eu falei pra ele:*
>
> *– É meu jeito.*
>
> *– Fica aqui com a gente.*
>
> *– Não. Vocês ficam no canto de vocês e deixa eu quieto no meu canto.*
>
> *Uma vez eu tava lá no pontilhão. Tava frio e chovendo. Acendi uma fogueira embaixo do pontilhão. Aí chegou um senhor molhado da chuva e com frio:*
>
> *- Ô tio, você tá aí molhado né? Toma essa calça aqui.*
>
> *- Eu tenho uma pinga aqui.*
>
> *- Eu também tenho. Ó tio, eu tenho um colchão aqui e a gente pode fazer um valete. Tenho 2 cobertas, eu me cubro com uma e você se cobre com a outra.*
>
> *E aí ele começou a ficar lá. E os outros caras souberam disso e começaram a gostar de mim. Depois chegou o M.T., que é da hora também. De vez em quando eu vou pra lá. E eles estão lá até hoje. Eu chego lá e meu colchão tá lá, tenho até um tênis que eu gosto bastante dele que tá lá. E ninguém mexe.* (Entrevista de campo, 28/10/2019)

O ato de compartilhar ou doar ocorre em situações nas quais o sujeito pode doar a outrem algum pertence ao reconhecer a sua necessidade. Tal prática de doação é geralmente chamada de *fortalecer,* pois a ação está motivada pela percepção da vulnerabilidade do outro mediante a falta de objetos minimamente necessários, como um chinelo, uma coberta, ou uma camiseta. Aldeia (2018) identificou um impulso moral dos habitantes das ruas, que ele identifica como sujeitos-menos-que, nos atos de ajuda mútua. Este impulso emerge como uma possibilidade de resistência e restauração da moral, diante de uma situação de expulsão da normatividade, através do ato de se responsabilizar pelo outro.

> Na rua, um sujeito-menos-que expressa um impulso de responsabilização pelo outro através de um ato de dom (-de-si) porque sente a necessidade deste último como essencialmente mais relevante do que a sua. O Eu também tem fome, também pernoita ao relento ou num local inapropriado para esse efeito, também é desrespeitado, também lhe falta dinheiro, etc. Mas ao deparar-se com o rosto do outro sente um apelo gritante que secundariza a sua própria necessidade perante do outro. Aquilo de que este último precisa emerge como incontornavelmente mais relevante do que aquilo de que o próprio sujeito necessita, motivo pelo qual ele se sente impelido a dar uma parte fundamental de si mesmo ao outro – se sente compelido a aceitar um acréscimo de privação pelo outro. A sua própria necessidade – chocante, dramática, injusta – revela-se ao seus olhos como fundamentalmente menos importante, menos urgente, do que a do outro tão só porque o rosto do outro lhe pede (sem o verbalizar) que assim seja. (ALDEIA, 2018, p. 10).

A fala de B.T.G. possui mais um aspecto a ser observado. Ao compartilhar o seu colchão com um senhor que chegou da chuva, ele deu início a um mocó, pois com o tempo, chegou mais um e depois, apareceram outros. Entre esses, ele me falou de um que acompanhou algumas vezes no hospital, situação que pode ser compreendida dentro da lógica do *fortalecer*, pois não é a doação acompanhada de uma coisa material, mas um gesto de doação de si. Segue o trecho da entrevista:

> *Ele tem família boa, mas ele não gosta de ficar lá. Só que ele foi discriminado dentro de casa por causa da AIDS. Quando ele passa mal tem que ligar pra família dele para levá-lo pro hospital. Aí a família busca ele e leva pra casa. Ele fica lá por uns 2 dias e quando já melhora um pouco, vaza pra rua denovo. Já acompanhei ele umas vezes quando não consegui falar com a família dele. E teve que chamar o SAMU.*
>
> *- Tem alguém para ir com ele?* (enfermeiro do SAMU quando chegou)
>
> *- Eu*
>
> *E quem vai acompanhar ele?* (acompanhar durante a estadia no hospital).
>
> *- Eu*
>
> *- Mas vocês estão em situação de rua.*
>
> *- Um cuida do outro.*
>
> *- Mas tinha que ser um parente.*
>
> *- Não interessa, nós aqui é mais parente ainda. Porque nós cuida um do outro.*
>
> *E eu fui lá e fiquei os dois dias com ele.*
>
> (Entrevista de Campo, 28/10/2019)

O *fortalecer* pode ser entendido como cuidar um do outro. Nesse sentido, qualquer doação é sempre uma doação de si em favor de outra pessoa. Em continuidade, pode-se observar na entrevista de B.T.G., que ele localiza uma série de agrupamentos e mocós, desde que era criança – aspecto observado em outro trecho descrito anteriormente. Deve-se notar que ele teve contato com um agrupamento perto da UPA, mas ficava em um viaduto próximo da UEL, onde iniciou o seu próprio mocó. De lá, a informação sobre a sua acolhida aos outros que chegaram correu até o agrupamento da UPA, e de lá, para outros locais. B.T.G., assim como S.C.J., me informaram que são raras as ajudas entre um mocó e outro, mas em todas as entrevistas, pude perceber que sempre tem uma pessoa ou mais de um mocó que tem amizade com outras de outros mocós. Assim, as ajudas podem ocorrer de forma individual, mas acabam fortalecendo de alguma forma a todos.

Em continuidade, Aldeia observa que neste impulso moral de responsabilidade pelo outro há um aspecto importante a ser considerado, embora não seja o que motive o ato conscientemente, que é a busca de uma forma de pertencimento.

> O desejo de constituir um outro modo de pertencer(-ser) nunca está ausente e é um princípio orientador da dádiva de si na vida na rua – em particular, quando esta é observada como sucessão de atos de dom. Mas, a cada momento em que o sujeito-menos-que se depara com o rosto necessitado de outro sujeito-menos-que, aquilo que motiva o dom de si é imediaticidade da necessidade deste último. É esta imediaticidade de uma necessidade visível, que requer uma reparação urgente, que dá origem a um dom de si pelo qual o Eu aceita diminuir-se, aceita privar-se ainda mais no contexto de uma vida já de si inteiramente agrilhoada à mais absoluta privação (...). No instante em que surge o rosto do outro, mesmo o desejo e a reivindicação de um outro modo de pertencer e de ser desaparece do âmbito da reflexividade do Eu-doador. (ALDEIA, 2018, p. 11).

Se há um desejo de constituir um outro modo de pertencimento, mas que não é a razão do impulso moral, este se motiva por si mesmo, no habitante da rua, “simplesmente porque sente ser essa a forma correta para a sua conduta (ALDEIA, 2018, p. 12). Pode-se pensar, então em laços de solidariedade a partir do ato de *fortalecer*. Diante da aceitação do objeto doado, estabelece-se um elo entre o doador e o beneficiado – o *fortalecido*. P.S.I. revelou durante a entrevista que um dos motivos pelos quais permaneceu em Londrina foram as amizades que fez aqui. Para exemplificar, descreveu que estava em outra cidade e encontrou por lá um rapaz que

havia conhecido na rua em Londrina. Ele encontrou o rapaz descalço e somente com uma bermuda e deu uma camisa e um tênis para ele. A partir deste dia, eles ficaram amigos:

> *Falou que tinham roubado ele e ele tava sem nada. O cara me vai na praia e deixa uma bolsa com um desconhecido pra poder entrar na água. Cheia de roupa nova, tinha tênis novo. O cara levou a bolsa e tudo. Aí eu arrumei uma camisa pra ele, dei um tênis para ele e fomo beber. Desse dia em diante a gente ficou amigo* (Entrevista de campo, 27/11/2019).

Perguntei se o que fez com ele ajudou a ficarem amigos:

> *Ô, ajuda! Os morador de rua é unido. Meu, é impressionante. Você quer fazer amizade? Enrola um paiêro* (cigarro) *e acende. Goró também, parece que atrai. Você abre uma garrafa e vem alguém falar com você. Daí começa a conversar e pega amizade.* (Entrevista de campo, 27/11/2019).

M.C.B., apesar de sempre estar sozinho e não gostar de andar em agrupamentos, tem relações de amizade e inimizade entre as pessoas que conhece na rua. Ele tem uma postura um tanto independente em relação aos agrupamentos de rua e em entrevista ele negou que dividia coisas, mas havia dito que doou uma bíblia e presenciei inúmeras vezes ele doando coisas a outras pessoas. Para compreender o que está entre o seu discurso e suas práticas, quando eu perguntei se ele dividia coisas com outras pessoas, suas palavras descrevem bem como se dão as relações a partir das coisas doadas:

> *Não. Se eu encontrar algo para mim, que eu posso fazer um dinheiro para mim, não divido não.*

Insisti perguntando sobre as situações em que o vi dando coisas a outras pessoas.

> *Mas aí, tudo tem um preço, Carlos. O cara vem aqui e recai sobre você. Você faz um favor para ele. No outro dia ele faz um favor pra você. É a hora que você faz uma amizade, um colega, porque amigo*

> *é deus. Agora, dividir algo com o inimigo, ele só vai prejudicar você. Passei ali agora e um já veio:*
>
> *- Ô, vem dar um trago aqui.*
>
> *Já veio me abraçando, me deu um beijo.*
>
> *- Meu, pára que eu não gosto de beijo ou que pega na minha cabeça.*
>
> *Porque o abraço vem. Pode ser de um amigo ou de um inimigo, mas ele vem sincero, sem pedir nada em troca. Como se nada tivesse acontecendo. E você nunca sabe.*
>
> (Entrevista de campo, 01/12/2019).

Seu relato, portanto, indica tanto o ganho de se fazer uma amizade, quanto do perigo de estabelecer relações com um inimigo, que é aquele que não retribui o favor, que acarreta em prejuízo e que somente obtém vantagens da pessoa que o fortaleceu. Em outro momento da entrevista, perguntei para M.C.B. o que nunca deveria ser vendido, além do colar e da bíblia que ele já havia mencionado. Ele me respondeu nas seguintes palavras:

> *- Amizade, aquela amizade que vem, é ponta firme e se torna mais do que um parente.*
>
> - Em que situação alguém vende uma amizade?
>
> *- Ambição. A ambição faz o cara vender uma amizade que tem.* (Entrevista de campo: 01/12/2019).

A amizade, portanto, é muito valorizada entre os habitantes das ruas. Como já foi discutido, este é um elemento presente nas análises de todas as pesquisas sobre a situação de rua aqui citadas, nas quais se entende que a amizade é tanto um fator de relações afetivas quanto de sobrevivência na rua. Diante disso, pode-se entender a amizade *ponta firme*, à qual M.C.B. se refere, como aquela em que, para além da correspondência afetiva, o reconhecimento da ajuda por parte do favorecido se efetiva com outro gesto de ajuda. Destarte, é como se houvesse uma dívida implícita, não mencionada e de valor tampouco definido, mas um sentimento de dever para com a pessoa de quem recebeu uma ajuda. Marcel Mauss (2003), ao analisar os sistemas de trocas-dádiva, mencionou a obrigação presente no ato de

dar, receber e retribuir. Tal obrigação estabelece o vínculo entre os participantes do ato através do bem transferido, código elementar das relações sociais

> (...) em princípio, toda dádiva é sempre aceita e mesmo louvada. Deve-se apreciar em voz alta o alimento que nos preparam. Ao aceitá-lo, porém, a pessoa sabe que se compromete. Recebe-se uma dádiva como "um peso nas costas". Faz-se mais do que se beneficiar de uma coisa e de uma festa, aceitou-se um desafio; e pôde-se aceitá-lo porque se tem certeza de retribuir, de provar que não se é desigual. (MAUSS, 2003, p. 248).

É importante compreender que este código é acompanhado de uma correspondência simbólica da dádiva em si: um fortalece alguém, que deve fortalecer um terceiro e, por justo, retornar a retribuição ao primeiro. Portanto a retribuição é obrigatória, mas enquanto sentimento de dever moral em retribuir, equivalente ao impulso moral da ajuda, observado por Aldeia (2018), que também envolve o dever de manter a confiança, mostrar que também pode-se contar consigo. Caillé e Godbout (1999, p. 13) observaram que “diferentemente do mercado, o universo da dádiva requer o implícito e o não-dito. A magia da dádiva não funciona a não ser que as regras permaneçam não-formuladas”. Deste modo, e estranhamente, o ato de retribuir é ao mesmo tempo obrigatória e livre, dado que ninguém obrigou ninguém a nada. Caillé e Godbout explicam:

> Porque quanto mais me convenço de que o outro não estava “realmente” obrigado a retribuir, quanto mais o fato de que ele retribua tem valor para mim, pois isso significa que ele age pela relação, para fortalecer o vínculo que existe entre nós. (...) É pois essencial “liberar” permanentemente o outro por meio de um conjunto de rituais, mantendo a esperança de que a contradádiva será prestada. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 216).

Por vezes, esta lógica é circunscrita pela religiosidade cristã, como se a origem de tudo fosse uma *“benção divina”,* então*:* Deus abençoa alguém por intermédio de outra pessoa e, por justo, deve-se fortalecer a outros em retribuição à benção de Deus. A fala de J.D. expressa bem este princípio:

> *Na bíblia está escrito: 'haverá guerra', e tem guerra, 'o amor vai esfriar', cada vez mais o ser humano está esfriando. Então o que te salva é a tua fé, eu plantei aqui e colhi ali. (...) Eu queria fazer o curso de seminarista porque eu quero fazer a obra de Deus. Eu quero colher coisas boas, mas para colher eu tenho que ajudar. Quanto mais eu dou, mais eu vou receber (…). Porque eu já fui*

> *ajudado. E ajudar o outro é fazer a obra de Deus* (Observação de campo, 08/10/2018).

A fala de J.D. complementa este aspecto da dádiva presente nas relações dos habitantes das ruas. Tanto a guerra, quanto o amor esfriando, são juntos a expressão da inimizade na humanidade. Diante disso, a fé que salva consiste em plantar, isto é, fazer coisas boas, ajudar, para colher as coisas boas. Essa é para ele *a obra de deus*. Além disso, fé está relacionada a confiar e a confiança é o elemento da dádiva que permite arriscar esse deslocamento espaço/temporal do dom, ou seja, o ciclo de plantar aqui e colher ali. Toda doação, portanto, é acompanhada de sentimentos de confiança, de solidariedade, de estar fazendo um bem ao outro. Mauss observa que isto ocorre porque as coisas são impregnadas de um "*hau*", isto é, uma "virtude" ou "força espiritual" presente nas coisas:

> (…) o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma. Donde resulta que apresentar alguma coisa a alguém é apresentar algo de si (...). Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância; pois, aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, essa essência, esse alimento, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões, têm poder mágico e religioso sobre nós. Enfim, a coisa dada não é uma coisa inerte. Animada, geralmente individualizada, ela tende a retornar ao que Hertz chamava seu "lar de origem" (MAUSS, 2003, p. 200).

A força presente nas coisas que circulam entre os habitantes das ruas é a própria força do vínculo, que permite que as pessoas não vivam em isolamento na rua. Do mesmo modo ocorre com as trocas do tipo escambo, nas quais já se apresenta uma possibilidade de pensar uma diferença de valores circunstanciais, que podem envolver trocas simples e complexas, conforme a necessidade dos participantes da troca. Nas trocas simples, alguém pode necessitar de algo que o outro traz consigo e é a própria necessidade que equaliza os valores dos pertences, independentemente do valor monetário dos objetos no comércio regularizado. Desse modo, um tênis pode ser trocado por um casaco de menor valor se o possuidor do tênis necessita do casaco. Neste caso, não se discute os valores dos objetos

trocados, pois, em primeiro lugar, prevalece a ética do *fortalecer*. Ademais, subentende-se, embora não seja regra, que tais pertences não foram adquiridos pagando-se o valor pelo qual são vendidos em uma loja, mas conseguido através de doação, da coleta no lixo, ou mesmo através de furto. Isto é, o valor das coisas, novamente, está fora das regras calculistas do mercado. Caillé e Godbout complementam:

> Quanto mais existe explicitação, mais nos aproximamos do contrato, e menos livre é o gesto de retribuir. E menos valor existe no seio das relações. Trata-se aqui, evidentemente, do valor de vínculo, e não do valor de troca ou o valor de uso. Eis porque a reciprocidade não só não é explicitada, como também é preciso negá-la de todas as formas possíveis. Introduzimos assim a liberdade no próprio cerne das relações de dádiva. Colocamos a necessidade de reatualização permanente da indeterminação do vínculo social como condição da existência de qualquer sociedade. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 216).

No entanto, trocas complexas podem ocorrer quando os valores se sobrepõem à lógica do *fortalecimento*, pois o critério da necessidade pode não estar mais em pauta. Tal situação ocorre quando a disparidade de valores é grande, como entre um telefone celular e um chinelo. Nesta circunstância, outros elementos podem ser adicionados como uma camisa, mais uma calça, ou um boné.

Mas estas negociações podem se tornar perigosas na medida em que pode fortalecer, enfraquecer ou quebrar o vínculo se for dada demasiada importância às diferenças de valores, no caso do interessado na troca não ter os elementos adicionais no momento da negociação, com o qual estabelece uma dívida para com o dono do pertence adquirido. Diante disso, a sua situação de endividamento fica subentendida como uma potencial trapaça até que honre sua parte do acordo. Mas, o perigo não cessa neste ponto, pois espera-se que o tempo para honrar o acordo, embora não seja estabelecido na maioria das vezes, não demore a ocorrer. Caso isto aconteça, a trapaça é confirmada e, mesmo que o devedor em algum momento venha a pagar a sua dívida, sua atitude será cobrada e o ofendido pode pedir algo a mais para compensar a demora, como uma espécie de juros. Se ele não tiver como saldar a dívida e protelando o pagamento, ela permanece, mantendo sua condição de devedor com a mesma pessoa.

Entre essas situações que pude presenciar no abrigo, uma delas gerou uma briga entre dois acolhidos. J.B.C. entregou uma calça para R.O.G. em troca de

um celular, mas ficou de pagar mais cinqüenta reais. R.O.G., esperou sem cobrar o outro rapaz por uma semana, até que R.O.G. lhe pagou, porém, devido ao desapontamento pela demora, J.B.C. acrescentou mais vinte reais no valor. Como ele já esperava, o rapaz pagou apenas o cinquenta reais e não falou mais com ele. Passaram-se mais alguns dias, R.O.G. cobrou J.B.C., que se negou a pagar, e deu-se início à briga. (Observação de campo, 14/04/2018).

Não são todos que têm a mesma atitude que R.O.G. Na maioria das vezes, a pessoa recebe a dívida e encerra o assunto, pois a atitude de cobrar juros também é vista com desconfiança, na medida em que a mesma situação ocorreu com ele por várias outras vezes, levando a crer que com tal comportamento entra nessas confusões de propósito para tentar se aproveitar de alguma forma de quem não pode pagá-lo. Assim, a dívida mediante acordo explícito, com relativo cálculo de valores descaracteriza a relação de dádiva. É esta postura que leva M.C.B. a desconfiar se a ajuda vem de um amigo ou de um inimigo, procurando avaliar de quem recebe qualquer favor e se pode realmente retribuí-lo. Sobre isso, Caillé e Godbout observam:

> Confirmamos ao mesmo tempo em que o vínculo social é sempre, em todas as sociedades, arriscado. A coesão social se cria a cada instante. Ela se reforça ou enfraquece em função das inúmeras decisões de cada membro de confiar ou não em outro membro correndo o risco de que uma dádiva não seja retribuída. Porque o risco é real, a dádiva nem sempre é retribuída, há continuamente ruptura de circuitos de dádiva, bem como violência e uso da força sob todas as formas. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 216).

A benção, a ajuda, o favor, o *fortalecer* se correspondem com a retribuição, que é a concretização do agradecimento. O ato de *fortalecer*, portanto, é um vetor de construção de socialidade e ocorre a partir do dom de alguma coisa material, como um chinelo, ou uma camisa; como também simbólica, como fazer companhia no hospital, uma informação importante ou um conselho que ajuda outro habitante da rua. E em vista de que este ato não se encerra em duas pessoas que se ajudam, mas ao contrário, tem por efeito a continuidade do ato a terceiros, o *fortalecer* se torna um importante elemento de coesão da socialidade da rua. Nada mais conclusivo do que a frase de um acolhido no abrigo, quando falava da dificuldade de conseguir um trabalho fixo quando o empregador sabe de sua estadia no abrigo: *Algumas pessoas não querem ajudar*. Outro acolhido próximo comentou: *vejo as*

pessoas na rua se ajudando mais do que na sociedade. Ao que o primeiro completou: *É verdade, a gente forma um vínculo* (Observação de campo, 10/07/2019).

Outra forma de circulação das coisas pode ocorrer mediante a venda de objetos, situação na qual os valores das coisas são alterados consideravelmente em comparação com o valor monetário do mercado, que embora oscile de loja para loja, mantem um valor médio aproximado. Na rua, os valores são excessivamente diminuídos quando oferecidos aos pares. Uma peça de roupa, por exemplo, pode ser comprada por um preço que varia de três a dez reais. Nestas vendas, as expectativas de lucro são nulas ou mínimas, mas é preciso vender alguma coisa para comprar outras que não são doadas ou encontradas no lixo, pois nem sempre os objetos necessários ou desejados estão em circulação na rua, mas são compradas em lojas, mercados ou locais específicos, ou seja, coisas que estão no circuito externo.

4.2.2 Circuito externo

O circuito externo corresponde às relações de doação, troca ou venda com pessoas que não estão em situação de rua. É comum ver pessoas em situação de rua vendendo objetos a pessoas que estão fora do circuito interno da rua, que podem ser outros cidadãos transeuntes que encontram pela cidade numa transação intercambial, na qual os valores das coisas podem ser negociados e até aumentados sem o conhecimento do comprador, existindo, portanto, maior expectativa de lucro. Um local propício para este tipo de transação está no centro da cidade de Londrina, na praça Marechal Floriano Peixoto, chamado de *comércio da pedra*, tradicionalmente atribuído ao comércio de carros da Associação dos Corretores de Automóveis de Londrina (ACAL), mas que com o tempo foi utilizado como ponto de vendas alternativo de todo tipo de coisas usadas. Pode-se encontrar neste comércio, por exemplo, coisas como furadeiras, toca-fitas, rádios portáteis e celulares usados. Portanto, como opção de negócio, habitantes das ruas podem encontrar algum objeto no lixo ou comprarem por um valor baixo de outra pessoa em situação de rua e venderem por um valor maior na *pedra*.

Assim, as coisas circulam e adquirem novos valores. A fala de P.J.O., um coletor de materiais recicláveis, serve de exemplo para tal prática. Certa vez ele me

perguntou as horas e ao responder, ele disse que estava com um relógio que precisava trocar a pilha para ver se estava funcionando e, em seguida, fez o seguinte relato:

> *Uma vez encontrei um relógio no lixo, bonito, tinha até umas pedras de rubi na borda. Fui no relojoeiro para colocar pilha. Fiquei usando e um dia um homem viu e gostou: 'dou quinhentão nele se você quiser'. Vendi o relógio por quinhentos reais... Sabe quanto valia? Cinco mil reais. Vendi. Outra vez achei um Cássio original. Era só trocar a pilha também. Aí num bar um cara me ofereceu cenhão* (cem reais)*. Vendi.* (Registro de campo: 14/11/2018).

Apesar de ele ter conhecimento do valor do relógio, provavelmente com o relojoeiro que trocou a pilha, ele sabe que não perdeu, por não ter tido custo nenhum com o mesmo. Já M.C.B., adota um método de negociação: o valor segue um parâmetro definido por ele a partir da proximidade com a metade do valor que a coisa teria se estivesse em uma loja.

> *É o valor que eu quero. Por exemplo, se eu acho um cordão de prata que vale trezentos conto, eu vou pedir cento e cinquenta conto, mas a pessoa não quer dar cento e cinquenta, ela vai pedir a cem. Se eu não quiser, fica comigo, eu achei, é meu. Aí eu falo que a cem conto eu não vendo. Se chegar a cento e trinta que é um valor próximo do que eu queria, aí eu vendo. Eu dou aquele valor, o valor que eu quero. A pessoa dá o valor que ela quer. Eu vou colocando até chegar no ponto certo. É o valor próximo do que eu quero e que a pessoa concorde em pagar.* (Entrevista de campo, 01/12/2019).

M.C.B. descreve como faz estas vendas com pessoas que não estão na rua.

> *Eu encontrei uma coisa, aí eu saio andando e vejo uma pessoa. Só de olhar eu já sei que a pessoa vai ganhar. Aí eu dou o valor e a pessoa se quiser, pega.* (Entrevista de campo, 01/12/2019).

Outro tipo de situação, na qual ocorre uma mudança nos valores das coisas, se dá com pessoas que não estão em situação de rua, mas têm alguma ligação com ela. Obtive relatos sobre isso, em transações feitas em pontos de venda de drogas. M.C.B., descreve uma troca que fez num mocó e que depois levaria o objeto trocado na *biqueira*.

> *Olha aqui uma camisa. Eu tinha uns três pedacinhos de pedra. Fui lá e um cara me deu essa camisa* (trocou pelas pedras)*. Mas aqui ela vai molhar. Prá mim não vai servir. Eu vou lá embaixo (biqueira), vendo ou pego uma droga*. *Não precisa ter dinheiro, você pode trocar, que seja uma roupa, que seja um celular.* (Entrevista de campo, 01/12/2019).

É interessante notar que uma troca que pode começar no círculo interno, em um mocó, pode ir para o ponto de venda de drogas, onde as coisas podem ser trocadas por drogas quando não se tem o dinheiro. No entanto, o traficante sai em vantagem, pois ele é quem determina o valor que, quase sempre, é drasticamente reduzido. Por isso é preferível vender os pertences e comprar a droga com dinheiro, pois o valor já está estabelecido.

A exemplo disso, eu estava conversando com dois acolhidos no abrigo, M.S. e F.M., sobre um telefone celular que foi roubado de outro abrigado. Perguntei a eles se é possível levar um celular na biqueira e trocar por droga ou tem que vender primeiro. A resposta de F.M foi a seguinte: *pode, mas é o que o traficante oferecer. Aí ele vai jogar lá embaixo.* M.S. completa: *eu já troquei várias coisas. Já deixei uma moto na biqueira. No outro dia me bateu o arrependimento. Foi bom, eu curti na hora, mas depois...* (faz uma expressão de desapontamento)*: Hoje já não faço mais isso* (Registro de campo: 23/07/2018).

O mesmo raciocínio segue S.C.J. No momento em que o entrevistei, apareceu uma pessoa dizendo que achou dois fones de ouvido e disse que ficaria com um e tentaria vender ou trocar o outro. Perguntei para S.C.J. se era melhor vender primeiro ou trocar direto, se caso ele levasse na biqueira:

> *É melhor ir na biqueira com dinheiro. Porque aí, você escolhe. Quatorze reais de pedra sempre vai ser quatorze reais de pedra. Agora, se você leva um fone desse lá e o cara:*
>
> *– É cincão, se quiser...*
>
> *Perde todo o valor.* (Entrevista de campo, 09/11/2019).

Estas práticas, embora possam ser características das práticas de socialidade dos habitantes das ruas, podem ou não gerar vínculos, pois na maior parte das vezes são relações muito imediatas e não geram vínculos duradouros,

como também não é esse o objetivo. Penso que não há relação de dádiva nestes casos, a não ser naqueles em que já se sabe ou se tenha uma preferência a quem vender ou com quem trocar certos tipos de coisas. Mas há que se considerar essa mudança de valores monetários que não segue uma lógica calculista como é a do mercado, mas faz parte das características presente na circulação das coisas na rua. No mercado, descontos e acréscimos são sempre calculados prevendo lucros e prejuízos. Nas relações das ruas não se calcula o prejuízo e nem o lucro e, embora não haja igual ganho entre as partes, ninguém sai perdendo totalmente. Mas, o que é importante considerar é o caminho que toma a circularidade das coisas, assunto que voltarei a analisar sobre as relações da *reciclagem*.

Outra prática envolve a troca de elementos materiais e simbólicos, presente na relação com os doadores de alimentação das instituições religiosas. Silva (2012) discorre acerca das doações ritualizadas de alimentação que presenciou em seu trabalho de campo, em uma instituição religiosa que realizava uma grande confraternização, na qual os atendidos podiam fazer a higiene pessoal, trocar de roupas e se alimentar após uma atividade de oração. A troca simbólica, neste sentido, emerge da própria crença religiosa de retribuição pela caridade feita, ou a simples satisfação de expressar o amor ao próximo e de sentir-se no dever cumprido diante de deus e da gratidão de um necessitado.

Tais fatos também podem ser presenciados em Londrina, nas atividades de grupos religiosos nos abrigos e nas *bocas de rango*. Silva, ao analisar três grupos religiosos, observa nuances diferentes de relação com os atendidos na hora de distribuição dos alimentos: em dois desses grupos era possível identificar um vínculo com as pessoas que atendem; enquanto no outro, o do rango das Sete, identificou uma postura mais fechada, limitando-se à distribuição do alimento. “O ‘fazer a sua parte’ e partir, este ‘aparecer e sumir’ sem a abertura relacional, nos revela que o laço cultivado é, antes de tudo, com Deus” (SILVA, 2012, p. 122). Assim, não há voluntariado no sentido de se doar a outra pessoa, não há espontaneidade no dever de dar, pois o compromisso é apenas, com deus:

> Já no rango da Sete, partimos do pressuposto de que há uma distância entre doador e donatário. E esta distância, esta relativa impessoalidade parece advir da possível inexistência de circulação de um dom. Embora exista a doação alimentar, o sentido dado pelos receptores parece ser o de justiça, em que a partilha é necessária em virtude de que “poucos têm muito e muitos têm pouco”. As

> pessoas estão falando de lugares que são “só comida” e outros em que além da comida há um “apoio moral”, ou seja, há uma valoração de algo a mais que a obrigação social da partilha: falta o dom, a circulação da dádiva, que produz a dívida entre os envolvidos e, por conseguinte, a vinculação social. (SILVA, 122, p. 121)

Em Londrina, estas características estão muito mais ligadas à postura dos indivíduos do que dos grupos provedores de alimento, isto é, há pessoas nesses grupos que estabelecem vínculos ao procurarem dar mais atenção a quem lhes solicita, enquanto outras apenas procuram distribuir o alimento de forma objetiva sem mais possibilidades de estender o contato. Quanto às primeiras, acabam por se tornar referências do grupo, possibilitando a este a aproximação com a relação de dádiva. Caillé e Godbout (1999) também analisaram este tipo de relação que caracterizaram como as dádivas gratuitas e unilaterais, Isto é, não há, aparentemente, reciprocidade por parte do beneficiado, apenas a ação da dádiva por parte do doador.

> Poder-se-ia alegar, contudo, que as religiões sempre encorajaram esse tipo de dádiva, notadamente o cristianismo. O “amor aos alheios” é um traço essencial do cristianismo, e a dádiva caritativa jamais ficou limitada aos próximos. Pelo contrário, o próximo é a humanidade inteira. As comunidades religiosas constituem, a esse respeito, um bom exemplo, talvez em via de desaparecimento. Seus membros são, de alguma forma, “profissionais da dádiva”, categoria impensável no âmbito das teorias modernas, tanto marxista quanto liberal ou feminista, cujos conceitos básicos são a exploração, a dominação e o utilitarismo. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 95)

O que caracteriza esta forma de dádiva é o fato de não haver uma reciprocidade direta e uma individualização da relação. A ação se estende para uma generalidade do indivíduo na sua relação com a humanidade e, por conseguinte, a retribuição esperada é o bem de todos pela *graça divina*. Mesmo fora do contexto de uma ação religiosa, muitas pessoas pensam deste mesmo modo ao auxiliar de alguma forma alguém em situação de rua. A doação, então, embora ocorra em uma ação imediata, desenvolve um sentido transcendente, ou seja, como se alcançasse uma instância cósmica – que pode representar Deus ou qualquer que seja a força mística operante – que reconhece e alia doadores e donatários. Tal sentido se ancora na ideia de contribuir para o bem da humanidade. Tanto que, a qualquer ajuda recebida, ainda que no contexto dos atendimentos sociais em órgãos públicos, a resposta do atendido sempre segue o pequeno rito verbal: “*Deus te abençoe*”. Tal

rito raramente é dispensado ainda que o atendido não seja religioso, pois, mesmo assim, faz uso deste código como uma forma de selar o ato já mencionado sob o termo *fortalecer*.

Em relação a este aspecto, Caillé e Godbout (1999, p. 81), no entanto, se concentram em um tipo de dádiva semelhante à das religiões, mas que independem delas. Pode-se pensar, neste caso, em um circuito externo de dádiva, porém com uma configuração específica caracterizada pelos autores como um sistema de dádiva peculiarmente moderno, que é aquele que ocorre entre estranhos. Os autores identificaram este tipo de dádiva entre as instituições beneficientes e os grupos de ajuda mútua. A diferença entre eles está na reciprocidade. Enquanto nos grupos de ajuda mútua existe um retorno por parte do beneficiado, os grupos beneficientes se autodeclaram voluntários, isto é, não esperam nenhum retorno. Caillé e Godbout descrevem a distinção entre os dois modelos:

> - os grupos baseados na *beneficiência*, que prestam livremente um serviço sem reciprocidade; diz-se também (em inglês, mais particularmente) organismos voluntários, o que significa o mesmo; as duas palavras contém a noção de querer (querer bem), de ato livre, voluntário e, afinal, gratuito, o que constitui uma maneira de definir o modo de funcionamento desses organismos em relação ao mercado.
> - os organismos de ajuda mútua, baseados na reciprocidade, não mais restrita porém generalizada, aberta, o que exclui as associações fechadas em si próprias. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 83).

Os autores relacionaram o primeiro modelo às associações beneficientes, que auxiliam grupos sociais de forma independente do mercado e do governo de forma voluntária, isto é, sem a prestação de serviços mediante a salários pagos a profissionais atendentes. Nestas associações, a ação está direcionada para os/as habitantes das ruas, sem que se espere alguma retribuição de sua parte. A única ação em Londrina que se assemelha a este tipo de associação é a boca de rango do Zerão, que não possui vínculos religiosos. Quanto às instituições de abrigo, como já foi mencionado, têm ligações tanto com as políticas públicas, com as quais são conveniadas, quanto com religiões, das quais recebem alguma influência, decorrente dos diretores ou das atividades de grupos religiosos.

Em relação ao segundo modelo, Caillé e Godbout analisaram os grupos de Alcoólicos Anônimos (AA), nos quais os atendidos, ao passarem por um processo de tratamento contra a dependência de bebidas alcoólicas, passam a atender outras pessoas que passarão pelo mesmo processo. Igualmente, a retribuição é voluntária e se volta tanto à associação quanto para outros indivíduos que ingressam no tratamento. Os autores observam que:

> Quem adere aos AA substitui a consciência narcisista solitária do alcoólico pela consciência de fazer parte de um conjunto mais amplo ao qual se entrega. Ele experimenta a extensão da consciência que acompanha a conexão com um sistema de dádiva e que proporciona a força necessária para lutar contra a sua "doença". (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 88)

Esta extensão da consciência que os liga a um conjunto mais amplo é o que mantém o seu vínculo ao AA, ao mesmo tempo em que o vincula a outras pessoas que acompanhará no mesmo tratamento que passou. Sem pretender diluir estas distinções, arrisco dizer que, encontrei ambas as configurações nas *bocas de rango*, apesar de a grande maioria dos grupos estarem vinculados a algum seguimento religioso. Ao mesmo tempo, que a natureza de sua ação esteja voltada para a dádiva sem retribuição, sempre existe entre estes grupos alguém que já esteve em situação de rua e/ou já foi dependente químico e se sente motivado em ajudar pessoas que estão nas mesmas condições em que esteve. Essas pessoas, nesses encontros, geralmente dão testemunhos de sua experiência e acabam sendo tomadas como exemplos de superação. Como já foi abordado em capítulo anterior, as bocas de rango promovem relações que transpassam a simples doação de alimento, abrindo possibilidades para outras relações afetivas e de apoio. Portanto, a particularidade dos grupos religiosos é a fé como esteio da relação de dádiva, enquanto os grupos de ajuda mútua e de beneficiência não são alinhados na fé, embora possam ter alguma influência religiosa.

Mas, para compreender esses tipos de sistemas de dádiva, é preciso entender o paradoxo da "dádiva gratuita", que aparentemente é unilateral, isto é, não esperam o retorno, como é o caso das associações beneficientes. Caillé e Godbout observam que o paradoxo se constata no fato de que a dádiva analisada por Mauss deve ser espontânea e livre, assim como a retribuição; no entanto o que sustenta o

sistema da dádiva é obrigação de dar, receber e retribuir. Assim, o paradoxo consiste no fato de a dádiva e a retribuição serem, ao mesmo tempo, livres e obrigatórias.

Para resolver este paradoxo, Caillé e Godbout afirmam que é preciso pensar o sistema de dádiva por uma lógica diferente da lógica mercadológica e utilitarista que calcula prejuízos e ganhos. Neste sentido, os autores observam que a "dádiva é gratuita na medida em que, no momento em que é feita, não é calculada, mas espontânea" (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 209). A dádiva, portanto, é o que é porque é espontânea, não é explicitada, se dá sem calcular o que se perde ou o que se ganha. Da mesma forma ocorre com a retribuição, pois, como foi analisado nas trocas do circuito interno entre os/as habitantes das ruas, a dádiva e a contradádiva ocorrem através das coisas pelo fato de serem impregnadas pelo "valor do vínculo", sendo o vínculo, o elemento fundamental do sistema de dádiva. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 216).

Ao analisarem depoimentos de pessoas que atendem em associações beneficientes, os autores observaram o destaque que se dá ao vínculo comunitário como princípio da ação o que os difere de um serviço público burocrático e clientelista; uma segunda característica nos depoimentos é o atendimento personalizado, que dá importância a cada pessoa, gerando um vínculo no qual ela é única. Outra característica é o prazer que se traduz pela satisfação em doar-se, expressos pela pessoa doadora com um sentimento de que recebem mais do que dão de si. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, 89-91). Pode-se pensar nesse caso que, dar é receber ao mesmo tempo.

> O pensamento mercantil elimina o prazer da dádiva. É preciso ao mesmo tempo admitir que a dádiva se insere num sistema de troca diferente do mercado e ver a dádiva como um gesto gratificante. É talvez o sentido mais profundo da palavra gratuito que foi invertida pela lógica mercantil: uma dádiva gratuita gratifica tanto quem a oferece quanto quem a recebe. É o segundo tipo de retorno constatado na primeira parte e onipresente na dádiva que explica o paradoxo da dádiva gratuita. (...) Existem dádivas gratuitas no sentido de que, para quem as oferece, o gesto é inteiramente satisfatório por si mesmo e sem a necessidade do retorno (do primeiro tipo, material). (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, 211-212)

As características da dádiva a estranhos, com algumas ponderações, podem ser pensadas no *mangueio*, uma prática que também se dá em contato com o circuito externo. Nesses casos, além do efeito de viração, outro aspecto precisa

ser observado. A simples doação de alguém que não está em situação de rua é, em realidade, uma troca de algo material por algo simbólico. Visto desta forma, o produto simbólico adquirido por quem doa pode ser o simples efeito do seu senso de generosidade, da caridade religiosa da qual irá colher uma futura benção divina, desapego ou até incômodo com a presença desagradável do pedinte; como também pode haver um impulso moral por parte do cidadão domiciliado que reconhece o habitante da rua como ser humano. Tal impulso moral ou o senso de generosidade podem estar relacionadas à satisfação de doar. Mas, por outro lado, o produto simbólico pode ser a própria história contada pelo beneficiado pela doação. Esta história se torna objeto de reflexão, que será contada a outras pessoas. Sobre isso, uma fala de E.N., um dos acolhidos do abrigo, evidencia esta questão: *"somos vendedores de histórias tristes" (Registro de Memórias, 13/09/2015)*. Ouvi relatos de várias dessas histórias tristes de pessoas que passaram pelo abrigo. A título de exemplo, segue a descrição do relato de W.T.P.:

> *Uma vez cheguei em uma moça e falei: - Senhora, eu estou precisando de uma ajuda urgente. Eu perdi meu emprego, fui despejado da minha casa e tô na rua. Eu não me importo comigo, sabe, eu durmo em qualquer lugar e depois me viro, mas é que eu tô com minha esposa e minha filhinha. Elas estão lá na rodoviária me esperando. Nós vamos tentar ir pra casa da mãe dela em São Bernardo, mas estamos sem dinheiro e se a senhora puder me ajudar... Eu já consegui um pouco pedindo... Que vergonha moça... Se eu não conseguir juntar tudo, pelo menos vou poder comprar alguma coisa pra gente comer hoje.*
>
> *Te juro que ela pegou cinquenta conto e me deu. Agradeci juntando as mãos, levantando pro céu e fui... Não tinha mulher, não tinha filha, não tinha nada. Mas se eu não falasse isso pra ela eu não ia conseguir nada.*
>
> E você já viu alguém nessa situação que você descreveu pra moça?
>
> *Já... Já vi sim. Aqui na rodoviária daqui eu não vi, mas em São Paulo, já vi muita gente assim.* (Observação de campo: 15/07/2019)

Cumpre lembrar das outras formas de mangueio já descritas anteriormente, como a de S.C.J. contando piada, se disfarçando de catador de latinha, usando artesanato para *manguear*. Em uma de suas estadias no abrigo, ele me mostrou uma miniatura de moto feita com latinha dizendo que isso ajudava a *manguear*. Dei a ele algumas sugestões sobre como aprimorar o artesanato para

agregar um valor maior, mas a ideia não era vender um produto artesanal, mas sim apresentar um atrativo para o *mangueio*. Em outro momento, S.C.J. junto com P.S.I., fizeram um peixe com folha de palmeira e inventaram uma brincadeira: as pessoas às quais iria se oferecer o peixe deveriam adivinhar o nome do peixe, que começa com *Pá*. O nome do peixe era *Pajudá* (para ajudar a ganhar dinheiro). Esta tática não tem a mesma conotação das histórias tristes, pois não se trata de comover as pessoas, mas sim proporcionar um divertimento improvisado, ou inesperado. No entanto, a tática opera com elementos semelhantes, que é o de se apresentar como um personagem de peça teatral interativa.

Nestes casos, a doação aparentemente é gratuita e unilateral, mas em realidade, a reciprocidade se efetiva em termos simbólicos e os vínculos transcendem a relação interpessoal individualizada para uma coletividade mais abrangente. Assim, visto de forma imediata, não há vínculo de uma pessoa domiciliada com um/a habitante da rua na prática de *mangueio*, devido à rapidez com que ocorre e ao fato de se dar, na maioria das vezes, entre pessoas desconhecidas. Porém, este contato possibilita uma comunicação que, como disse J.B.A. na praça Dom Pedro I: *diminui a distância*. No caso deste, e de muitos outros, o fato de manguear sempre no mesmo lugar pode gerar vínculos duradouros com alguns passantes que sempre doa algo a ele, ou simplesmente param para conversar, passando a ser, de estranho, a pessoa conhecida.

Semelhante a estes casos, Silva descreve uma forma comum de relação diferenciada entre alguns cuidadores de carros e seus clientes, nas quais os primeiros vão recebendo doações e pagamentos diferenciados, na medida em que vão mudando de aparência e comportamento, com a intencionalidade de mudar gradativamente suas condições de vida.

> Com algumas pessoas que estacionavam seus carros, Duende e Rafael exibiam uma relação mais íntima e pessoal, expressa no tratamento mais próximo estabelecido, pontuado por sorrisos, cordialidades e gentilezas como abrir a porta do carro. Estes motoristas os reconheciam, sorriam ao vê-los, perguntavam como eles estavam. Rafael reconhece uma mulher que saía do carro com os filhos, imediatamente ele se aproxima e a ajuda com as crianças, observando há quanto tempo não se viam. Estes clientes mais íntimos e próximos também fornecem, eventualmente, roupas, calçados e alimentos, além, é claro, de pagamento extra pelo cuidado do carro. Mas por isso mesmo, são estes clientes que podem, vez ou outra, não pagar pelo serviço, uma vez que se

> destacam em suas doações, geralmente generosas. (SILVA, 2012, p. 105)

A respeito disso, sua presença nas ruas extrapola o serviço que presta, pois, embora uma boa parte da população se sinta ameaçada com a presença deles, os cuidadores de carros acabam por fazer a segurança da rua toda. Para explicar isto, recorro às palavras de um guardador de carros, já conhecido por pessoas que trabalham ou moram nas imediações do ponto que ele cuida:

> *Amanhã, eu vou ter que voltar aqui, então não quero confusão aqui. Não vou deixar ninguém atrapalhar o conhecimento que tenho aqui*. (Observação de campo 12/05/2018).

As confusões às quais ele se referiu são possíveis furtos que possam ocorrer nas imediações, que venham tirar a confiança depositada nele. É importante considerar esta situação num contexto como este, em que o cuidador tem uma presença constante no mesmo ponto, criando algum tipo de vínculo com os proprietários dos carros que cuida. O mesmo não ocorre quando este vínculo não existe, exceção que confirma a teoria da retribuição de Marcel Mauss.

A entrevista feita na praça Dom Pedro I é um exemplo destas relações. Os habitantes desta praça *mangueiam*, cuidam de carros, vendem coisas que encontram e ganham, mas, para além dessas práticas, estabeleceram um vínculo de convívio com os moradores e lojistas do comércio local. Neste convívio as regras podem ser explícitas, como deixar limpo o estacionamento e a marquise de lojas onde dormem em dias de chuva; ou implícitas como não deixar ninguém roubar ou traficar no local. Tais relações vão gerando uma reciprocidade de favores que transcendem o circuito interno e se direcionam para o externo. Assim, cuidam do espaço, deixando-o limpo, buscam um refrigerante ou um lanche para algum/a funcionário/a que não podem sair do local de trabalho, consertam aparelhos elétricos, cuidam dos carros mesmo sem a pessoa pagar todos os dias. E assim ganham roupas, comida, *arquivam* objetos em lojas e casas do entorno. E dentro desta série de práticas interativas, conversam e passam a se conhecer mais.

Essas interações proporcionam quebras de barreiras sociais. B.T.G. deu alguns exemplos sobre isso que configuram práticas de socialidade às quais ele se referiu como *forma de se manter na sociedade*:

> *Tentar se manter limpo e bem vestido. Eu sempre tomei banho no rio, lavava minhas roupas no rio. Então, meu, todo mundo sabia que eu morava na rua, mas sempre procurei andar limpo. Ir para o bar é uma forma de estar em contato com a sociedade. Você entra no bar e começa a beber. Daí começa a conversar com alguém e trocar ideia. É uma forma de se manter na sociedade. Foi assim que conheci o major que me ajudou lá em Santa Catarina. Eu entrei para pedir uma água e o cara (*garçom*) não quis me servir. Aí esse major falou que podia servir, que ele pagava, e começou a pagar bebida pra mim. Aí eu falei que morava na rua, mas que eu sabia fazer várias coisas porque eu já tinha trabalhado em obra. Aí ele falou que era major e que tinha um serviço pra fazer e se eu queria ajudar ele, ele me levava. Aí eu falei que ia. Então ele começou a me ensinar um monte de coisa de elétrica. Por isso que hoje eu sei muita coisa.*
>
> *(...)*
>
> *Uma história bacana, foi quando um casal de idosos parou na frente do mocó e levou todo mundo pra casa deles. Lá a gente tomou banho, ela comprou roupa pra nós e serviu um banquete pra nós comer. De vez em quando ela passava lá.*
>
> *Uma vez a gente tava lá no calçadão sentado na frente de um prédio e uma advogada desceu lá do andar que ela morava e trouxe almoço pra nós. Perguntou quantos anos a gente tinha, ficou conversando com a gente e contou um pouco da vida dela também.*
>
> *(...)*
>
> *Eu andava por aí e via alguém mexendo na casa, rebocando um muro ou fazendo uma laje. Eu me oferecia para ajudar. Não cobrava nada, mas aprendia. Ligava luz de alta tensão direto nas casas. Então, mesmo morando na rua, era uma forma de estar em contato com a comunidade, ajudando.* (Entrevista de campo: 28/10/2019)

Ainda é preciso mencionar as doações de comidas realizadas por restaurantes que separam parte da comida ofertada aos clientes para pessoas que estão em situação de rua. B.T.G. falou sobre essas doações:

> *Você vai lá e mangueia no primeiro dia:*
>
> *- Moço, eu tô na rua. Eu tô com fome. Roubar eu não sei. Então eu tô pedindo para você.*
>
> *Aí você vai pedindo. Até eles cansar. Nós sabe todos os lugar que dão e os que não dão. Tem um restaurante que já tem um esqueminha lá. Os clientes ficam lá na frente. Aí tem uma entradinha do lado. Aí tem um quadrado lá no muro. A gente pega aqueles potes de sorvete e vai colocando ali. Deu umas quatorze horas, os*

> *clientes vão saindo e aí quando não tem mais cliente eles vão lá e serve. Coloca arroz, feijão, salada e carne. E é bem servido, viu?. Comida limpa! Nós já é tudo conhecido, lá. O dono lá já fala pro pessoal:*
>
> *- Ó, não esquece a marmita dos meninos. Dá comida para os meninos. Eu prefiro que eles comam do que jogar fora.*
>
> *Tem um outro restaurante que a gente fica lá na praça. A dona lá é uma senhorinha. A gente pode estar em cinco. Ela manda cinco marmita pra gente.* (Entrevista de campo: 28/10/2019).

Em todas essas práticas, o habitante da rua quebra seu isolamento em relação ao circuito externo. Mesmo que essas práticas não quebrem o ciclo da situação de rua, nem tampouco diminuam as tensões que sofrem com a exclusão social e as práticas higienistas das políticas de urbanização, elas permitem uma inserção simbólica na sociedade abrangente. Considerando o fato de que B.T.G. se ofereceu para ajudar em trabalhos sem cobrar um valor monetário, mas pelo aprendizado do serviço, por um prato de comida, como ocorre muito e, acima de tudo manter contato com a comunidade, percebe-se que a sua ação se configura como uma dádiva de si frente à possibilidade de estar em contato com a sociedade, de pertencer a ela de alguma forma.

Mas para completar esse conjunto de relações, resta fazer uma análise de como elas ocorrem no âmbito das políticas públicas. Já foi dito que diferente das ações de grupos religiosos, as políticas públicas se fundamentam no princípio de justiça e equidade social, combatendo as vulnerabilidades sociais presentes na situação de rua, através de serviços públicos orientados, por diretrizes de programas de transferência de renda e de amparo social, como é o caso dos projetos de acolhimento em abrigos temporários. Realizar esse trabalho exige uma série de critérios e controles técnicos que requerem uma profissionalização dos agentes envolvidos na execução de programas e projetos políticos.

Apesar disso, já foi demonstrado que, em Londrina, como nas grandes cidades em que o fenômeno da situação de rua é crescente, a estrutura de tais políticas é insuficiente para atender tal demanda, levando a um cumprimento insatisfatório de suas finalidades. Juntamente a isso, ainda que exista uma previsão dos Planos Individuais de Atendimento (PIA), que consideram a complexidade da situação de rua e preconiza a postura de analisar cada caso como particular, tais planos se demonstram incompatíveis diante do conjunto de peculiaridades presentes

nas demandas dos/as habitantes das ruas. Ademais, os ditos critérios e controles técnicos acabam por burocratizar os serviços e despersonalizar a relação com os/as atendidos/as.

Todos os dias o Centro Pop atende um grande número de pessoas, que são registradas no Cadastro Único da Assistência Social (Cad-Único) e nos prontuários de atendimento; realiza encaminhamento das pessoas para higiene, alimentação e para os serviços de saúde ou de acolhimento. No entanto, não são todos que conseguem ser atendidos e voltam para as ruas, permanecendo em uma lista de espera, seja pelas vagas dos abrigos ou por outros serviços. O serviço de assistência social atende algumas pessoas com as quais elaboram ou reelaboram o PIA, de acordo com as demandas dos atendidos, dos objetivos que apresentam no momento e com as possibilidades que a estrutura do serviço social permite. É nesses atendimentos que se iniciam os processos de inscrição nos programas de Benefícios de Prestação Continuada, como também o acompanhamento de processos judiciais, de tratamentos de saúde e de outras questões que envolvam a pessoa atendida. Desta forma, o PIA é desenvolvido como um acordo realizado entre a política de assistência social e o/a atendido/a.

Diferente das relações descritas até o momento, essas relações têm a natureza essencialmente profissional, nas quais as pessoas expõem os motivos de sua procura por atendimento e os agentes desses serviços avaliam as suas demandas. Os acordos elaborados no PIA são explícitos e todo o corpo de profissionais devem cumprir a sua parte, pois são pagos para isso, sem existir nenhuma espontaneidade característica das relações de dádiva. No entanto, nem sempre a pessoa atendida cumpre o acordo, o que não significa que não será mais atendida, mas passa por uma nova avaliação e seu PIA é reelaborado.

O exemplo mais corriqueiro disso está nos encaminhamentos para os abrigos. A pessoa passa um tempo esperando surgir uma vaga para ficar alguns dias no abrigo, para que possa resolver outros problemas sem estar na rua. Entretanto, a pessoa entra no abrigo, faz a higiene, recebe alimentação e, antes do prazo combinado, às vezes no mesmo dia de abrigamento, volta para a rua. Essa situação é chamada pelos habitantes das ruas como *bater a nav*e, como já foi mencionado, dando continuidade à circularidade, ao ir e vir. Portanto, embora o atendimento estabeleça uma relação profissional e através do PIA se estabeleça um acordo,

sempre há um risco de que esse acordo não seja cumprido, podendo ser entendido com teor de desperdício de trabalho.

É através das políticas públicas que as pessoas em situação de rua têm relação com o Estado. Caillé e Godbout observaram que o Estado, apesar de se apresentar como o agente necessário e reparador das desigualdades, tende a despersonalizar os indivíduos e prendê-los numa normatividade imposta pela lei. O Estado exerce um papel de redistribuidor de renda e de prestação de serviços de forma anônima, separando “doadores” e “receptores” que se configuram respectivamente como cidadãos contribuintes de impostos e “clientes” (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, 75-77). A estrutura estatal não comporta a escolha de fazer parte ou não de determinadas normas ou associações. Por isso as práticas de socialidade entre os/as habitantes das ruas são estranhas ao Estado, pois toda a intencionalidade prevista de normalizar a pessoa atendida não comporta a tendência à circularidade. O Estado busca estabilidade e não deslocamentos. Caillé e Godbout pontuam as diferenças entre o Estado e a dádiva:

> A dádiva é um sistema livre, ao passo que o Estado recolhe contribuições obrigatórias automáticas dos cidadãos – o imposto, como o nome indica – e age com os cidadãos em virtude de leis, regulamentos e normas preestabelecidas, tendo por objetivo e ideal de tratar todo administrado a mesma maneira. O Estado tem horror à diferença, fonte potencial de desigualdades e preferências subjetivas. A dádiva, ao contrário, só vive disso: afinidades, ligações privilegiadas, personalizadas, que não apenas caracterizam por definição as relações pessoais, mas também são a base dos organismos cujo princípio de funcionamento é a dádiva. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 77)

As relações com os abrigos são semelhantes às que se tem com o Estado, na medida em que os abrigos de Londrina são conveniados com a política de assistência social, devendo seguir as mesmas normas técnicas. Desta forma, o abrigo, em princípio, exerceria um trabalho característico das associações beneficientes, mas ao atuar em pareceria com o governo, torna-se um serviço profissionalizado, baseado numa pretensa igualdade que, por outro lado, acaba por atestar a identidade do atendido como dependente dos serviços de assistência social. Em continuidade:

> Mesmo quando se aplica a estranhos, a dádiva é um sistema de circulação de coisas imanente aos próprios vínculos sociais, ao

> passo que a circulação governamental se faz num sistema situado externamente aos cidadãos e a suas relações. Não encontramos, aliás, cidadãos a não ser no início, como contribuintes, e no fim, como beneficiários, livres tanto quanto possível de suas características pessoais, tendo o Estado grande dificuldade em "tratar" as diferenças pessoais. Estas por um lado o atrapalham, mas por outro constituem a fonte do dinamismo do sistema de dádiva. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 77)

O PIA também pode ser realizado nos abrigos, que consegue atender todas as pessoas encaminhadas conforme a quantidade de vagas que o serviço oferece. Os abrigos também se diferenciam por garantir todas as alimentações diárias e leitos para dormir. Mas, o maior diferencial característico das instituições de acolhimento é o período de atendimento correspondente à estadia no abrigo, que proporciona um maior tempo de convivência com os/as acolhidos/as. Essa convivência é orientada pelo mesmo viés profissional das políticas públicas, ao menos é o que se pretende. Tanto que uma das proibições dos funcionários da Casa do Bom Samaritano é dar e receber presentes, pois isto se configura com uma relação pessoal. Acolhidos sempre oferecem seus serviços a funcionários, como serviços de obra, pintura, manutenções elétricas, mas os funcionários não podem aceitar, pois do ponto de vista técnico, se estabeleceria uma relação de exploração, enquanto que para o acolhido é uma forma de trabalhar e ganhar dinheiro prestando serviço a alguém que conhece.

Mas com o tempo, embora isso não seja uma regra geral, com alguns profissionais, tanto dos abrigos, quanto do Centro-Pop, conforme aumenta o número de atendimentos e contatos com uma mesma pessoa, esses laços profissionais vão abrindo brechas para relações mais pessoais, entretanto sempre com limites que impeçam que um universo se misture com o outro. Desse modo, trocas de presentes acontecem, serviços são combinados e as relações pessoais proibidas passam acontecer. Da parte dos acolhidos, alguns começam a perceber o abrigo como sua casa e alguns funcionários passam a ser chamados de amigos por eles, fazem atividades domésticas no abrigo, lavando o banheiro, limpando o chão dos corredores, varrendo os pátios e enfatizam que é em retribuição ao acolhimento. Caillé e Godbout observam que mesmo em instituições ligadas ao Estado, há uma tendência à personalização das relações de profissionais que estão em contato direto como os atendidos nesses tipos de serviços:

> Por outro lado, percebe-se cada vez mais que, mesmo nessas instituições, valores altruístas são indispensáveis ao funcionamento da organização. A dádiva nesse caso desempenha um papel importante para inúmeros empregados, pelo menos os que estão em contato direto com a clientela, quer dizer, os que se encontram no final da cadeia de intermediários iniciada pelos coletores de impostos. Mesmo que os serviços sejam prestados no contexto de um direito do cidadão por empregados remunerados para esse fim, muitos desses empregados chegam a acrescentar a dádiva a esse direito. (CAILLÉ E GODBOUT, 1999, p. 72)

Vale lembrar que todos esses profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, muitas vezes ingressaram nesses serviços por um sentimento de altruísmo. Do contrário, acabam por desenvolver esse sentimento ao longo do contato com as pessoas que atendem. As orientações técnicas atentam para os perigos das relações personalizadas que podem colocar os funcionários em situações complicadas, como também podem levar ao acolhido a se apoderar demais do espaço e querer obter privilégios. De fato, tais práticas fazem parte de uma ocupação e empoderamento sobre o espaço, mas o que não se percebe é que essas podem ser formas de buscar um pertencimento, ainda que sua estadia seja provisória.

Como já foi dito, as políticas públicas acabam por complementar o processo da viração, na medida em que posicionam as pessoas em um estatuto de grupo social dependente. No entanto, a sua estrutura apresenta tensões com um tipo de socialidade inconstante, caracterizado pelas circularidades e imprevisibilidades. Isto ocorre porque a vida não é mecânica e automática. As pessoas, em seus percursos, vão encontrando possibilidades e problemas que desafiam os planos lineares de projetos de vida. A exemplo disso, uma pessoa procura atendimento para reencontrar seus familiares, mas uma semana depois ela retorna porque não pode ficar com a família, por não conseguir ajudá-la economicamente na condição de desemprego ou por conta da dependência química, situações que apontam um problema para os familiares e para a comunidade.

A socialidade das ruas, permeada de informalidade, está muito mais ligada às relações de dádiva, na qual sempre há um risco. Os deslocamentos característicos da circularidade destas pessoas não comportam planos lineares normativos que presumem o alcance de metas, uma de cada vez, porque na vida real tudo acontece ao mesmo tempo e, esse tudo não espera para que cada coisa seja concluída para começar outra. Há uma dificuldade para compreender que a vida

está em um fluxo constante, com o cruzamento de diversos aspectos que afetam as pessoas que, além de problemas, habilidades, interesses e potencialidades, também têm sentimentos e desejos que influenciam seus deslocamentos.

Por tudo isso é importante analisar a socialidade dos/as habitantes das ruas através das relações de dádiva, que comportam vínculos de confiança, ocorrendo através de interações que envolvem coisas permeadas de valores simbólicos. Diante disso, Caillé (1998) identifica o sistema de dádiva, na obra de Marcel Mauss, como o fundamento de todas as relações sociais humanas tradicionais ou modernas. No entanto, são formas de relações a serem pensadas como diferenciadas das lógicas do Estado e do mercado. Neste sentido, o autor observa que sociedade moderna se fundamenta sob dois paradigmas que se tornaram as matrizes analíticas das Ciências Sociais. O paradigma do utilitarismo metodológico e do holismo.

O utilitarismo metodológico encerra o ser humano a uma postura racional regida por interesses puramente individuais e, por isso "parte da ideia de que as relações sociais podem e devem ser compreendidas como resultante do entrecruzamento dos cálculos efetuados pelos indivíduos" (CAILLÉ, 1998, p. 13). O indivíduo moderno, desta forma, sem o peso das obrigações da tradição é um ser livre por direito para agir sempre na busca de favorecer a sua própria posição. Neste sentido, as coisas, pensadas como mercadorias e bens de propriedade privada, são atribuídas com valores monetários racionalmente calculados em todo o seu processo de produção e distribuição. Nessa lógica, todas as relações devem considerar previamente as possibilidades de lucros e prejuízos para que este último seja evitado, protegendo assim os indivíduos das relações que geram dívidas uns com os outros, o que os coloca, em certa medida, na privação de suas liberdades mútuas:

> Essa liberdade é importante: em relação à imposição externa, à hierarquia, à força, à feitiçaria das sociedades primitivas, o mercado e a dádiva são ambos livres. Mas enquanto a dádiva nutre o vínculo social livre, o mercado libera retirando-nos do vínculo social, em outras palavras, sua liberdade consiste em nos liberar do próprio vínculo social, gerando assim, o indivíduo moderno, sem vínculos, mas cheio de direitos e bens. Não admira que essa liberdade exerça grande fascínio, que tentemos constantemente introduzir essa maravilha nos vínculos sociais e aplicá-la aos próprios vínculos, tentativa contraditória, pois essa liberdade repousa sobre a sua negação, estando baseadas nas relações entre estranhos. (CAILLÉ; GODBOUT, 1999, p. 219).

As coisas que circulam nas relações de dádiva possuem um valor de vínculo, como já foi analisado. É este vínculo que se corresponde ao mesmo tempo com a livre espontaneidade e a obrigatoriedade entre as pessoas. Ao contrário, as coisas que circulam no mercado, na relação de compra e venda, têm apenas valores de troca, não há vínculos nessas trocas, já que os indivíduos se libertam no momento da transação mediante a fornecimento e pagamento. Assim, tanto as coisas, quanto as relações e, por conseguinte os indivíduos se tornam objetificados na relação utilitarista. Caillé observa que o utilitarismo metodológico reifica os indivíduos ao pensá-los como seres que coordenam suas ações racionalmente, isolados e desconfiados uns dos outros (1998, p. 14-15). Entretanto, pelo prisma da relação de dádiva, as coisas são dadas sempre acompanhando uma aposta, um risco junto ao valor de vínculo, mas através da confiança que pode ser ou não honrada. Tal relação se abre para um caminho de "incerteza", situação ambivalente denominada pelo autor como uma "incondicionalidade condicional" (CAILLÉ, 1998, p. 16).

Pode-se compreender isso retomando brevemente a entrevista de M.C.B., quando este diz que ajuda alguém que, em outra ocasião, o ajudará e assim se faz uma amizade. Mas, em seguida ele diz que nunca se sabe se o abraço vem de um amigo ou de um inimigo, *mas ele vem sincero, sem pedir nada em troca. Como se nada tivesse acontecendo. E você nunca sabe.* Portanto, o gesto é sincero, espontâneo e nunca se sabe qual é intenção, ou o interesse, pois a incondicionalidade imposta ao gesto se dá sob a condição da incerteza se é amigo ou inimigo, parceiros ou rivais, o que reinsere nessa relação o elemento do interesse. Nas palavras de Caillé:

> A definição da relação entre interesse e desinteresse é mais delicada ainda, já que não somente o ganho acaba indo — possivelmente, mas não garantidamente — para aquele que soube correr o risco da perda, mas também porque a dádiva arcaica, dádiva nobre cujos restos Mauss exuma, não tem, nem pretende ter, nada de caridosa. Trata-se, como Mauss deixa bem claro, de dádiva agonística, rivalidade pela dádiva. Uma outra forma da guerra, portanto. (...) De modo que o interesse se encontra duplamente presente e imbricado nessa ostentação simbólica de generosidade. (...) O interesse está no final do processo (e não no início, como quer o utilitarismo), pois a generosidade, se tudo correr bem (mas não há como ter certeza de que tudo correrá bem), acaba compensando. Sob outra forma, porém,

> encontra-se também no próprio cerne do processo inteiro, estruturado pela rivalidade agonística dos parceiros. O paradoxo suplementar é que essa rivalidade é, em si mesma, a condição da aliança e da amizade. (CAILLÉ, 1998, p, 17)

A perspectiva da dádiva, portanto, insere a confiança nas relações sociais como fundamento da aliança entre as pessoas. Confiança esta que jamais poderá ser calculada previamente e que não tem lugar no utilitarismo metodológico. Portanto, considerar as relações sob a perspectiva da dádiva permite pensar que as pessoas, para além de seus interesses egoístas, podem também agir conforme outras motivações e quando bem entenderem, porque ser livre é também agir sem racionalizar todas as relações e se abrir para o imprevisto e descobrir as possibilidades de retribuição de um gesto de generosidade. Desse modo, cumpre também pensar que as pessoas não agem automaticamente, replicando valores e comportamentos preexistentes na estrutura social da qual faz parte, tendência presente no paradigma holista.

O paradigma holista se baseia em relações de totalidade universalizantes, nas quais se formulam os valores e comportamentos humanos. Ao contrário do individualismo metodológico, o holismo parte do princípio de que os valores normativos que regem os indivíduos são originados na totalidade da sociedade e, portanto, superiores aos interesses subjetivos dos indivíduos. Sob esta perspectiva, valores e comportamentos podem ser previstos de acordo com os modelos correspondentes aos tipos de sociedade nas quais os indivíduos vivem (CAILLÉ, 1998, p. 14). Neste sentido, os indivíduos reproduzem comportamentos estruturais ou agem conforme as normas de seus papéis sociais. Diante disso, em oposição ao individualismo, os seres humanos estão como que aprisionados em seus limites sociais ou culturais nos quais seus pensamentos e ações estão totalmente controlados. De acordo com Caillé este paradigma não comporta as relações de dádiva:

> O sujeito da ação apresentado pelo holismo é incapaz de dar. Controlado demais pelo exterior para atingir a liberdade e o sentido, pode, na melhor das hipóteses, apenas cumprir corretamente o rito, a regra ou a função, submetendo-se ao seu destino. Está controlado demais, obrigado demais para agir. Inversamente, o indivíduo do individualismo metodológico é ao mesmo tempo livre demais e fechado demais em si mesmo para ser capaz de sair, agir e realmente se relacionar com as outras mônadas. (CAILLÉ, 1998, p. 16).

O autor observa que se o individualismo reifica o indivíduo, o holismo reifica a sociedade ao produzir sobre esta uma visão ontológica preexistente. Tal visão é incongruente com a análise de um sistema que comporte ao mesmo tempo a liberdade e a obrigatoriedade, bem como ações motivadas ao mesmo tempo pelo interesse e pelo prazer (CAILLÉ, 1998, p. 14). No entanto, são essas ações que constroem os laços sociais e, a forma como ocorrem não pode ser apreendida por uma visão unicamente holística ou individualista.

Caillé, portanto, pensa na dádiva como um terceiro paradigma (1998, p. 23). Um paradigma que volte a situar as relações humanas na sua forma relacional, isto é, na sua ligação com outros seres humanos e não humanos e com o ambiente. Uma instância de relação que não calcule perdas e lucros, portanto que não seja egocêntrica e utilitarista, mas também que esteja livre para decidir sobre o desejo de se associar ou não a determinados vínculos. A dádiva como terceiro paradigma se diferencia do individualismo metodológico e do holismo, mas sem se propor como uma abolição dos mesmos, posto que comporta tanto os elementos de um como de outro.

As relações de dádiva presentes na socialidade na rua, permite observá-las em um contexto social que dribla os limites do mercado e do Estado, fazendo emergir um outro universo de possibilidades de relações que não condenem as pessoas a permanecerem isoladas em processos excludentes, bem como em seus papéis ou posições sociais. Essas análises também proporcionam visualizar como as coisas constroem laços sociais, enquanto elementos preenchidos de valores de vínculo que tornam possível as aproximações de universos distintos, como o circuito interno e o externo dos/as habitantes das ruas.

Isso não significa que todas as relações dos/as habitantes das ruas são relações de dádiva, pois como já foi analisado em algumas práticas, nem todas as relações geram vínculos, além disso, nem todas as dádivas são retribuídas. Isso significa que algumas coisas que circulam não são necessariamente produtoras de vínculos. Então o que ocorre com as coisas que circulam e que não têm valor de vínculo? Primeiramente, o vínculo não é o único valor presente nas coisas, pois elas podem ter outros significados e serem veículos de outros códigos de valores. Dito isto, cabe agora analisar uma prática muito relacionada à situação de rua que é a prática da reciclagem. Através da reciclagem, as coisas consideradas como lixo voltam a ter outras possibilidades de circulação.

4.2.3 Práticas de reciclagem

A impressão que se tem, geralmente, é que qualquer objeto que o/a habitante da rua traz consigo pode ser muito valioso para ele, mas as coisas podem simplesmente serem descartadas, pois pode ser cansativo carregar um pertence, sendo preferível descartá-lo. Durante o inverno de 2014, levei alguns cobertores para um pessoal que estava dormindo em uma praça próxima do abrigo. Lembrando que durante o dia eles dispersavam da praça, perguntei se tinham algum lugar para guardar e eles responderam que guardariam ali na praça mesmo, onde havia uma caixa de concreto com uma tampa de metal, possivelmente de uma fossa ou torneira de água desativada. Perguntei: e se alguém passar e levar os cobertores? Ao que um deles respondeu:

> *É coberta, se alguém levar vai usar para se cobrir; ou se levar para a biqueira* (para trocar por droga)*, lá vão passar para alguém que precisa*. (Registro de Memórias 08/07/2014)

As pessoas em situação de rua são julgadas negativamente quando descartam algo que receberam de doação. No entanto, a coisa descartada pode ser reaproveitada por outra pessoa e circular novamente. Desse modo, o objeto circula, entra em outro ciclo por intermédio de outra pessoa que irá utilizá-lo. Destarte, pode-se pensar que a doação recebida, quase sempre, não é em benefício de uma única pessoa, mas de todas as pessoas pelas quais o objeto circula.

Iniciei o tópico sobre *reciclagem*, pelo descarte, pois a minha intenção não é abordar a *reciclagem* como uma atividade laboral, embora ela também seja. Pelo fato de pessoas em situação de rua utilizarem muitas coisas que encontram na rua ou no lixo, considero que a *reciclagem* é mais uma prática de circulação no que se refere à relação entre as pessoas e as coisas. Geralmente descartamos algo que não faz mais sentido guardar ou perdeu sua funcionalidade para nós, mas a reciclagem pode dar outros rumos para o objeto descartado. A entrevista com P.J.O. apresenta alguns elementos de análise sobre esta questão:

> - Para onde o senhor leva as coisas que recolhe?
> *- Eu levo no depósito. Pego o carrinho, vou enchendo, e lá no depósito eu vendo tudo.*

- Como o senhor vê o trabalho com reciclagem?

- É um negócio que dá dinheiro. Estou até com uns planos aí de montar o meu próprio depósito. Eu vou tentar alugar uma casinha com quintal, aí vou amontoando lá. Por isso que quero comprar um celular, porque aí o pessoal já me liga e eu vou buscar. Não precisa ficar esperando até eu passar.

- Onde você coleta as coisas que vão para o depósito?

- No lixo. Você vai andando e vê o lixo. Tiro o material que preciso. Se tiver alguma coisa boa, eu guardo. O resto eu coloco de volta no saquinho e fecho.

- O senhor me disse que uma vez achou um relógio e que ficou com ele. Isso não vai para o depósito?

- Não, porque o depósito não aceita. Só aceita papel, plástico, ferro. Vidro, ninguém está querendo. Mas eu encontro muita coisa boa. Aí eu guardo pra mim. Deixo num canto do carrinho e vendo para outra pessoa. Pra qualquer pessoa que tiver andando na rua, eu guardo até achar uma que queira.

- Quando o senhor ficou com o relógio pra você, isso pode ser considerado uma reciclagem?

- Acho que sim, porque as pessoas que têm dinheiro joga muita coisa boa, que pode ser usada, no lixo. Uma vez eu achei um relógio e o cara do bar me pediu quinhentão. Eu vendi. Descobri que o relógio valia uns cinco mil. Outra vez achei uns celulares e vendi lá na pedra. O cara olhou: "dou cinquenta reais". "Pode levar" (respondeu ao comprador)*. Não tava funcionando. Só que eles abrem pra aproveitar as peças. Então é assim.*

- Qual foi a coisa mais valiosa que você achou?

- Foi o relógio. Uma vez encontrei também três quilos de costela. Estava temperada até. Aí fui no bar e dei pro cara do bar fazer. Eu pensei: vou deixar ele comer primeiro. Ele comeu e não morreu. Então posso comer a minha (risos)

- Você tem um caminho certo que percorre todos os dias?

- Eu só fico no calçadão. Vou passando nas lojas e recolhendo os papelão. No banco Itaú, antes eu entrava pelo estacionamento e pegava. Mas agora a japonesa lá já me conhece, me pede para entrar pela porta da frente.

- Tem alguma coisa que o senhor carrega e que não vende, não dá ou não troca?

> *- Honestidade. E respeito ao próximo. Às vezes a gente é tirado por vagabundo. Uma vez eu tava mexendo no lixo e um cara me chamou de vagabundo. Eu provei pra ele que não era. Chamei um policial civil que morava na casa do lado e falei: - Olha, esse cara aqui ta me chamando de vagabundo. - Ele excomungou o cara, falou um monte pra ele. O cara entrou no carro e sumiu (risos).* (Entrevista de campo, 04/12/2019)

P.J.O. recolhe materiais recicláveis pelo Calçadão do Centro de Londrina. Sua presença rotineira fez com que se tornasse conhecido pelos lojistas dessa região. Podemos notar isso no momento em que ele fala da sua passagem pelo banco e das pessoas que poderiam ligar para ele quando comprasse um celular. Após recolher os materiais para o depósito se dirige para o bairro próximo do Centro, onde estão localizados alguns depósitos de materiais recicláveis. Lá, tais materiais são pesados e armazenados para serem encaminhados para indústrias de reciclagem. Portanto, é em função da coleta de materiais recicláveis que ele se torna conhecido em sua circulação por esses espaços. Relembrando a análise de Frangella (2004) sobre a subjetividade do corpo, e a análise de Miller (2013) sobre a objetificação e autoalienação do indivíduo na sua relação com as coisas, pode-se pensar que o fato do catador puxar com o seu corpo o carro de coleta, há uma ligação complementar da pessoa, o carro e o material reciclável.

Os estudos sobre catadores de lixo e recicladores analisam valorações negativas e positivas sobre a subjetividade das pessoas envolvidas nessas atividades, que corresponde a uma forma de mimésis com o lixo. Também é comum entre esses estudos a menção ao conceito de puro e impuro de Mary Douglas (2001, apud EICHENBERGER, 2016, p. 235). Nessa perspectiva, o impuro é tudo o que está fora da ordem e, o lixo, sendo relacionado ao sujo, é impuro, passando a ser um elemento perturbador da ordem. Desta forma, catadores/as de materiais recicláveis, ao manipularem o lixo, são automaticamente associados/as a ele, como em uma contaminação social pelo lixo, tornando-se sujeitos de menosprezo.

Outra perspectiva procura transformar este menosprezo a partir de um ponto de vista ecológico e econômico. Nesta compreensão, os/as agentes de reciclagem tornam-se sujeitos que movimentam um setor econômico ecologicamente sustentável. O/a catador/a, deste modo, passa a ser mais um/a agente restaurador da ordem ao manipular o lixo - elemento perturbador - e selecionar seus componentes reaproveitáveis, permitindo que não se misturem com o lixo orgânico e

rejeitos. Sobre isso, Morbidini (2016) analisa como essas temáticas pertinentes na atualidade, são utilizadas pela ASMARE, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte MG:

> No caso da ASMARE, os discursos sobre a sustentabilidade, o ambientalismo e o consumo responsável, especialmente na prática da reciclagem, não são estranhos para as classes média e média-alta e são utilizados precisamente para comunicar com a população educada. Alguns autores se referem à possibilidade de uma colaboração entre as camadas baixa e média da população através de "novas formas de subjetividade", e de um impacto positivo sobre a "dimensão moral" (HAWKINS, 2006, p. 95). Uma perspectiva positiva e moralmente enriquecedora sobre o lixo remove o estigma ligado à coleta de resíduos, e transforma a proximidade com o lixo em uma expressão de virtude. (MORBIDINI, 2016, p. 73)

A reciclagem, dessa forma, não se apresenta apenas como uma forma de oportunidade de trabalho, mas também, como um meio de "superar o estigma e entrar no espaço público como um grupo de profissionais reconhecido." (MORBIDINI, 2016, p. 67). A autora aponta que apesar dos esforços do Movimento Nacional De Catadores de Materiais Recicláveis para conquistar o reconhecimento, inclusive através das leis federais que foram instituídas, mencionadas anteriormente, os estigmas morais permanecem sobre essa população. Em suas palavras:

> O paradoxo que encontramos é que o trabalho sustentável e eficiente dos catadores e o reconhecimento nas leis federais não estão resultando em mais reconhecimento socioeconômico. O estigma sobre o trabalho com lixo ameaça a sustentabilidade social e econômica do trabalho de catador de materiais recicláveis, e a discriminação dos catadores continua em uma fase de progressivo aumento dos consumos no Brasil, no qual o papel dos catadores no desenvolvimento de metodologias sustentáveis para a gestão de resíduos sólidos poderia ser de grande valia. (MORBIDINI, 2016, p. 66-67)

Em Londrina, a cooperativa de catadores de materiais recicláveis está institucionalizada desde o ano 2001, mas ainda existem pessoas como P.J.O. trabalhando na reciclagem de modo informal. Para P.J.O. e outros acolhidos do abrigo, que trabalham com reciclagem, esses valores da economia ecológica e sustentável não estão muito evidentes em vista das características dos estigmas que geram ressentimentos sociais. Suponho que este tipo de consciência se encontre muito mais em cooperativas e movimentos de catadores de materiais recicláveis, que objetiva uma maior organização enquanto categoria profissional e movimento

social e político. Apesar de este assunto ser importante e por isso não poder ignorá-lo, limitei-me a citar brevemente estes aspectos da reciclagem como atividade econômica social e ecológica, pois o meu objetivo é analisar a reciclagem de uma outra forma, isto é, associada à socialidade na situação de rua.

Na entrevista de P.J.O. é possível notar que não é apenas pelos lojistas e atendentes de depósitos de materiais recicláveis que ele é conhecido. Na entrevista ele mencionou o dono de um bar, o mesmo para quem ele vendeu o relógio e compartilhou a carne, e também o policial civil, morador de uma casa próxima de onde ele estava coletando materiais recicláveis do lixo. São essas pessoas que o conhecem que permitem que ele entre pela porta da frente e impeçam que o mesmo seja chamado de vagabundo. Não é à toa que ele mencionou esta ofensa ao destacar a importância que atribui aos valores da honestidade e respeito, pois são por estes valores pelos quais ele quer ser considerado pelas pessoas com quem se relaciona. Portanto, sua consciência de autovalorização não está apenas na reciclagem enquanto atividade econômica, mas também na socialidade que ela gera.

P.J.O., contou-me também que estava utilizando um carrinho de coleta que o depósito forneceu para ele, pois o dele, feito por ele mesmo, havia sido roubado e estava procurando materiais para construir outro. Geralmente os/as catadores de materiais recicláveis que habitam as ruas já têm nesses carros, além da caçamba para os materiais coletados, compartimentos para guardar coisas próprias como mochila, cobertor, rádio, ferramentas ou outros pertences. Por vezes carregam lonas ou sacos plásticos com os quais fazem uma barraca prendendo-as em alguma parte do carro, mudando de função no momento em que se deita sob a lona, quando o conjunto carro, com os compartimentos para seus pertences e a lona, torna-se um abrigo para dormir. Kasper descreveu uma série de táticas de montagem de barracas a partir do próprio carro de coleta que, de instrumento de trabalho, passa a ser uma peça estrutural da barraca de dormir:

> Algumas – raras - carroças são feitas em função do uso paralelo como abrigo, podendo comportar, por exemplo, dois andares. Com as carroças comuns – a carroça de sacaria, por exemplo – a transformação em abrigo tem duas modalidades: dorme-se dentro (isto é, sobre a plataforma) ou embaixo (sob a plataforma). No primeiro caso, algum apoio mantém a carroça horizontal. A lona, enfim, é o complemento indispensável desta transformação. (KASPER, 2006, p.177)

P.J.O., além do material reciclável, coleta outras coisas que considera que estão boas para o uso, como o relógio e a carne. Pode-se perceber, pela socialidade gerada, que a relação com o lixo e a reciclagem, ultrapassa a relação e a identidade de trabalho. Mas é preciso analisar outro aspecto a respeito dessas práticas com relação às coisas. Para isso, recorro à entrevista com M.C.B., que ilustra outros detalhes da prática de reciclagem, mas antes cabe observar um comentário que me fez um dia em que eu estava de plantão no abrigo. M.C.B. apareceu no portão e me disse:

> *- Carlos, eu não sei o que acontece,* (as coisas) *vem a mim... É uma comida que eu ganho; eu vou ali numa casa e ganho roupa; vou no lixo e encontro. Aí vou no ferro velho... (Observação de campo: 31/11/2019)*

Esse comentário está relacionado com o que ele chamou, no dia seguinte durante a entrevista, de *cadeia alimentar*, que pode ser entendido como o ciclo da reciclagem e, num sentido maior, a própria circulação das coisas:

> *- São coisas que eu ganho, ou encontro e depois vendo, sem precisar roubar ou traficar.*
>
> - O que você vende?
> *- Eu vendo bala no sinal que é para o meu sustento, bala de goma.*
>
> - E como é que você consegue essas balas?
> *- Com o dinheiro que eu faço da reciclagem. Eu tiro cobre, plástico, vidro, papel.*
>
> - Onde você encontra essas coisas?
> *- No lixo*
>
> - Você pode dar exemplos de coisas que você encontra?
> *- Acho dinheiro, jóia, moeda. É lixo rico.*
>
> - O que você já encontrou que considera lixo rico?
> *- Uma aliança de ouro; cordão de prata; encontrei uma vez trinta e cinco reais em uma bolsa de mulher; encontrei moeda.*

- Mas é um lixo de qualquer lugar ou de algum lugar específico?

- Um lixo que você vê à vista. Você está andando e vê um lixo. Às vezes você não quer mexer, pode não ter nada, pode te machucar... Mas é um olhar, um toque mágico que eu dou. Aí eu já sei. Você pode se ferir ou pode ter o agradável. Aí vira uma cadeia alimentar.

- O que você quer dizer com cadeia alimentar?

- É assim, eu sou uma pessoa sem moradia. Aí eu vou no lixo e encontro essas coisas. Do lixo vai pro ferro velho através de minhas mãos. Do ferro velho vai para o mercado. E no mercado é onde compro as minhas balas de goma pra vender. A reciclagem é isso que eu faço de abrir o lixo e encontrar essas coisas que jogam sem necessidade porque pode ser usado.

- E tem que ser somente com o ferro-velho?

- Não, algumas coisas eu reciclo pra mim, para o meu uso: o tênis, a camisa, a mochila, o cordão.

- Você vende para outras pessoas também?

- Sim

- Você já vendeu algumas dessas coisas lá na Pedra no Centro?

- Sim, algumas vezes já vendi lá. (Entrevista de campo, 01/12/2019)

As declarações de M.C.B. complementam alguns detalhes sobre o processo de objetificação já discutidos. Kasper menciona o momento da coleta do lixo, mas antes mesmo, penso que é importante pensar na busca do mesmo, que é o momento que antecede a coleta, no qual a pessoa expande ao sua atenção para toda a paisagem da rua e localiza o lixo ou elementos que possam ser coletados. O material a ser coletado nem sempre está em evidência, então é preciso identificar locais potenciais que estejam bloqueando a sua visão. Assim, os bancos de uma praça, ou mesmo uma árvore pode ocultar uma latinha ou uma embalagem de plástico do campo de visão; o mesmo pode ocorrer em um ponto de ônibus. Fazer uma busca, portanto, requer prestar atenção aos mínimos detalhes da paisagem da rua.

O material pode estar ensacado ou dentro de caixa, ou mesmo em latas de lixo como ocorre em praças. No caso dos sacos por exemplo, é preciso identificar o tipo de lixo que ele contém, recorrendo ao recurso que M.C.B. chamou de *toque*

mágico, que consiste em tocar as partes do saco de lixo, às vezes se ergue e balança para identificar pelo tato e pelo barulho as possibilidades de encontrar materiais bons para a coleta. Não se pode esquecer do cheiro como uma forma de identificar os possíveis materiais que serão encontrados em determinado lixo. Desta forma, na relação com o lixo, os sentidos - olfativo, visual, auditivo, tátil - são acurados para a habilidade de localizar e identificar tais materiais.

Kasper analisou um contexto no qual o lixo era levado e separado, entre orgânico e reciclável, em um local de permanência de pessoas em situação de rua. Em Londrina, a seleção tende a ocorrer no próprio local onde o lixo foi encontrado, o que contribui com a economia de espaço no carro, ou, no caso de M.C.B., em sua mochila ou nas próprias mãos, levando assim somente o que pode ser reciclado e de acordo com a quantidade que pode transportar. Portanto, essas coisas transformam a imagem do seu corpo e o modo como se locomove, a depender do peso e da postura que o material exige. No dia seguinte à entrevista de M.C.B., eu estava de plantão no abrigo e ele apareceu novamente no portão com a mochila cheia e, andando curvado, pois carregava sobre um dos ombros uma caixa cheia de coisas e um lençol em uma das mãos, com o qual fez um embrulho carregando mais outros objetos. Ele me disse: *Aí, Carlos, lembra o que a gente fez ontem ali? Então, tá aqui ó, a prova do que eu te falei.* Abriu a caixa de papelão e tirou alguns calçados, entre os quais havia três sandálias e um tênis de couro, uma torneira e um tapete, tudo em bom estado de uso. E continuou: *Agora eu vou ali fazer um dinheiro. Tudo o que eu te falei foi diário aberto.* (Observação de campo 02/12/2019). M.C.B., diferente de P.J.O., faz a coleta sem utilização de um carro para isso. Mesmo assim, ele leva materiais para depósitos que recolhem, como o ferro-velho que mencionou.

Kasper (2006) observa que pessoas em situação de rua chamam de *reciclar* a separação de todo o lixo que pode ser reaproveitado. No entanto, ele diferencia este ato em dois processos distintos que definem o modo como os sujeitos se relacionam com o lixo selecionado. Assim, segundo Kasper, “selecionar” é o ato de separar o lixo a ser reaproveitado e o destino encaminhado do material pode ser: a) a “reciclagem”, compreendido como o processo industrial de reaproveitamento do material selecionado, recondicionando-o como matéria-prima a ser utilizada na fabricação de um produto novo; b) a “recuperação”, compreendendo o ato de aproveitar um objeto reutilizando sua matéria e suas formas, sem os

recursos dos processos industriais, reutilizando-o para uma nova função, inclusive na construção de novos objetos. (KASPER, 2006, p. 150).

A diferença entre estes dois modos de reaproveitamento — recuperação e reciclagem — proposto por Kasper, está no processo industrial, no caso da reciclagem e; no caso da recuperação, nas possibilidades de diferentes usos que um objeto oferece, podendo ser desviado de sua função original para outros fins, nos quais, inclusive, podem ser combinados com outros materiais (KASPER, 2006, p. 157). O autor apresenta vários novos objetos construídos mediante o aproveitamento de materiais coletados como os caixotes de feira, utilizados originalmente para armazenar frutas, mas que, na rua, são utilizados na construção de abrigos, camas e vários outros objetos. Outro exemplo são os fogões de lata, construídos a partir de latas de tinta, nas quais são feitos vários furos no fundo para serem utilizadas como bocas de fogão.

Apesar de concordar com Kasper de que existe uma diferença entre os dois caminhos para os quais as coisas coletadas serão levadas, optei por manter o termo *reciclar* para definir também o processo de recuperação, pois a palavra *reciclar* sugere a ideia de reinserção no ciclo de vida útil de um produto ou material. Visto deste modo, o objeto reaproveitado, ou ressignificado, volta ao circuito de utilização entre as pessoas em situação de rua. A palavra *reciclagem*, portanto, permite compreender que a coisa foi posta novamente em um ciclo, isto é, em movimento pelos circuitos de relações, seja interno ou externo às pessoas em situação de rua.

O que a entrevista de M.C.B. também permite analisar é que a reciclagem não é uma prática isolada, ela não apenas permite a circulação das coisas, como também permite que elas movimentem outras práticas, como as vendas de aparelhos eletrônicos que não estão funcionando para pessoas que aproveitem seus componentes internos; vendas de objetos que possam ser utilizados como são encontrados, como as joias ou calçados; vendas no depósito de materiais recicláveis ou ferro-velho; compra de balas para vender no sinal; compra ou troca por substâncias psicoativas; ou para o uso próprio do/a coletor/a. Ainda sobre isso, S.C.J. em sua entrevista apontou a *reciclagem*, juntamente com a *boca de rango*, como práticas que movimentam e organizam as pessoas em situação de rua.

A *reciclagem* das coisas ocorre, ainda que seja para a utilização em outras funções diferentes das originais, ou para adquirir novas formas ao construir

outros objetos no processo industrial. E em relação às interações sociais, se no universo da situação de rua, as coisas reaproveitadas promovem a relação entre as pessoas que habitam as ruas e as pessoas que descartam ou doam, o contexto industrial as inserem em uma rede, ou ciclo de atividade econômica produtiva.

Kasper, relata em um trecho de sua pesquisa, um momento em que um senhor que possuía um carrinho de coleta de reciclados, vendeu-o para um ferro velho por ter que ir embora da cidade. No entanto, o carro não foi vendido como lixo, mas como algo a ser descartado. No ferro velho poderia ter sido desmontado e suas peças submetidas aos processos da reciclagem industrial. Todavia, foi vendido novamente a outra pessoa para utilizá-lo na mesma forma de carro. Assim, o carro voltou ao ciclo.

Kopytoff (2008) analisa as relações entre pessoas e coisas pensando-as através de um estudo biográfico social. Nesta análise, as coisas devem ser concebidas como sendo produzidas e consumidas dentro dos universos e códigos de valores culturais nos quais elas fazem sentido, isto é, nos quais possuem um valor de uso. Uma das questões que poderiam ser levantadas sobre alguma coisa é sobre as fases da sua vida e como estas fases se correspondem com a dinâmica cultural e social da sociedade na qual estão inseridas. Neste sentido, sua produção pode ser pensada como a sua origem e sua desintegração, como o fim de sua vida.

Pensar o lixo a partir desta perspectiva é pensar em coisas que chegaram ao fim de suas vidas, pois as coisas descartadas no lixo perderam o sentido social no circuito ao qual pertenciam, deixaram de ter valor de uso, valor monetário ou outros valores simbólicos, como de uma aliança de ouro que durante sua vida fez com que duas pessoas se apresentassem como casadas, mas que pode ter sido jogada no lixo após a separação conjugal. Ela deixa de ter sentido quando é jogada no lixo, como se sua existência social chegasse ao fim.

Entre a origem e o fim da vida de uma coisa, muitas fases podem existir dependendo do tipo de coisa em questão. Como exemplo, um objeto pode ser utilizado por uma única pessoa por toda a sua vida útil, como uma aliança ou qualquer outra joia de valor sentimental. Ao contrário, coisas comuns podem ser utilizadas ou transferidas de posse entre várias pessoas, como um carro que o dono revende, uma joia empenhorada, ou uma roupa revendida em um brechó. Deste modo, Kopytoff classifica as coisas entre os tipos singulares e comuns. (KOPYTOFF, 2008, p.96). As coisas singulares são aquelas consideradas únicas e por isso

utilizada por uma única pessoa ou um determinado círculo restrito de pessoas, mas não colocadas para o uso geral. As comuns já podem ser expandidas para todas as pessoas que delas necessitam ou desejam, no entanto, o que as tornam comuns é também o fato de terem alguma proximidade relacional com uma maior variabilidade de outras coisas com a quais possam ser trocadas. Portanto, para o autor, as coisas comuns são coisas com maior probabilidade de serem trocadas, ou seja, as mercadorias, que ele define da seguinte forma:

> Uma mercadoria é algo que tem valor de uso e que pode ser trocado por uma contra-partida numa transação descontínua, sendo que o próprio fato da troca indica que a contra-partida tem um valor equivalente dentro de um contexto imediato. A contra-partida, de acordo com a mesma lógica, também é uma mercadoria na hora em que foi trocada. (KOPYTOFF, 2008, p 95)

.

Entretanto, Kopytoff destaca que não existe algo que seja absolutamente singular ou que tenha status absoluto de mercadoria. Desta maneira, coisas singulares podem em algum momento se tornarem mercadorias, bem como as mercadorias podem ser singularizadas após serem trocadas. Em diálogo com o autor, Appadurai (2008) observa que, a mercadoria então, não seria um tipo de coisa em oposição a coisas singulares, mas sim a fase na vida de uma coisa, na qual ela é posta em troca e, portanto, uma fase mercadológica.

Seguindo esta perspectiva, a partir de determinados movimentos históricos nos quais as coisas passaram a ser recicladas do lixo, foram gradativamente sendo transportadas de seu estado terminal, para um estado potencial de mercadoria. Voltando ao exemplo da aliança, através da reciclagem, portanto, ela pode voltar a uma vida social, sendo submetida ao derretimento para a confecção de uma nova aliança ou outro tipo de joia, como também pode continuar circulando como moeda de troca por drogas ou outras coisas que a pessoa que a coletou precisa. A diferença na reciclagem industrial, é que, no caso da aliança, aproveita-se a sua matéria, ou ouro, mas seus significados se alteram, como também o seu valor, a depender da coisa em que será transformada.

Kopytoff recorre à noção de esferas de troca para dar suporte a sistemas culturais classificatórios de valores. Tais sistemas organizam as coisas em esferas hierarquizadas nas quais possam ter alguma similitude de valor, a partir de parâmetros definidos no próprio sistema (KOPYTOFF, 2008, p. 97). Assim, no caso

de um sistema monetário como o das sociedades capitalistas ocidentais, os valores de troca das coisas são representados de forma quantitativa pela moeda corrente e classificadas qualitativamente entre as coisas mais ou menos valiosas. Deste modo, a tendência é de que quanto mais valiosas são determinadas coisas, mais são consideradas singulares e circulam pelas esferas de trocas mais restritas.

Transformações culturais, no entanto, podem gerar uma mobilidade das coisas entre esferas de trocas distintas. Sobre isso, Appadurai denominou de rotas e desvios, processos de alterações de fluxos de mercadorias pertencentes a determinadas esferas de troca. Na medida em que determinadas rotas servem para fluxos de mercadorias de maiores prestígios, restritas, ou mais valiosas, tais mercadorias sofrem manipulações de desvios passando a ser direcionadas para outros fluxos que, com o tempo, podem se tornar institucionalizados. Mercadorias supervalorizadas tendem a ser cobiçadas e de diferentes formas, desvios podem ocorrer para expandir a sua esfera de troca, bem como suas rotas (APPADURAI, 2008, p. 32-33).

Desse modo, podemos pensar os aparelhos celulares que passaram a ser comuns tanto no universo da população em geral, como no universo da rua. A grande difusão desses aparelhos ocasionou uma redução em seus valores, juntamente com os planos de comunicação telefônica. Além disso, a obsolescência programada faz com que esses aparelhos percam o valor e sejam descartados ou revendidos a preços acessíveis para pessoas que não teriam como comprar novo na loja, o que é o caso da maioria dos/as habitantes das ruas. Desta forma, os desvios de rotas ocorrem em um processo de descontextualização de determinadas mercadorias ao serem transportadas para espaços improváveis de novas esferas de troca (APPADURAI, 2008, p 45-46).

Neste sentido, se pensarmos o lixo como uma forma de desvio de rota, é possível constatar algumas características peculiares: 1) seu desvio ocorre pelo descarte por sujeitos para os quais objetos descartados perderam seus valores, tornando-os uma categoria de coisas não desejadas, pois seu status de descarte e sua ligação ao impuro junto ao lixo os tornam coisas tabus; 2) as coisas encontradas no lixo voltam a ser mercantilizadas através de um mercado regular, no caso dos depósitos e fábricas de reciclagem, ou informal, no caso do circuito da situação de rua; 3) igualmente, as pessoas que coletam e transportam tais coisas o fazem sob circunstâncias regulares do trabalho formal, no caso das cooperativas, ou em

condições informais, como é o caso dos/as habitantes das ruas que fazem a coleta nos lixos.

O lixo, portanto, é um desvio para o surgimento de novas rotas de circulação. A partir dele as coisas circulam através de habitantes das ruas que as levam para que sua matéria seja reaproveitada nas indústrias de reciclagens, como também podem ser objetos de troca e uso por novas pessoas que as reinserem em novos ciclos de suas vidas sociais. Deste modo, coisas que perderam o sentido no circuito externo, passam a circular no circuito da rua, podendo até, através dos/as habitantes das ruas, retornarem ao circuito externo através de suas práticas de socialidade.

Numa observação mais ampla, o lixo como um todo, isto é, como categoria, movimenta atividades econômicas cruzando os circuitos internos e externos da rua; tais atividades têm sido pensadas como formas alternativas de utilização de recursos sustentáveis a fim de economizar recursos naturais; finalmente, e englobando todas estas características, movimenta redes de socialidades de diversos grupos sociais que se interligam direta ou indiretamente na cadeia alimentar, como foi identificada por M.C.B., reduzindo suas distâncias. O que novamente corrobora para a desmistificação da noção de isolamento, incapacidade e ociosidade dos/as habitantes das ruas.

A relação com estas coisas acaba por identificar as pessoas em seus circuitos de relações e em seus status sociais. O termo, *reciclagem*, portanto, permite analisar este movimento de circulação das coisas e pessoas, inserindo todos numa cadeia de relações já não pensada em termos de exclusão (descarte) e ressocialização (recuperação). Isso não significa que está tudo bem, isto é, que as pessoas por conseguirem viver na rua não necessitam de assistência ou de relações de trabalho formalizadas. Mas, estas práticas indicam um universo no qual a falta de condições favoráveis e de direitos, mobiliza soluções possíveis e não convencionais, porém de formas práticas e criativas. A partir disso, *reciclar* pode significar não apenas reaproveitar coisas descartadas, mas aprender com elas as formas de manejá-las, modificando suas formas, ou consertando seus defeitos, para usá-las, doá-las ou vendê-las e, ainda, para construir com elas interações sociais.

5 CONCLUSÃO

> *A rua por onde ando, por onde passo não é a mesma rua, apesar de ser a mesma rua por onde você anda. Mas o que eu vejo, é diferente do que você vê. Eu vejo quadros que você não vê, mas é porque você nunca está ali. Só está de passagem, preocupado com os seus problemas que não são os meus. Pois quem sou eu pra me distrair com as coisas que parecem que não são daqui? Daqui de onde eu vivo, essa rua que não é minha e tem o nome de alguém importante que desconheço. Com "u" e com "a" no meio da palavra parece a Lua, mas é só a rua.*
>
> (Versos escritos por T.D.M.)

Estes versos foram escritos por T.D.M., um habitante da rua, e compartilhados pelo psicólogo da Casa do Bom Samaritano entre acolhidos e funcionários. Eles expressam o quanto a rua pode ser vista através de diversas perspectivas. O mesmo espaço pode ser concebido e olhado de diferentes formas e lugares por quem habita esses espaços e por quem só *está de passagem.* A diversidade da sociedade também está presente no circuito interno da situação de rua, onde pessoas de diferentes idades, gêneros, origens, etnias, culturas e comportamentos se encontram. Mas, a própria diferença dos/as habitantes das ruas é estranhada no circuito externo que os/as julga e tenta definir sob sua própria ótica.

Uma das coisas que anotei em meu caderno de recordações de convivência com pessoas em situação de rua, é a frase de um rapaz que passou pelo abrigo, acerca da impressão que tinha da sociedade: *As pessoas acham que não temos história, que não temos cultura. Mas nós temos*. Os habitantes das ruas *arquivam* seus *tesouros*, suas coisas materiais ou simbólicas. Com esses *tesouros* circulam pela cidade construindo família, construindo amizades nos circuitos internos e externos da rua. Vivem deste modo nas suas andanças entre sonhos, frustrações e possibilidades de outros sonhos.

O termo "situação de rua", originado nas primeiras pesquisas sobre esse tema e adotado no decreto federal 7053/2009, foi concebido com o intuito de expressar as diferentes formas de estar em situação de rua, mantendo como núcleo essencial dessa diversidade o significado da utilização do espaço público para sobreviver, viver e se relacionar. As ruas, portanto, para quem as habita, é um lugar de diversas possibilidades de estar e viver. Neste sentido a situação de rua apresenta uma série de práticas e visões que não podem ser analisadas sem uma

perspectiva plural e reflexiva. Em contraposição à concepção comum sobre os/as habitantes das ruas como sujeitos isolados, suas formas de socialidade desenvolvem muitas conexões com a população domiciliada do circuito externo.

Em cada uma destas conexões se encontram diferentes histórias, visões e comportamentos que, ao serem acionados, podem resultar em cumplicidade ou em conflito. Há, portanto, um cruzamento de diversas concepções e posturas em relação à situação de rua que destaco aqui em termos gerais e que foram analisadas no capítulo dois. Porém, saliento que estas concepções e posturas não devem ser compreendidas dentro de critérios rígidos ou modelos absolutos e estanques, ignorando suas possíveis linhas de fugas e suas inter-relações.

Em primeiro lugar, os grupos religiosos e suas ações de caridade, motivados pela compaixão e pela graça divina, acabam por estabelecer uma extensão das relações de dádivas no circuito externo da rua, seja pela gratificação presente no próprio ato de ajudar ao próximo ou pela espera de uma aprovação de Deus. Não é comum que estes grupos façam questionamentos sobre a realidade social das pessoas em situação de rua, mas se tornam mais próximos das mesmas por identificações religiosas ou afetivas.

Em segundo lugar, as concepções das políticas públicas institucionais e os projetos conveniados com instituições de atendimento social são orientados pelos princípios de equidade e justiça social, em busca de uma cidadania plena. Tais políticas procuram resolver os problemas complexos da situação de rua, embora ainda não tenham estrutura suficiente diante das demandas dessa população, cada vez mais numerosa. Exercem uma relação mais profissional, impessoal e burocratizada, ainda que as relações mais personalizadas e afetivas ocorram fora dos parâmetros técnicos, conforme aumenta o contato com os atendidos por esses órgãos.

Uma terceira concepção e postura é a do MNPR, que busca unir e organizar a população em situação de rua para reivindicar direitos e participar das elaborações dos programas de políticas públicas voltados para esta população.

Em quarto lugar, identifico a visão heterogênea dos/as próprios/as habitantes das ruas, que refletem a diversidade de discursos conforme as diferentes situações e formas de estar e experienciar a vida nas ruas.

Finalmente, diante dessas concepções e posturas, uma visão plural da situação de rua, que compartilho a partir dos/as autores/as evocados/as nesta

pesquisa, não procura seguir ou estabelecer uma forma fixa ou reificada de conceituar a situação de rua. Nessa perspectiva, reconhece-se que cada uma dessas visões diz respeito aos tipos de relações que se delineiam por cada um destes setores com a população em situação de rua. Sobretudo, considera primordial compreender a visão dos/as habitantes das ruas através de seus próprios discursos, suas próprias perspectivas, ações e formas de se relacionar no ambiente da rua. Cabe destacar que tais conceitos e postura não trazem apenas mudanças teóricas para a compreensão do fenômeno, mas têm, também, efeitos políticos.

Diante disso, procurei analisar os dados da Pesquisa Pop-Rua sobre a população em situação de rua na cidade de Londrina, analisando suas próprias estratégias diante de suas vulnerabilidades, das ações das políticas públicas, das instituições de atendimento social e dos grupos religiosos da cidade. Para isso, relacionei os dados obtidos nessa pesquisa às dimensões elaboradas por Escorel (1999) para analisar os processos de desvinculação e exclusão social da população dos habitantes das ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Os dados apontaram que as questões do desemprego, desentendimentos familiares e a dependência química são os maiores motivos de ingresso e permanência na situação de rua. Esses três fatores, geralmente, estão interligados e são raros os casos em que não aparecem juntos na vida dos/as habitantes das ruas. Juntos, esses aspectos se tornam agravantes das condições materiais, sócio-familiares e da saúde dessa população.

Uma das discussões a destacar nesta pesquisa é a questão dos laços familiares, que persistem no discurso dos habitantes das ruas, mesmo com seu rompimento ou enfraquecimento, o que também foi observado por Silva (2012), que aponta para a continuidade da influência familiar nos valores e comportamentos das pessoas em situação de rua. Além disso, a relação com a família permanece em contatos esporádicos, característica das circularidades na situação de rua. Nestes casos, a família e a casa não se apresentam em oposição à rua, mas como pontos de ancoragem de relações e lugares de referência no fluxo itinerante dessas pessoas. Portanto, pode ocorrer a coexistência de laços familiares, anteriores à situação de rua, com a formação de outros que se formam na socialidade dos agrupamentos de rua.

A socialidade nos agrupamentos, ou seja, o que chamei de circuito interno da rua, é uma forma de recompor relações sócio-familiares, pois é nos

agrupamentos que aprendem a se virar e criar formas de ajuda mútua. Além disso, o agrupamento é um meio de proteção contra a violência e outros perigos do isolamento social, como a impossibilidade de pedir socorro em momentos de acidentes ou agravamento das condições de saúde. Quando B.T.G. disse que *um cuida do outro*, sintetiza a lógica do agrupamento. Nos mesmos, as pessoas se ajudam ao estabelecer um local de permanência, no qual se formam os mocós. Esses locais são escolhidos mediante uma série de avaliações táticas, procurando locais seguros e de pouca visibilidade para não chamar a atenção. Também são avaliadas as possibilidades de instalação para a ocupação do espaço, como também demonstrou Kasper (2006), observando a viabilidade de improvisar coberturas, se não houver; de alocar colchões para dormir e escondê-los durante o dia, enquanto os membros do grupo circulam pelas ruas da cidade e retornam com recursos que possam ser divididos no grupo.

O estabelecimento dos mocós é uma forma dos/as habitantes das ruas praticarem a territorialidade movente (FRANGELLA, 2004), pois são espaços de permanência temporária onde procuram ficar até o momento em que tenham que sair por algum motivo, como por exemplo, encontrar um espaço melhor, desentendimentos no entorno e a intervenção da polícia militar ou da guarda municipal. Ainda sobre os mocós, cada um possui suas regras e funções, podendo ser apenas para dormir, mas também podem ser locais de uso e venda de substâncias psicoativas, seleção de materiais recicláveis, produção de artesanato e outras tantas possibilidades de práticas das ruas. Portanto, nos espaços onde são instalados os agrupamentos convergem todos os mecanismos da viração. As pessoas em situação de rua transferem para os mesmos práticas domésticas possíveis, configurando um habitar provisório.

Contudo, a territorialidade movente não se dá apenas nos mocós, mas na própria circulação pelos espaços da cidade nos quais geralmente os habitantes das ruas estabelecem rotas e itinerários, com determinados pontos de referência onde possam *manguear*, prestar serviços informais, alimentar-se, coletar produtos recicláveis, visitar pessoas que conhecem e, em alguns casos, roubar ou vender substâncias psicoativas. Nesta prática de andar pela cidade, vão vivendo experiências e transformando sua identidade e a imagem de seus corpos, seus processos de subjetivação a partir do espaço público da rua.

Todos esses aspectos tornam a situação de rua um fenômeno social de experimentação do ambiente urbano, no qual as pessoas vivem o espaço da rua em todos os momentos da sua vida. Esta relação de experimentação do espaço se desenvolve dialeticamente através de um processo de objetificação e autoalienação, conforme aponta Miller (2013), no qual absorvem a composição do espaço com suas coisas, formas e limitações, ao mesmo tempo que transpõem para ele suas próprias marcas, adaptando-se ao espaço e adaptando o mesmo com suas práticas e hábitos (KASPER, 2006; FRANGELA, 2004; ALDEIA, 2011; 2019).

Entretanto, à relação com o espaço da rua, e às coisas da rua, soma-se a relação com outras pessoas que estão ou não em situação de rua. Se essa população não está totalmente isolada da família, também não o estão dos indivíduos domiciliados. No caso dos/as habitantes das ruas de Londrina, assim como nas pesquisas de Escorel (1999) e Lemões da Silva (2012), não devem ser pensados/as em uma concepção de exclusão e isolamento, mas sim de uma forma relacional, mediada por articulações com grupos sociais distintos. Todas as práticas de socialidade que não se dão entre os pares da rua, mas produzem relações com a população domiciliada, foram caracterizadas nesta pesquisa dentro do que chamei de circuito externo. Estas conexões se dão nos semáforos, nas calçadas onde cuidam de carros, nas praças, no comércio, nos portões das casas, nas *bocas de rango*, *nas biqueiras*, na casa e comunidade de familiares, nos serviços informais e nas relações com os diversos agentes de políticas públicas e instituições de atendimento social.

Portanto, na “circulação” entre esses lugares e suas conexões, as pessoas em situação de rua aprendem a viver no circuito interno e se relacionar com o externo, caracterizando a dinâmica da “viração”. Essa dinâmica é marcada tanto pela circulação das pessoas, histórias e as coisas, como pela transitoriedade de suas condições. As relações que se dão nesses circuitos são permeadas, ainda que de maneira e intensidades diferentes, pelas relações de dádiva, no ato de *fortalecer* que é, simplesmente, o ato de dar alguma coisa, material ou simbólica mediante o qual se estabelecem vínculos sociais e afetivos. É neste ato que possíveis amizades são formadas e que possibilita diminuir a distância entre os circuitos interno e externo; e uma forma de atualizar constantemente, em suas práticas e percursos de socialidades, suas relações entre si e com outros grupos.

É também no gesto de *fortalecer* que as coisas circulam como matéria e símbolos de um vínculo, que pode ser entre indivíduos ou entre coletividades, que transcende os laços para um pertencimento expandido de relações, que pode ser com um determinado grupo social específico, ou até mesmo a humanidade como um todo (CAILLÉ; GODBOUT, 1999). Contudo, como foi mostrado, os valores das coisas mudam conforme o espaço em que são realizadas ou negociadas as trocas, a depender se circulam entre o circuito interno ou externo. Dito de outro modo, na circulação, as coisas da rua adquirem valores simbólicos, relativos e cambiantes, mudam conforme o contexto e a esfera de troca de cada transação. Portanto, circulam conforme as motivações de dar, compartilhar, trocar ou descartar as mesmas.

As coisas cumprem uma função em um tempo de vida social e, ainda que descartadas, serão reutilizadas por outras pessoas conforme estas as encontram, compram, trocam ou vendem. As coisas descartadas, tanto pela população domiciliada como pelos habitantes das ruas, também voltam a circular através das práticas de *reciclagem*, podendo ser destinadas aos processos da reciclagem industrial, reutilizadas pela própria pessoa que a coletou, ou vendidas. As coisas coletadas também podem ser desviadas de sua função original e transformadas em suas formas para outros usos, como notou Kasper (2006), que também destaca o caráter inventivo das técnicas não convencionais nas construções de objetos úteis.

Por isso a prática de reciclagem pode ser vista, ao mesmo tempo, como uma atividade de trabalho, ainda que informal na maioria dos casos, ou como uma prática “bricoleira” de relação com as coisas. Mas, sobretudo a reciclagem também deve ser vista como mais uma prática da socialidade nas ruas, que envolve todos os seus aspectos ao movimentar as relações entre pessoas e coisas tanto no circuito interno como no externo. Utilizei a expressão *reciclar*, para indicar uma prática de reinserir as coisas em novos ciclos, que não deve ser concebida de forma isolada, pois essa concepção pode ser transposta para os próprios habitantes das ruas que estão sempre ingressando em novos ciclos, ou novos sonhos que elaboram em seus percursos de vida.

As coisas estão em movimento dentro de círculos, mas não se movimentam a esmo, como que apenas cumprindo seus estágios de vida útil, mas estabelecendo mediações de laços sociais no processo de circular e *reciclar*. Nesta travessia, as coisas, as pessoas e suas histórias vão e voltam nas diferentes

práticas de vivência da situação de rua, como que misturando almas, vidas, coisas e pessoas, como afirmou Mauss (2003).

A respeito da “força” presente nas coisas, como menciona Mauss, os objetos que circulam entre as pessoas em situação de rua têm um tipo específico de prestígio. Deste modo, sem importar o valor venal das coisas, a virtude que elas transportam remete aos *valores de vínculo* (CAILLÉ; GODBOUT, 1999), como também aos valores de humildade, respeito e solidariedade compartilhados no ato de *fortalecer*. No entanto, como foi mostrado, nem todas as relações são relações de dádiva, como é o caso das relações que se dão com os órgãos públicos e instituições de atendimento social.

Estas relações, configuradas pela lógica normativa do Estado se dão de forma burocratizada e impessoal, de um modo formalizado que não comporta o tipo de socialidade que se desenvolve a partir das relações dos/as habitantes das ruas. Não obstante, como já foi dito, estas relações têm suas linhas de fuga e podem comportar, em alguns casos, a formação de vínculos personalizados devido ao movimento de ir e vir que faz com que as pessoas em situação de rua estejam sempre retornando nestes espaços com novas demandas, aumentando o contato e possibilitando novas mediações relacionais.

Pensar as práticas de sistemas de trocas-dádiva de Marcel Mauss neste universo de viração, permeado pela circulação de pessoas e bens materiais e simbólicos, revela um espaço de possibilidades de reinventar ou reciclar as relações sociais. O que importa não são as formas de interesses e cálculos, que também podem estar presente nessas relações, mas a possibilidade de vínculos mais humanizados que possam diminuir as distâncias desses circuitos.

Ao enfatizar vínculos mais humanizados, por muitos momentos ao longo desta pesquisa, procurei refletir diante do receio de estar sendo um tanto utópico, ou romantizando a situação de rua, mas o que observei em campo e nesses anos de trabalho no abrigo, é que realmente as pessoas se ajudam, isto é, se *fortalecem*. Algumas dessas pessoas brigam, se matam, cometem crimes e também são perigosas porque os seres humanos aprenderam a sê-lo. Somos rodeados por pessoas perigosas; tenho vizinhos domiciliados tão ou mais perigosos que algumas pessoas em situação na rua que, vendo-se em uma situação na qual não tenha o que perder, comete atos reprovados por toda a sociedade. No entanto, recordo, novamente, que colocar fogo em uma pessoa que está dormindo na rua não

minimiza o crime pelo fato de a vítima viver na rua e o autor ser proveniente de uma etnia ou classe social de melhores condições.

Entretanto, como a perspectiva analítica que assumi neste estudo se opõe a qualquer tentativa de essencializar um fenômeno e quem o vive, confinando-o em conjuntos de valores, normas e práticas pretensamente coerentes, não posso deixar de comentar que este universo já apresenta indicativos de transformação. A população em situação de rua continua aumentando cada vez mais na cidade de Londrina. E o que tenho observado em alguns relatos de acolhidos da casa do Bom Samaritano é que há um grande número de jovens que estão ingressando na situação de rua, mas que têm se relacionado de forma problemática tanto no circuito interno quanto no externo.

No circuito interno, esses/as novos habitantes das ruas mostram o comportamento daquelas pessoas que, como dizem os mais velhos da rua, *Buscam fortalecimento, mas não fortalecem ninguém*. Isto é, não dão, não dividem nada e não retribuem, provocando desentendimentos e se envolvendo em brigas, sendo expulsos dos agrupamentos por onde passam. E por fim, quando não buscam ou não conseguem ser atendidos nos abrigos, ficam pelas ruas.

Esses mesmos sujeitos encontram nos abrigos pessoas que estão em situação de rua há muito tempo, inclusive pessoas com as que já tiveram alguma briga. Nesta altura, sua reputação já correu entre os mais velhos e novas brigas acontecem. Ao não encontrarem lugar e apoio dos agrupamentos de rua, tentam *se virar* sozinhos, complicando-se cada vez mais ao roubar lojas, contrair dívidas que nunca pagam com traficantes de drogas, sendo expulsos também das biqueiras. Em algum momento, o cerco se fecha para essas pessoas e elas acabam sendo mortas.

Acredito que o que mudou, de forma acelerada, é que anteriormente, os recém chegados nas ruas não eram tão numerosos e tinham mais predisposição para aprender as dinâmicas de socialidade dos agrupamentos. Já estes/as novos/as habitantes das ruas são muito numerosos e, na maioria dos casos, não respeitam os agrupamentos ou as pessoas que já estão vivendo nas ruas de Londrina por mais tempo. Obviamente estas observações não podem ser generalizadas entre todas as pessoas que estão ingressando recentemente na situação de rua, mas tenho presenciado uma série de reclamações sobre elas. Cogito que são pessoas que estão em outros percursos relacionados aos novos contextos culturais, sociais e

políticos, cujos valores vão em direção oposta da lógica do *fortalecer*, apresentando, ao contrário, a lógica do *se prevalecer*, e do *cada um por si*.

Para finalizar, muito se fala e muito se lê nas notícias dos jornais sobre as atitudes reprováveis de pessoas em situação de rua. Minha intenção com essa pesquisa foi descrever outros aspectos, os sonhos e *tesouros* escondidos nos passos dos habitantes das ruas. Por isso foquei nas dinâmicas da socialidade na situação de rua, pois as formas de ajuda mútua podem ser maneiras de minimizar o fluxo contínuo e crescente de exclusão e isolamento que afeta tanto os habitantes das ruas como a população domiciliada. É uma forma de resistência, mas não uma resistência que propõe revoluções, como observa Aldeia (2011). Tampouco se trata de outros projetos normativos e autoritários para as relações humanas; nem de resolver os problemas de forma irredutível. Mas são substratos de uma forma de conviver menos degradante, compreendendo outras formas de viver dentro do ambiente da vida e por fim, compreender a vida reinserida em novos ciclos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALDEIA, João. *O Artesão Sem-Abrigo*: o trabalho como resistência à vida na rua. In: *Mediações*: Revista de Ciências Sociais. Vol 24, n 1. Londrina: UEL, 2019.

ALDEIA, João. *A Ação Moral dos Sem Abrigo*: dom, laços e subjetivação. In*: Blog Sociofilo*: 2018. Disponível em: https://blogdosociofilo.com/2018/09/11/a-acao-moral-dos-sem-abrigo-dom-lacos-e-subjetivacao/. [acessado em 22/07/2019]

ALDEIA, João. *De Cidadão a Sem-Abrigo: o laço de cidadania no fenômeno dos sem-abrigo*. In: *Interseções*. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

ALDEIA, João. *A Barraca do Rui*: os laços sociais no fenômeno dos sem-abrigo. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

ALMEIDA, Idalto José de. *Presença Negra em Londrina*: a história da caminhada de um povo em Londrina. Londrina: [s. n.], 2004.

APPADURAI, Arjun. *A Vida Social das Coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Univesidade Federal Fluminense, 2008.

BARBOSA, Déborah Rosária; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. *Ética na Pesquisa Qualitativa:* reflexões sobre privacidade, anonimato e confidencialidade.*In:*GUERREIRO, Iara Coelho Zito; SCHIMIDT, Maria Luiza Sandoval; & ZICKER, Fábio. *Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde*. São Paulo: Aderaldo e Rothchild, 2008.

BAUER, Martin W.; GASKEL, George. *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. *Boletim Epidemiológicon° 14 Volume 50*: População em situação de rua e violência – uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. MDS – SECRETARIA DE VIGILÂNCIA E SAÚDE, 2019.fonte: https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/junho/13/2019-010-publicacao.pdf.(acesso em 05/10/2019)

BRASIL; MDS. ***Rua***: aprendendo a contar. MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; SecretariaNacional de Assistencia Social, 2009.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n° 7.053, de 23 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm> [acessado em 05/05/2019]

BRASIL; MDS. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS, 2008. Disponível em: http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. [acessado em 12/10/2019.

BALHANA, A. P. *Política imigratória no Paraná*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, no.87, jan/abr, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas*. São Pulo: Edusp, 1996.

CAILLÉ, Alain; GODBOUT, Jacques. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CAILLÉ, Alain. *Nem Holismo Nem Individualismo Metodológicos*: Marcell Mauss e o paradgma da dádiva. In: *Revista Brasileira de Ciência Sociais Vol 13 n 38*. São Paulo: 1988.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem*. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

CERQUEIRA, Samantha Sá Teles de. *Evolução do Processo Social População em Situação de Rua*: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais. Brasília: UNB, 2011.

EINCHENBERGER, Andrea. *Do que resta*: olhares sobre o lixo e o meio ambiente. In: RIAL, Carmen (org). *O Poder do Lixo*: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

ESCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu*: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FERNANDES, Florestan: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Globo, 2008.

FONSECA, Claudia. *Da Circulação de Crianças à Doação Internacional*: questões de pertencimento e posse. In: *Cadernos Pagu n 26*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpus Urbanos Errantes:* etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2004.

G1. *Morador de rua queimado enquanto dormia é transferido para hospital de Londrina.* In:*RPC NORTE E NOROESTE*. Londrina 08 de março de 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/05/morador-de-rua-queimado-por-jovens-e-transferido-para-o-hu-de-londrina.html. Acesso em: 13 out 2019.

GUERREIRO, Iara Coelho Zito; SCHIMIDT, Maria Luiza Sandoval; & ZICKER, Fábio. *Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde*. São Paulo: Aderaldo e Rothchild, 2008.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração:* experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

INGOLD, Tim. *Ambientes para La Vida:* conversaciones sobre humanidad, conocimiento y antropologia. Montevideo: Trilce / Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación y Extensión universitaria-Universidad de la República, 2012.

JUNQUEIRA, Cilene Remnó; PUPLAKSIS, Nelita de Vecchio; RAMOS, Dalton Luiz de Paula. *Benefícios da Avaliação Ética de Protocólos de Pesquisa Qualitativa*. *In:* GUERREIRO, Iara Coelho Zito; SCHIMIDT, Maria Luiza Sandoval; & ZICKER, Fábio. *Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde*. São Paulo: Aderaldo e Rothchild, 2008.

KASPER, Christian Pierre. *Habitar a Rua*.Campinas: UEC, 2006.

KOPYTOFF, Igor. *A Biografia Cultural das Coisas*: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A Vida Social das Coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Univesidade Federal Fluminense, 2008.

LANZA, Fábio; MIANI, Rosinaldo Antônio; ROCHA, Marco Antônio. *Anais do LERR*: Relatório final Pesquisa Pop-Pua. Londrina: UEL, 2019.

LEME, Edson Holtz. *Noites Ilícitas*: histórias e memórias da prostituição. Londrina: Eduel, 2005.

LONDRINA. *Decreto Nº 1385, de 31 de outubro de 2014*: Institui a Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.londrina.pr.gov.br/jornaloficial/images/stories/jornalOficial/jornal_2567_assinado.pdf. [acessado em: 05/08/2019].

MILLER, Daniel. *Trecos, Troços e Coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELO. Tomas Henrique de Azevedo Gomes. *A Rua e a Sociedade:* articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. Curitiba: UFPR, 2011.

MORBIDINI, Martina. *"Catador cidadão; trabalho digno"*: estratégias de superação do estigma adotadas pelos catadores de material reciclável em Belo Horizonte, Brasil. In: RIAL, Carmen (org). *O Poder do Lixo*: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. *Genocídio do Negro Brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terrra, 1978.

NOVO, Novo; QUIROGA, Júnia. *Elas da Rua*: população em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL; MDS. ***Rua***: aprendendo a contar. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; SecretariaNacional de Assistencia Social, 2009.

RIC-MAIS. *Morador de rua é queimado em Cruitiba enquanto dormia ao lado da esposa*. Ric-Mais, Londrina. Londrina 06 de Dezembro de 2018. Disponível em: https://ricmais.com.br/noticias/seguranca/morador-de-rua-e-queimado-em-curitiba-enquanto-dormia-ao-lado-da-esposa/. Acesso em: 13/10/2019.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SARIS, Simoni. *Moradores de rua se "multiplicam" em Londrina*. In: *Folha de Londrina*. Londrina, 10 Março 2019. Disponível em:

https://www.folhadelondrina.com.br/geral/moradores-de-rua-se-multiplicam-em-londrina-1028439.html. Acesso em: 10 Mar. 2019.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. *Aspectos Éticos nas Pesquisas Qualitativas*. In*:*GUERREIRO, Iara Coelho Zito; SCHMIDT, Maria Luiza Sandoval; & ZICKER, Fábio. *Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde*. São Paulo: Aderaldo e Rothchild, 2008.

SCHUCH, Patrice. *A Situação de Rua Para Além de Determinismos Sociais*: explorações conceituais. *In:A Rua em Movimento*: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre Porto Alegre: FASC, 2012

SCHUCH, P. *O "Estrangeiro" em "Campo"*: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico. In: *Antropolítican. 12/13, p. 73-91*. Niterói: 2002.

SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. *Território e Segregação Urbana* : o "lugar" da população negra na cidade. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

SILVA. Tiago Lemões da. *A Rua Como Espaço de Interação Social*: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. In: *Revista Antropolitica n 29*. Rio de Janeiro: UFF, 2011.

SILVA. Tiago Lemões da. *Família, Rua e Afeto*: Etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua. Pelotas: UFP, 2012.

SILVA. Tiago Lemões da. *População em situação de rua e a linguagem dos direitos:* reflexões sobre um campo de disputas políticas, definições de sentidos e práticas de intervenção. In: *Anais 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Natal: ABA, 2014

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade:* a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988.

SPOSATI, Aldaíza. *O Caminho do Reconhecimento dos Direitos da População em Situação de Rua*: de indivíduo à população. In: BRASIL; MDS. ***Rua***: aprendendo a contar. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; SecretariaNacional de Assistencia Social, 2009.

STRATHERN, Marilyn. *O Gênero e a Dádiva*: problemas com as mulheres e problemas com as mulheres na sociedade Melanésia. Campinas: UNICAMP, 2006.

TURNER, Victor. *A Floresta de Símbolos*: aspectos do ritual Ndembu. Nterói, EDUF, 2005.

TURNER, Victor. *Dramas, Camopos e Metáforas*: ação simbólica na sociedade humana. Niterói. EDUF, 2008.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual*: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis. Vozes, 1974.

TURNER, Victor. *Liminal ao Liminoide*: em brincadeira, fluxo e ritual. Um ensaio de simbologia comparativa. In: *MEDIAÇÕESv. 17 n. 2, p. 214-257, Jul./Dez*, LONDRINA: UEL, 2012.

VITULSKIS, *Juliana. Morador de rua é incendiado em Londrina*. Folha de londrina, Folhapress. Londrina, 21 de outubro de 2013. Disponível em:https://www.folhadelondrina.com.br/geral/morador-de-rua-e-incendiado-em-londrina-859931.html. Acesso em: 13 Out. 2019.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010a.

WAGNER, Roy. *Existem Grupos Sociais nas Terras Altas da Nova Guiné?* In: *Cadernos de Campo n 19*. São Paulo: USP, 2010b.

ZACHER, Laura. *Antropologia em Campo, no Campo ou Acampada?*:reflexões sobre o lugar do antropólogo junto a uma organização não-governamental na cidade de Porto Alegre. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P.; FONSECA, C.*Antropólogos em ação*: experimentos de pesquisa em direitos humanos. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.